

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA**  
**E PATRIMÔNIO**

**MESTRADO PROFISSIONAL**

**ANA CRISTINA ALVES DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DO IPHAN-GO NA PROMOÇÃO DE AÇÕES EM EDUCAÇÃO**  
**PATRIMONIAL (2009 – 2021)**

**GOIÁS – GO**  
**2022**

**ANA CRISTINA ALVES DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DO IPHAN-GO NA PROMOÇÃO DE AÇÕES EM EDUCAÇÃO  
PATRIMONIAL (2009– 2021)**

Relatório técnico para apresentação à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

**GOIÁS – GO**

**2022**



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

### Dados do autor (a)

Nome completo: Ana Cristina Alves da Silva

E-mail: [alvessilva.anacristina@gmail.com](mailto:alvessilva.anacristina@gmail.com)

### Dados do trabalho

Título: **A atuação do Iphan-GO na promoção de ações em Educação Patrimonial (2009-2021)**

Tipo:

Tese     Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação Em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG)

Concorda com a liberação documento

SIM    NÃO

<sup>1</sup>Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 20 de maio de 2022.

Assinatura da autora

Assinatura da orientadora

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S586a Silva, Ana Cristina Alves da.  
A atuação do Iphan-GO na promoção de ações em  
educação patrimonial (2009 – 2021) [manuscrito] / Ana  
Cristina Alves da Silva. – Goiás, GO, 2022.  
169 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição  
Fagundes.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais,  
Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina,  
Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Patrimônio cultural. 1.1. Educação patrimonial.  
1.2. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional (Iphan) I. Título. II. Universidade Estadual de  
Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:37(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

**ANA CRISTINA ALVES DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DO IPHAN-GO NA PROMOÇÃO DE AÇÕES EM EDUCAÇÃO  
PATRIMONIAL (2009 – 2021)**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 19 de abril de 2022, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

---

Prof. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes (PROMEP/UEG)  
Orientador

---

Prof. Dra. Ana Carmen Amorim Jara Casco (PEP/MP/Iphan)  
Membro externo

---

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)  
Membro interno

---

Prof. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG)  
Suplente externo

---

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano (PROMEP/UEG)  
Suplente interno

Goiás, 19 de abril de 2022.

*Uma Educação Patrimonial que parta da diferença e da interculturalidade precisa ser aguerridamente defendida. Não é possível mais se admitir que práticas de patrimonialização mantenham e reproduzam a colonialidade do poder e que as práticas educativas reencarnem e sejam reprodutoras da colonialidade do saber e do ser*

*Átila Bezerra Tolentino*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me guiar durante todo o processo de pesquisa e escrita, onde encontro força, sabedoria e conforto. Senhor, obrigada por me sustentar e me fazer acreditar quando meu coração entrava em dúvidas se conseguiria ser forte o suficiente para vencer mais esse ciclo da minha trajetória acadêmica.

A minha família, agradeço por ser meu porto seguro, aqueles com quem sempre posso contar independentemente da situação. A vocês, Rosária Justino da Silva e Vildair Alves da Silva, minha mamãe e papai que tanto amo e admiro, que mesmo de longe não deixam de apoiar e me encher de esperança que vou alcançar todos os meus objetivos. A Poliana, minha irmã mais nova, aquele agradecimento especial. Obrigada por trilhar junto comigo esse caminho que sempre exige muito de todos que optam por ele e ser aquela pessoa que sempre tem uma palavra que nos motiva a continuar. Nós duas sabemos quanto já foi difícil, por tudo que já passamos e como é gratificante ver os resultados dos nossos esforços. A você, Murilo Santiago Faria de Souza, obrigada por ser esse namorado maravilhoso, por apoiar e fazer o que pode para ajudar. Aqui deixo meus sinceros e profundos agradecimentos a todos por sempre segurarem minha mão! Amo vocês! A todos os amigos e demais familiares que me apoiaram e me direcionaram pensamentos positivos meus agradecimentos.

Gratidão imensa também é o que tenho pela professora Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes, uma pessoa maravilhosa e uma profissional excelente, com um jeito único, que dispensa comentários. Uma pessoa que tenho a honra e alegria de pela segunda vez ter como minha orientadora. Primeiro, na graduação e agora durante o mestrado. Obrigada por tudo, mas principalmente por sempre me incentivar a continuar.

Agradeço à professora Dra. Ana Carmen Amorim Jara Casco e ao professor Dr. Neemias Oliveira da Silva por terem composto a banca de qualificação desse relatório técnico e por cada sugestão e apontamento tecido durante o exame. Suas contribuições enriqueceram muito as discussões propostas aqui.

A professora Dra. Gislaine Tedesco e novamente a professora Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes agradeço pela coordenação exemplar e responsável do programa durante esses anos que tive a oportunidade e a felicidade de fazer parte desse sonho, que foi/é a abertura e a consolidação do PROMEP no Câmpus Cora Coralina na Cidade de Goiás.

Aos demais professores do programa em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) também deixo meu agradecimento. Em suas aulas, pude aprender muito e

ampliar meu entendimento sobre o campo. Um campo complexo, dinâmico e repleto de significados caros para a sociedade. Aos colegas de programa estendo os agradecimentos, sobretudo ao Tiago Oliveira e Poliana Alves da Silva com quem mais pude compartilhar momentos de aprendizado e superar aqueles de ansiedade.

Não posso deixar de agradecer aos técnicos e ex – técnicos do Iphan em Goiás: Salma Saddi Wares de Paiva, Edinéa de Oliveira Angelo, Hellen Batista Carvalho, Beatriz Otto de Santana e Ana Paula Carvalho. Agradeço também à professora Genilda da Silva Alexandria Sousa. Obrigada pelas informações fornecidas nas entrevistas, pelo tempo que dedicaram e que muito contribuíram com minha pesquisa. Vocês foram essências para a construção desse material, bem como da pesquisa em sua totalidade. Pessoas que possuem um conhecimento admirável acerca da área, portanto, só tenho de agradecer por terem reservado esse tempo para compartilhar de todo esse conhecimento e informações comigo.

Agradeço ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) em Goiás pela disponibilização, digitalização e envio dos documentos para o desenvolvimento da presente pesquisa. O acervo material em questão foi de grande valia para a construção da mesma.

Agradeço também à Pró-Reitoria de pesquisa (PrP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) pelo apoio oferecido à pesquisa mediante a concessão da bolsa nível mestrado.

Apesar da pesquisa e a escrita ser um processo muita das vezes solitário, o resultado de tudo isso é uma construção que demandou inúmeras contribuições, sejam elas diretas ou indiretamente. Logo, a todos que participaram deixo aqui os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1:</b> Cidades goianas com bens tombados isoladamente pelo Iphan – GO.....	28
<b>Mapa 2:</b> Localização geográfica das Casas do Patrimônio no Estado de Goiás.....	59
<b>Mapa 3:</b> Cidades contempladas com projetos de educação patrimonial do Iphan-GO.....	89
<b>Figura 1:</b> Casa do Patrimônio em Goiânia.....	60
<b>Figura 2:</b> Casa do Patrimônio na Cidade de Goiás.....	61
<b>Figura 3:</b> Vista do Rio Vermelho da varanda da Casa do Patrimônio de Goiás.....	62
<b>Figura 4:</b> Casa do Patrimônio em Pirenópolis.....	64
<b>Figura 5:</b> Bolinho de Arroz da Dona Inês.....	77
<b>Figura 6:</b> Rio Vermelho na Cidade de Goiás.....	80
<b>Figura 7:</b> Objetos em argila produzidos durante o projeto <i>Conhecer para Preservar</i> .....	93
<b>Figura 8:</b> Capa de livro produzida por alunos do Colégio Dom Abel.....	104
<b>Figura 9:</b> Oficina da 4ª edição do Concurso de redação na Cidade de Goiás.....	111
<b>Figura 10:</b> Registro de oficina de modelagem com barro.....	112
<b>Figura 11:</b> Oficina de confecção de brinquedos na escola Pluricultural Odé Kayodê.....	119
<b>Figura 12:</b> Convite para o <i>II Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás</i> .....	126
<b>Figura 13:</b> <i>II Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás</i> .....	127
<b>Figura 14:</b> Selma e Salma no <i>Seminário de Educação Patrimonial</i> .....	128
<b>Figura 15:</b> Convite para o <i>III Seminário de Educação Patrimonial</i> .....	129
<b>Figura 16:</b> Convite do <i>IV Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás</i> .....	130
<b>Figura 17:</b> Registro da Oficina Matulas nos sertões de Goiás e suas memórias.....	131
<b>Figura 18:</b> Registro da oficina Patrimônio Edificado dos vilaboenses.....	132
<b>Figura 19:</b> Cartazes das produções audiovisuais exibidas durante as oficinas.....	137
<b>Figura 20:</b> Cartões postais produzidos por alunos de Santa Cruz.....	138
<b>Figura 21:</b> Capa do livro digital.....	145
<b>Figura 22:</b> Projeto gráfico do capítulo do livro.....	146
<b>Figura 23:</b> Página do livro com imagem do convite analisado.....	151
<b>Figura 24:</b> Página do livro de ações realizadas no projeto <i>Conhecer para preservar</i> .....	152
<b>Figura 25:</b> Capítulo 3 – Para refletir sobre educação patrimonial.....	153

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Marcos da Educação Patrimonial no Brasil .....	32
<b>Quadro 2:</b> Projetos e ações de educação patrimonial no Iphan em Goiás.....	49
<b>Quadro 3:</b> Parcerias do Iphan no <i>Projeto Conhecer para Preservar - Preservar para Conhecer</i> .....	91
<b>Quadro 4:</b> Programas do <i>Projeto Conhecer para Preservar</i> – 1994.....	92
<b>Quadro 5:</b> Escolas participantes do <i>Projeto Viva e Reviva Goiás</i> .....	101
<b>Quadro 6:</b> Relação de cidades e temas do <i>Concurso de Redação</i> .....	109
<b>Quadro 7:</b> Comunidades escolares participantes do projeto.....	115
<b>Quadro 8:</b> Edições do <i>Seminário de Educação Patrimônio na Cidade de Goiás</i> .....	124
<b>Quadro 9:</b> Cidades contempladas com o Projeto Portas e Janelas Vão se Abrir.....	135

## LISTA DE SIGLAS

**ACT-** Acordo de Cooperação Técnica  
**BPM-** Batalhão de Polícia Militar  
**CEDEC** – Coordenação de Educação Patrimonial  
**CEP-** Centro de Educação Profissional  
**CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa  
**CNRC** - Centro Nacional de Referência Cultural  
**CNS-** Conselho Nacional de Saúde  
**Cofer-** Coordenação de Fomento, Educação Patrimonial e Redes  
**Cogeprom** – Coordenação Geral de Promoção  
**DAF** – Departamento de Articulação e Fomento  
**DECOF-** Departamento de Cooperação e Fomento  
**Dphan** – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**FNpM** – Fundação Nacional pró-Memória  
**GO** – Estado de Goiás  
**IBPC** – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural  
**ICOMOS-** Conselho Internacional de Monumentos e Sítios  
**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**MUBAN-** Museu das Bandeiras  
**NEP** – Núcleo de Educação Patrimonial  
**NTE** – Núcleo de Tecnologia da Educação  
**OVAT** – Organização Vilaboense de Artes e Tradições  
**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento  
**PAC Cidades Históricas** - Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas  
**PCH** – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas  
**ProExt-** Programa de Extensão Universitária  
**PROLER** – Comitê de Leitura  
**Sphan** - Serviço de Patrimônio Artístico Nacional  
**Sphan** – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**Sphan** – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**SE** – Superintendência Estadual  
**SEDUC** – Secretaria de Estado de Educação  
**SEI** – Sistema Eletrônico de Informação  
**SNPC** – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural  
**SR** – Superintendência Regional  
**SUED-** Superintendência de Ensino a Distância e Continuada  
**UEG** – Universidade Estadual de Goiás  
**UFG** – Universidade Federal de Goiás  
**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o levantamento e a análise de ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás, sobretudo entre os anos 2009 a 2021. Esse recorte compreende o estabelecimento de um dos marcos institucionais da Educação Patrimonial no Iphan: a implementação das Casas do Patrimônio, atualmente, designadas como Redes do Patrimônio. A origem desse projeto remonta-se a 2007 a partir de discussões internas no Iphan com o propósito de dilatar a capilaridade institucional do órgão, bem como conectar ambientes que realizam práticas e atividades de caráter educativo que tenham como princípio a valorização do patrimônio cultural. O projeto, portanto, se repousa na demanda do instituto de consolidar a partir de uma percepção transversal e dialógica novos modos de se relacionar com a sociedade civil e os poderes locais. Assim, além de apresentar um histórico das ações de educação patrimonial, analisou-se os projetos desenvolvidos no âmbito da superintendência estadual de Goiás, direcionadas à preservação do patrimônio cultural do Estado. O Estado de Goiás conta com três Casas do Patrimônio: uma em Goiânia, uma Pirenópolis e uma terceira na Cidade de Goiás. Com efeito, o estudo permitiu identificar o crescimento nos números de ações educativas realizadas a partir de 2009 em conformidade com a implementação das primeiras Casas do Patrimônio oficialmente. As ações a partir de então mantiveram alguns padrões observados anteriormente, embora tendo um apelo maior à diversidade. Para tanto, metodologicamente recorreu-se às entrevistas, mapeamentos, coleta de dados e análise documental. Os resultados obtidos com a pesquisa foram sistematizados e com eles elaborou-se um livro no formato E-Book contendo além dessas informações, discussões que pretendem produzir nos leitores reflexões.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Iphan. Casas do Patrimônio. Goiás

## ABSTRACT

This work aims to present a survey and analysis of heritage education actions developed by the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Iphan) in Goiás, especially between the years 2009 to 2021. This period comprises the establishment of one of the institutional landmarks of Heritage Education at Iphan: the implementation of *Casas do Patrimônio*<sup>1</sup>, currently designated as *Redes do Patrimônio*<sup>2</sup>. The origin of this project dates to 2007 from internal discussions at Iphan with the purpose of expanding the institutional capillarity of this institution, as well as connecting environments that carry out practices and activities of an educational nature that have as principle the valorization of cultural heritage. The project, therefore, is based on the institute's demand to consolidate, from a transversal and dialogic perception, new ways of relating to civil society and local authorities. Thus, in addition to presenting a history of heritage education actions, the projects developed within the scope of the state superintendence of Goiás, aimed at the preservation of the cultural heritage of the State, were analyzed. The State of Goiás has three Heritage Houses: one in Goiânia, one in Pirenópolis and a third in the Cidade de Goiás. In fact, the study made it possible to identify the growth in the number of educational actions carried out from 2009 onwards, in accordance with the implementation of the first officially recognized *Casas do Patrimônio*. The actions from then on maintained some patterns observed previously, although having a greater appeal to diversity. To this end, methodologically, interviews, mapping, data collection and document analysis were used. The results obtained with the research were systematized and with them a book was prepared in the E-Book format containing, in addition to this information, discussions that intend to produce reflections in the readers.

Keywords: Heritage Education. Iphan. *Casas do Patrimônio*. Goiás.

---

<sup>1</sup> Heritage Houses

<sup>2</sup> Heritage Networks

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. O PATRIMÔNIO CULTURAL: TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO DO IPHAN EM GOIÁS.....</b>	<b>20</b>
1.1 Órgão federal de proteção patrimonial em Goiás.....	20
1.2 Educação Patrimonial no Iphan em Goiás: conceito, histórico e problemáticas.....	32
1.2.1 Casas do Patrimônio como espaços estratégicos para a educação patrimonial.....	51
1.3 A trama conceitual das ações educativas: patrimônio cultural, memória e identidade.....	68
1.4 Metodologias – descrição das metodologias utilizadas.....	83
<b>2. REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS: PROJETOS E AÇÕES.....</b>	<b>88</b>
<b>2.1 Educação Patrimonial em Goiás: ações antes das casas do patrimônio.....</b>	<b>88</b>
2.1.1. Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer.....	90
2.1.2. Viva e Reviva Goiás.....	98
2.1.3. Tocando a Obra .....	105
2.1.4. Concurso de Redação na Cidade de Goiás.....	109
<b>2.2 Projetos no contexto das Casas do Patrimônio.....</b>	<b>114</b>
2.2.1 Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás Patrimônio pra que te quero! .....	114
2.2.2 Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás.....	124
2.2.3 Portas e Janelas Vão se Abrir.....	134
<b>2.3. Educação patrimonial no Iphan - Goiás - Projetos mais recentes.....</b>	<b>140</b>
2.3.1 Roteiro Cultural Praça Cívica.....	141
2.3.2 Cine Cult no Almoço.....	141
2.3.3 Quintal do Patrimônio.....	141
2.3.4 Circuito Literário Iphan Goiás nos municípios.....	142
2.3.5 Histórias HQ e o Vídeo Animação.....	142
<b>3. LIVRO DIGITAL - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS: REFLEXÕES, PRÁTICAS E SUGESTÕES.....</b>	<b>144</b>
3.1 Apresentação e formato do produto.....	144
3.2 Público alvo.....	147
3.3 O impacto esperado na comunidade.....	148
<b>4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO .....</b>	<b>150</b>
4. 1 Manual de uso do Produto.....	150
4.2 Proposta de aplicação na comunidade. ....	152
4.3 Devolutiva para a comunidade participante.....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

Este relatório visa apresentar o levantamento e a análise de projetos e ações de educação patrimonial, desenvolvidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)<sup>3</sup>, especificamente os que competem à superintendência estadual de Goiás, ou seja, o Iphan-GO. O estudo sublinha, sobretudo os projetos realizados entre os anos de 2009 e 2021. O período diz respeito ao estabelecimento de um dos marcos institucionais da Educação Patrimonial no Iphan: a implementação das Casas do Patrimônio, atualmente, designadas como Redes do Patrimônio.

A proposta em questão surgiu ao considerar a relevância da atuação da autarquia federal nos processos de preservação do patrimônio cultural do Estado de Goiás a partir da execução de uma série de propostas, dentre as quais aquelas que competem à área de educação patrimonial. Com efeito, a partir da identificação, do mapeamento e da análise deste conjunto de projetos, a pesquisa contribuirá no sentido de sistematizar e divulgar a trajetória do Iphan em Goiás, principalmente na execução de ações de educação patrimonial voltadas à preservação e à valorização do patrimônio cultural da unidade federativa. Nesse sentido, o estudo se constitui em uma relação esquematizada de informações que procura destacar a importância da prática de educação patrimonial no tocante aos processos de preservação e à dinâmica entre sujeito e seu patrimônio cultural.

Nos mestrados profissionais, além do Relatório Técnico ou da Dissertação, ao final do estudo, deve ser desenvolvido a materialização dos resultados da pesquisa por intermédio da elaboração de um produto resultante dessa. Ademais, os produtos são um meio de aplicar os conhecimentos adquiridos acerca de uma área, bem como produzir subsídios para os que ingressam no campo. Assim, considerando a modalidade profissional e visando à devolutiva para a sociedade, o produto proposto nesta pesquisa é um livro em formato E-book que tem como foco a sistematização de ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan em Goiás.

Mas, para tanto, é preciso, primeiro, frisar que em meio às múltiplas concepções voltadas as ações educativas com foco no patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no desempenho de suas funções, criou a definição atual

---

<sup>3</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é entendido como uma autarquia Federal ligada ao Ministério da Cidadania que tem por função a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. O instituto foi fundado em 13 de janeiro de 1937 a partir da Lei nº 378. Sua responsabilidade enquanto instituição é resguardar e agenciar os Bens Culturais do Brasil, de modo que garanta sua conservação e desfrute pela sociedade.

de educação patrimonial. Por intermédio da Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan (Ceduc/Iphan) e sob a coordenação de Sônia Rampim Florêncio, atualmente, o termo é concebido como:

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então trata-se de Educação Patrimonial. [...] considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 16).

Nesse contexto exposto e pensado pelo Iphan, a educação patrimonial, em suma, é um modo de atuar na relação entre patrimônio e grupos sociais, além de um recurso para o entendimento sócio-histórico, independentemente se esse processo tenha origem na educação formal ou informal. Logo, enquanto instituição que trabalha com o patrimônio cultural brasileiro em suas diferentes dimensões, seja de salvaguarda, seja de usufruto pela sociedade, a promoção de ações educativas com base na educação patrimonial traduz-se como uma resposta a seu próprio encargo.

Em 2007, surgiram as discussões que resultaram em 2009 na elaboração do Projeto Casas do Patrimônio, atualmente denominado Redes do Patrimônio. O projeto das Casas do Patrimônio possui em sua composição um plano pedagógico que diz respeito às ações de educação patrimonial, bem como de capacitação. Tais ações foram pensadas para promover e contribuir com a edificação do conhecimento e o envolvimento da sociedade, em prol do aprimoramento da gestão, salvaguarda, proteção, valorização e igualmente do desfrute do patrimônio cultural. Aliás, também responde à demanda de estabelecer um diálogo renovado entre Iphan, sociedade e poderes públicos locais. Esse projeto se configura, para o Iphan, como um dos elementos resultantes de um marco institucional oriundo de uma série de discussões internas que tiveram início em 2007 (IPHAN, 2015, p. 502). O Iphan-GO conta com três Casas do Patrimônio, uma na Cidade de Goiás, uma em Pirenópolis e outra em Goiânia. As duas primeiras ainda abrigam os Escritórios Técnicos do Iphan no Estado e a terceira, a sede do instituto.

Assim, o estudo se aterá, sobretudo às ações de educação patrimonial, elaboradas entre 2009 e 2021, com objetivo de identifica-las e entender a relevância e relação que o Projeto Casas do Patrimônio teve no processo de promoção dessas ações educativas. Neste recorte temporal, o referido projeto, implantado em 2009, será um parâmetro para estabelecer as

análises das ações de educação patrimonial realizadas pelo Iphan-GO. Nesse sentido, procura-se compreender o impacto das Casas do Patrimônio para o campo da educação patrimonial no Estado de Goiás no que diz respeito à quantidade de ações educativas realizadas desde a implantação do projeto. Do mesmo modo, pretende-se verificar se houve o estabelecimento de uma nova relação do Iphan-GO com as comunidades locais mediante ações desenvolvidas pelas três Casas do Patrimônio.

Esses locais, a partir de 2009, tornaram-se referências físicas do Iphan, de onde decorrem as propostas e o desenvolvimento de ações de educação patrimonial que levam o nome do instituto. Entretanto, essa incumbência não é uma mera tarefa que consiste em elaborar e executar ações educativas. Trabalhar com o patrimônio cultural exige um diálogo permanente com as comunidades, que precisa ser estabelecido desde o início do processo, portanto, a educação patrimonial deve, já neste momento, ser considerada e apresentada, contudo, tal processo apresenta dificuldades:

O desafio maior da Educação Patrimonial hoje, no Brasil, é justamente o de torná-la um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, o que significa incorporá-la como atividade *pari passu* e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial, fomentando, desde muito cedo, uma relação próxima e dialógica com as comunidades do lugar em que se vai atuar (SCIFONI, 2015, p. 197).

Para uma educação patrimonial satisfatória e transformadora, assim, faz-se preciso superar esses entraves que a restringem um encargo de atividade apêndice dentro dos processos de preservação. Nesse contexto, a parca atenção que é destinada à prática se traduz em um diálogo limitado e pouco amistoso com a sociedade em que será aplicada:

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (TOLENTINO, 2016, p. 44).

Trabalhar com o patrimônio cultural na perspectiva educativa exige cautela e dedicação, pois se espera com a educação patrimonial promover juntamente com as comunidades locais reflexões críticas acerca da pauta que envolve, entre outras questões, o que estes indivíduos consideram como sendo ou não seu patrimônio cultural. Em uma sociedade marcada pela diversidade, como a brasileira, nem todos os sujeitos irão se sentir representados por todo o conjunto de bens patrimoniais, sobretudo os tutelados pelo Estado.

Por sua vez, o interesse pelo tema parte da potencialidade para tais contribuições e principalmente do anseio de compreender como Iphan-GO, enquanto instituição responsável pela promoção, salvaguarda e usufruto do patrimônio cultural goiano, vem atuando frente à realização da educação patrimonial.

Nesse sentido, as problematizações que orientam nosso estudo são: Qual a concepção de educação patrimonial alicerça as propostas de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan-GO? As ações educativas, desenvolvidas pelo Iphan-GO entre 2009 a 2021, são consoantes à definição apresentada pelo instituto para educação patrimonial? Qual é o impacto do Projeto Casas do Patrimônio na promoção de educação patrimonial pelo Iphan-GO? O número de ações desenvolvidas pelo Iphan-GO é significativo? De que modo é estabelecida, nesses projetos desenvolvidos, a relação entre sujeito histórico e referência patrimonial? O Iphan-GO, ao desenvolver ações educativas aprofundou seu conhecimento sobre os grupos sociais envolvidos? Se sim, como processou este conhecimento? Este alterou seu modo de atuar?

Diante de tais problemáticas, foi elencada a seguinte hipótese que poderá ou não ser confirmada por meio da pesquisa, da análise documental e das entrevistas. A implementação do Projeto Casas do Patrimônio em 2009, produziu mudanças de ordem conceitual e institucional, operando transformações em níveis quantitativos e qualitativos nas ações propostas a partir da data supracitada e na colaboração para uma nova relação do órgão com as comunidades locais e suas referências culturais. Nesse sentido, parte-se da suposição de que as ações educativas desenvolvidas pelo Iphan-GO no período em estudo atendem aos conceitos de educação patrimonial propostos e definidos pelo Instituto para aquele dado contexto.

Portanto, nosso objetivo de estudo é o levantamento e à análise das propostas e ações de Educação Patrimonial, desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Goiás, entre os anos de 2009 a 2021, de modo a identificá-las e compreender a relevância que o Projeto Casas do Patrimônio passa a ter para promoção das mesmas para o Iphan no Estado.

Para isso, nosso *corpus* documental é composto por fontes escritas, que correspondem aos documentos do Iphan disponíveis na biblioteca e no arquivo da sede do instituto em Goiás, localizada na cidade de Goiânia, onde se encontram projetos de Educação Patrimonial, publicações, relatórios de ação e gestão. Do mesmo modo, analisamos fontes iconográficas como fotografias, convites, cartazes que podem ser identificadas nos projetos, no site do Iphan e em arquivo pessoal. Ainda no que se refere aos procedimentos para a coleta de dados,

recorremos às fontes orais, que, no caso específico, se materializarão em entrevistas com servidores e ex-servidores do Iphan em Goiás.

Ademais, para edificar o estudo e responder nossas problematizações metodologicamente, dividimos a pesquisa em três fases. A primeira etapa foi dirigida à análise das fontes escritas, que corresponde ao *corpus* documental que o Iphan-GO guarda acerca da temática abordada, e também iconográficas, dentre elas, as encontradas nos planos de ações de Educação Patrimonial e no site do Iphan. A segunda etapa trata, por sua vez, da análise das fontes orais, que se traduzem no diálogo com os técnicos e ex-técnicos do instituto. Em função da pandemia do Covid-19<sup>4</sup> e visando seguir os protocolos de segurança, as entrevistas serão realizadas em ambiente virtual via plataforma Google Meet.

Não menos significativa, a terceira e última fase dos procedimentos se finalizará com a elaboração do produto, um livro em formato E-book. Neste material, serão apresentadas a sistematização e a divulgação da trajetória do Iphan em Goiás, especialmente na execução de ações de educação patrimonial direcionadas à preservação do patrimônio cultural do Estado. Com efeito, a finalidade dessa publicação é produzir uma devolutiva para a sociedade, sobretudo se apresentando como um recurso para auto avaliação do Iphan na condução das ações de educação patrimonial no Estado de Goiás. Aliás, visa atender também aos múltiplos outros fins como o de inspirar a comunidade escolar a propor suas próprias iniciativas de educação patrimonial e os pesquisadores a aprofundar os estudos sobre o campo.

Assim, como exigência dentre os procedimentos metodológicos, toda pesquisa também demanda ser norteada por referenciais teóricos, como base para sua edificação. Partindo dessa premissa, além de considerar a concepção de educação patrimonial, nos aspectos referentes ao embasamento teórico, esta pesquisa se alicerça nos conceitos de patrimônio cultural, memória e identidade, indispensáveis para a análise dos projetos desenvolvidos pelo Iphan-GO. Partindo dessa premissa, neste estudo, há o diálogo, sobretudo com a seguinte historiografia: Regina Abreu (2009), Sandra Pelegrini (2009), Maria Cecília Londres Fonseca (2001, 2009), Paula De Paoli (2012), Sônia Rampim Florêncio (2014, 2015, 2016, 2019), Márcia Chuva (2012, 2015, 2017, 2020), Átila Tolentino (2016, 2018), Simone Scifoni (2015, 2019), Cléo Oliveira (2019), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (2007), Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989), Tomáz Tadeu da Silva (2000) e Stuart Hall (2019).

---

<sup>4</sup> O primeiro caso de Covid -19 foi identificado na China em dezembro 2020, tomando proporções pandêmicas rapidamente com casos constatados em vários países, inclusive no Brasil. Em 2021, apesar do início da vacinação, ainda é necessário manter os protocolos de segurança, em virtude de a pandemia ainda não estar controlada e do surgimento de novas variantes do vírus.

Quanto à estrutura, o relatório foi dividido em quatro partes. A primeira, intitulada **O patrimônio cultural: trajetória e atuação do Iphan em Goiás**, a abordagem centra-se especialmente na atuação do Iphan em Goiás, sobretudo na promoção de projetos e ações de educação patrimonial, nos quais os bens selecionados para pesquisa estão permeados e podem ser identificados. Assim, percorre-se brevemente pela institucionalização da proteção do patrimônio cultural em Goiás com a criação do SPHAN no ano de 1937 e a introdução das discussões sobre educação patrimonial no cenário institucional com o desenvolvimento de projetos educativos. Nesse sentido, o foco recai especialmente sobre os que competem à jurisdição de Goiás, em função do recorte espacial do estudo. Neste item, por sua vez, também são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos, com exposição da organização metodológica da pesquisa e de seus conceitos orientadores.

Na segunda parte, **Reflexões e análises sobre a educação patrimonial no Iphan em Goiás: projetos e ações**, são abordados, primeiramente, as ações e os projetos executados pelo Iphan em Goiás anteriores à implantação das Casas do Patrimônio, isto é, ao ano de 2009. Posteriormente, são tratados os projetos levantados que foram realizados no contexto de execução a partir deste marco institucional da educação patrimonial no Iphan. Por fim, são analisados os projetos mais recentes que o órgão desenvolveu no Estado no campo da educação patrimonial.

Na terceira parte intitulada **Livro digital - Educação patrimonial no Iphan em Goiás: reflexões, práticas e sugestões**, o foco volta-se para a apresentação da proposta de produto selecionado. Assim, serão abordados o formato definido deste produto, o público-alvo e o impacto esperado.

Por fim, na quarta parte do relatório denominada **Proposta de Aplicação do Produto**, será apresentado o manual de uso do livro. Do mesmo modo, procura-se especificar uma proposta de aplicação na comunidade, além de orientar como apresentar a devolutiva para os participantes.

## 1. O PATRIMÔNIO CULTURAL: TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO DO IPHAN EM GOIÁS

*Fechado. Largado.  
 O velho sobrado colonial  
 de cinco sacadas,  
 de ferro forjado,  
 cede.  
 Bem que podia ser conservado,  
 bem que devia ser retocado,  
 tão alto, tão nobre-senhorial.  
 O sobradão dos Vieiras  
 cai aos pedaços,  
 abandonado.  
 Parede hoje. Parede amanhã [...]*

*Quem se lembra?  
 Quem se esquece? [...]*

*Bailes e saraus antigos.  
 Cortesia. Sociedade goiana [...]*

*O Passado... [...]*

*Cora Coralina*

Este item aborda o bem cultural selecionado para a pesquisa, transitando por sua discussão central: a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás, sobretudo na execução dos projetos de educação patrimonial. Para tanto, trata-se brevemente da institucionalização da proteção do patrimônio cultural em Goiás, após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937 e, posteriormente, a abordagem centra-se nas discussões acerca de educação patrimonial no âmbito de suas práticas para a preservação e a valorização do patrimônio. Em razão do recorte espacial do estudo, a ênfase recai sobre a atuação da superintendência estadual do Iphan em Goiás na execução de projetos e ações de Educação Patrimonial. Por fim, foca-se na apresentação dos pressupostos teórico-metodológicos, com a estrutura metodológica da pesquisa e os seus conceitos norteadores.

### 1.1 Órgão federal de proteção patrimonial em Goiás

Os bens culturais, abordados nesta pesquisa, encontram-se no centro do desenvolvimento dos projetos e das ações de educação patrimonial, promovidos pelo Iphan, em Goiás, e que tem como foco o patrimônio cultural. A partir da identificação, do levantamento e da análise de tais ações, entrou-se em contato com uma série de referências culturais dos goianos que foram base para a formulação dos projetos executados no Estado. Assim, a compreensão da atuação do Iphan-GO nessa esfera requer o estudo da trajetória do Instituto na preservação do

patrimônio cultural, que, no estado, apresenta seu percurso sintetizado pela atuação da Superintendência Estadual do Iphan. Para tanto, levando em consideração o tema central da pesquisa, interessa aqui, sobretudo, o papel da educação patrimonial dentro desse processo.

O primeiro passo concreto na direção da institucionalização para a preservação do patrimônio cultural no Brasil iniciou-se com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, no governo do então presidente Getúlio Vargas. O ingresso do Estado de modo efetivo na questão ocorreu no ano de 1936, no momento em que o então ministro Gustavo Capanema se movimentou em torno das iniciativas, começadas ainda nos anos 20, com objetivo de levar proteção aos monumentos e também às obras de arte nacionais. Nesse contexto, compreendendo que a questão demandaria uma ação dilatada que envolvesse também as edificações, assim como outras obras de arte, e que seria necessário cobrir toda a extensão do território nacional, Capanema recorreu a Mário de Andrade. A ideia era que o intelectual, a partir de sua experiência no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, se valesse dessa para elaborar um anteprojeto, que foi criado, mas no final sofreu algumas alterações no seu texto original. E assim, “O Sphan começou a funcionar experimentalmente em 1936, já sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade. Com a lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Sphan passou a integrar oficialmente a estrutura do MEC e foi criado o conselho consultivo” (FONSECA, 2009, p. 97).

Ainda em relação ao recém-criado órgão, este foi utilizado para investir no projeto que estava posto de constituição da nação, no sentido de aplicar uma história concreta, legitimada pela materialidade de um patrimônio que até então era o exemplar de histórico e artístico nacional oferecido. De acordo com a prática seletiva adotada, tal patrimônio demonstrou-se como um objeto predeterminado e a época estava ainda em processo para ser (des)coberto e (des)vendado (CHUVA, 2017). Neste contexto, o objetivo associado à construção da nação, dentro da instituição, passou por um processo de transformações, assim como a própria estrutura institucional. Do SPHAN até sua denominação que prevalece atualmente como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) observou-se vários rearranjos e dissensos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O Iphan foi criado a partir do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. No ano de 1946, tornou-se Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, faz-se Instituto. Já em 1979, foi agregado ao então Instituto o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e ao Programa das Cidades Históricas, e assim foi construída uma nova estrutura, composta pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e pela Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). No ano de 1990, essas foram dissolvidas e instituído o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Alguns anos mais tarde, em 1994, o IBPC começou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma designação que até hoje perdura.

De tal modo, após passar por essas várias reestruturações políticas-administrativas, o Iphan atualmente organiza sua atuação mediante uma estrutura hierárquica. Nesse organograma, cada Estado da federação possui uma superintendência que é responsável por representar o órgão. O Estado de Goiás detém uma das Superintendências Estaduais, que realiza e coordena o trabalho de preservação e usufruto do patrimônio no estado, isto é, desempenha a função do Instituto no território que circunscreve a unidade federativa, atualmente chefiada pelo superintendente Allyson Ribeiro e Silva Cabral<sup>6</sup>.

Todavia, para se chegar à denominação Iphan em Goiás, e até mesmo para que o Estado tivesse uma representação no território, precisou-se esperar por estes desdobramentos de cunho institucional em nível nacional. Logo, esse estabelecimento se deu através de um processo gradativo de instalação e atuação do órgão no Estado de Goiás.

Assim, o Estado de Goiás, por algumas vezes, foi remanejado entre as jurisdições formuladas. No ano de 1977, a representação foi oficializada como 7ª Diretoria Regional juntamente com outras Unidades da Federação. Alguns anos depois, passou a representar a 8ª Diretoria Regional, que abrangia, por sua vez, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Em 1990, a Portaria nº 16 do IBPC, de 9 de dezembro, tornou as Diretorias Regionais em Coordenações Regionais. A unidade federativa ficou neste momento sob a competência da 13ª Coordenação, ao lado do Distrito Federal. Ambos, em 1991, mudaram de instância e passaram a constituir a 14ª Coordenação Regional, com abrangência sobre os territórios de Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Por outro lado, a Portaria nº 67, de 08/04/2002, emitida pelo Iphan, modificou a designação em vigor para Superintendência Regional, com algumas mudanças em relação à composição, sendo a 14ª responsável por Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Em 2004, com uma nova estrutura organizacional, o número de Superintendências Regionais majorou, contudo, sem modificar a área de alçada da 14ª (IPHAN/COPEDOC, 2008, p. 15-25).

Uma nova reestruturação ocorreu em 2009 e determinou o organograma e a definição das unidades descentralizadas da instituição. Essa alteração foi aprovada a partir do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009:

O IPHAN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos colegiados: a) Diretoria; b) Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; e c) Comitê Gestor;

II - órgão de assistência direta e imediata do Presidente: Gabinete;

---

<sup>6</sup> Allyson Ribeiro e Silva Cabral é graduado em Direito, com pós-graduações em Didática e Metodologia do Ensino Superior e em Direito Público. Atuou como chefe de gabinete, assessor parlamentar, jurídico, técnico e como professor universitário. Foi nomeado para o cargo de Superintendente do Iphan em Goiás em 2019.

III - órgãos seccionais: a) Procuradoria Federal; b) Auditoria Interna; e c) Departamento de Planejamento e Administração

IV - órgãos específicos singulares: a) Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; b) Departamento de Patrimônio Imaterial; e c) Departamento de Articulação e Fomento;

V - órgãos descentralizados: a) Superintendências Estaduais; e b) Unidades Especiais: Centro Nacional de Arqueologia, Centro Cultural Sítio Roberto Burle Max, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e Centro Cultural Paço Imperial (BRASIL, 2009, p. 3).

Portanto, a designação Superintendência do Iphan em Goiás deriva da promulgação desse Decreto que revogou o de nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que as entendia como Superintendências Regionais. Com efeito, da sua publicação em 2009, foi aprovada a estrutura regimental do órgão<sup>7</sup>, no qual as superintendências apresentam jurisdição estadual. São vinte e sete, uma em cada unidade federativa e estão ligadas diretamente à Presidência do Iphan. Na época da adesão à essa nova estrutura organizacional, Salma Saddi Wares de Paiva era superintendente do Iphan em Goiás e permaneceu no órgão até 2019, mas sua história, sua relação com o mundo do patrimônio cultural começou muito antes. Em entrevista realizada em 26 de novembro de 2021, Salma Saddi afirma que:

Eu entrei definitivamente para o quadro do Iphan, no dia 26 de dezembro de 1983, com a carteira assinada. Em 1988 nós passamos para regime jurídico único e fiquei todos esses anos lá. Nem sempre fui superintendente. Comecei minha vida no Iphan no Escritório Técnico de Goiás. Eu era como uma secretária. Tive dois ou três chefes. Quando a Cristina Portugal veio para Goiânia, eu assumi a chefia do escritório. Depois, fui convidada pela presidência do Iphan para assumir a superintendência do Iphan em Goiânia. Eu relutei muito porque eu tinha dificuldade de sair da Cidade de Goiás (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021).

Com efeito, como Salma Saddi indica em sua fala o Estado de Goiás, além da Superintendência Estadual do Iphan, conserva ainda os Escritórios Técnicos localizados na Cidade de Goiás e em Pirenópolis, configurados como Casas do Patrimônio. Há também uma terceira Casa do Patrimônio que fica instalada na sede da superintendência em Goiás, na capital do Estado.

Os Escritórios Técnicos são supervisionados técnica e administrativamente pelas Superintendências as quais estão diretamente subordinados. Estes ficam situados em conjuntos urbanos tombados, as denominadas Cidades Históricas. Para a realização de suas atividades, possuem chefia e um corpo técnico. Já a respeito de suas atribuições, o Regimento Interno do Iphan, aprovado com o despacho da Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012 em conformidade com o

---

<sup>7</sup> O mais recente marco legal sobre a estrutura organizacional do Iphan, é o Decreto nº238, de 15 de dezembro de 2017. Nele, é disposto uma nova estrutura regimental para o órgão com algumas pequenas alterações em relação ao fixado em 2009, manifestando sobretudo sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Mas, nesse sentido, permanecendo com a ideia de uma superintendência responsável por cada Estado da Federação.

disposto no Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, diz que a estes espaços competem as seguintes incumbências:

- I - executar, no âmbito de sua circunscrição, as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência a qual estejam subordinados;
- II - Gerenciar, instruir e orientar processos, no âmbito de sua circunscrição e de sua competência;
- III - promover ações de articulação institucional com o poder público e sociedade locais, em consonância com as diretrizes institucionais de articulação, fomento e promoção estabelecidas; e
- IV - propor, elaborar e acompanhar projetos e atividades referentes às ações institucionais, em sua circunscrição e área de competência (BRASIL, 2012, p. 69).

A partir desse detalhamento da estrutura organizacional do órgão apresentada pela referida portaria é observado que os Escritórios Técnicos foram pensados para administrar o patrimônio tombado e registrado localmente por intermédio de fiscalização, orientação, gerência do patrimônio cultural e proposição, planejamento, execução de ações voltadas para este e com fins de articulação do órgão com o poder público e a sociedade locais. Assim, tais espaços atuam como canais avançados localmente da instituição. Nesse sentido, a Superintendência do Iphan em Goiás conta com duas dessas ramificações locais do órgão para supervisão do patrimônio goiano. O que é um diferencial em relação as demais jurisdições que são responsáveis cada uma por apenas um escritório.

No entanto, antes desse processo se concretizar e, portanto, o Iphan começar suas atividades oficialmente com uma representação em Goiás, os serviços do Instituto já estavam sendo requisitados. Contudo, nesta ocasião, de modo isolado a partir de alguns tombamentos. Ademais, como exposto anteriormente, algumas transformações ocorreram desde sua instalação no território goiano até os dias atuais, não apenas para acompanhar as modificações internas do próprio Iphan, mas também para satisfazer a demanda de uma atuação mais robusta em prol do patrimônio do Estado em questão.

Assim, o Iphan iniciou sua atuação em Goiás de forma extraoficial entre a década de 1940 e 1950 quando realizou alguns tombamentos de edifícios e conjuntos arquitetônicos isolados. O tombamento é um instrumento de preservação do patrimônio material criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Caracteriza, assim, pela inscrição do bem em um ou mais Livros do Tombo, previstos no Art. 4º do Decreto-Lei nº 25. De acordo com tal artigo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, histórico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Arte e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Neles são inscritos os seguintes bens:

- 1º) no Livro do Tombo Arqueológico, histórico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3º) no Livro do Tombo das Belas Arte, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que incluïrem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 1937).

Antes das inscrições desses bens em um ou mais Livros do Tombo, no entanto, é necessário, para a efetivação do tombamento, seguir alguns procedimentos administrativos. Após a indicação para o tombamento, inicia-se a abertura do processo que perpassa pelo recebimento de dados, como o número e o nome do bem indicado, a cidade e o Estado em que está situado. Mesmo que qualquer indivíduo da sociedade pudesse fazer essa indicação, não foi isso que aconteceu nos primeiros anos de funcionamento do órgão. Em geral, essas foram emitidas pelos agentes da instituição, o que levou a não apresentação nestes processos da motivação da recomendação para o tombamento (CHUVA, 2017).

Em Goiás, entre as primeiras ações nesse sentido, e que marcaram o início da atuação do Iphan no Estado, está o tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Pirenópolis, realizado em 1941 (ALEXANDRIA, 2011, p. 103). Após Pirenópolis, alguns anos mais tarde houve tombamentos de edificações na Cidade de Goiás:

Em 1950, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou, por meio da inscrição no Livro do Tombo das Belas-Artes, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (construída em 1779), a Igreja de São Francisco de Paula (1761), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1790), a Igreja de Santa Bárbara (1780). No Livro do Tombo Histórico, foi registrado o Quartel do Vinte (1747). Em 1951, no Livro do Tombo das Belas-Artes, ocorreu a inscrição da Casa de Câmara e Cadeia (1761); do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), da Casa de Fundação e do Palácio Conde dos Arcos (construções contíguas que resultam de adaptações realizadas em cinco edifícios residenciais, datadas do início do século XVIII) (DELGADO, 2005, p. 118).

A partir dessa lista de tombamentos, percebe-se que prioritariamente foram indicados e inscritos nos Livros de Tombo os patrimônios edificados que remetem ao poder político, econômico e, sobretudo, religioso da cidade, testemunhos do período colonial. Logo, foi uma seleção fundada na materialidade dos bens e na ideia de nação que se buscava construir para o país. Alguns desses espaços e prédios foram tombados isoladamente<sup>8</sup>, pela Diretoria do

---

<sup>8</sup> Em 1950 foram tombados, na Cidade de Goiás, isoladamente pelo Sphan: a Igreja São Francisco de Paula, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Nossa Senhora D' Abadia, a Igreja Boa Morte, a Igreja de Santa Barbara e a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Em 1951, foram tombados, por sua vez: Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atualmente Museu das Bandeiras (MUBAN); Palácio Conde dos Arcos, armas de Portugal, dois Bustos

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), não conferindo uma proteção por parte do órgão a toda a cidade, ou ao centro histórico e seu entorno.

Em relação especificamente à Cidade de Goiás, essa recebeu inicialmente uma negativa de tombamento de todo o seu perímetro pela ausência de aspectos coloniais que se relacionariam à ideia de nação que se queria construir no momento. Para o então diretor do serviço, Rodrigo Melo Franco de Andrade, “somente através dessa marca humana seria possível recompor o caráter nacional do país, através desses bens por ele chamados de documentos de identidades” (RUBINO, 1992, p.111). Nesse contexto de argumentação, a Cidade de Goiás recebia a negativa de seu tombamento:

O pedido de tombamento da Cidade de Goiás é indeferido, posto que o colonial em Goiás é considerado, nesse momento, como singelo, não existindo obras de destaque. Argumenta-se também que a cidade estava desfigurada do seu aspecto tradicional, na medida em que parte da arquitetura havia passado por reformas e os edifícios apresentavam fachadas maquiadas por platibandas e outros ornamentos que faziam referência ao *eclétismo* [...] contribui para que os primeiros pedidos de tombamento sejam negados [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 73).

Pela falta de seus aspectos tradicionais arquitetônicos, que já tinham sofrido algumas intervenções, e pelo colonial estar presente de modo bucólico nestas edificações, diferentemente do que era presenciado em Ouro Preto e outras cidades mineiras, o processo de tombamento da Cidade de Goiás foi procrastinado. Assim, o que ocorreu na década de 1950 foi uma ação isolada que não visava a uma intervenção em todo o espaço urbano. Após essa fase de tombamentos, mesmo que individuais, a atuação do instituto ficou estagnada por alguns anos, para que pudesse vivenciar uma nova fase de intervenções na cidade.

Enquanto novas intervenções não aconteciam, a cidade foi se construindo em um território de conflitos entre o órgão federal e os moradores locais. Assim, nesse meio tempo em que as intervenções do Iphan apresentavam estagnação, parte da sociedade local não deixava de ver a sua atuação com desconfianças, austeridades e, alimentar descontentamento, desde as primeiras interferências na cidade. “Para alguns vilaboenses, se apresentava como restituição da autoestima e do valor singular da cidade; para outros, trazia inúmeros questionamentos, que indicava o receio de que mais *perdas* pudessem acontecer” (TAMASO, 2007, p.132).

Ao observar a atuação do Iphan na cidade de Goiás, alguns moradores realizavam uma ponte com a transferência da capital para Goiânia em 1937 e as consequências dessa, o que produzia sensações similares em relação ao que viria ocorrer com a presença do órgão federal

---

em pedra e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Praça Brasil Caiado (Largo do Chafariz) e Rua da Fundação. Já em 1953, foi tombada a Igreja de São João Batista no antigo Arraial do Ferreiro.

na cidade. Nesse sentido, segundo Delgado, “O ato do governador Mauro Borges e, principalmente, a ação do órgão federal do Patrimônio representavam a imposição de uma identidade de monumento do passado para uma cidade que, até poucas décadas, era símbolo da história do tempo presente” (DELGADO, 2005, p.117).

Alguns moradores não queriam ver e/ou ter a imagem da cidade atrelada ao passado, ao que já foi, mas sim ao presente, à ideia de progresso e modernidade que outras cidades estavam vivenciando. Eles não queriam que insurgissem outras perdas. No *Jornal Cidade de Goiás* (GO) de 1960, edição 000737, em uma chamada intitulada *A margem do Progresso*, Octo Marques<sup>9</sup> aborda as desconfianças em relação ao tombamento da cidade:

Muito se tem compactado a respeito do tombamento de Vila Boa, como Cidade Histórica. No seio da nossa população, nota-se que o caso gera rebeldia, embora esse protesto seja manifestado de maneira pacata, conforme ordena a índole educada da gente da terra. A verdade é, que de um certo lustro de anos para cá, a Cidade de Goiás tem sido de má sorte; ou melhor dizendo determinados acontecimentos oriundos do capricho de misteriosas fontes, teem [têm] prejudicado sensivelmente os verdadeiros destinos desta localidade. O Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, escolhendo Vila Boa como uma das suas prêzas [presas], obrou em puro engano, Goiás acha-se bastante longe de igualar-se a Ouro Preto, Barbacena ou Sabará, em Minas Gerais porquanto, aqui, com exceção feita de alguns poucos edifícios antigos, e mais dois chafarizes públicos, nada mais possuímos de autenticidade colonial (JORNAL CIDADE DE GOIAZ, 1960, p. 01).

Na manchete do jornal, o SPHAN, atualmente designado Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (Iphan), é tratado de forma nítida como vilão para o progresso das cidades onde ele se propunha a realizar suas ações. Além disso, o texto defende que o órgão não teria motivos sólidos para desejar tombar a Cidade de Goiás. Com efeito, os moradores só não teriam reagido a essa empreitada de modo mais ríspido, pois a educação que receberam assim pedia. Ainda de acordo com Octo Marques, acontecimentos como a tentativa do tombamento da cidade redirecionou o futuro dela.

No entanto, isso não impediu o órgão. E, mesmo em meio a esses conflitos com os vilaboenses, uma segunda onda de intervenções na Cidade de Goiás ocorreu em outubro de 1975, quando a então responsável pelo núcleo do Iphan que atuava na cidade, Belmira Fina-geiv<sup>10</sup>, procedeu com algumas ações. Ela encaminhou ao órgão federal uma cópia da lei de nº 16, que previa a preservação do percurso ao redor da Praça Dr. Brasil Ramos Caiado e da Rua

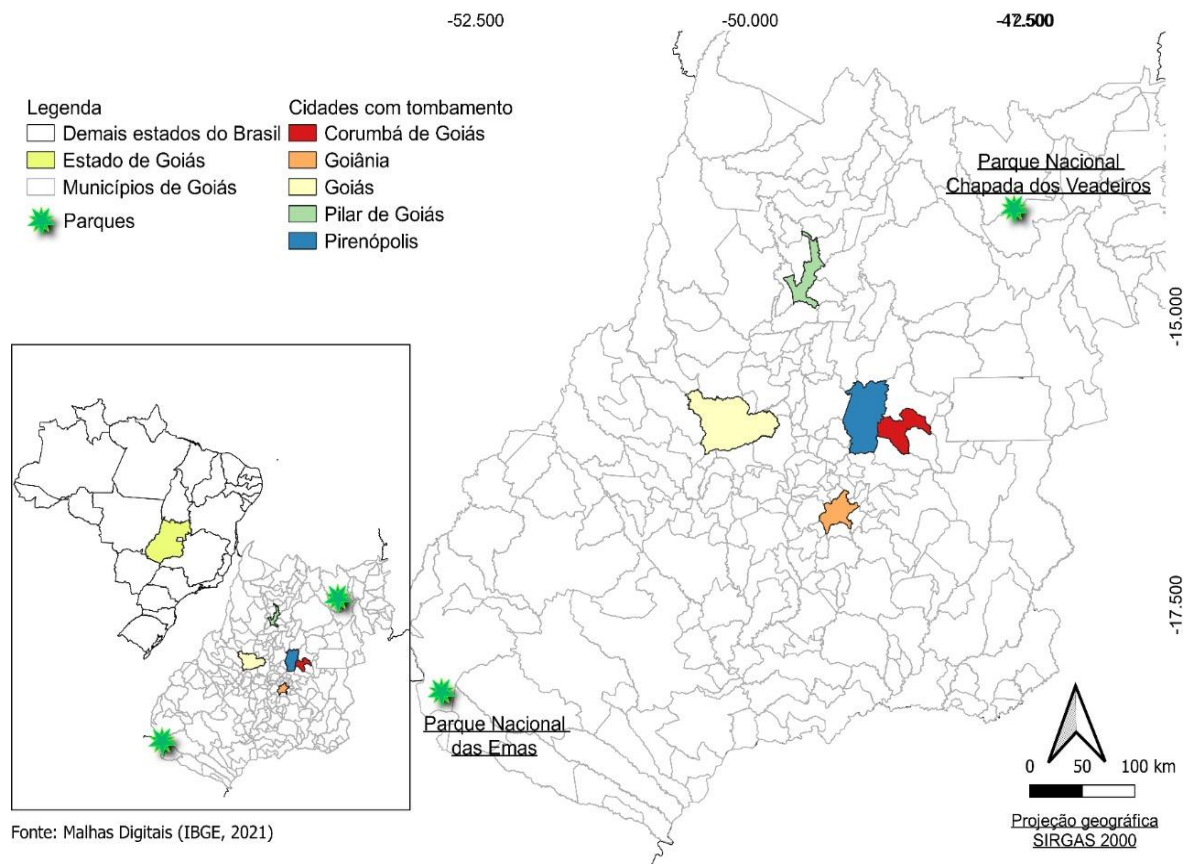
<sup>9</sup> Octo Marques nasceu na Cidade de Goiás, no dia 8 de outubro de 1915 e faleceu em 1988, no dia 22 de abril, na cidade de Goiânia. Marques era autodidata, pintor primitivista e escritor.

<sup>10</sup> Foi arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio Histórico e da região Centro – Oeste. Em 1960 implantou as atividades do Iphan em Goiás, após sua trajetória no órgão no Rio de Janeiro.

de Fundação, já tombadas pelo Iphan, solicitando também o tombamento do “Roteiro preservado pela lei supracitada”. A pretensão era realizar os tombamentos e aprovar leis que regulamentavam as intervenções nesses espaços, para só então iniciar uma aproximação da sociedade vilaboense. Esse processo prosseguiu e, em 1976, recebeu um parecer com aprovação unânime do Conselho Consultivo do Iphan a respeito da “extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás”, sendo homologado no dia 18 de agosto de 1978. Um mês depois, o conjunto foi inscrito nos seguintes livros do tomo: no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas Artes (TAMASO, 2007).

Vale pontuar que essas intervenções não ficaram centradas apenas na Cidade de Goiás e Pirenópolis que aqui tiveram exemplos mencionados. O conjunto das primeiras cidades goianas que tiveram alguns bens tombados isoladamente pelo Iphan pode ser observado no mapa a seguir:

**Mapa 1:** Cidades goianas com bens tombados isoladamente pelo Iphan - GO



**Fonte:** Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2021.

No mapa acima, além de Pirenópolis e Goiás, identificam-se três outras cidades que tiveram edificações tombadas: Pilar de Goiás, Corumbá de Goiás e Goiânia. Observa-se que, exceto Goiânia, todas as outras são cidades coloniais. Assim, “o país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens moveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados” (RUBINO, 1996, p.97). Como observado, no caso da Cidade de Goiás essa característica que remetia a tal tempo privilegiado foi contestado e levou ao indeferimento de seu tombamento naquele primeiro momento, pois se apresentava de forma singela e com marcas de desfiguração. Logo, indicando que esses critérios eram zelosamente levados a sério. Mas passada essa fase como já pontuado outra relação começou a ser estabelecida entre a autarquia federal e a cidade, neste contexto não o que diz respeito aos vilaboenses e sim, entre a dimensão patrimonial do conjunto urbano.

Já no ano de 2001, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) conferiu à Cidade de Goiás o título de Patrimônio da Humanidade. Nesse cenário, a atuação do Iphan no tombamento e a visibilidade que o espaço recebeu em âmbito nacional colaboraram para que ele fosse reconhecido e visto em nível mundial. Nessa ocasião, o Instituto não agiu sozinho. “O momento conjuntural de elaboração do Plano Diretor e do Dossiê de Goiás caracterizou-se pela aliança entre Iphan, entidades culturais e prefeitura municipal com o objetivo de elaborar propostas para a cidade, orientadas pela preservação do patrimônio histórico” (DELGADO, 2005, p. 132). O Iphan, nesse processo, foi mais um dos colaboradores, mas houve algumas ocasiões em que sua atuação foi essencial nessa construção.

No momento em que se precisou reforçar o caráter excepcional da Cidade de Goiás para o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), destaca-se a ação dos técnicos do Iphan para que o critério fosse considerado dentro das especificidades da cidade e, assim, não se perdesse a possibilidade do título. Esse caráter de singularidade foi defendido pelo arquiteto e consultor do órgão Augusto C. da Silva Telles. Em síntese, ele argumentou, de modo a reforçar pontos já elencados no tópico do Dossiê, sobre contestação pelo ICOMOS e adicionou a noção de que Goiás possuía uma arquitetura vernácula que instituiu e produziu influência sobre uma extensa região, isto é, a do Planalto Central sul-americano brasileiro. E essa ingerência é manifestada nos núcleos urbanos das cidades goianas congêneres Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar, Natividade, Traíras e Niquelândia. Nesse quesito, percebe-se uma concepção que o Iphan carrega consigo, desde sua criação, que é o aspecto colonial, utilizado

em 1999 pelos arquitetos e restauradores do órgão para justificar a excepcionalidade, a autenticidade, a integridade e, portanto, o título para a Cidade de Goiás (TAMASO, 2007, p. 172-174).

Enquanto ajudava a trazer o título para a Cidade Goiás, o Iphan seguia dirigindo suas atenções para outras empreitadas no Estado, ou seja, a sua atuação no período não se resumiu apenas a busca pelo título. No que se refere às ações do Instituto em Goiás, nos últimos anos destaca-se o restauro da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Pirenópolis (2006), que levou à recuperação total do antigo edifício. Também na cidade, outra ação de proeminência foi o restabelecimento da ponte sobre o rio das Almas, antiga ponte pênsil que compreende um marco simbólico no que se refere à fundação da cidade. Outro destaque foi a restauração da sede e da capela da Fazenda Babilônia (2007-2008) que possui muros em pedra construídos por pessoas escravizadas. Também sob a supervisão do instituto, ocorreu, na cidade de Corumbá de Goiás (Ver mapa 1), a restauração do Casarão da Cultura (2007) e a ação de restauro e conservação do Convento da Ordem Dominicana (2007). Já em Pilar de Goiás (Ver mapa 1), realizou-se o restauro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês (2008). Enquanto em Goiânia, foi executada uma parceria entre o Iphan em Goiás e a Prefeitura Municipal que viabilizou o restauro do trampolim e da mureta do Lago das Rosas, ambos tombados e com datação da década de 1940. O restante do Parque Lago das Rosas passou pela mesma intervenção. (IPHAN, 2015).

Essa foi um pouco da atuação do Iphan em Goiás frente ao patrimônio dito material, o primeiro a receber acenos do órgão. Isso ocorreu em função de que acompanhando a concepção de patrimônio brasileiro empenhada pelo órgão em nível nacional, o patrimônio imaterial, natural e arqueológico por sua vez, esperou um pouco mais nessa linha de processos para ter reconhecimento e proteção por parte da instituição. Mas, em ações mais recentes, em 2007, a partir de uma parceria com o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), a superintendência do Iphan em Goiás realizou a documentação do Patrimônio imaterial do estado. Assim, foram registrados a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e os bens Ritxòkò: expressão artística e cosmológica dos Karajá e os saberes e as práticas vinculados ao modo de fazer Bonecas Karajá. Ademais, foi feita a proteção do patrimônio arqueológico que atualmente possui 1.246 sítios cadastrados, e também dos parques nacionais, que são os da Chapada dos Veadeiros e das Emas (IPHAN, 2015).

Ainda em relação à atuação do órgão federal no Estado, novamente com ações voltadas ao patrimônio material a partir do “PAC Cidades Históricas”, programa do governo federal que teve início no ano de 2013, o Iphan em Goiás, conduziu oito obras divididas entre a antiga e

atual capital do Estado. Na Cidade de Goiás, realizou a requalificação do Cine Teatro São Joaquim, a restauração do Mercado Municipal e da sede da prefeitura. O órgão procedeu também com a restauração do casarão da Escola de Artes Veiga Vale, a recuperação da Ponte da Cambaúba, a requalificação da Sede da Diocese de Goiás e a instalação do arquivo diocesano. Por sua vez, em Goiânia (Ver mapa 1), no contexto do programa, houve a restauração da Estação Ferroviária e a requalificação da Praça Dr. Predo Ludovico Teixeira/Praça Cívica. Cabe ressaltar que algumas dessas obras foram feitas juntamente ou executadas pelas prefeituras das respectivas cidades (IPHAN, 2019).

Isso é um pouco de como tem sido o desempenho do Iphan no território goiano, desde os primeiros tombamentos de bens isolados no Estado. Essa atuação por vezes teve que ser repensada, redirecionada e reorganizada para que em suas práticas cotidianas institucionais conseguissem introduzir os novos conhecimentos, entendimentos e avanços que estavam vigentes no campo do patrimônio cultural no momento.

Nesse sentido é necessário pontuar que, as decisões do órgão desde sua criação não eram dadas sem fundamentos, mas endossadas em pesquisas. Ao observar em um primeiro momento a recusa do tombamento da Cidade de Goiás e os argumentos que embasaram tal decisão, nota-se que o instituto era e é um espaço em que nasciam discussões e ocorria o desenvolvimento de estudos para dar sustentação à sua atuação. A autarquia federal, ao passar por várias transformações político-administrativas desde sua criação com SPHAN, em 1937 até os dias atuais, apresentou e precisou discutir o patrimônio cultural e, de igual modo, definir o que compreendia por tal para a sociedade brasileira por uma série de vezes.

A investigação científica nas instituições de patrimônio participa da construção de legitimidade das suas ações discricionárias como a proteção e a salvaguarda. Nesse sentido, as finalidades das pesquisas no âmbito dessas instituições são, desde suas origens, produzir conhecimento a respeito de objetos, bens e práticas culturais que subsidie, por sua vez, os processos de atribuição de valor e de sentidos com vistas a sua patrimonialização e também a sua gestão e salvaguarda (CHUVA, 2015, p. 3).

Dessa forma, o Iphan tem no conhecimento uma forma de embasar sua atuação institucionalmente. Assim, a investigação científica para instituições como esse instituto, é uma forma de não proceder indiscriminadamente, sem embasamentos, sem bases lógicas para tal: é também procurar no conhecimento validação.

O entendimento da pesquisa no Iphan só ocorre quando se consegue analisar que o campo do patrimônio não sobrevém apenas como ação política, já que também é domínio de estudos. A atividade no órgão caracterizou-se mediante a convergência dos conhecimentos

especializados e da própria demanda por sua atuação. Nesse sentido, Rodrigo Melo Franco de Andrade, apreciando uma longa gestão na condução do Iphan, conseguiu estabelecer práticas de trabalho para as distintas situações, nas quais os resultados das rotinas eram traduzidos em produção de conhecimento e na formação de especialistas e estudiosos (CHUVA, 2015, p. 3). Diante dessa característica que o órgão adquiriu, foi possível discutir acerca da educação patrimonial, avançar nessas discussões e por fim institucionalizar tal temática em seu âmbito. Para mais, tal processo contribuiu para a prática com especialistas que se formavam ao passo que o tema ganhava vigor dentro da instituição.

## 1.2 Educação Patrimonial no Iphan em Goiás: conceito, histórico e problemáticas

As menções acerca da importância da educação são identificadas em vários momentos da trajetória preservacionista no Brasil em documentos, publicações e em falas de pessoas célebres do campo, tais como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio de Magalhães (FLORÊNCIO, 2015, p. 21). Ademais, são observados uma série de marcos legais, institucionais, programáticos e referências que organizaram e direcionaram a trajetória da educação patrimonial no Brasil. No quadro abaixo podemos ver a relação destes marcos:

**Quadro 1:** Marcos da Educação Patrimonial no Brasil

Legal	Institucional	Programático	Referencial
Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002	2004, o Decreto nº 5.040/04 concebe uma unidade administrativa, a Coordenação- Geral de Promoção (Cogeprom <sup>11</sup> )	Reunião Técnica de Educação Patrimonial, em Pirenópolis - GO, em 2004,	Guia Básico de Educação Patrimonial (1999)
Portaria nº 137, de abril de 2016	Em 2009 a partir do Decreto n.6844, de 7 foi criada a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc <sup>12</sup> ), sediada	I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (ENEP), em São Cristóvão - SE, em 2005	Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos (2014).

<sup>11</sup> A Coordenação-Geral de Promoção (Cogeprom) por extensão Geduc é uma unidade administrativa criada a partir do Decreto nº 5.040/04. Essa unidade era responsável pela organização, promoção e coordenação de assuntos ligados à educação patrimonial, mas em 2009 deu lugar a Ceduc.

<sup>12</sup> A partir de 2009 a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), sediada em Brasília e vinculada ao Departamento de Apoio e Fomento (DAF) a partir Decreto n.6844, de 7 de 2009, passou a coordenar, organizar e promover os assuntos relativos à educação patrimonial no Iphan.

	em Brasília e vinculada ao Departamento de Apoio e Fomento (DAF).		
Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018	-	Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, em 2008, em Pirenópolis – GO.	Educação Patrimonial: inventários participativos (2016)
-	-	I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”, em 2009, Nova Olinda –CE	-
-	-	II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, em 2011, em Ouro Preto - MG;	-
-	-	Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural sobre Práticas e Reflexões, em 2013, em Ouro Preto – MG.	-
-	-	“Seminário de 33 anos do Projeto Interação”, em 2014, em Brasília – DF	-
		Seminário de Educação Patrimonial na Arqueologia, em 2015.	

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora, 2022.

Quando se fala sobre a educação patrimonial no Brasil, duas experiências são frequentemente recuperadas pelos pesquisadores do campo: o Projeto *Interação* e a introdução do termo “educação patrimonial” no país, durante Seminário em Petrópolis – RJ, ambas datadas da década de 1980. No entanto, as práticas educativas com foco no patrimônio já eram desenvolvidas antes mesmo desse marco oficial de utilização da expressão. “Esse entendimento, ainda que não lançasse mão da expressão em debate, estava presente em práticas museológicas do século XIX e no serviço educativo do Museu Nacional, formalmente criado em 1926” (CHAGAS, 2006, p.5). Para alguns espaços museológicos ações educativas não eram uma novidade

Nesse sentido, é que compete mencionar a experiência do *Projeto Interação*. No início da década de 1980, em paralelo com a propagação da expressão “educação patrimonial” realizada durante o seminário de Petrópolis, destaca-se o Projeto *Interação*, originalmente divulgado em um seminário que contou com a presença de representantes de órgãos vinculados à então Secretaria da Cultura do MEC. A apresentação aconteceu em 1981 em Brasília. O projeto em si ocorreu em diferentes localidades do país, mas a ele não foi oferecida a perceptibilidade e atenção merecida, mesmo com o seu pioneirismo no que tange as suas concepções e práticas. Sua origem volta-se as experiências de trabalho e atuação realizadas no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC (TOLENTINO, 2016, p. 41-42; FLORÊNCIO, et al 2014, p. 8). Nas Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC é apresentada a seguinte finalidade da proposta:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

Segundo o documento, portanto, o projeto fomentava uma concepção de educação que reconhecia a diversidade cultural brasileira e que para tanto, os processos educacionais deveriam ocorrer levando em consideração estas particularidades. Assim, “buscava discutir as relações entre a educação e a cultura, comumente tratadas de forma isolada, e, concebendo a cultura no seu sentido antropológico, dava-se ênfase aos saberes e fazeres recriados e integrados aos conteúdos escolares” (TOLENTINO, 2016, p. 42).

No tocante à breve, mas revolucionária experiência do Projeto Interação, João Lorandi Demarchi (2020, p. 59), pontua que “as transformações teóricas e metodológicas que ele propôs tanto no campo cultural quanto ao campo educacional não tiveram espaço no Brasil que se renovava-conservava ao final da década de 1980. É paradoxal a sua fragilidade e a sua força. Ele teve que morrer para germinar”. Ressalta que o projeto recebeu um reconhecimento tardio e parcamente expressivo em seu contexto de execução. Ainda segundo Demarchi (2020), ele continua vivo ao inspirar a atuação de inúmeros educadores que valorizam o contexto cultural do qual os estudantes fazem parte, pretendendo alcançar a transformação social.

Logo, realizando um paralelo, a experiência de certo modo aproxima-se do que atualmente o Iphan defende como sendo educação patrimonial, bem como indica, segundo Mario Chagas (2004), que a expressão educação patrimonial foi “antropofagizada” [...] “reflexões e

práticas essas que tomam como ponto de partida a relação de indivíduos e grupos sociais com o patrimônio cultural (material e imaterial) - fazem parte desse campo amplo. A ideia de um marco zero para a educação patrimonial já não faz nenhum sentido” (CHAGAS, 2004, p. 144).

Para Chagas (2004), esse marco zero desejado, mas também inadequado, visto que já existiam ações sendo realizadas nos museus é o costumeiramente apresentado, no qual a expressão educação patrimonial foi inserida no contexto brasileiro, em 1983, no “I Seminário sobre O Uso Educacional de Museus e Monumentos” no Museu Imperial, em Petrópolis-RJ a partir da então diretora Maria de Lourdes Horta, e se embasava no conceito inglês *heritage education* (OLIVEIRA, 2019, p. 36-37). Logo, segundo as discussões, a apresentação oficial do termo, na verdade, tenta estabelecer um marco zero ou inicial para a educação patrimonial no Brasil. Contudo, assim desconsidera ou mesmo nega as experiências anteriores desenvolvidas que compartilham de elementos semelhantes com as realizadas a partir deste marco.

Mais de quinze anos após introduzir a expressão durante o evento em Petrópolis, a então diretora do Museu Nacional, Maria de Lourdes Horta, lançou, em 1999, juntamente com Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro uma publicação que se tornaria referência para as práticas, o *Guia básico de educação patrimonial*. De acordo com o *Guia*, a educação patrimonial é definida como:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. [...] A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Essa concepção de Educação Patrimonial foi seguida e reproduzida por um longo período, encontrando ainda hoje quem a tome por base. Entretanto, apesar de sua grande reprodução e de até hoje estar presente em algumas ações educativas, a concepção de Educação Patrimonial apresentada na publicação começou a receber críticas, principalmente quando se refere à “alfabetização cultural” (OLIVEIRA, 2019, p. 36-37). Tal ideia de alfabetizar culturalmente não considera a comunidade como detentora e produtora de cultura. Assim, reduz o outro a alguém que deve receber informações e que está ali para aprender sobre sua própria cultura, o que Paulo Freire (1987) chamaria de uma “educação bancária”. “Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que se julgam nada saber” (FREIRE, 1987, p. 33). Em outras palavras, eram pessoas vazias de conhecimentos e consequentemente os agentes do saber deveriam realizar um ato de doação e depositar e/ou transmitir tais a aqueles.

Esse é um dos pontos em que a crítica reside. Aliás, para Silveira e Bezerra (2007), “o próprio *Guia Básico de Educação Patrimonial* [...] inspira-se de forma inequívoca em Freire ao afirmar, em suas primeiras páginas, que “a Educação Patrimonial é um processo de alfabetização cultural” (SILVEIRA, BEZERRA, 2007, p. 83). Assim, faz o uso da ideia, entretanto, sem levar em conta a sua aplicação em outro contexto de prática e pensamento.

Essa concepção que o guia traz leva a uma ideia de hierarquização das culturas (etnocêntrica). Nessa perspectiva, um grupo faz uso da sua cultura como parâmetro para alocar nos degraus da hierarquia as outras, ao ponto de se considerar apta a ensinar esses outros povos sobre sua própria cultura. Na concepção de Átila Tolentino:

Ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro). Não se considera, desta forma, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica (TOLENTINO, 2016, p.40-41).

Na maioria das vezes, essa noção que inferioriza uma cultura em detrimento de outra produz resultados poucos promissores e, logo, tende a esbarar em uma rejeição da comunidade para com a proposta de ação e em um fechamento do grupo para outras que poderiam ser apresentadas futuramente, mas também pode ser recebida de forma passiva. Com efeito, como constatado anteriormente, essa não era a única experiência ou concepção em vigor no momento, mas que por vezes foi considerada a única possível. Nesse sentido, “toda tentativa de reduzir a educação patrimonial a uma única metodologia também pode ser lida como tentativa de domínio hegemônico, controle e eliminação de diferenças” (CHAGAS, 2004, p. 145). Tudo está ligado aos contextos e seus interesses para aquele momento. Isto é, são produtos de sua temporalidade e espacialidade.

Nesse sentido, elegeram-se as práticas estrangeiras como fonte de inspiração, mas neste ponto não considera que no Brasil a diversidade cultural é amplificada. Aliás, também se usou de pensamentos nacionais de forma equivocada. No entanto, não se pode esquecer que essas problemáticas aqui levantadas não invalidam a importância dessa publicação como um dos marcos para a educação patrimonial no Brasil, mas que elas devem e estão sendo refletidas pelo o campo.

Em 2002, ainda sobre a extensão temporal de influência do *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), mas por outro lado, representando um importante marco legal no sentido de encaminhar a institucionalização da educação patrimonial no campo das práticas preservacionistas, foi publicada uma portaria direcionada à Arqueologia Preventiva, também conhecida

como Arqueologia de Contrato que trazia em seu conteúdo a exigência da inclusão da educação patrimonial para a realização dos trabalhos arqueológicos. Trata-se da Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, instituída pelo Iphan. A Portaria compatibiliza as etapas do licenciamento ambiental nas fases da pesquisa arqueológica. Nela, a educação patrimonial é mencionada pela primeira vez no âmbito dos licenciamentos ambientais. Essa menção é feita em seu parágrafo 7º, artigo 6º, na qual as fases são especificadas da seguinte forma:

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (IPHAN, 2002).

Quando a portaria nomeia dentro das fases dos desenvolvimentos dos estudos arqueológicos o programa de Educação Patrimonial, o imputa um caráter de obrigatoriedade a partir de então na arqueologia preventiva. Sobre esse imperativo, Camila Azevedo Moraes Wichers (2015), afirma que essa questão nos “aponta que, a cada ano, teoricamente, centenas de programas de educação patrimonial estejam sendo realizados no país”. Com efeito, com a publicação da Portaria nº 230, entre 2003 e 2013, foram emitidas no Diário Oficial da União 8013 portarias de pesquisas, entre as quais 6961 são consideradas validas para essa análise (WICHERS, 2015, p. 112). Em relação a este ponto, deve-se levar em conta que a arqueologia de contrato é realizada no bojo de grandes empreendimentos econômicos que resultam na demanda de licenciamentos ambientais, o que sem dúvida são expressivos e conseqüentemente consideram a obrigatoriedade de pesquisas serem acompanhadas de educação patrimonial acarretaram em vultosos números em projetos de educação patrimonial.

Ao passo que o marco legal colaborou para avolumar a produção de projetos de educação patrimonial pelo país no sentido de sua obrigatoriedade nesse âmbito, abriu espaço para uma problemática. De acordo com Wichers (2015, p. 115-116), o dialogo estabelecido com o conceito de educação no bojo da arqueologia preventiva tem ocorrido em grande parte dos programas de forma mecânica e com parca reflexão. O problema aconteceria ao trabalhar com perspectivas conscientizadoras e assim, desconsiderarem “a visão de mundo dos envolvidos com o processo de conservação patrimonial, tendendo a toma-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.87). Deste modo, vários desses programas apresentam um caráter instrucionista do ponto de vista metodológico (WICHERS, 2015, p. 116).

É inegável que as ações educativas no cenário da arqueologia foram encarregadas pelo acréscimo de projetos de educação patrimonial, tanto dentro como fora do Iphan, favorecendo a divulgação de ações deste caráter. Além de contribuir para aproximação e atuação de profissionais de outras áreas nestas. Todavia, o campo estava em uma fase que ainda se repousava muito sobre as concepções propaladas pelo *Guia* e outras publicações que reiteravam a sua metodologia, a título de exemplo o *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial* (2007), organizado por Evelina Grunberg, uma das responsáveis pela publicação do Guia (BAIMA, 2016, p. 68). Nesse sentido, levando em conta o contexto em que a portaria foi publicada e por muitas vezes o *Guia básico de Educação Patrimonial* (1999) ter sido considerado o único material de apoio e/ou referência sobre a temática, alguns desses profissionais da área podem ter recorrido a sua metodologia e conceituação, os aplicando a estes projetos mesmo que de forma indireta.

Por sua vez quando se estende o olhar aos profissionais em geral que trabalham com o campo da preservação, observa-se ainda, que nem todos compreendem como essencial a realização de educação patrimonial para o processo de preservação:

É muito comum ouvir, nos discursos dos profissionais envolvidos, que a rotina do trabalho de fiscalização e proteção é tão intensa que não sobra tempo para a Educação Patrimonial, o que demonstra o papel secundário e de menor importância conferido às ações educativas dentro do processo geral de proteção (SCIFONI, 2015, p. 197).

Os profissionais ao legarem à educação patrimonial uma função secundária ou de apêndice no processo de preservação do patrimônio cultural, manifestam como as ações educativas vêm sendo tratadas nos órgãos de preservação. Aliás, exteriorizam um descompasso no sentido que mesmo considerando, registrando a sua relevância, e articulando marcos nem sempre é o que efetivamente acontece e/ou se refere ao lugar ocupado no processo de proteção no dia a dia da instituição:

Apesar de ações educativas terem sido realizadas, a educação patrimonial veio sendo concretamente tratada apenas como uma atividade não obrigatória e complementar às outras realizadas pelo órgão. Isso se reflete no Iphan pela pouca estruturação e institucionalização do setor responsável pela educação patrimonial, criado somente em 2004 (OLIVEIRA, 2019, p. 36).

Portanto, diante da ausência de uma estruturação e institucionalização mais robusta do setor responsável pela educação patrimonial que subsidiaria uma importância maior da atividade dentro da instituição se teve que esperar a ação do tempo para observar algumas mudanças. Foi necessário aguardar alguns anos para vislumbrar ações por meio das quais se

elevaria e reconhecera que a educação patrimonial poderia e deveria ocupar um espaço de maior destaque nos processos de preservação realizados pelo Iphan.

Assim, em 2004 foi testemunhada e iniciada uma nova fase da educação patrimonial. Em função da demanda de estabelecer uma maior sistematização das ações educativas no contexto das políticas preservacionistas, o Iphan, a partir do seu setor de promoção, iniciou uma movimentação no sentido de consolidar uma área específica direcionada às ações educativas vinculadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Nessa esteira, em 2004, o Decreto nº 5.040/04 concebe uma unidade administrativa, a Coordenação-Geral de Promoção (Cogeprom)<sup>13</sup>, encarregada por promover uma série de iniciativas e eventos. Constavam como objetivos desses marcos programáticos discutir diretrizes teóricas e conceituais, assim como eixos temáticos norteadores. Aliás, materializar coletivamente documentos e também propostas com fins de encaminhamentos e de encorajar o fomento à produção e multiplicação de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com múltiplas instâncias da sociedade civil (FLORÊNCIO, et al, 2014, p. 14).

Como observado, a Cogeprom, datada de 2004, ou melhor a Geduc que integra seu organograma realizou algumas atividades relevantes, antes do estabelecimento da Ceduc. Alguns desses marcos programáticos promovidos pela unidade a partir dessa data foram: “Reunião Técnica de Educação Patrimonial”, em Pirenópolis - GO, em 2004, o “I Encontro Nacional de Educação Patrimonial” (ENEP), em São Cristóvão - SE, em 2005, logo, dando passos iniciais e expressivos em direção a uma Política Nacional de Educação Patrimonial (THOMPSON, SOUZA, 2016, p.15).

Já de acordo com a doutora em Antropologia Social e professora do quadro permanente do Mestrado Profissional PEP/MP/Iphan, Ana Carmen Amorim Jara Casco (2005), o evento em São Cristóvão-SE significou para o órgão federal “um momento de síntese no processo de desenvolvimento de ações educativas e de realização de encontros e debates, concretizados nos últimos anos, e que têm por objetivo desdobrarem-se na elaboração de diretrizes e desenho de uma política institucional para o campo” (CASCO, 2005, p.1). Assim, neste momento, foi realizado um balanço das experiências no campo.

Passados alguns anos, mas especificamente em 2009 foi criada a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), sediada em Brasília com sua vinculação ao Departamento de Apoio e Fomento (DAF) a partir Decreto n.6844, de 7 de maio daquele ano. Com efeito a

---

<sup>13</sup> Deve entre outras demandas, propor diretrizes, articular e orientar a execução das ações visando a promoção do patrimônio cultural e coordenar a execução das ações visando a organização e a difusão de informações do patrimônio cultural.

criação da Ceduc tinha como objetivo assegurar internamente na instituição um setor de viés central que estivesse destinado a realizar, no que se refere aos programas e projetos de Educação patrimonial, a promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação destes. Atualmente, com a reorganização e transformações desencadeadas pelo Decreto n.9238, de 15 de dezembro de 2017, que apresenta algumas providências dentre elas a criação do Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), o Núcleo de Educação Patrimonial se encontra na estrutura da Coordenação de Fomento, Educação Patrimonial e Redes (Cofer), que, por sua vez, está dentro da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (Cogecon)<sup>14</sup>. (FLORÊNCIO, 2019, p. 58-59).

Em 2009, a então Ceduc, atualmente Núcleo de Educação Patrimonial, deu continuidade à série de eventos programáticos relativos à educação patrimonial que tiveram início em 2004. De acordo com Biondo (2016, p. 54), são alguns destes marcos que procuravam a consolidação e adensamento dessa área: “Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio”, em 2008; “I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”, em 2009, em Nova Olinda -CE; “II Encontro Nacional de Educação Patrimonial”, em 2011, em Ouro Preto - MG; “Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural sobre Práticas e Reflexões”, em 2013, também em Ouro Preto - MG; “Seminário de 33 anos do Projeto Interação”, em 2014, em Brasília - DF, e, por fim, mais um evento em Ouro Preto – MG “Seminário de Educação Patrimonial na Arqueologia”, em 2015.

A partir de alguns desses marcos programáticos realizados pela Ceduc iniciou a consolidação e apresentação da ideia do Projeto Casas do Patrimônio que teve suas primeiras casas implantadas oficialmente em 2009. Este engloba a constituição de um novo marco institucional da educação patrimonial no Iphan, e para além de um marco, pensado como um dispositivo estratégico para a promoção de ação educativa e para a aproximação do órgão da sociedade civil. Um novo espaço para se pensar e promover a educação patrimonial. Assim sendo, o projeto é fruto de discussões internas da instituição que se iniciaram no ano de 2007. O que decorreu destes debates foi levado a público, em 2008, na “Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio” que ocorreu em Pirenópolis-GO. No encontro foram debatidas e consolidadas as diretrizes gerais do projeto. Após um ano, ocorreu o “I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”,

---

<sup>14</sup> O Cogecon é uma unidade administrativa criada em 2004, a partir do Decreto n. 5040/04, que, dentre outras funções, tem o objetivo de discutir diretrizes teóricas e conceituais, além de eixos temáticos norteadores

no Ceará, no qual foi formulada a *Carta de Nova Olinda* (FLORENCIO, 2019, p. 73). A carta apresenta: conceito, premissas básicas, objetivos, estratégias, formação da Rede, aspectos estruturais, aspectos operacionais e recomendações ao Iphan. De acordo com esse documento patrimonial, a Casa do Patrimônio deveria:

[...] constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 04).

O conceito disposto na carta deixa em evidência que o projeto da Casa do Patrimônio tem como objetivo ser uma ponte de interligação do órgão com a sociedade, onde o instituto se faz presente, de modo a contribuir com os processos relativos ao patrimônio cultural mediante essa relação mais próxima. A partir desta finalidade também fica manifestada uma demanda para o Iphan criada no contexto de implantação do projeto e que com ele esperava-se solucionar ou atenuar. “Este foi um momento em que se delineava a saída dos museus do Iphan (que desde 2009 são geridos pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram<sup>15</sup>). Como os museus eram a principal interface com a sociedade, o Iphan perderia esse contato” (OLIVEIRA, 2011, p. 51). Logo, a proposta ajudaria preencher essa lacuna que ficava com esse desmembramento. Nesse sentido, tais espaços precisavam desenvolver ações de educação patrimonial mais satisfatórias, e garantir essa interface, visto que a conexão entre sociedade e patrimônio é essencial para o sucesso dessas práticas e demais outras realizadas pela autarquia em prol da preservação, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

Outro marco importante, em função de ressaltar a valorização de ações de educação patrimonial no decorrer do processo é a Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011, que foi outro dispositivo legal que introduziu o mote da educação patrimonial no bojo do licenciamento ambiental. A portaria regulamenta sobre a atuação dos órgãos e entidades federais envolvidas no licenciamento ambiental. No seu Anexo III – D, é apresentada de forma concisa a obrigatoriedade e indispensabilidade da educação patrimonial ao longo de todo o processo. Para tanto, deve ser objeto de projeto específico, titulado "Programa de Educação Patrimonial", bem como que este deve contemplar os “bens de interesse cultural”. Nesse sentido, a portaria interministerial em relação à portaria nº 230 dispõem sobre algumas reflexões, entre elas a que não apenas o patrimônio arqueológico seja considerado nos projetos.

---

<sup>15</sup> O Instituto brasileiro de Museus (Ibram) foi criado a partir Lei nº. 11.906, de janeiro de 2009.

Na concepção de Baima (2016, p.81), nos primeiros anos de aplicação da Portaria nº 230, os projetos de educação patrimonial sobrevalorizaram o tratamento do patrimônio arqueológico em detrimento de outras dimensões patrimoniais. Nesse sentido, com a instituição da interministerial apresentou-se uma expressiva melhora nesse quesito, em função do Iphan ter iniciado solicitações para inclusão de outras referenciais culturais no teor dos projetos que estavam em submissão, o que não gerou melhoras categóricas em níveis qualitativos nesses projetos, mas significou esforço do órgão e preocupação com as ações que estavam sendo desenvolvidas.

Diante de toda essa movimentação e desdobramentos observados no campo da educação patrimonial ao longo destes anos e já inaugurando um outro contexto histórico-conceitual da expressão “educação patrimonial” foi produzido pela Ceduc do DAF/Iphan e lançada em versão digital em 2014 a publicação *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Essa obra foi organizada para ser “um marco institucional que referencie as ações e experiências no âmbito da Educação Patrimonial, de forma a articular de maneira participativa as unidades do Iphan, outras instâncias governamentais e a sociedade civil como agentes de uma política com abrangência nacional” (IPHAN, 2014). A referida obra traz em suas páginas sistematizados o percurso histórico, os princípios e diretrizes conceituais e os macroprocessos institucionais da educação patrimonial. Além do mais, seu conteúdo reitera o proposto na *Carta de Nova Olinda* (2009) em relação às Casas do Patrimônio.

Pretendendo ser um marco institucional, portanto, a obra traz uma definição que se distancia da encontrada no *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), e apresenta novas discussões fundadas em debates e reflexões de alguns pontos polêmicos observados no *Guia*. Com efeito, com essa publicação de 2014, o órgão elucida, pontua e reafirma o que para ele naquele momento era considerado educação patrimonial. Isto é, apresenta de forma sistematizada sua nova posição oficial no tocante ao tema em nível institucional, e a qual procuraria que fosse levada a cabo no cotidiano das experiências patrimoniais. Assim, o Iphan atualmente entende e expõe que educação patrimonial consiste em:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 16).

Partindo dessa premissa, a educação patrimonial pode ocorrer tanto no ensino formal, quanto no informal, de modo a cooperar para uma aproximação mais assídua da sociedade de suas referências culturais, já nas bases iniciais do processo de valorização e preservação das mesmas. Ela tem “um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio” (FLORÊNCIO, 2015, p. 23).

Nessa lógica, um projeto de educação patrimonial que pretende, portanto, levar em consideração essa construção dialógica necessita usar de várias estratégias para trabalhar com as referências culturais de uma comunidade na perspectiva da formulação de um processo, não como um produto como já foi pontuado. A compreensão atual que vem sendo discutida do conceito é que “a Educação Patrimonial sinaliza para uma concepção de educação de caráter dialógico, conforme propôs Freire (2001), na qual se busca a consciência crítica, aquela que insere as pessoas como sujeitos no mundo – uma educação libertadora” (SCIFONI, 2015, p. 200).

A educação como prática libertadora procura a superação da noção vertical e antidia-lógica fundada na relação educador e educando, a chamada “educação bancária”, uma educação libertadora. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39). Ainda, segundo Paulo Freire (1987), propõe-se uma prática dialógica, em conformidade com a qual atualmente a Ceduc/Iphan como supracitado vem redirecionando a educação patrimonial institucionalmente.

Seguindo essas ideias iniciais, os projetos de educação patrimonial que visam provocar debates não devem ser fundados em imposições, visto que tal postura aniquila as possibilidades de diálogo com o grupo ou a comunidade participante da ação. É necessário que seja uma proposta de construção dialógica e “isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado *a priori*, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural” (TOLENTINO, 2016, p. 47). Nesse sentido, requer um processo que além de horizontalidade, demanda escuta. Na concepção do historiador Fernando Pascuotte Siviero (2014, p. 77) essa nova perspectiva de educação patrimonial permite movimentar o Iphan:

Ao colocar-se como um possível canal de aproximação e diálogo com as comunidades detentoras de bens culturais, a educação patrimonial permite chacoalhar a torre de marfim do Iphan, estremecendo sua autoridade hegemônica sustentada por um olhar técnico-especialista - e-burocrático e por ações verticais-e-autoritárias. O que fazer com o a poeira que cairá sob o chão? O que fazer com aquilo que permanecerá intacto

ou abalado? Como dialogar com as comunidades detentoras sem, contudo, reproduzir as práticas clientelistas ou paternalistas que sustentam as relações políticas entre Estado e sociedade no Brasil? Esses são desafios que uma prática preservacionista compartilhada e baseada na participação social e local deve responder de forma criativa e democrática (SIVIERO, 2014, p. 77).

Em suma, esse fator em um órgão como o Iphan que traz em sua trajetória processos verticalizados significa de fato uma grande mudança de postura e saída da zona de conforto, não diferentemente é encarrado como desafiador. Essa nova concepção e conseqüentemente atuação do órgão que ela pede, implica, sobretudo compromisso com a diversidade cultural.

Ainda no ano de 2014, seguindo o mesmo viés manifestado pelo Projeto Casa do Patrimônio e o da definição citada acima, no sentido de maior aproximação do Iphan da sociedade civil, foi publicada a *Carta ao Cidadão*. O documento foi lançado em conformidade com o Decreto nº 6.932, de 2009 que dispõe sobre a simplificação do atendimento ao público. Segundo o exposto na própria carta, ela representa “um pacto de compromissos com vistas à transparência e ao fortalecimento das relações entre o Iphan e a sociedade” (CARTA AO CIDADÃO, 2014, p. 9). Nesse documento, é apresentado o detalhamento da estrutura organizacional do órgão, todos os serviços, além de orientações sobre como proceder para obter informações junto ao Iphan. Aliás, é mais uma das publicações institucionais que faz referência à educação patrimonial. Nesse sentido, compreende uma seção destinada ao Apoio à Pesquisa e Educação, em que é feita uma breve menção ao Programa Mais Educação<sup>16</sup> e o ProExt<sup>17</sup> como as duas estratégias principais para fortalecer e implementar ações educativas. Antes mesmo desse tópico, em outro momento do texto, as Casas do Patrimônio são consideradas elementos estratégicos que o Iphan tem para chegar à sociedade, e são definidas como:

Espaços criados para ampliar o diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial, do reconhecimento da importância da preservação do patrimônio cultural e do fortalecimento da atuação em redes sociais de cooperação institucional e com as comunidades (CARTA AO CIDADÃO, 2014, p. 8).

Primeiramente, é apresentada uma definição resumida destes espaços, sem levar em conta as diretrizes estabelecidas na *Carta de Nova Olinda* (2009). Mas, sobretudo o que chama atenção é que no documento apesar de considerarem as Casas do Patrimônio como uma ponte

<sup>16</sup> Programa desenvolvido pelo Governo Federal como uma forma de ampliar a jornada escolar e organizar o currículo, na direção da educação integral. A parceria entre o Iphan e MEC a respeito do programa iniciou-se em 2011, momento em que a Educação Patrimonial foi introduzida no macrocampo “cultura e arte” durante o II Encontro de Educação Patrimonial em Ouro Preto – MG.

<sup>17</sup> Programa de extensão Universitária criado, em 2008, a partir do Decreto n. 6.495/2008. O Iphan, entre 2009 e 2015, atuou em parceria com o MEC na elaboração do edital anual do ProExt e na avaliação das propostas relacionadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

fundamental de comunicação entre o órgão e a sociedade civil, as mesmas são desconsideradas na relação feita com o intento de tratar das principais estratégias para fortalecer e implementar ações educativas. Além do mais, só é levada em consideração no tópico a educação no ambiente formal. Nesse sentido, vale lembrar que em 2014, a época da publicação da Carta, o projeto Casas do Patrimônio passava por alguns reajustes<sup>18</sup>. Logo, a instabilidade do mesmo pode ter refletido na opção de não o colocar como uma das principais estratégias que o Iphan contava na ocasião para a promoção da educação patrimonial. O documento aponta para a ideia de que o cidadão pode estabelecer contato com a instituição e, com o objetivo de confirmar essa perspectiva, elenca os recursos que podem viabilizá-lo.

Em outras palavras, a *Carta ao Cidadão* (2014), como alguns outros marcos legais e referenciais, supracitados na pesquisa até aqui, demonstra que o Iphan a partir da educação patrimonial iniciou e tentou adotar uma nova postura. Assim, a educação patrimonial nos últimos anos institucionalmente foi adquirindo um desenho atualizado e impactando e indicando ao órgão federal uma nova forma de cumprir sua missão no sentido de gestão compartilhada e em articulação e com participação da sociedade civil. Nesse sentido, a proposta das Casas do patrimônio figura como um exemplo e reúne parcela dessas ideias que inflamavam e movimentavam a instituição em direção a um novo modo de responder a seus encargos.

Após essas publicações, outra manifestação legal da educação patrimonial no âmbito do licenciamento ambiental foi lançada: a Instrução Normativa do Iphan nº 001 de 25, de março 2015 que “estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal” (IPHAN, 2015). A Instrução Normativa em questão é mais um instrumento legalístico em que existe menção à educação patrimonial. No caso específico e um diferencial em relação às outras do mesmo âmbito, o Capítulo III intitulado “Da Educação Patrimonial” da supracitada é totalmente dedicado a abordagem, composto por três artigos (43º, 44º e 45º). No capítulo é estabelecido que o “Projeto Integrado de Educação Patrimonial” deve ser composto por apreciação, concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados. O material contemplando a totalidade desses bens deverá ser entregue ao Iphan em formato de relatório “em documento único, ou seja, não apenas como parte do escopo da pesquisa realizada, mas com considerável protagonismo” (BIONDO, 2016, p. 51).

---

<sup>18</sup> Essas mudanças são abordadas mais detalhadamente no subtítulo específico das Casa do Patrimônio.

Nesse arranjo que o Projeto Integrado de Educação Patrimonial deveria contemplar no tocante à metodologia, o Iphan “optou pela não obrigatoriedade de “metodologia” específica, entendendo que a pluralidade e maleabilidade metodológica possibilita uma melhor execução das atividades” (BAIMA, 2016, p. 83). Mas, o órgão poderia incorporar ao aparato legal o que compreendia naquele momento como educação patrimonial, já que um ano antes, em 2014, o mesmo tinha se posicionado em relação à área a partir da publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos* (BAIMA, 2016, p. 83). Trata-se de uma concepção que entendia os patrimônios em suas distintas dimensões, o que por ora a instituição vinha procurando adicionar de forma mais precisa no âmbito dos licenciamentos ambientais. Será que nesse sentido, significava que o Iphan tinha conseguido avançar ao ponto de incluir na sua própria postura aspectos da compressão de educação patrimonial que apresentava na referida obra de 2014?

Considerando o objetivo de nossa pesquisa, não se pretende esgotar os documentos mencionados e se debruçar mais sobre o licenciamento ambiental. O propósito é indicar a presença e a validação da educação patrimonial nestes aparatos legais no sentido que contribuíram para o aumento de projetos sob essa temática e para o encaminhamento e fortalecimento da institucionalização da educação patrimonial no âmbito do Iphan. Diante disso, é necessário salientar que simultaneamente a esses desdobramentos externos da educação patrimonial, leia-se na arqueologia de contrato e no licenciamento ambiental, o Iphan também articulava outras questões dessa natureza com pretensão de impactos internos.

À vista disso, mais recentemente, uma aquisição relevante que pode ser elencada em nível institucional para o setor é a Portaria nº 137, de abril de 2016. Nesse documento são estabelecidas as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Para tanto, considera a demanda de determinar marcos normativos para a educação patrimonial - EP no contexto institucional do Iphan; artigos dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil; o apresentado no Plano Nacional de Cultura (2010) e a Carta de Nova Olinda (2009). A portaria, nesse sentido, indica a educação patrimonial como prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural e a partir da qual deve se organizar um conjunto de marcos referências para seu desenvolvimento no âmbito do órgão federal. No tocante, as publicações referências para a prática são colocadas: *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (2014) aqui já mencionada e *Educação Patrimonial: inventários participativos* (2016). E aliás, dispositivo legal as Casas do patrimônio são apresentadas como instrumentos estratégicos de implantação da política de educação patrimonial.

Isto é, a portaria é produto de aprofundamento das discussões correlatas a temática e comunica a sua relevância para este setor patrimonial ao estabelecer a partir de um marco legal o conjunto de diretrizes que nortearam a prática de educação patrimonial dentro do Iphan e das Casas do Patrimônio. A partir de então, pode se dizer que a ideia é que o campo no âmbito do órgão de proteção patrimonial não fique à deriva, refletindo em uma prática institucional sem dispor de um caráter de unicidade. Nesse sentido, também cita novamente e reafirma o potencial estratégico das Casas do Patrimônio no cenário das ações educativas que no ano de 2014<sup>19</sup>, como será observado, sofreu algumas contestações e seu modelo inaugural passou por alguns ajustes. Assim, revigora a noção da proposta nesta esfera e garanti a ela um período à mais de continuidade.

Institucionalmente, portanto, os principais desafios identificados no campo da educação patrimonial, principalmente se for encarrado o atual contexto político, é o de conseguir com que os princípios apresentados na Portaria 137/2016 sejam usados para orientar as ações e projetos que prezem pela participação da sociedade e a educação dialógica quer seja no desenvolvimento ou na execução das políticas patrimoniais. Aliás, também nos processos de preservação e valorização. Com efeito, isso sugere uma exigência de reforçar o projeto Casas do Patrimônio, hoje denominado Redes do Patrimônio. Ademais, uma demanda que se volta também ao reconhecimento e afirmação da educação patrimonial enquanto processo que produz mobilização social em volta das referências culturais dos indivíduos em seus diferentes locais de vivência (FLORÊNCIO, 2019, p. 86). A permanente discussão é necessária, tanto quanto também o estabelecimento de novos marcos e maior interesse institucional pelo campo.

Com efeito, como pontuado e estabelecido na portaria em discussão, uma das publicações referenciais, também um marco para a educação patrimonial institucionalmente é a obra *Educação Patrimonial: inventários participativos (2016)*. Essa tornou-se pública em 2016 assim como a própria portaria que à cita. Nesse ano o Iphan tomando por base metodológicas, instrumentos já existentes em seu âmbito, vide o Inventários Nacional de Referências Culturais – INRC e o Inventário Pedagógico – Programa Mais Educação (MEC), elaborou e publicou a partir dessa primeira ferramenta o material *Educação Patrimonial: Inventários Participativos, Manual de Aplicação (2016)* que versa como uma “ferramenta de educação patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais”

---

<sup>19</sup> Ver nota 12.

(IPHAN, 2016, p. 5). Vale ressaltar a importância da criação da categoria de patrimônio imaterial e também o seu registro a partir do Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000 que de certa forma reposicionou o Iphan em relação aos processos participativos e a categoria de referências culturais.

Nesse sentido, o inventário introduz e fortalece uma concepção que amplifica o entendimento do patrimônio cultural e que percebe o sujeito como protagonista/autônomo ou “sujeito do patrimônio” (SCIFONI, 2018) no sentido daquele que nomeia, identifica o que é para ele e sua comunidade o seu patrimônio cultural, o imputando de sentido e valor. Agora o saber/fazer, as celebrações, e não apenas o patrimônio tombado ou oficializado pelo Estado são consideradas ou declarados. Assim, tal ferramenta “permite refletir sobre estas coisas do cotidiano e retirá-las de sua invisibilidade diária, ressignificá-las ao serem enunciadas como lugares da vida, como celebrações ou rituais do trabalho, como formas de ser, de viver, ou modos de fazer” (SCIFONI, 2018). Logo, colabora para práticas mais integradoras e dialógicas, levando a uma movimentação e sensibilização da comunidade.

Todavia, segundo a própria publicação dos Inventários participativos (2016, p.7), essa não foi elaborada com interesse de servir como instrumento de identificação e reconhecimento oficial, ou tão pouco substituir as atuais ferramentas usadas nos processos de preservação no contexto dos órgãos de proteção nas diferentes esferas do governo. Portanto, tem uma função importante, mas não de caráter oficial e/ou substitutivo. Enfim, desloca ou no mínimo anima a problematização da perspectiva tradicional de enunciação do patrimônio e “se dedica a essa finalidade, ou seja, a de construir nova relação entre a população e o patrimônio, sensibilizando e mobilizando pessoas para a tarefa de preservação de suas próprias memórias e dos bens culturais” (SCIFONI, 2018, p. 34).

Há pouco tempo, outra aquisição obtida a partir de dispositivos legais foi no sentido da educação patrimonial ter sido elevada a processo institucional na Política de Patrimônio Cultural Material paralelamente aos tradicionais e estabelecidos processos de identificação, proteção, e demais outros. Acesso esse instituído a partir da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 (OLIVEIRA, 2019, p. 41).

Primeiramente, a portaria anunciada indica esse acesso a processo institucional no seu Art. 6º, cuja a especificação é feita em § 1º da seguinte forma “a Educação Patrimonial, em função de seu caráter transversal, deve contribuir para a construção participativa dos demais processos de preservação do patrimônio cultural material”. Mas essa não é a única referência a educação patrimonial na portaria, ela é mencionada mais uma vez, em um capítulo exclusivo

para a prática nesse contexto. No teor desse tópico encontra-se entre outras disposições o entendimento de educação patrimonial sobre qual se repousava o documento e quais são os instrumentos de educação patrimonial associados aos processos do patrimônio cultural material: o Inventário Participativo; as Redes do Patrimônio; e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (no âmbito do licenciamento ambiental e da arqueologia de contrato ou preventiva). Contudo, esclarece que apesar destes instrumentos específicos apresentados, não existe um impedimento de que outros venham a ser usados para alcançar os objetivos colocados.

Assim, além da portaria lançar a educação patrimonial a processo institucional, novamente é reafirmada a importância do projeto Casas do Patrimônio, hoje designado Redes do Patrimônio no bojo dessa prática. Dessa maneira, pode-se observar uma certa constância no arrolamento de sua relevância deste da apresentação e implementação da proposta, embora existam alguns momentos que o projeto perdeu força política.

Ao analisar as ações de Educação Patrimonial promovidas pelo Iphan-GO, todas essas questões devem ser consideradas. Para tanto, é necessário identificar alguns pontos e ter em mente outros, tais como: o contexto do desenvolvimento das práticas educativas; a influência das orientações expressas no *Guia básico de Educação Patrimonial* na formulação das atividades; a introdução de novas discussões acerca do tema; as mudanças de concepções que passam a ressaltar a importância do sujeito nesses processos; e, no caso de projetos mais recentes, identificar se já adotam ações a partir da concepção atual de educação patrimonial.

A partir de um levantamento prévio, foram identificadas algumas ações de Educação Patrimonial que o Iphan realizou no Estado de Goiás, mediante sua superintendência, no Estado, conforme se observa no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Projetos e ações de educação patrimonial no Iphan em Goiás

<b>Títulos dos projetos e ações</b>	<b>Promotores</b>	<b>Período de execução</b>
<b>Conhecer para preservar-Preservar para conhecer</b>	IPHAN-GO	1984 -2000
<b>Viva e reviva Goiás</b>	IPHAN-GO/Secretaria Estadual de Educação	2000 – 2010
<b>Tocando a obra</b>	IPHAN-GO	2000-2013
<b>Concurso de Redação na Cidade de Goiás</b>	IPHAN-GO/Prefeitura	2006 – 2014
<b>Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás-Patrimônio para te quero</b>	IPHAN-GO	2009 – 2009

<b>Seminário de Educação Patrimonial na cidade de Goiás</b>	IPHAN-GO/secretarias de cultura e lazer da Prefeitura	2009 – 2018
<b>Porta e janelas vão se abrir</b>	IPHAN-GO	2009 – 2012
<b>Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios</b>	IPHAN-GO	2020-atual
<b>Roteiro Cultural Praça Cívica</b>	IPHAN-GO	2020 – atual
<b>Cine Cult no almoço</b>	IPHAN-GO	2020 – atual
<b>Quintal do Patrimônio</b>	IPHAN-GO	2020 – atual
<b>História HQ e Vídeo animação</b>	IPHAN- GO	2020-atual

Fonte: IPHAN. Quadro elaborado pela autora, 2021.

Pode se observar que alguns destes projetos arrolados acima foram realizados antes do Projeto Casas do Patrimônio/2009, indicando também que desde a época que costumeiramente é apresentada como momento de introdução oficial do termo “educação patrimonial” no Brasil foram realizadas ações educativas na jurisdição do Iphan em Goiás. Por sua vez, observa-se que outros são desenvolvidos em conformidade com a implantação das Casas e, por fim, alguns possuem uma datação mais recente. Nessa direção, observa-se que aconteceu uma majoração no volume de propostas no ano de 2009, isto é, ano que correspondente a referida implementação das Casas do Patrimônio. Percebe-se que houve em certo nível o acompanhamento da movimentação produzida pelas discussões internas que dariam origem e implementariam em 2009 esses espaços.

Esses projetos representam diferentes momentos e significados para a educação patrimonial no Iphan em Goiás. Em vista disso, o *Conhecer para Preservar- Preservar para Conhecer* configura como o primeiro projeto de educação patrimonial que se tem conhecimento com execução na jurisdição do Iphan no Estado. Enquanto que o *Viva e Reviva Goiás* é a ação educativa que de certo modo substitui essa primeira com sua descontinuidade em 2000, mas por outro lado se trata de uma iniciativa da SEDUC/GO em que o Iphan-GO foi apenas parceiro.

Após a quebra com o *Viva e Reviva Goiás*, o *Concurso de Redação na Cidade de Goiás*, por sua vez, significa uma retomada direta do Iphan na promoção de ações, cuja ideia era instigar os estudantes a refletirem sobre o patrimônio cultural. No tocante ao *Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra te quero* esse é um dos projetos que inauguraram a fase que avolumou a cifra das ações educativas, essa que se dá em conformidade com a implementação da proposta das Casas do Patrimônio. Já o *Seminário de Educação Patrimonial na cidade de Goiás; Portas e Janelas Vão se Abrir e Toca a Obra* são as outras propostas dessa etapa. Por fim, os projetos mais recentes sobre os quais o órgão se debruça, *Ações de Salvaguarda da festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis; Roteiro*

*Cultural Praça Cívica; Cine Cult no almoço e Quintal do Patrimônio*. Os três últimos marcados pela pandemia do Covid- 19, que estavam previstos para 2020, mas em sua função foram repensados para serem executados ainda em 2021.

O levantamento aponta também para uma predominância da execução de projetos de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás, antiga capital do Estado. Por sua vez, outras cidades foram contempladas com os projetos, como Goiânia e Pirenópolis. Algumas das ações educativas a princípio foram implementadas na Cidade de Goiás e depois direcionadas e adaptadas para outras localidades. Além disso, algumas dessas iniciativas se desenvolveram em parcerias com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e a Secretaria de Cultura e Lazer da prefeitura da Cidade de Goiás. O “Viva e Reviva Goiás” é um exemplo, no qual a Secretaria Estadual de Educação começou o empreendimento e o Iphan se integrou posteriormente ao projeto.

Ainda em relação à lista em um primeiro contato, pode-se pensar que ela elenca um volume de projetos relativamente pequeno. No entanto, alguns aspectos devem ser ponderados. Primeiro, é preciso considerar as dificuldades vivenciadas por uma instituição pública, que são determinadas por contextos políticos e socioeconômicos, bem como a complexidade que envolve a logística da própria realização das iniciativas. Além disso, alguns desses projetos, listados acima, foram executados durante muitos anos, por exemplo, “Conhecer para Preservar - Preservar para Conhecer” – uma das primeiras ações educativas de que se tem conhecimento e que apreciou mais de uma década de realização. A longevidade no que diz respeito à implementação também é identificada no “Concurso de Redação na Cidade de Goiás” que desde 2006 foi contemplado com uma nova edição anual, quando o tema foi *Herança cultural e modernidade* e sofreu sua descontinuação somente em 2014. Isto é, aqui coloca-se uma breve síntese do que foi esses projetos para o Iphan em Goiás e para a educação patrimonial na jurisdição, existindo outros desdobramentos a serem ainda pontuados.

### 1.2.1 Casas do Patrimônio como espaços estratégicos para a educação patrimonial

A proposta das Casas do Patrimônio é produto de discussões institucionais internas no Iphan. Preliminarmente, ela teria sido idealizada no Depam e, posteriormente, passou a figurar nas definições e metas acordadas em 2007 a partir do planejamento estratégico da autarquia federal de proteção patrimonial. Ocasão que contou com a participação dos departamentos e superintendências. Mas, foi disposta com diferenças conceituais no que tange ao que foi implementado. Inicialmente, a Casa seria uma agência cultural local, em que não estaria canalizada

nas ações educativas. Contudo, posteriormente houve um processo de construção coletiva marcado por eventos programáticos<sup>20</sup> organizados pela Ceduc, no qual as Casas do Patrimônio passaram a configurar como a proposta oficial para o desenvolvimento das ações de educação patrimonial no Iphan (OLIVEIRA, 2019, p. 47).

Para tanto, além de passarem a corresponder a proposta oficial para a realização das ações de educação patrimonial no Iphan, o projeto respondia uma problemática que emergia no cenário. Os espaços representariam para o Iphan uma nova interface com a sociedade civil e preencheriam a lacuna que os museus deixavam com a criação do Ibram a partir da Lei nº. 11.906, de janeiro de 2009. Ainda que algumas Casas tenham começado suas atividades no ano de 2008, foi apenas em dezembro de 2009 que foram inauguradas as primeiras oficialmente: Casas de Recife, Vale do Ribeira, Ouro Preto, João Pessoa e Chapada do Araripe. A Casa do Vale do Ribeira compreende a primeira concebida fora de uma SE, enquanto que a Casa da Chapada do Araripe é a primeira e única até o momento que não pertence ao Iphan (OLIVEIRA, 2011, p.55).

O Iphan pontua que as Casas do Patrimônio, surgiram do objetivo de dilatar a capilaridade institucional do órgão, bem como conectar ambientes que realizam práticas e atividades de caráter educativo que tenham como princípio a valorização do patrimônio cultural. O projeto, portanto, repousa na demanda do Iphan de consolidar, a partir de uma percepção transversal e dialógica, novos modos de se relacionar com a sociedade civil e com os poderes locais. Ademais, vão além da instalação de um espaço físico. É uma tentativa de aprimorar o diálogo com a sociedade mediante a educação patrimonial e, dessa forma, multiplicar pontos de gestão compartilhada e desenvolvimento de políticas públicas de patrimônio cultural (FLORÊNCIO, 2019, p. 73-74).

O projeto é apresentado como a iniciativa inaugural para “transformar as sedes do Iphan e instituições parceiras em polos de referência sobre o patrimônio cultural, fomentado a criação de novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educacionais formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas não formais, coletivos, grupos e demais segmentos sociais e econômicos” (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 36).

Com efeito, as “Casas do patrimônio” implementadas deveriam formar a “Rede das Casas do Patrimônio”, um modo pensado pela Ceduc para conectar esses espaços. A ideia era

---

<sup>20</sup> A Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio (2008) e o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio (2009), resultando na publicação da Carta de Nova Olinda (2009).

que essa rede fosse estabelecida a partir de criação de site integrado das Casas do Patrimônio; visitas técnicas periódicas entre Casas do Patrimônio para compartilhamento de experiências, englobando estágios e residências criativas; circulação de informações, publicações editoriais e exposições; fórum permanente de debates, presenciais e periódicos; seminário nacional anual, para avaliação dos espaços implantados; formulação de banco de dados, referente as ações referenciais em educação patrimonial (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 7-8).

Assim, esses espaços foram concebidos como uma via de publicizar, apresentar devolutiva social, criar unicidade ao projeto, e sobretudo promover discussões com caráter permanente acerca da educação patrimonial. Nesse sentido, deve-se atentar para o fato que neste primeiro momento da proposta existe a ideia de implantação dos espaços físicos “Casas do Patrimônio” e a formação da “Rede das Casas do Patrimônio” que seria um mecanismo ou sistema para interligar esses primeiros.

Deste modo, era uma proposta que se mostrava ambiciosa e promissora, no sentido que também em certa medida estimulava o órgão a sair de sua arena de conforto e responder as problemáticas que emergiam. Aliás, pontos que compatibilizam com as novas discussões que estavam sendo postas no momento para a educação patrimonial e que, em 2014, o Iphan apresentaria oficialmente a partir de uma publicação como sendo sua atual concepção acerca da prática. À vista disso, se diz que o projeto faz parte de um conjunto de marcos institucionais da educação patrimonial no Iphan e a proposta oficial para a realização das ações de educação patrimonial no órgão federal.

Sobre essas questões expostas acima, fica evidente que a proposta do projeto foi contemplada, e implementada em um contexto de intensas discussões com mudanças de postura, entendimentos, mas que por outro lado, também significaria algumas instabilidades, visto que na época o Iphan passava por nova reestruturação. No caso específico com a própria saída dos museus com a criação do Ibram, bem como também se dava no sentido da criação da Ceduc, em 2009, que procuraria se consolidar frente a breve, mas marcante trajetória de atuação Cogeprom e Geduc que iniciaram a organização dos primeiros marcos problemáticos para se pensar a educação patrimonial e as próprias Casas do Patrimônio.

A reestruturação não garantiu, no entanto, grandes mudanças e com a instituição da coordenação “não houve articulação política para definição e fortalecimento da área. Na verdade, a Ceduc não existe oficialmente, pois não está explícita na estrutura do DAF como tal, mas sim definida como coordenação, genericamente” (OLIVEIRA, 2011, p. 28). Assim, sua trajetória já foi iniciada sobre o status de fragilidade. Ainda em relação a instabilidade

institucional da Ceduc, discorrendo sobre sua atuação, Fernando Pascuotte Siviero (2014, p. 75) abre um parêntese para pontuar as dificuldades políticas internas em que a coordenação se deparava. De acordo com ele essa referência é feita em relação ao engavetamento de portarias no tocante a educação patrimonial e “congelamento” do projeto das Casas do Patrimônio realizadas entre o final de 2011 e princípio de 2013 pela então atual diretoria do DAF.

Assim, pode se afirmar que as instabilidades geradas por essas e outras questões fizeram com que o projeto das “Casas do Patrimônio” enfrentasse um segundo momento no âmbito institucional. A consolidação do projeto não se deu da forma desejada e sua estrutura teve que ser repensada e algumas mudanças ocorreram e, atualmente, o Projeto Casas do Patrimônio passou a ser designado Redes do Patrimônio.

A articulação entre o Núcleo de Educação Patrimonial<sup>21</sup> e as Redes do Patrimônio possibilitou que no transcorrer dos anos, fosse possível detectar a demanda de estruturar um modelo de implantação que fixasse as características centrais do projeto. Assim, hoje o desenho institucional do referido projeto é estruturado em: ciclo de implantação, continuidade e monitoramento. A Rede do Patrimônio incorporou-se do Acordo de Cooperação Técnica, estabelecido na Portaria nº 29, de 2014. E foi concebido como um instrumento de tonificação do projeto e das cooperações efetivadas no início daquele ano de 2014. Este foi instituído e aperfeiçoado pelo NCE<sup>22</sup>, logo, deliberado em um ciclo com cinco fases que permitiriam qualificar um espaço como sendo uma Rede do Patrimônio do Iphan e, portanto, adequado para ser implantado como tal, são eles: planejamento, chamada pública, oficina de implantação, plano de trabalho e por último o acordo de cooperação. (FLORÊNCIO, 2019, p. 76-77).

Dessa maneira as principais diferenças observadas do projeto inicial Casas do Patrimônio para a então sua segunda fase com as chamadas Redes do Patrimônio são, sobretudo que nesta segunda fase a proposta passa a contar com um modelo para orientar a implantação dessas, objetivando principalmente uma cooperação em rede. Doravante passando a se apoiar sobre um documento que firma essas parcerias, o Acordo de Cooperação Técnica- ACT, ou melhor, tendo em conta o atual modelo para ser considerado como Casa do Patrimônio supõem que tenha passado por esse processo, finalizando com a assinatura do acordo de cooperação técnica.

---

<sup>21</sup> Refere-se a Ceduc ou a antiga Cogepromom/Geduc, unidade responsável pela coordenação, organização e promoção de assuntos vinculados a educação patrimonial no Iphan.

<sup>22</sup> Núcleo de Educação Patrimonial do IPHAN.

Levando em consideração esse aspecto, observa-se que de acordo com a *Carta ao Cidadão (2014)*, documento formulado na tentativa de potencializar e, ao mesmo tempo, englobar tal cenário emergente no Iphan, que são dezenove “Casas do Patrimônio” implementadas, das quais três delas relacionam-se com esta pesquisa. Atualmente, verifica-se no site do Iphan, um total de dezessete Casas em funcionamento. Então, existe aqui uma inconstância de qual seriam os espaços que fazem parte do projeto. Aliás, o que pode ser notado também é que nem todos os Estados ou jurisdições das 27 superintendências têm a presença de um destes pontos físicos de interligação que o instituto pretende criar, entre eles, as autoridades e as comunidade locais. Segundo Fernanda Gabriela Biondo (2016, p. 90), em entrevista concedida a ela em 2015, a atual coordenadora de educação patrimonial do Iphan, Sonia Regina Rampim Florêncio pontuou que essas foram identificadas por “auto-declaração”:

Estas foram identificadas por “auto-declaração” das unidades do Iphan no país, ou seja, Escritórios Técnicos ou Superintendências do Iphan nos Estados que declararam atuar em conformidade com as diretrizes propostas pelo Iphan para as CP. A maioria destas CP, no entanto, não teria estabelecido articulação com sociedade civil e poderes públicos locais, no sentido de sistematizar e operacionalizar um plano de trabalho integrado e coletivo para ações educativas de valorização do patrimônio local, conforme proposto por este novo modelo de implantação institucional (FLORENCIO, 2015 apud BIONDO, 2016, p. 90-91).

Desta forma, compreende-se em um primeiro momento que estar relacionado no site, ou identificado como Casas do Patrimônio no documento intitulado *Carta ao Cidadão (2014)* não significa de fato que tenham assinado o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) e assim, passado por todos os ciclos anteriores que qualificaria esse espaço como sendo tal, de acordo com modelo atual. Aliás, responde em partes essa inconstância no número de Casas apresentadas nas publicações do Iphan.

Com efeito, como supracitado, esse acordo segue o entendimento do disposto na Portaria nº 29, de 16 de janeiro de 2014, na qual compreende-se por ACT “instrumento que formaliza a execução de atividades em parceria do IPHAN com órgãos públicos federais, estaduais e municipais ou entidades particulares, sem previsão de repasse de recursos orçamentários entre as partes” (IPHAN, 2014). Logo, é a partir desse entendimento e ideia de instrumento jurídico que o regime mútuo de cooperação da Rede do Patrimônio se apoiaria.

Já no tocante à manutenção da Rede do patrimônio, essa é atribuição de todos os seus parceiros, até mesmo do próprio Iphan local, que deverá promover novos encontros e oficinas que visem dar continuidade a articulação já vigente, assim como integrar novos espaços identificados. Reestabelecidas as associações e desenvolvido o plano anual, será um compromisso do Iphan local e dos parceiros do projeto organizar um novo plano de trabalho

anual, no sentido agregar a renovação do Acordo de Cooperação. Em face a essa ocasião os novos parceiros poderão assinar a declaração de adesão para agregar o Acordo de Cooperação, e, por conseguinte, a Rede do Patrimônio (FLORÊNCIO, 2019, p. 80). A movimentação em torno do projeto não devendo, portanto, ser cessada com a finalização do ciclo de implementação, a ideia é, que as parcerias continuem sendo pensadas, articuladas, consequentemente consolidadas.

Mas como identificado, desafios e instabilidades têm marcado a trajetória do projeto Casa do Patrimônio. Diferentes questões de ordem institucional, legalísticas e das próprias políticas culturais fizeram com que o se pretendia ser um marco institucional e um dispositivo estratégico para a promoção de ações de educação patrimonial e de articulação entre Iphan e sociedade civil na prática não fosse tão promissor como idealizado e, por vezes, enfraquecido, logo, ameaçando sua continuidade. Segundo Sônia Florêncio:

esforço hoje do planejamento estratégico do Iphan é alinhar as políticas que a sede está mostrando que são importantes em todos os departamentos, com as superintendências. Isso fica mais fácil quando se fala de patrimônio material e imaterial porque existem processos estabelecidos. Então se uma comunidade detentora de um bem cultural vem na superintendência pedir o registro, existe todo um processo estabelecido por lei para isso. Educação Patrimonial e Casas do Patrimônio não têm um processo administrativo estabelecido por lei. O que resulta em processos diversificados e nem sempre em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Carta de Nova Olinda. Eu digo que o termo pegou, mas o conceito não (FLORÊNCIO, 2015 apud BIONDO, 2016, p. 84-85).

Em suma, de acordo com o exposto por Sônia Florêncio (2015), assim teria se conseguido consolidar o termo “Casas do Patrimônio”, mas já sua ideia conceitual tinha outra experiência na instituição que estava atrelada a uma diversidade de entendimentos do que deveriam ser aqueles espaços, fundado na falta de alinhamento de uma extremidade a outra do órgão federal. Embora, já nos primeiros eventos programáticos organizados pela Ceduc, já se dava conta que a ideia do Iphan era de disseminar o conceito e sobre isso a instituição diz “a disseminação do conceito de “Casa do Patrimônio” é um dos objetivos desta oficina, aproveitando o potencial já existentes nas unidades e incentivando ações que evidenciem o papel proativo do Iphan” (IPHAN, 2008). O evento referido, é a “Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio”, em 2008.

A capacitação foi voltada e contou com a participação de cerca de 60 técnicos e especialistas entre servidores do Iphan e de outras instituições. Contribuíram para a realização dos módulos e mini oficinas, as equipes do “Anima Mundi”, “Museu da Pessoa”, o “Museu Emilio Goeld”, “Centro Nacional de Folclore e cultura Popular”, técnicos do Iphan envolvidos com

ações educativas e a “Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri” (IPHAN, 2008). No caso da Fundação Casa Grande, mais tarde, em 2009, ela se tornaria uma das representantes das Casas do Patrimônio. Isso se deu ao instituir parceria com o Iphan e, assim, receber “a “chancela” de Casa do Patrimônio oficializada pela assinatura de Termo de Cooperação Técnica (TCT), de dois anos de vigência. Esse termo instituía a fundação como CP da Sociedade Civil [...]” (BIONDO, 2016, p.88). O diferencial entre outras que seriam implementadas era que ela, portanto, era de iniciativa da sociedade civil. Assim, nota-se que houve desde o início das discussões da proposta uma preocupação de estruturar uma programação que desse conta de desenvolver a ideia do conceito de “Casas do Patrimônio” entre os técnicos, logo, de modo que garantisse a sua consolidação no âmbito da instituição. Entretanto, isso não se deu da forma pretendida, pois esbarrou em uma questão institucional.

Na concepção de Biondo (2016, p. 84), mesmo que o discurso institucional aponte para a unicidade, “isto não ocorre na prática, pois a instituição é formada por grupos e indivíduos diversos, que pensam e atuam de forma independente e autônoma no que diz respeito às ações ainda não normatizadas por instrumentos legais específicos”. Nesta direção, evidencia o que a ausência de um marco legal que consolide e instituía por lei os processos de uma política de educação patrimonial provocou a proposta das Casas. Logo, tornando-o um projeto fragilizado, envolvido pela instabilidade, e a incerteza e, por conseguinte manifestando a inconsistência que a educação patrimonial e as Casas do Patrimônio representam diante do Iphan, não tão somente ao que concerne a compressão geral do conceito, mas também no que diz respeito aos processos burocráticos, tendo em vista disponibilização orçamentária e recursos humanos (BIONDO, 2016, p. 86).

E, nesse contexto específico da ausência desse marco legal, a continuidade das “Casas do patrimônio” foi em parcela assegurada naquele momento a partir do Regimento Interno do Iphan, instituído pela Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012, pois era o único com “caráter jurídico necessário que poderia assegurar a continuidade das Casas do Patrimônio como um instrumento de atuação institucional” (BIONDO, 2016, p. 78). Contudo, considero que, as diretrizes dispostas na *Carta de Nova Olinda* (2009), bem como também pode ser observado, a reafirmação de sua importância em publicações oficiais do Iphan, sobretudo a obra *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (2014), assim, levando com que o projeto não ficasse esquecido na memória institucional, auxiliaram nesse processo, porém, em grau menor e sem tanta validação quando se reflete que tratasse de processos institucionais.

Esse ansiado marco legal, a qual era condicionada a consolidação do projeto “Casas do Patrimônio, só sendo estabelecido no ano de 2016, representando uma significativa conquista para os processos administrativos e para a proposta das Casas do Patrimônio no setor. Com efeito, permitindo-lhe um aparente revigoramento, trata-se da aqui da supracitada Portaria nº 137, de abril de 2016. Como já é sabido, ela estabelece as diretrizes para a educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Segundo o art. 6º desse documento são objetivos das Casas do Patrimônio:

I - Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial; II - Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural; III - estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais; IV - Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas; V - Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; VI - Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe (IPHAN, 2016).

Objetivos que em sua essência são os mesmos apresentados pela *Carta de Nova Olinda* (2009), mas a partir de então com o peso de terem sido estabelecidos a partir de uma legislação, no caso uma portaria que determina as diretrizes norteadoras que regularam o funcionamento de tais espaços. A organização e o funcionamento dessas, se dá mediante parceria, a ser formada por Acordo de Cooperação Técnica- ACT, com critérios definidos pela CEDUC/COGEDIP/DAF.

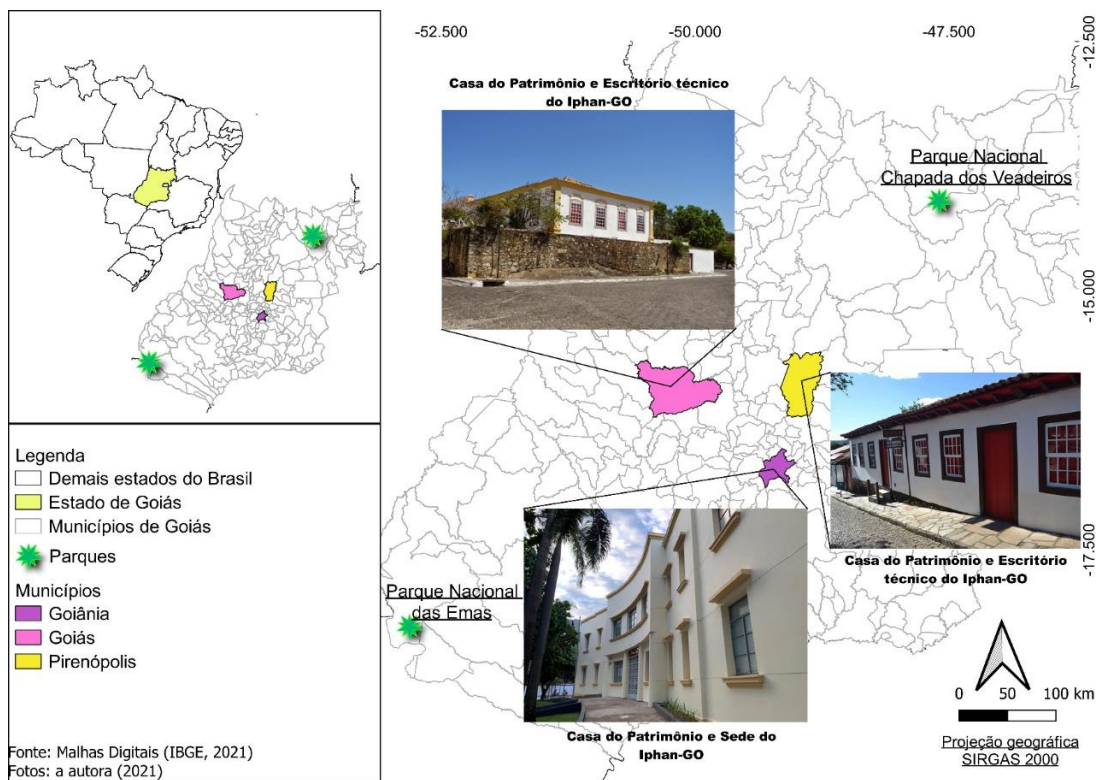
Todavia, como pontuado em outro momento, apenas permite uma breve aparência de fortalecimento ao projeto. Esse hipotético robustecimento, surge com a portaria indicando a sua consolidação, e assim criando, ou mesmo fortalecendo a ideia de que na prática estes espaços então conseguiriam cumprir um papel estratégico, mas essa expectativa é em parcela frustrada ao se depararem com uma questão de instrução. “O fato de as superintendências poderem ou não aderir e de poderem ou não seguir as diretrizes e orientações da Ceduc faz com que a proposta perca força política e não seja aproveitada em todo o seu potencial” (OLIVEIRA, 2019: 52).

Diante dessa brecha e certa isenção de obrigação de aderir e/ou seguir as diretrizes, tem que se atentar para o fato que alguns Estados da federação não contam com nenhuma “Casa do Patrimônio”. Isto é, podem ter levado em consideração o que estava especificado e assim se valerem da alternativa para de tal modo proceder frente à proposta e, por fim, não aderir à

mesma. Mas isso não se aplica a todos os casos. Existem “Casas do Patrimônio” em diferentes estágios e situações em relação ao projeto, como a título de exemplo as “auto-declaradas”.

De acordo com a *Carta ao Cidadão* (2014) e o site do Iphan nacional, o Estado de Goiás conta com atividade de três Casas do Patrimônio: uma localizada em Goiânia que também é a sede da superintendência do Iphan no Estado, uma em Pirenópolis e uma terceira na Cidade de Goiás. Essas duas últimas também são os escritórios técnicos do Iphan. O mapa abaixo apresenta a localização geográfica dessas três cidades e fotos dos edifícios que abrigam as Casas do Patrimônio:

**Mapa 2:** Localização geográfica das Casas do Patrimônio no Estado de Goiás



**Fonte:** Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2021.

Na cidade de Goiânia, a Casa do Patrimônio está estabelecida na nova sede do Iphan-GO. O prédio é da década de 1930, abrigava a antiga Delegacia Fiscal e apresenta traços acentuados do estilo *Art Déco*. O espaço foi batizado como o nome da arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da região centro-oeste, Belmira Finageiv. Entretanto, antes de abrigar a sede do Iphan e a Casa do Patrimônio de Goiânia, primeiramente o edifício passou por algumas obras de restauro, para valorizar o estilo arquitetônico ali identificado (IPHAN, 2020).

Na imagem a seguir, identifica-se a sede do Iphan em Goiás e Casa do Patrimônio de Goiânia. O espaço de construção é maior do que o ambiente encontrado nos dois escritórios técnicos no Estado, de modo que a diferença reflete a estrutura hierárquica do órgão. Outro ponto que pode ser analisado é um estilo arquitetônico diferente do presenciado nos escritórios, remontando ao estilo que vigorou na edificação da nova Capital do Estado como citado anteriormente, o *Art Déco*, e representando um estilo arquitetônico mais atual do que é observado nas construções históricas que abrigam os escritórios técnicos na Cidade de Goiás e em Pirenópolis. No prédio, notam-se características típicas do *Art Déco* como as formas geométricas.

**Figura 1:** Casa do Patrimônio em Goiânia



**Fonte:** IPHAN, Casa do Patrimônio em Goiânia, 2020.

Por sua vez, a Casa do Patrimônio na Cidade de Goiás fica instalada na Casa do Bispo, um típico exemplar da arquitetura civil, feito em adobe e taipa e com telhado colonial. A edificação foi construída próxima ao Rio Vermelho e em frente à Igreja São Francisco de Paula. Atualmente, no prédio funciona o escritório Técnico do Iphan, a biblioteca aberta para a

comunidade e as salas de exposições. Também são desenvolvidas, no local, ações direcionadas à Educação Patrimonial (IPHAN, 2010, p. 34-38).

Na figura 2, observa-se a Casa do Patrimônio na Cidade de Goiás, que corresponde também a um dos Escritórios Técnico do Iphan em Goiás. A arquitetura do prédio, por sua vez, é harmônica com a apresentada em outras edificações do Centro Histórico, de modo que não existe um contraste significativo em relação às demais em quesitos estilísticos. O edifício está situado em uma elevação de terreno, o que permite ter uma visão privilegiada do Rio Vermelho, localizado a poucos metros da edificação, e de uma parcela do Centro histórico, logo, destacando-se na paisagem e favorecendo que habitantes e visitantes identifiquem a presença do Iphan na Cidade.

**Figura 2:** Casa do Patrimônio na Cidade de Goiás



**Fonte:** Acervo fotográfico da autora, 2021.

A imagem a seguir (figura 3) retrata a visão privilegiada que se tem do Rio vermelho e de parte do centro da Cidade de Goiás obtida da varanda do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio de Goiás. Como se observa na fotografia, o rio divide a cidade, que por muito tempo também significou demarcação para questões que vão além de uma divisão territorial. Essa questão pode ser confirmada a partir de pesquisas arqueológicas e estudos referentes à

instituição de irmandades religiosas, por sua vez, separadas por cor, classe social e profissão. O Rio Vermelho se transformou, dessa forma, em um limite espacial e simbólico no conjunto urbano da cidade de Goiás. Fronteiras que alcançaram até as relações estabelecidas no próprio curso de água, no que se referia à distribuição dos poços. Assim, havia aqueles destinados à atividade das lavadeiras, os para banho feminino, para o masculino e para as crianças, além de poços para lazer. Contudo, com o passar dos anos, essas balizas foram sendo dissolvidas. Por outro lado, é necessário ressaltar que elas não se constituíam em demarcações austeras, até porque o desenho do núcleo colaborava, a partir das pontes da Lapa, do Carmo, da Cambaúba, do Mercado e da Pinguelona, para em certo nível burlar e atenuar a separação. Ainda assim, o rio permaneceu como divisa que influencia as sociabilidades, ao passo de até hoje no discurso dos moradores aparecem dois espaços bem delimitados (BRITTO, 2014, p. 991).

**Figura 3:** Vista do Rio Vermelho da varanda da Casa do Patrimônio de Goiás



**Fonte:** Acervo fotográfico da autora, 2021.

Atualmente, suas margens e poços, como podem ser visualizados da sacada do Escritório Técnico, já não contam com uma movimentação tão intensa. Isto é, não há a presença de atividades que outrora eram realizadas, apesar de preservar diversas memórias, de acordo com Britto (2014), relacionadas aos sujeitos/ às suas atividades: banho, piqueniques e lavagem de roupa. O Rio Vermelho, no decorrer das décadas, tornou-se um gatilho para sentimentos e memórias:

O rio Vermelho evocou e evoca um mosaico polifônico e sinestésico, tornando-se referência umbilical que ao mesmo tempo divide e une a cidade de Goiás [...] O rio se torna uma das principais referências na topografia sentimental dos goianos, conformador do *habitus* dos vilabelenses de nascimento e de adoção. Sua presença aflora sensibilidades e marca intensamente os mapas emocionais e cognitivos dos agentes, constituindo em um dos seus maiores legados: patrimônio que sustenta outros patrimônios (BRITTO, 2014, p. 1001).

Nesta perspectiva, a localização da Casa do Patrimônio em Goiás favorece não apenas que a Casa estabeleça uma dinâmica e torne-se visível para aqueles que transitam pelo centro histórico – a disposição espacial do edifício permite desenvolver ações educativas que se valem das memórias, dos mapas emocionais que suscitam aquelas margens (marco habitacional da cidade) e dos edifícios que resistem à ação do tempo. Com isso, é um espaço fértil para a troca de conhecimento, a interlocução com a comunidade e a sensibilização para o patrimônio.

Já em relação a Casa do Patrimônio localizada em Pirenópolis, essa está situada em um edifício que é caracterizado por uma construção com base em procedimentos tradicionais da arquitetura vernácula<sup>23</sup> de Goiás. Neste local, assim como na Casa do Bispo, funciona outro escritório técnico do Iphan em Goiás e também as outras funções pontuadas (IPHAN, 2010).

Na imagem a seguir, tem-se o edifício que abriga a Casa do Patrimônio em Pirenópolis. Sua arquitetura é similar às presenciadas no restante do centro histórico da cidade e possui uma estrutura consideravelmente ampla, porém menor do que a da sede do Iphan em Goiânia. A localização do edifício é favorável às atividades ali desenvolvidas, em razão de estar no centro histórico da cidade, logo permitindo que habitantes e turistas notem a presença do instituto no local e as atividades que estão sendo realizadas no lugar enquanto Casa do Patrimônio e/ou Escritório Técnico. Contudo, o prédio, em virtude de ter uma arquitetura semelhante a outras edificações, facilmente pode ser confundido ou considerado uma residência familiar, ou seja, por si só, não se destaca em relação aos outros a não ser pelo que já foi pontuado, a movimentação dos servidores ao executar suas funções.

---

<sup>23</sup> Arquitetura produzida especificamente naquela região, isto é, que a torna característica do local. Neste tipo de arquitetura, faz-se uso de materiais encontrados no próprio ambiente onde a edificação foi construída.

**Figura 4:** Casa do Patrimônio em Pirenópolis



**Fonte:** IPHAN, Casa do Patrimônio em Pirenópolis, 2015.

Ao analisar as três imagens referentes às Casas do Patrimônio em Goiás, destacou-se o local onde elas estão situadas. As três possuem um ponto em comum que corresponde à localização estratégica visando favorecer a função que se espera delas de aproximar o instituto da comunidade local: todas estão localizadas no centro das suas respectivas cidades. No caso de Pirenópolis e da Cidade Goiás, encontram-se no centro histórico, locais que geralmente vivenciam um fluxo grande de moradores e turistas, podendo assim, auxiliar para um engajamento mais facilitado da comunidade nas ações de educação patrimonial que são ofertadas nesses lugares, espécies de elos físicos entre o Iphan e a sociedade

Para tanto, vale salientar que a articulação com a sociedade não necessariamente deve apenas partir dessas premissas, em que os indivíduos se colocam e as esferas do poder público os procuram como participantes dessas ações por ele promovidas, em uma situação que supõem promotores-participantes, mas que mudanças também caminharam nessa perspectiva. Nessa direção, deve-se lembrar que atualmente a educação patrimonial e demais outras ações de valorização e preservação do patrimônio cultural não tão somente partiram de uma iniciativa de um órgão de preservação patrimonial, e ações também são realizadas por grupos sociais, indicando protagonismo social. Por via de exemplo, tem-se como já colocado a Fundação Casa

Grande - Memorial do Homem Kariri que é fruto de uma iniciativa da sociedade civil, que depois foi considerada pelo Iphan e tornou-se uma parceria permanente.

Assim, seja de qual forma que a participação da sociedade se dê nesses processos, essa atividade necessita de articulação e será insuficientemente fecunda “[...] se o Estado não conseguir desenvolver mecanismos de escuta acurada, assim como abrir canais efetivos de participação no interior da sociedade que gera, alimenta e reproduz o processo cultural [...] significados tão caros ao patrimônio e à memória brasileiros” (CASCO, 2005, p. 3). Escuta e articulação com a sociedade são indispensáveis para se pensar as ações educativas efetivas.

Ainda em relação as Casas do Patrimônio vinculados ao Iphan em Goiás, é que mesmo tendo estruturados esses espaços de articulação, segundo Cléo Alves Pinto Oliveira (2011, p.54) “a SE de Goiás, contudo, não se interessou por entrar na Rede, apesar de já ter utilizado a denominação de Casa do Patrimônio”. Não aderindo ao projeto em sua totalidade, no sentido de não ter integrado à Rede das Casas do Patrimônio e, posteriormente, o que leva a crer que nessa direção também não tenha se ajustado ao atual modelo designado de Rede do Patrimônio. E, portanto, que as Casas em sua jurisdição tenham passado por um ciclo com cinco fases (planejamento, chamada pública, oficina de implantação, plano de trabalho e por último o acordo de cooperação) que determinaria suas reestruturações de acordo com moldes atuais.

De acordo com essas enunciações, pode-se dizer que esses espaços seriam o que Florencio (2015) denomina como Casas do Patrimônio identificadas por “auto-declaração”. Nesse caso, os Escritórios Técnicos ou as Superintendências que declaram desenvolver atividades em compatibilidade com as diretrizes propostas para as CP, mas sem se comprometerem totalmente com a ideia do projeto. Mas, aqui resta saber de que maneira a não entrada na Rede impactou o projeto Casas do Patrimônio em nível nacional e regional e a própria promoção de ações de educação patrimonial? E mesmo não fazendo parte desse sistema de conexão será que continuaram praticando as principais premissas dispostas na Carta de Nova Olinda (2009), seguindo o pensamento que não tenham feito a reestruturação para atender ao novo momento do projeto? Conseguiram realizar ou manter a articulação efetiva com o poder público local e, sobretudo com a sociedade?

Com a decisão, a princípio perdem espaço para divulgar suas atividades e compartilhar experiências e assim, assimilar práticas assertivas em que muito poderiam ser aproveitadas, e repensadas e agregar em seus espaços. Embora, algumas escolhas, no entanto, tenham o interesse institucional transposto por questões, orçamentárias, recursos humanos e operacional. Em suas análises, Oliveira (2011, p. 60) afirma que essas são uma das principais apreensões das

Casas do Patrimônio implementadas. O aumento do orçamento para a realização das ações educativas é uma preocupação comum a todas, pois na falta de recursos suficientes a atuação é limitada e pode acarretar em perda de qualidade das atividades. Nesse sentido, a de Ouro Preto sugere que as Casas deveriam ter um orçamento particular, desassociado da negociação geral com a Superintendência. Por sua vez, as Casas de Ouro Preto, João Pessoa e Recife pontuam a infraestrutura e o aumento de equipe como desafios.

Entretanto, ao que parece, o Iphan em Goiás teria recuado dessa decisão inicial levantada por Oliveira (2011) e segundo publicação no site do órgão teria iniciado as primeiras ações para implementação da Rede Casas do Patrimônio, em março de 2010, na Cidade de Goiás. Na ocasião ocorreu uma primeira reunião com a então diretora do DAF/Iphan Márcia Rollemberg que envolvia técnicos do Iphan e de organizações parceiras, entre elas a prefeitura, a Universidade Estadual de Goiás –UEG, o Centro de Educação Profissional – CEP e a sociedade. Nesse primeiro encontro, foi apresentada aos presentes a experiência do Iphan em Minas Gerais que realiza na cidade de Ouro Preto o projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” que trabalha com a interpretação do patrimônio através dos cinco sentidos humanos. O grupo aproveitou para participar do encerramento de um dos projetos de educação patrimonial desenvolvido pelo Iphan em Goiás, “Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra te quero” (2009). Outro ponto que reforça a reconsideração de fazer parte da rede, é uma informação da própria diretora do DAF, “é a retomada de um projeto, com empenho e investimento ainda maiores, na gestão de educação patrimonial junto à sociedade local” (IPHAN, 2010). O que sugere que em algum momento esse tinha sido deixado de ser executado.

Em contrapartida, de forma que pode ser dita unânime, os servidores e ex servidores do Iphan em Goiás ressaltam que antes mesmo da criação e implantação do projeto Casas do patrimônio a superintendência já desenvolvia um trabalho semelhante ao proposto pelo projeto das Casas. Sobre essa questão, em entrevista realizada em 05 de janeiro de 2022, Beatriz Otto de Santana afirma que:

Tem duas Casas de Patrimônio. As nossas Casas sempre foram Casas de patrimônio, as sedes do Iphan... uma porque tradicionalmente o Iphan sempre ocupou espaços de referência nas paisagens urbanas tombadas, prédios de referência, prédios históricos. Como eu falei, para Goiás não foi nada demais, era tudo que a gente fazia, que era abrir nossa casa para fazer as atividades que a gente já fazia, os seminários, os cursos, os encontros, receber grupos de alunos, possibilitar nossa Casa como centro de pesquisa. Então, todos os nossos Escritórios Técnicos, os arquivos, biblioteca eram franquados à pesquisa [...] A nossa casa na prática sempre foi Casa do Patrimônio, a gente sempre recebeu grupo, a gente sempre fez atividades, a gente primou por buscar essa aproximação. O que foi pensado na época, que todas as unidades do Iphan tinham que ser Casa do Patrimônio por excelência [...] (Beatriz Otto de Santana, 2022).

Nesse sentido, pode se dizer que o Projeto Casas do Patrimônio validou e fortaleceu uma prática já instituída na jurisdição do Iphan em Goiás. Entende-se que a prática era uma constante no cotidiano da mesma, apenas não sendo conceituada e se apresentando na forma de um projeto em nível nacional e/ou direcionado pela sede do órgão. Para tanto, Salma Saddi em entrevista concedida em 26 de novembro de 2021, afirma que “nós entendíamos que a sede do patrimônio era a Casa do Patrimônio. A única forma de você fazer com que as pessoas fossem ao Iphan era transformar em Casa do Patrimônio. Então, a gente fazia muitas atividades para chamar as pessoas até o Iphan” (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021). No mais deve ser feito um esforço contínuo para que a educação patrimonial e os projetos ligados à prática adquiram mais atenção institucional dos órgãos de proteção e recursos para sua manutenção.

Visto que a educação patrimonial possui, “um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio” (FLORÊNCIO, 2015, p. 23). Frente a esse papel crucial, que a educação patrimonial possui para os processos de proteção do patrimônio cultural e para a própria sociedade sua detentora, é que se torna indispensável a realização de projetos baseados nessa prática, bem como a ampliação do seu volume, tanto dentro da envergadura institucional do Iphan, quanto nas comunidades escolares e em outras organizações. Ademais, tais projetos possibilitam uma aproximação da sociedade com seu patrimônio, o que sem dúvida é decisivo, em razão de que estes só são preservados em virtude da ligação que se estabelece entre eles.

Assim, quando o Iphan trabalha com a educação patrimonial como uma prática que corrobora para a preservação e a valorização do patrimônio cultural e de aproximação com a comunidade local, ele atende às discussões mais recentes acerca do conceito, ao mesmo passo em que segue satisfatoriamente respondendo à demanda que lhe é conferida enquanto instituição responsável pela salvaguarda, usufruto e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, tanto os projetos de educação patrimonial como o próprio órgão são essenciais para a proteção dos bens culturais que interligam as memórias e as identidades da sociedade brasileira, mas sem se esquecer da premissa básica que nesses processos é fundamental construir relações complexas e efetivas com as comunidades.

Por fim, refletindo acerca dessas novas discussões sobre a prática de educação patrimonial que estão em vigor, especialmente relativa à concepção que pretende valorizar o sujeito dentro desses processos, o estudo justifica a não seleção de referências culturais específicas. Pretende-se identificar os Patrimônios Culturais abordados nos projetos de educação patrimonial desenvolvidos pelo Iphan em Goiás e de que modo essa relação entre

sujeito e os bens é estabelecida nessas iniciativas, bem como outros aspectos que permearam as práticas educativas no transcorrer dos anos.

### **1.3. A trama conceitual das ações educativas: patrimônio cultural, memórias e identidades**

Os pressupostos teóricos norteadores da pesquisa em questão baseiam-se na concepção de patrimônio cultural, memória e identidade, conceitos que estão atrelados à principal discussão abordada para o desenvolvimento do estudo. As ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan em Goiás têm como eixo norteador o patrimônio cultural, assim como todas as atividades que são realizadas nas demais unidades federativas que representam a autarquia federal. Por sua vez, a noção relaciona-se com as concepções de memória e identidade que podem, portanto, ser identificadas e tratadas nos projetos de educação patrimonial propostos pelo órgão.

Ao analisar ações de educação patrimonial deve-se considerar a referência de partida dessas práticas – as referências culturais construídas pelas sociedades. Em um primeiro momento, nos deparamos com esse conceito embasado em um viés econômico: “A noção de patrimônio traz em seu bojo a ideia de propriedade. Etimologicamente, traduz a concepção de herança paterna” (ABREU, 2009, p. 34). Uma concepção que fica reduzida ao individual e que define majoritariamente a posição socioeconômica do patrimônio no interior de uma sociedade.

Só posteriormente a essa concepção de patrimônio privado emergiu a ideia de bem comum, coletivo, acompanhado ainda da noção de que alguns desses elementos traduziriam a riqueza material de uma nação. Tal concepção do patrimônio, como coletivo e vinculado ao sentimento nacional, concebe-se em um viés histórico e imbuído de um sentimento de perda. Diante disso, revela-se a demanda de salvar os resquícios do passado com iminência de destruição. Dentre outras discussões que se projetaram no cenário, até o início do século XX destacou-se nessa constituição a ideia de que o patrimônio era entendido como histórico, bem como artístico. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, introduziu-se a assimilação do conceito antropológico de cultura, que abriria espaço para tracejar a noção de patrimônio cultural, que além de exigir uma preservação, era entendido não apenas pelo histórico e artístico, mas também pelas inúmeras expressões humanas (ABREU, 2009, p. 35-37).

No Brasil, no período após a Segunda Guerra Mundial, com concepção de patrimônio cultural, ou ainda seguindo a noção de patrimônio histórico e artístico nacional, constituía-se, em suma, naqueles elementos que foram considerados como arquitetura tradicional do período

colonial, configurados como representações “genuínas” do prelúdio da nação. O passado recobrado não deveria em hipótese alguma abordar o que por ventura fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se almejava recusar – um quase presente. E neste contexto de afinidade apresentado pela ruptura, era uma exigência fazer que entre os dois acontecimentos não houvesse espaço para nenhuma causalidade. Do processo classificatório do que interessava indicar como sendo representante da nação, derivou a seleção de bens que dissessem sobre uma história longínqua e da qual o país se originou. Aliás, tal concepção de patrimônio era registrada em um tempo “homogêneo e vazio”, de modo que transparecia a formulação de uma história da nação repousada nas chances de elaborar heróis nacionais que deveriam atuar no sentido de informar as ações no futuro e mitigar as diferenças no presente, distanciando-se do mesmo (CHUVA, 2017).

Nessa perspectiva, para alcançar o entendimento de patrimônio cultural, diversas discussões foram realizadas em âmbito acadêmico, institucional e aos poucos distanciou-se da concepção do patrimônio individual ou/e privado, bem como do seu caráter material. No decreto-lei nº 25 de 1937, estabelecia-se que o patrimônio brasileiro era “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil e por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Assim, essa concepção centrava-se ainda na materialidade dos bens.

Atualmente, vigora uma noção mais ampla do que se compreende como patrimônio cultural. Após todo um processo histórico, passa a fazer parte deste entendimento outras categorias de edificações como os conjuntos urbanos e o patrimônio imaterial. Podemos verificar essa concepção mais ampla na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Frequentemente a primeira ideia de novidade levantada e atribuída à constituição de 1988 é a da incorporação do patrimônio imaterial com conseqüente noção de dilatação do conceito a partir do dispositivo legal, dando conta de uma subdivisão entre patrimônio material e

imaterial. Para Chuva (2012), apesar dessa divisão ser falsa, ela se sustentaria. No Brasil, as especificidades da trajetória de construção do campo do patrimônio conduziram a uma ideia dicotômica do patrimônio, dividindo-o entre material e imaterial. Atualmente, não existe discurso discordante envolto do consenso de que se refere a uma falsa divisão, de modo a angariar uma aparência de unanimidade acerca do tema. Ao passo, que essa concepção dicotômica é reforçada, já que a mencionada divisão tem conduzido à reestruturação dos órgãos de patrimônio, sobretudo o Iphan, que são sistematizados com base na natureza dos bens, e assim se organizam em setores do patrimônio material e imaterial e passam a formular as propostas de projetos e ações de acordo com tal perspectiva (CHUVA, 2012).

Por outro lado, para Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2012), a maior novidade que a constituição de 1988 traz, não é a inclusão dos bens de natureza imaterial, com o entendimento da ampliação da noção de patrimônio cultural. O que é apresentado como extremamente novo é um deslocamento da matriz. Antes era o poder público que indicava o patrimônio cultural, no qual seria composto somente dos bens tombados. Com a nova Constituição Federal reconheceu-se aquilo que já era há muito tempo posição corrente nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são instituídos pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de tudo um fato social. Sem dúvidas que o Estado e o governo podem atuar na formulação desses valores, por vezes, privilegiando ou marginalizando alguns, porém sempre no contexto das práticas sociais. Neste momento, o poder público passa a ter um papel declaratório, no qual lhe cabe, principalmente, proteção, em coparticipação com o elaborador de valor, a comunidade (termo utilizado pela constituinte e problemático pela sua ambiguidade<sup>24</sup>).

Portanto, quando se fala na transformação da percepção de patrimônio patrimonial ao longo do tempo que incidiu sobre a divisão entre patrimônio material e imaterial, está se afirmando também sobre uma mudança que agenciou um alargamento expressivo daquilo que pode ser entendido como sendo patrimônio cultural. Ao passo que essa conclusão foi apenas cabível em razão da introdução no campo das políticas patrimoniais de uma atualizada noção de cultura, alerta não apenas aos produtos, mas igualmente atenta aos processos de produção, bem como aos agentes produtores. Justamente a partir deste novo ponto de vista é que foram reconhecidos patrimônios bens e práticas culturais. Estas, por sua vez, foram sim consideradas em momentos anteriores, mas apenas dentro das políticas públicas voltadas ao folclore, aos grupos indígenas,

---

<sup>24</sup> Atualmente o conceito comunidade é utilizado para determinar um grupo que compartilha de um objetivo, de uma história, uma prática, algo comum, não apenas restringindo-se a informar sobre a divisão de um espaço geográfico por um grupo de indivíduos, assim, legando ao conceito um caráter ambíguo.

a cultura popular, e demais outras, no entanto, sem que recorressem a sua patrimonialização (CHUVA, 2015).

Assim, sabe-se que o patrimônio cultural é muito mais complexo e permeado de conflitos que essa divisão apresentada para facilitar a sua sistematização e a celebração de ações em prol de sua valorização, preservação e usufruto:

É necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edifícios, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas, conforme propõe o autor citado, como “narrativas”, ou, como sugere Maria Veloso Motta Santos (1992), tomando de empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma “formação discursiva”, que permite “mapear” conteúdos, símbolos, visando a descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira” (FONSECA, 2009, p. 66).

Quando se fala em patrimônio no Brasil, portanto, deve-se considerar que é algo que supera essa concepção de divisão e, além de tudo, que se está argumentando sobre diversidade. Assim, “Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem” (FONSECA, 2009, p. 67).

Dessa forma, viabilizando o pensamento relativo à diversidade e em consonância com as trajetórias distintas da dicotomia e com as intensas discussões, surge a noção de referência cultural, que de certa maneira traz uma perspectiva mais democratizante no trato com o patrimônio cultural brasileiro. “A ideia de referência criou novos parâmetros para a inclusão de bens na categoria de patrimônio cultural, principalmente porque ela instituiu um novo paradigma nas práticas de atribuição de valor de patrimônio aos bens culturais, sejam eles de natureza material ou imaterial” (CHUVA, 2015, p. 8).

Nesse sentido, existe um questionamento chave que auxilia nesse entendimento mais amplo, também no que se refere a como é observada a relação dos indivíduos com os bens culturais: “quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?)” (FONSECA, 2001, p. 112). Tal ponto de vista surgiu para mover o enfoque dos bens que em sua grande maioria se institui a partir de sua monumentalidade, seu tributo material e simbólico, e sua riqueza, deslocando-o para a dinâmica de conferir-lhes sentidos e valores. Isto é, recorrendo ao fato de que os bens culturais não possuem valor por si só, que não são detentores de um valor intrínseco. Para tanto, necessitam sempre que os sujeitos lhes atribuam tais valores, em razão de quesitos deliberados e interesses historicamente conservados (FONSECA, 2001).

A noção de referências culturais coloca em xeque as ideias tradicionais de proteção do patrimônio. Por outro lado, com a categórica inserção do patrimônio imaterial nas políticas públicas preservacionistas, deixa-se transparecer que existe um estranhamento da categoria-chave por parte de alguns profissionais e técnicos do campo do patrimônio material (CHUVA, 2015, p. 19). A introdução da ideia de referências culturais, assim, não sana totalmente as problemáticas, mas traz uma importante pauta e revela que, ainda hoje, trabalhar com o patrimônio cultural requer cautela para evitar cair nas armadilhas que permeiam o tema.

O patrimônio cultural, nesse sentido, é um campo de conflito e negociação. Essa situação é construída entre distintos segmentos, esferas, e grupos sociais comprometidos pelo processo de definição dos parâmetros para a seleção, na concessão de valores e nas práticas de preservação e proteção do patrimônio cultural. Este contexto leva à produção de um desequilíbrio que influencia na representatividade, no que tange à procedência étnica, social e cultural, de modo que suscita, conseqüentemente, uma crise de legitimidade e uma reduzida identificação da comunidade – não em todos os casos – com o conjunto dado oficialmente como Patrimônio Cultural Nacional. Isso demanda que as práticas educativas precisem levar em consideração a sua extensão política, ponderando que tanto a memória quanto o esquecimento são produtos sociais (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 23).

Reconhecer que há uma dimensão política da educação e que a memória, assim como o esquecimento, é produzida socialmente implica considerar que nessa relação existe um jogo de poder. Essa instrumentalização contempla uma hipotética identidade coletiva envolta pelas premissas de coesão e homogeneidade e que tende a colaborar para a sustentação de um definido *status quo* e de um regime de dominação em vigor. Nessa perspectiva, os monumentos e os bens patrimoniais foram historicamente interpretados como espaços elitizados e nos quais o opressor reforça seu domínio (TOLENTINO, 2016, p. 44). Isto é, as relações estabelecidas no contexto histórico de formação do Brasil repousaram nas práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

É possível dizer que um deliberado conceito de nação agenciou a emergência das práticas preservacionistas no Brasil e que, para tanto, até hoje se observa seus impactos, principalmente se for considerada a narrativa de identidade nacional esboçada por aqueles bens patrimoniais tutelados pelo Estado. Entretanto, isso não significa que paralelamente não tenha ocorrido o surgimento de pensamentos que exigem representatividade da diversidade cultural que, portanto, adquiriu força no transcorrer dos 80 anos de existência do Iphan e da sua trajetória de

atuação. Institucionalmente, no campo patrimonial, essa concepção que procura incluir as referências culturais com base na diversidade e romper com a ideologia da homogeneização da identidade nacional começou a ganhar sustentação com a fundação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) na década de 80 e com as ideias de Aloísio Magalhães<sup>25</sup> durante a direção da Fundação Nacional Pró-Memória<sup>26</sup>. A criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e do instrumento do Registro, a partir do Decreto 3.551/2000 também teve papel crucial neste contexto. Todavia, isso não sugere que os processos patrimoniais tenham encerrado totalmente com a aparelhagem que colabora para a conservação das matrizes precursoras que robustecem o controle do saber-poder próprio da colonialidade (TOLENTINO, 2018, p. 54-55).

Na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os sujeitos categorizam-se e são categorizados de acordo com três paralelos distintos, ainda que articulados por um eixo comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero. No capitalismo mundial são esses três pontos, as instâncias centrais em referência das quais se organizam as relações de exploração/dominação/conflito. Diante disso, os processos de classificação social traduzirão, fundamentalmente, em processos nos quais essas três instâncias se associam ou inverso em relação a esse complexo, isto é, exploração/dominação/conflito. Assim, a “racialização” como categoria classificatória produzida nas relações de poder entre as novas identidades sociais e as geoculturais transformou-se no mais específico elemento deste padrão e adentrou, transpassou – cada um dos campos da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno. Ao ponto de compor a retaguarda da produção das novas relações intersubjetivas de dominação e de uma certa perspectiva o conhecimento mundialmente imposto como o único racional. O colonialismo se perpetua assim, de certo modo sobre a forma de colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2009, p. 101 -107).

Pensando ser uma imposição, num dado momento esse conhecimento passará a ser colocado à prova, compreendido e reconhecido como uma ferramenta de poder, em que nesse jogo corroborava para perpetuar estruturas de dominação tais quais operadas pelo colonialismo.

---

<sup>25</sup> Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães, nasceu em Recife, Pernambuco, e morreu em 1982 aos 54 anos em Pádua, Itália. Designer gráfico, Bacharel em Direito, ganhou bolsas de governos estrangeiros, tais quais o francês e o norte-americano para se aperfeiçoar nas áreas de museus e artes gráficas. De volta ao Brasil com um escritório voltado à comunicação visual e desenho industrial desenvolveu alguns projetos para órgãos federais. Em 1979, foi nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, posteriormente, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória.

<sup>26</sup> Órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. A Fundação funcionou juntamente com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em uma espécie de organização dual, com o objetivo de gerar maior dinamismo as políticas culturais direcionadas a preservação do patrimônio cultural.

Portanto, logo, uma tentativa que pretende a descolonização também deveria proceder a partir de processos intelectuais.

Com efeito, com o pós-colonialismo se apresenta um conjunto de colaborações teóricas, provenientes de estudos literários e culturais. Nesse sentido, na América Latina, o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), fundado no final da década de 1990, realizou um movimento epistemológico basilar para a renovação crítica e idealizadora das ciências sociais, disponibilizando releituras históricas e problematizando antigas e atuais questões para o território. Nessa perspectiva, preconiza a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política como forma de entender e agir no mundo, marcado pela manutenção da colonialidade nas distintas competências da vida individual e coletiva. Esse foi sendo paulatinamente estruturado, a partir de seminários e publicações, e incorporando, no transcorrer dos anos, nomes como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil, Zulma Palermo, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros. Desses integrantes, alguns já tinham desenvolvido, desde os anos 1970, linhas de pensamento próprias. Exemplo disso são Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência ou Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo. Essas e outras influências foram herdadas pelo grupo (BALLESTRIN, 2013, p.89 -108).

Nesta linha, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2009), em uma alternativa a uma epistemologia dominante, reconhece uma diversidade epistemológica do mundo. Assim, ao passo em que consolida seu pensamento, introduz sobre um conhecimento próprio do Sul, no qual o Sul é:

Concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) [...] o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12-13).

A epistemologia do Sul aqui indicada, portanto, vem no sentido de contrapelo e para lutar contra uma epistemologia dominante que emerge do colonialismo e do capitalismo moderno e que era imposta como a única válida e possível. Refletindo sobre estas questões, Santos (2009), introduz ainda o que chama de “pensamento abissal” e propõe seu reconhecimento e a necessidade de um pensamento pós-abissal que “pode ser sumariado como um apreender com

o Sul usando uma epistemologia do Sul. Assim, confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos [...]” (SANTOS, 2009, p.44). Portanto, Santos, assim como os demais autores relacionados anteriormente, apresenta discussões contra a supressão da colonialidade do poder e saber, no sentido de descolonizar e reconhecer a diversidade, invocando o conhecimento como meio para esse fim.

Quando o “pensamento decolonial” é transportado e aplicado ao campo do patrimônio cultural no Brasil e das práticas preservacionistas, e portanto, se pretende realizar uma educação patrimonial decolonial é necessário primeiro considerar que ela “admite que o colonialismo se perpetuou [...] sobre a colonialidade do saber-poder, o que torna necessário contestar e romper com os processos de dominação sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos e segmentos sociais não hegemônicos ou estigmatizados” (TOLENTINO, 2018, p. 56). Assim, o primeiro passo nessa direção é o de admitir essas estruturas de dominação. Com efeito, Chuva (2020) afirma que:

Uma atitude decolonial deve ser capaz de produzir estranhamentos, a começar por si próprio, e sobre o que o rodeia, em qualquer direção, questionando os agentes autorizados a definir o valor de patrimônio; os valores e significados essencializados que fazem uma cortina de fumaça nos processos vividos; os modos como se conectam com a gestão da sua proteção e salvaguarda ou as contradições dessa gestão. Para tanto é preciso deslocar-se; suportar o desconforto e também provocá-lo; desconstruir temporalidades estanques; identificar anacronismos; tornar passados presentes; criar meios para múltiplas histórias existirem e se confrontarem; encontrar sujeitos onde antes só se enxergavam objetos (CHUVA, 2020, p. 32).

Em virtude desta dinâmica complexa que permeia o patrimônio cultural é que se espera que haja de forma sagaz ao lidar com ele e com os conflitos que o sintetizam, e se consiga, assim, adotar uma atitude decolonial e para tanto, “uma educação patrimonial que parta da diferença e da interculturalidade” (TOLENTINO, 2018, p. 58). Para auxiliar nesse processo, “podemos considerar o patrimônio como um texto que suportou, ao longo do tempo, seleções, inclusões, exclusões, baseadas em diretrizes e interesses, constituindo, de certo modo, estratégias (auto) biográficas que explicitam a intencionalidade de quem o produziu” (BRITTO, 2014, p. 978).

Valendo-se da noção de patrimônio cultural, em que o valor não está intrínseco ao bem, mas sim aglutinado à atribuição de valor e sentido que os sujeitos dão a ele, e na procura de identificar como o Iphan-Goiás desenvolve suas ações em educação patrimonial com as referências patrimoniais do Estado, é que se estabeleceu a proposta do estudo. Isso porque o contato mais assíduo e próximo com esses bens tem muito a acrescentar na formação dos públicos-

participante das ações, e dentre outras possibilidades pode estimular a preservação e a reflexão crítica acerca do próprio patrimônio. “A participação dos grupos sociais em todo o processo, desde suas formulações até as execuções, é um pressuposto essencial às atividades de Educação Patrimonial” (THOMPSON; SOUZA, 2016, p. 16). Até porque não se justifica garantir a salvaguarda de um patrimônio cultural sem estabelecer um diálogo entre o patrimônio e a sociedade. Sem esse vínculo, pode-se dizer que está refutada a concepção de que este bem patrimonial possui, em alguma dimensão, significado para a mesma.

Nesse sentido, é indispensável entender que nem tudo que é proveniente de um passado é um patrimônio cultural para determinado grupo. “Nem tudo que é antigo constitui um bem patrimonial, mas somente aqueles dotados dos sentidos de pertença e identidade, ou seja, de um valor cultural mais amplo” (PELEGRINI, 2009, p. 40). Ao trabalhar com o patrimônio, inevitavelmente se estará levando em consideração a memória ou a identidade de uma sociedade, ou ambas. Elas colaboram para compreender a complexidade daquele.

Nos projetos do Iphan-GO, desenvolvidos em parceria com as escolas, levantados na pesquisa, a categoria memória pode ser identificada nas referências culturais que são trazidas à tona pelo público-participante, nas oficinas e nas rodas de conversas de sensibilização para o patrimônio realizadas pelas equipes do Iphan. Quando, portanto, o famoso bolinho de arroz da Dona Inês é lembrado e citado durante o subprojeto “Sentindo Goiás” da Escola Pluricultural Odé Kayodê no contexto da ação educativa Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás (2009), reporta-se a uma memória de um saber-fazer, passado de geração em geração, que se tornou uma degustação tradicional para aqueles que visitam a Cidade de Goiás. A memória é ativada pelo paladar e olfato, e, para muitos, o bolo reverbera a infância e o cuidado materno. Assim, ela é afetiva e por motivos comuns tornou-se coletiva.

Na figura 5, nota-se o bolinho de arroz da Dona Inês Braz Alves (citado durante a ação educativa). O produto é feito por Dona Inês há mais de 45 anos e é muito procurado pelas pessoas que visitam a Cidade de Goiás. De acordo com Dona Inês, o diferencial do seu bolo de arroz é a fermentação, sobre qual a massa é submetida e que necessita aguardar para ser levada ao forno no outro dia. É o que lhe confere um sabor especial (MEMORIAL DA INDÚSTRIA, 2018). Atualmente, o bolo pode ser encontrado no Mercado Municipal da Cidade de Goiás.

**Figura 5:** Bolinho de Arroz da Dona Inês



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2022.

A memória é um procedimento coletivo dos episódios e dos entendimentos do passado que se anseia resguardar. Aliás, essa ação se agrega em esforços não totalmente conscientes de determinar e potencializar sentimentos de pertença. É uma forma de estabelecer limites sociais entre coletividades de distintas proporções, como regiões, nações, igrejas, partidos. Portanto, a menção ao passado tem a utilidade de conservar a coerência interna dos grupos, bem como de instituições que fazem parte de uma sociedade, de modo a delinear suas singularidades e determinar sua posição, correlação, e igualmente as contrariedades infundáveis (POLLAK, 1989, p. 09).

Com efeito, na educação patrimonial, a memória é uma categoria chave. A título de exemplo, durante as oficinas do “Projeto Portas e janelas vão se abrir”, era realizada um trabalho com encartes com objetivo de sensibilizar os professores presentes para o patrimônio cultural e as memórias relativas a esses. Uma das fichas usadas fazia referência a um baú. Na ocasião de uma dessas oficinas, à ex superintendente Salma Saddi estava presente e em entrevista revela uma situação proporcionada especificamente pela ficha do baú:

Era hora da gente abrir o baú, porque assim com nós temos uma história individual nós temos uma história coletiva [...] quando a gente abriu o baú, eu pedi a elas, que nós fizéssemos silêncio para que elas pudessem pensar essa história no baú individual de cada uma e coloquei uma música sertaneja, um CD gravado pelo pessoal patrocinado pelos correios que é o pessoal que toca no Mercado de Goiás, é... lá no Bar dos Artistas, Quando vi uma das professoras chorava copiosamente, eu fiquei muito, preocupada [...] ela falou pra mim, Salma, sabe quem tá cantando... sabe de quem é essa música? Eu falei, não. Do meu pai. Eu sempre tive vergonha, porque eu achava que

isso era feio, era, não tinha... nunca dei valor, nisso. Essa música, essa letra é dele (Salma Saddi Warres de Paiva, entrevista concedida em 26 de novembro de 2021).

Foi uma ação que conseguiu de certa forma alcançar seus fins de sensibilização e aflo-  
rar memórias, no caso específico uma individual e íntima, mas que ao mesmo passo deixa trans-  
parecer um patrimônio cultural para muitos brasileiros, principalmente os goianos que é a mú-  
sica sertaneja e a cultura intrínseca a esse gênero musical. Um estilo que o sujeito em questão  
não queria ser vinculado, mas sem dúvida um elemento característico da cultura local, um patri-  
mônio para tantos outros, um componente memorável que permite identificar uma sociedade.

Dentre outros aspectos, o patrimônio cultural de uma sociedade exerce uma função  
primordial, pois traz consigo inerentes memórias, algo que remete à história desta, portanto, um  
pouco de sua especificidade enquanto coletividade. E, em dado momento, esses bens podem  
ser um dos poucos meios restantes de se reportar a essas memórias coletivas:

A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a  
memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, re-  
pulsão ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e  
de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram [...]. É, aliás, difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu,  
e se decididamente deixou a consciência do grupo, precisamente porque, basta que se  
conservem numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-lo sempre  
ali (HALBWACHS, 1990, p. 84).

Maurice Halbwachs (1990) afirma que conforme se compreende que as referências  
culturais são partes de um corpo social que resistiu à ação do tempo é que surge, sobretudo, a  
demanda pela preservação e valorização de um bem, no sentido de assegurar que sempre pos-  
samos encontrar a memória coletiva que nele está permeada. Assim, elas não desapareceram  
definitivamente e nem os grupos que as construíram. Portanto, trabalhar com o patrimônio cul-  
tural é um modo de saber um pouco da história de uma sociedade, de resguardar as memórias  
de um grupo e colaborar para que ela possa refletir criticamente sobre seu patrimônio, sobretudo  
aquele reconhecido pelo Estado, aquele que apresenta como seu patrimônio. “Atuar com edu-  
cação patrimonial é, sobretudo, fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de uma forma  
passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado” (TOLEN-  
TINO, 2016, p. 44). Ponto este crucial, especialmente quando se considera a sociedade brasi-  
leira com uma grande diversidade cultural e passou por processos em que culturas e/ou povos  
foram subjugados. E para manutenção de certo *status quo* ou de privilégios de determinados

grupos, produzidos com esses processos, a história é narrada apenas de um ponto de vista daqueles que querem essa permanência ou se interessam por ela, fazendo uso, assim, dos abusos da memória, a denominada memória manipulada.

Antes de acontecer os abusos da memória, existe o uso, isto é, o aspecto implacável de seletividade da narrativa. Ela admite essencialmente uma dimensão seletiva. Neste ponto, chega-se à relação afunilada entre memória declarativa, narratividade, testemunho, e representação simbólica do passado histórico. Assim, são os inúmeros recursos de conformação da narrativa oferecidos que permitem a ideologização da memória. As estratégias do esquecimento operam diretamente neste trabalho de construção. Há possibilidade de sempre expor de outra forma, seja suprimindo, mudando o foco ou configurando diretamente os protagonistas da ação, bem como suas próprias linhas gerais. O risco maior no final da trajetória, após passar pelas camadas de configuração da narrativa, desde a formulação da identidade pessoal até a coletiva que alicerçam nossas ligações de pertencimentos, está em como será a gerência da história autorizada, atribuída, comemorada – a história oficial. Nesse sentido, o recurso da narrativa transforma-se em emboscada, no momento em que potências superiores começam a orientar a organização da totalidade e sancionam uma descrição canônica com base em ameaça ou atração, temor ou lisonja. Aqui os atores sociais são destituídos do seu poder natural de se auto narrar (RICOEUR, 2007, p. 455).

Nesse contexto, ao realizar uma ação de educação patrimonial, demanda-se ter conhecimento e sensibilidade sobre os conflitos geracionais da cultura trabalhada. No caso do Brasil, por exemplo, entender que alguns grupos tiveram sua história contata pelo outro, logo como educador evitar essa postura vertical, o que também significa que ao realizar uma ação educativa deve-se primar por uma ação dialógica, fundada na escuta em que as referências culturais trabalhadas serão aquelas trazidas pelo grupo. Sobre essa postura, Paulo Freire já havia afirmado (2002, p. 43), “não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele”. Para tanto, apresenta pontos chaves para desenvolver uma ação educativa efetiva.

Nesse sentido, é “um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres” (CASCO, 2005, p. 2). Assim, uma diversidade de referências pode ser apresentada, materiais, imateriais, naturais, entre elas “Lugares de memória”, muito deles não reconhecidos pelo Estado, mas que são atribuídos de valor e significado pela comunidade na qual estão inseridos

Os “Lugares de memória” são de ordem material, simbólica e funcional e se constituem mediante uma interação mútua entre memória e história. Primeiramente, é preciso ter uma pretensão de memória. A ausência desse intuito faz com que estes locais sejam espaços de história. Por outro lado, se não houvesse a influência da história, do tempo e das transformações, teríamos apenas um simples histórico dos memoriais. O motivo principal de ser um lugar de memória é interromper o tempo, estabelecer um estado de coisas, é inibir a performance do esquecimento, materializar o imaterial, imortalizar o mortal (NORA, 1993, p. 21-22).

Essa interação recíproca entre memórias e história, como Nora (1993) sugere, faz com que várias referências culturais que podem ser elencadas pelas comunidades locais se apresentem como um “lugar de memória” na Cidade de Goiás. Em relação à proposta de estudo desta pesquisa, identifica-se nas ações desenvolvidas pelas escolas que aderiram aos projetos do Iphan-GO, como “lugares de memória”, por exemplo, o Rio Vermelho. Os estudantes da Escola Pluricultural Odé Kayodê que participaram do projeto “*Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra te quero!*” estabeleceram uma relação com o rio mediante a audição (som de suas águas). Na imagem a seguir, temos o Rio Vermelho na Cidade de Goiás.

**Figura 6:** Rio Vermelho na Cidade de Goiás



**Fonte:** Acervo fotográfico da autora, 2021.

Na imagem, é possível observar o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, a ponte que dá acesso à rua do Carmo, algumas árvores, vegetações de pequeno porte, pedras, a Serra Dourada ao fundo e o Rio Vermelho de águas tranquilas com coloração barrenta e de pouca profundidade, o que é alterado no período das chuvas. Em geral, nota-se a modificação no cenário com a presença de um volume maior de água e de profundidade em dias de intensas chuvas, assim, ele também ultrapassa suas margens, mas em questão de horas volta a sua delimitação normal.

Constata-se também que as margens são consideravelmente amplas, o que fica em evidência principalmente no período de estiagem, como no momento do registro fotográfico. A partir do ciclo de urbanização da Cidade de Goiás, esse “lugar de memória” fez de suas margens um espaço dividido por lavadeiras, banhistas e suas histórias e lembranças, tornando-se, assim, sinônimo de vida para uma cidade que se expandiu além delas. “É o rio uma das bases do mito fundador de Goiás, espaço de saber/poder que teria estimulado o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva a atear fogo em um prato com aguardente ameaçando os índios goyazes” (BRITTO, 2014, p. 990). Desde o início das menções ao rio, é ele que vem orientando memórias, disputas e urbanização na antiga Vila Boa de Goiás.

Outro lugar identificado nas ações educativas é a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atualmente Museu das Bandeiras (MUBAN). Antes de ser museu, o edifício teve a função de aprisionar e julgar aqueles ditos como “foras da lei”. Eram comuns denúncias contra os banhistas que se aventuravam em mergulhar nus nas águas do Rio Vermelho. Eram autuados pelas autoridades e poderiam ser levados para a Casa de Câmara e Cadeia. Outros “lugares de memória” são observados no projeto *Conhecer para preservar – preservar para conhecer*: a Casa de Cora Coralina e a Igreja da Boa Morte na Cidade de Goiás. Por sua vez, no projeto *Portas e Janelas vão se abrir* é citada a Estação Ferroviária de Goiandira.

Portanto, outro conceito que pode ser discutido – em relação a sua presença - tanto na ação, quanto nas análises dos projetos e demais documentos apresentados pelo Iphan-GO acerca do desenvolvimento de educação patrimonial pelo órgão e que encontra pilares de formulação nas memórias é o de identidades. Em suma, essa faz com que um indivíduo se sinta pertencente a um grupo. É o que o diferencia para que se entregue a esse grupo e não àquele outro:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmer a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte

separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (SILVA, 2000, p. 82).

Nesse processo de incluir e excluir, entende-se que a concepção de identidade é determinante para estabelecer a ideia de uma comunidade. Ao se apresentar como um grupo ou mesmo se entenderem socialmente como tal, indivíduos encontram e/ou procuram, mediante a cultura, meios de afirmar sua identidade, elementos e singularidades que os unificarão e delimitarão como um só e os diferenciarão dos demais. Isto é, a partir daí serão incluídos ou excluídos. Entretanto, esse processo não é simples, tampouco pacífico. “A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações [...] dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar” (SILVA, 2000, p. 82). Nesse contexto que insinua poder os conflitos são incitados. Na aflição de estar no topo dessa hierarquização, a violência se apresenta para obtê-la. No cenário em que se formam, muitas vezes, essas disputas operam pela via cultural e impactam, portanto, nas identidade(s) e nas memória(s) coletiva dos grupos envolvidos, por conseguinte nos patrimônios que serão concebidos como representativos de sua cultura.

O patrimônio cultural é um dos elementos chave da identidade cultural de um grupo ou comunidade e contribui para a sua formação. Logo, pensando nessas facetas que envolvem a disputa pelo “capital cultural”, exige-se cautela para efetuar um trabalho com o patrimônio para não correr o risco de ignorar os conflitos sociais que comunicam a formação da sociedade onde tal referência está inserida. Ao realizar uma ação de educação patrimonial, uma parcela do público-participante pode não se identificar com a referência selecionada para o projeto por questões de identidade. É sabido então que na ação educativa que pretende ser dialógica e democrática deve ocorrer em construção com o grupo. Assim, as atividades devem ser realizadas juntamente com esses sujeitos em torno das referências culturais trazidas por eles durante o processo, isto é, se apoiando em uma escuta acurada.

Por sua vez, deve-se considerar uma nova relação entre o sujeito e as identidades que são estabelecidas com a pós-modernidade e as transformações da sociedade moderna. Nesse contexto, o sujeito pós-moderno é formado e ele não possui uma identidade estática. “Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidade possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas - ao menos temporariamente” (HALL, 2019, p. 12). Logo, é essencial estar a par destes conceitos e suas linhas tênues que entremeiam a construção de uma referência e/ou patrimônio cultural para se trabalhar com eles em suas

diferentes vertentes de possibilidade, no caso específico com a Educação Patrimonial em sua definição mais atual.

Portanto, a partir da proposta de pesquisa delimitada, procurou-se identificar entre outros aspectos nos projetos de educação patrimonial desenvolvidos pelo Iphan em Goiás os usos feitos dos conceitos centrais apresentados, especialmente o de educação patrimonial. Ademais, verificou-se no avançar do tempo se eles acompanharam as transformações observadas nas categorias de pensamento ou permaneceram sendo usados sem considerar as mudanças e seguiram no sentido do anacronismo.

#### **1.4 Metodologias – descrição das metodologias utilizadas**

Para edificar o estudo proposto e alcançar nossos objetivos satisfatoriamente, utilizamos diferentes tipologias de fontes: as orais, as iconográficas e as escritas. A investigação no Iphan para a obtenção de dados se divide em dois momentos. Primeiramente, foi efetuada a pesquisa no arquivo e na biblioteca da superintendência para levantamento de documentos. Em uma segunda ocasião, foi realizada entrevistas com servidores e ex-servidores do instituto que nos proporcionarão experiências, conhecimentos e informações sobre a abordagem em questão.

Em relação à etapa que compreende a pesquisa de campo no Iphan, inicialmente a proposta era realizar o estudo no arquivo e na biblioteca da instituição para obtenção, e posteriormente análise, das fontes documentais. Todavia, em função da pandemia da Covid-19 e dos protocolos de segurança para evitar a maior disseminação do vírus, o acesso presencial a estes espaços não foi permitido. Os documentos foram acessados a partir do SEI<sup>27</sup>, mediante alguns arquivos enviados via e-mail pelos departamentos de arquivo e pela biblioteca da superintendência do Iphan em Goiás e a partir do site do instituto.

Este *corpus* documental traduz-se principalmente nos projetos de ações em educação patrimonial desenvolvidos pelo instituto, nos relatórios de execução e nos relatórios de gestão do Iphan. Esses documentos são: Carta de Nova Olinda (2009), Carta de Serviço ao Cidadão (2014), as publicações técnicas referentes aos projetos como o “Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra que te quero (2010)” e “Conhecer para preservar – preservar para conhecer (1995)”. Do mesmo modo, foram analisados relatórios de gestão entre 2000 a 2020. A partir disso, a análise foi aplicada especialmente no conteúdo desses documentos, visando identificar: a concepção de educação patrimonial adotada nos projetos

---

<sup>27</sup> Sistema Eletrônico de Informações. O Iphan passou a utiliza-lo no final de 2015.

desenvolvidos; as devolutivas para a comunidade; as abordagens de conceitos como memória e identidade; o modo como se deu a participação da comunidade local nas atividades desenvolvidas; e as referências culturais trabalhadas. Averiguando, nesse sentido, elementos chaves da educação patrimonial, dentre eles a relação estabelecida entre o público-participante e as referências patrimoniais.

Ainda em relação às fontes escritas, foram analisados os seguintes decretos: Decreto n. 6.844, de 7 de maio de 2009, aprova a estrutura Regimental do Iphan, e dá outras providências; Decreto n. 5.040, de 7 de abril de 2004 também aprova a estrutura Regimental do Iphan, e dá outras providências e Decreto-Lei n.25, de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Outros documentos estudados foram as portarias: Portaria n.375, de 19 de setembro de 2018 que eleva a educação patrimonial a processo institucional na Política de Patrimônio Cultural Material; Portaria n. 137, de 28 de abril 2016 que por sua vez estabelece as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio; Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002 que compatibiliza as fases do licenciamento ambiental com os estudos arqueológicos.

É determinante estar atento que “Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BARCELLAR, 2008, p. 63). Isto sugere que ao analisarmos esses projetos e os relatórios de tais ações estaremos lidando intrinsecamente com o discurso oficial do Iphan em relação ao tema.

Outro ponto fundamental a que devemos dirigir atenção, ao fazer o estudo de uma fonte, “reside na necessidade imperiosa de se *entender o texto no contexto de sua época*, e isso diz respeito, também, ao *significado das palavras e das expressões*” (BARCELLAR, 2008, p. 63, grifos do autor). Logo, ao trabalhar especialmente com o conceito de Educação Patrimonial no *corpus* documental selecionado, deve-se considerar essa questão, visto que tal termo já passou por várias discussões ganhando, portanto, outros entendimentos.

Assim, possíveis diferenças na aplicação do conceito entre os projetos não representam necessariamente inadequação de seu uso, tampouco distanciamento do que o próprio instituto interpreta atualmente como educação patrimonial. “As palavras e as expressões contidas no documento são carregadas de significados que variam no tempo e no espaço. Nem sempre os seus significados se mostram claros ao pesquisador e podem se constituir em armadilhas ao seu trabalho” (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 61). A atenção no trato dos documentos se faz essencial para que a pesquisa não seja prejudicada.

Após o levantamento e a análise dos documentos, a próxima etapa da pesquisa de campo no Iphan foi a fase das entrevistas. Para isso, foram seguidas as orientações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), previstas na resolução nº 510, de abril de 2016, quanto ao uso de seres humanos e à ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais. Assim, o projeto, primeiramente, foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado em 13 de fevereiro de 2021 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (CEP/UEG).

Em virtude do ambiente vivido em função da pandemia do novo Corona vírus (Covid-19), foram seguidos os protocolos para evitar a maior disseminação da doença. Assim, as entrevistas foram realizadas virtualmente mediante videoconferência na plataforma Google Meet entre os meses de novembro de 2021 e janeiro de 2022. Portanto, visando atender aos protocolos de segurança e os “procedimentos de coleta de dados” para a escrita do Relatório Técnico e a elaboração do Produto, foi usada como metodologia a entrevista de forma on-line<sup>28</sup>, de modo que procuramos coletar o maior número de informações acerca da atuação do Iphan, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações de educação patrimonial:

Uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Fundamentalmente, espera-se que o entrevistador demonstre interesse pelo informante, permitindo-lhe falar o que tem a dizer sem interrupções constantes e que, se necessário, proporcione ao mesmo tempo alguma orientação sobre o que discorrer. Por baixo disso tudo está uma ideia de cooperação, confiança e respeito mútuos [...]. Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas não introduzindo seus próprios comentários ou histórias. Essa não é ocasião para você demonstrar seus conhecimentos ou seu charme (THOMPSON, 1998, p. 271).

A partir de Thompson, percebe-se que o ato de entrevistar exige prudência, para que esse dado momento propicie uma coleta de dados que traduzam coerentemente o que o entrevistado tem a dizer acerca do tema ou da experiência que o tornou participante da entrevista. “Os entrevistados devem ser tratados com muita atenção e cuidado. Expliquem a pesquisa e perguntem se eles querem contribuir, se aceitam serem gravados ou fotografados. Algumas pessoas aceitam dar entrevista, mas não gostam de ser fotografadas ou filmadas. Respeitem isso” (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 16). Nesse sentido, a ética na pesquisa é essencial para resguardar os entrevistados e os pesquisadores e, assim, gerar um clima de confiança entre entrevistador e entrevistado. Uma entrevista satisfatória demanda tais posturas e relações:

Os primeiros contatos são importantes para o estabelecimento de um clima de confiança, respeito e compromissos entre o pesquisador/entrevistador e o

---

<sup>28</sup> Uma semana antes, o entrevistado receberá o questionário com as questões que serão realizadas no dia marcado para a entrevista que será de aproximadamente 2 horas, tempo estipulado para responder o questionário.

narrador/entrevistado. Por isso, é necessário ao pesquisador/entrevistador uma certa compreensão das relações e posturas humanas. Uma compreensão de que as pessoas são diferentes, cada uma tem suas próprias maneiras de ser e de pensar e, diante de um gravador, podem ter as mais diversas reações (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p.197).

Ademais, ao trabalharmos com fontes orais, não podemos esquecer que “A oralidade implica o trabalho da memória e, ainda o trabalho da palavra, do que é dito e do que é silenciado” (OLIVEIRA, 2005, p. 95). As especificidades dessa tipologia de fonte devem ser levadas em consideração no momento de suas transcrições e análises.

Assim, foram realizadas entrevistas com profissionais do patrimônio cultural que têm ou tiveram a possibilidade de visualizar o funcionamento interno do Iphan em Goiás e, dessa forma, tiveram contato com a postura do instituto frente à promoção da educação patrimonial. Nesse sentido, concederam entrevista, a ex-superintendente do Iphan-Goiás que atuou no cargo de 2009 a 2019, Salma Saddi Wares de Paiva<sup>29</sup>; a ex-chefe de escritório por aproximadamente 12 anos, de final de 2001 até janeiro de 2014, Edinéa de Oliveira Angelo<sup>30</sup>, a atual Analista de Gestão do Patrimônio Cultural e Artístico Nacional – IPHAN, Ana Paula Carvalho<sup>31</sup>, a atual Coordenadora Técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional em Goiás (IPHAN-GO), Beatriz Otto de Santana<sup>32</sup> e a arqueóloga do órgão em Goiás, Héllen Batista Carvalho<sup>33</sup>. Além desses profissionais, foi entrevistada a docente Genilda da Silva Alexandria Sousa<sup>34</sup> que atuou no projeto *Portas e janelas vão se abrir*. Neste momento da pesquisa, o entrevistado deve ficar em primeiro plano. Os dados coletados a partir dessas conversas foram analisados e reunidos às demais informações obtidas posteriormente.

Nessa fase também foram analisadas as fontes, por exemplo, fotografias, convites e cartazes identificados nos projetos de educação patrimonial, no próprio site da instituição e outras provenientes de acervo pessoal.

---

<sup>29</sup> Salma Saddi Wares de Paiva é graduada e licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Em 2000, foi nomeada superintendente do Iphan em Goiás. Durante sua gestão, esteve à frente dos principais acontecimentos relacionados ao setor, entre eles a reorganização da cidade de Goiás após a enchente de 2001, o reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio Mundial e o projeto de restauração do conjunto arquitetônico *art déco* em Goiânia.

<sup>30</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Turismo pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>31</sup> Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Técnica do Iphan-GO desde 2019. Mestranda do Programa Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG).

<sup>32</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Gestão do Patrimônio cultural, ambos cursados na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

<sup>33</sup> Graduada e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás –UFG. No mestrado desenvolveu sua dissertação voltando-se a arqueologia história.

<sup>34</sup> Graduada em Design gráfico pela Universidade Federal de Goiás, mestre em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais da mesma Universidade. Possui especialização pelo Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO.

Em sequência, iniciou a etapa correspondente ao desenvolvimento do produto. Esse é um livro digital em formato e-book que apresentará parte da sistematização da análise dos projetos de educação patrimonial promovidos pelo Iphan em Goiás entre os anos de 2009 a 2021.

Assim, nota-se que as ações educativas têm um relevante potencial no que diz respeito à transformação social. Diante disso, é necessário que os sujeitos envolvidos na ação sejam considerados seres ativos, no que se refere à construção do espaço. Portanto, são imprescindíveis metodologias que apreciem a criatividade, a memória, a percepção dos indivíduos, de modo que colaborem para que estes constituam-se como cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem (ALVES; FIGUEIREDO, 2014, p. 20). Nesse sentido, a ação educativa é pensada para desenvolver em seu público-participante a vontade de preservar seu patrimônio cultural, suas referências, ter uma relação mais intimista com esses bens que emanam um pouco da memória e história da comunidade em que está inserido, ou mesmo, e principalmente, para refletir criticamente sobre esse patrimônio.

## 2. REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS: PROJETOS E AÇÕES

*Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar.*

*Inventário Nacional de Referências Cultura - Iphan*

Nesse item, são abordados os projetos que foram levantados durante a pesquisa, portanto, desenvolvidos pelo Iphan em Goiás entre os anos de 1984 a 2021. Para a análise, o parâmetro selecionado como linha divisória entre as ações foi a implementação das Casas do Patrimônio, em 2009. Assim, a análise se divide em três momentos: primeiramente, os projetos executados antes de 2009; depois, as ações educativas efetuadas no contexto da implementação das Casas do Patrimônio; e, por fim, as mais recentes propostas de educação patrimonial empreendidas pelo órgão. As discussões, nesse sentido, realizam-se a partir dos conceitos de patrimônio cultural, educação patrimonial, memória e identidade.

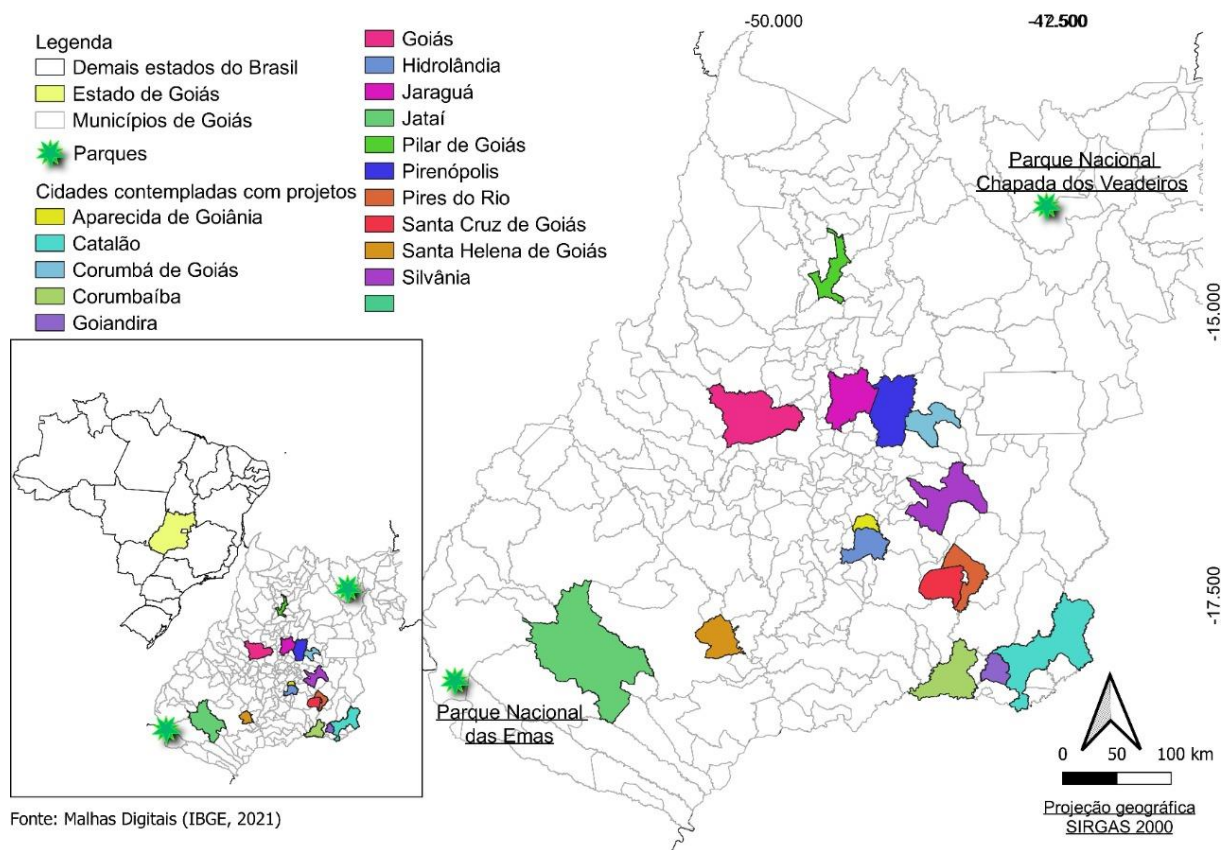
### 2.1 Educação Patrimonial em Goiás: ações antes das Casas do Patrimônio

As ampliações das discussões sobre a temática no país aos poucos levaram a, atualmente, adoções de outras concepções do que é educação patrimonial. Esta não pode ser vislumbrada meramente como transmissão de conteúdo, em que se faz o uso de cartilhas e panfletos apenas como produtos para divulgação de informações. É necessário, portanto, abandonar essa postura e entender a Educação Patrimonial como um processo, em que o objetivo é consolidar novos laços entre a comunidade e seu patrimônio. Assim, as cartilhas e os folhetos poderão ser utilizados, nessa perspectiva de fazerem parte de um processo maior, não como um produto em si (SCIFONI, 2015, p.197-198). A partir dessa ótica, o sujeito não é visto como alguém a quem se deve ensinar, tampouco entende-se que o patrimônio está ali para ser divulgado – tudo é visualizado dentro de um processo:

Os bens culturais são considerados como suporte vivo para a construção coletiva do conhecimento, que só pode ser levada a cabo, quando se considera e se incorpora as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas por meio de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem que devem ser construídas dialogicamente a partir das especificidades locais (FLORENCIO, 2015, p. 24).

Ao analisar o *corpus* documental selecionado para esta pesquisa, identificam-se, ao longo do recorte temporal estabelecido, ou seja, entre 2009 e 2021, quinze cidades goianas contempladas com projetos e as ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan-GO. No mapa a seguir, consta a relação e a localização dessas cidades:

**Mapa 3:** Cidades contempladas com projetos de educação patrimonial do Iphan-GO



**Fonte:** Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2021.

Para a análise dos projetos e ações de educação patrimonial, desenvolvidos pelo Iphan-GO, precisa-se considerar que, como pontuado anteriormente, ocorreram transformações e discussões que fizeram com que o conceito e seu entendimento não passassem por um processo de estagnação. Logo, com base nesse pressuposto, deve-se proceder à análise, mas também é

necessário levar em consideração o contexto e as especificidades das discussões para o tema naquele dado momento.

Partindo dessa premissa, neste tópico, serão abordados quatro projetos de educação patrimonial que foram desenvolvidos pelo Iphan no Estado de Goiás ou contaram com sua parceria para a execução: *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*; *Viva e reviva Goiás*; *Tocando a Obra* e *Concurso de Redação na Cidade de Goiás*. Os projetos apresentam em comum o recorte espacial, pois foram executados na Cidade de Goiás, exceto o *Tocando a Obra* que foi realizado em outras localidades do Estado de Goiás. Além disso, todos tiveram início antes da implementação do Projeto Casas do Patrimônio, em 2009.

### **2.1.1 *Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer***

A primeira ação realizada pelo Iphan em Goiás de que se tem notícia foi o projeto *Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer*, na década de 80, mais precisamente, em 1984, na Cidade de Goiás em parceria com a escola particular Magali - Centro de Estudos. A partir dos dados levantados, observa-se que o projeto foi realizado por alguns anos, depois sofreu um intervalo na sua execução. Salma Saddi Wares Paiva, em entrevista realizada em 26 de novembro de 2021, afirma que o:

primeiro ano que nós desenvolvemos um projeto de ação educativa em Goiás de educação patrimonial foi em 1984. Nós fizemos uma parceria com a escola Magali Centro de Estudos e fizemos um projeto de educação patrimonial multidisciplinar. Ele fazia parte de português, matemática, de história, de todas as matérias e foi um trabalho fenomenal (Salma Saddi Wares Paiva, 2021).

Após essa primeira experiência, o projeto foi resgatado institucionalmente, em 1994. No ano de sua retomada, a ação com o público participante ocorreu mais exatamente em outubro e novembro. Para a sua divulgação, foram organizados uma exposição, um vídeo e a publicação decorrente da ação, finalizando-a com uma palestra feita por técnicos do Iphan. Entre os objetivos do projeto destacam-se: levar ao reconhecimento e à valorização das particularidades da Cidade de Goiás enquanto cidade histórica sob proteção do Estado; desenvolver uma ação consciente em torno da preservação do patrimônio histórico-cultural, bem como do ecológico-ambiental; e promover o contato com os conceitos de tombamento, patrimônio e preservação (IPHAN, 1995).

Na primeira edição do projeto, a ação foi executada com estudantes da 3ª série do primeiro grau. Já em 1994, o público participante correspondia aos alunos da 4ª série do 1º grau

da rede estadual de ensino. Nesse ano, o projeto envolveu ações com 14 turmas, com um total de aproximadamente 400 estudantes. Assim, a ação contemplou seis escolas da rede oficial de ensino e contou com a colaboração de três museus: o Museu de Arte Sacra, o Museu das Bandeiras e o Museu Casa de Cora Coralina. A conexão do projeto com a educação formal partiu dos conteúdos estudados em Estudos Sociais<sup>35</sup> nas terceiras e quartas séries da rede municipal e estadual de educação do Estado de Goiás. A partir desses temas, foram elaborados e planejados os programas da ação (IPHAN, 1995). De acordo com Salma Saddi, para esse projeto era contratada uma coordenadora pedagógica:

Nós contratávamos uma coordenadora pedagógica porque jamais pensamos em assumir o papel da escola. A gente queria respeitar tanto o coordenador pedagógico quanto os professores e alunos porque tínhamos como viabilizar o projeto, mas nós também estávamos apreendendo, então, procuramos apoio, tudo que poderia somar para o projeto na Cidade de Goiás, por exemplo, a Vila Esperança somou muito, e muitas vezes (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021).

Na concepção de Nilda Lopes de Oliveira Lisita (2008), por sua vez, as parcerias com mais escolas do município de Goiás só se estabeleceram em 1997, quando o projeto chegava aos seus últimos anos de execução. A referida adesão das escolas da Secretaria Municipal de Educação da cidade ocorreu de modo gradativo. Primeiro, com a adesão de seis unidades de ensino e majorando para dez nos anos posteriores. De acordo com os documentos sobre os projetos *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer* (1995, 1998, 1999, 2000), o Iphan em Goiás pôde contar, para essa ação educativa, com as seguintes escolas e/ou parceiros:

**Quadro 3:** Parcerias do Iphan no *Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*

<b>Redes de ensino e outras parcerias</b>	<b>Nome das escolas</b>
<b>Escolas Particulares</b>	Magali Centro de Estudos; Colégio Sant' Ana; Colégio Alternativo.
<b>Subsecretaria Regional de Educação</b>	Escola Estadual Dona Colombina C. de Castro; Escola Estadual Dom Abel; Escola Estadual Constância Gomes; Escola Estadual Mestre Nhola; Escola Estadual Professor Manuel Caiado; Escola Estadual Albion de Castro Curado; Lar São José; Colégio Estadual Prof. Alcides Jubé – com os alunos do curso “Técnico em Magistério” – Nível Médio; Escola Estadual Walter Engel – Colônia de Uva.
<b>Secretaria Municipal de Educação</b>	Escola Municipal Caiapó; Escola Municipal Sonho Dourado; Escola Municipal Arnupho R. Caiado; Escola Municipal Chapadinha; Escola Municipal Vila Boa; Escola Municipal São Pedro; Escola Municipal Vale do

<sup>35</sup> A disciplina englobava estudos de conteúdos ligados às Ciências Humanas ou Sociais, com a introdução de conteúdos relativos à história, à geografia, à sociologia, à política e à economia.

	Amanhecer; Escola Municipal Buriti Queimado; Escola Municipal Bezerra; Escola Municipal Santa Bárbara.
<b>Centros Culturais</b>	Museu Casa de Cora Coralina; Igreja Nossa Senhora D' Abadia; Museu de Arte Sacra da Boa Morte; Museu das Bandeiras; Palácio Conde dos Arcos; Casa do Bispo (sede do Iphan em Goiás).
<b>PROLER</b>	Programa Nacional de Incentivo à leitura. Organização não governamental que se instalou para as atividades na cidade de Goiás no Museu Casa de Cora Coralina.

Fonte: LISITA, 2008. Quadro elaborado pela autora, 2021.

Portanto, a partir do projeto, o Iphan em Goiás conseguiu estabelecer um número considerável de parcerias. No ano de 1994, os bens culturais que seriam trabalhados com estudantes foram pré-determinados, a partir de seu significado no que diz respeito ao conjunto sociocultural de Goiás e em razão de seus aspectos exclusivos que os distinguem dentro do cenário arquitetônico da cidade. Assim, selecionaram o Centro Histórico Tombado, o Museu de Arte Sacra, o Museu das Bandeiras e a Casa de Cora Coralina. Em relação às ações programadas com esses bens, destacam-se: elucidações preliminares com a exposição da proposta nas escolas; percursos a pé orientados; visitas dirigidas; palestras; exercícios de fixação artística e de elaboração de textos (evento de encerramento com festividade). As metodologias de execução eram deliberadas a partir das várias fases de concepção, planejamento, organização, implantação e avaliação de desempenho (IPHAN, 1995). Tais fases, por sua vez, foram estruturadas e realizadas em cinco programas ou momentos que correspondiam a sua fase de efetivação, como se pode observar no quadro abaixo:

**Quadro 4:** Programas do *Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, 1994

Programa	Local da visita dirigida	Objetivos da visita	Atividades realizadas pelos alunos
1º	Centro histórico tombado de Goiás	Trajeto a pé para observar construções singulares e características arquitetônicas e urbanísticas.	Reproduzir <sup>36</sup> com argila alguma edificação vista durante o trajeto.
2º	Museu de Arte Sacra	Visitar e assistir palestra proferida pela diretora e monitores do museu.	Atividade de fixação, usando lápis crayon, giz branco e papel pardo.
3º	Museu das Bandeiras – MUBAN	Visitar e assistir palestra proferida pelos administradores e supervisores.	Trabalho de expressão artística com giz de cera e cartolina.

<sup>36</sup> A metodologia utilizada que diz respeito a “reproduzir, fixar e expressar” o patrimônio consagrado não permite que aluno consiga expressar seu pensamento, bem como se possui uma visão crítica acerca daquele patrimônio. Uma metodologia que prejudica o desenvolvimento do pensamento crítica

4º	Museu e Casa de Cora Coralina	Assistir palestra ministrada pelos recepcionistas e vídeos documentários.	-
5º	Cine Teatro São Joaquim	Participação em dois eventos: exposição com amostra dos trabalhos dos alunos ao longo do projeto e registro fotográfico deste; festividade de encerramento no Teatro.	-

Fonte: LEONEL et al,1995. Quadro elaborado pela aurora, 2021.

Nota-se que nas metodologias utilizadas na execução do projeto *Conhecer para preservar, Preservar para Conhecer* procuravam, a partir de trabalhos manuais, incentivar os estudantes a realizarem uma operação de fixação ou assimilação daqueles bens apresentados e, por conseguinte, produzir sua internalização e, assim se esperava, o desejo de protegê-los.

Esse processo se dava, como está identificado no quadro, por meio de diversos materiais e texturas, como o giz branco, a cera, a argila, a cartolina, o papel pardo, o lápis crayon. Na imagem a seguir, identificam-se resultados da atividade de fixação após o trajeto a pé pelo centro histórico da Cidade de Goiás:

**Figura 7:** Objetos em argila produzidos durante o projeto *Conhecer para Preservar*



Fonte: LEONEL et al,1995.

Na imagem observada acima estão alguns objetos feitos em argila. Estes são alguns dos resultados gerados pelo primeiro programa da ação educativa que levou os estudantes a uma caminhada pelo centro histórico tombado da Cidade de Goiás e, posteriormente, à reprodução, para fixação de elementos que tinham visualizado durante o percurso, fazendo uso da argila. Um dos alunos, por exemplo, optou em reproduzir uma igreja que representa o poder exercido pela Igreja Católica durante o período colonial. Nota-se que os estudantes dirigiram suas percepções durante o trajeto para locais e edificações distintas. Todavia, de certo modo, identifica-se um interesse que foi induzido para determinados bens e neste sentido, compreende-se como uma forma de “forjar” artificialmente uma identidade.

Esses espaços selecionados aos quais os estudantes foram levados para a visita podem ser compreendidos como “Lugares de memória”, pois são “com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21). Lugares que suscitam memórias envoltas com a ideia de poder, religião, economia e que são reforçadas com as informações relativas à historicidade dos locais identificados durante as falas dos diretores e monitores que assim ficaram a encargo de apresentá-los. Atualmente, no entanto, ganharam outras funcionalidades. Função esta que vai de encontro ao significado e à utilidade que contemplavam no passado. No caso específico do centro histórico, este pode ser compreendido como um museu a céu aberto. A partir das visitas, os estudantes tiveram contato com um pouco da história e memória que aqueles espaços evocam também sobre a Cidade de Goiás. Os exercícios promovidos com as crianças tinham o objetivo de que elas internalizassem os espaços e se envolvessem afetivamente, conseqüentemente levando ao anseio por sua preservação e valorização. Entretanto, nem todos assim podiam se sentir, visto a ausência de identificação e representação com aquele patrimônio.

A esse respeito, o próprio título do projeto, *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*, suscita atualmente várias discussões. No entanto, ao analisá-lo inserido em seu contexto de execução, compreende-se que naquele período a proposta correspondia a uma das ideias amplamente difundidas na época, fruto de discursos de pesquisadores como Rodrigo Melo Franco de Andrade e que seria conduzida as práticas de educação patrimonial:

Este discurso tinha como fundamento a crença de que o conhecimento sobre o patrimônio levaria a um sentimento profundo de apego aos bens culturais, o que, por sua vez, conduziria necessariamente ao impulso, quase instintivo, da preservação. Nasceu assim, a tríade que fundamentaria a ideia do *Conhecer para preservar*: **Conhecimento, apego, preservação** (SCIFONI, 2019, p. 18).

Essa máxima pressupunha a noção de uma situação instantânea, em que ao conhecer determinado patrimônio cultural, suscitaria também a vontade de o preservar. Entretanto, isso não é uma regra, pois conhecer não necessariamente gerará um sentimento de apego como colocado. Pode-se tomar conhecimento, mas mesmo assim não querer preservar ou até mesmo pensar em destruir tal patrimônio.

Em relação a essa questão, Atila Tolentino (2016, 45) exemplifica tal reação apresentando a ocorrência de algumas pichações que podem ser encontradas em meio às cidades e aos centros históricos. A esse respeito, cita a professora Simone Scifoni que, em palestra ministrada em Fortaleza, no 5º Seminário do Patrimônio Cultural de Fortaleza, no ano de 2014, referiu-se às pichações realizadas no Monumento às Bandeiras, localizado no Parque Ibirapuera em São Paulo. O episódio aconteceu durante as denominadas jornadas de junho de 2013, que geraram manifestações por todo país, em virtude do aumento das tarifas do transporte público. Nos bandeirantes representados no monumento foi redigida a palavra “assassinos”. Assim, é notório que os responsáveis pela ação sabiam a que se referia a escultura de Victor Brecheret. Portanto, ter ou adquirir conhecimento sobre um bem não necessariamente irá produzir um sentimento de apego como pontuado, inclusive por questões de identidade.

Voltando-se novamente ao projeto *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*, a expressão em destaque no título também está atrelada à ideia de levar conhecimento ao outro quando associada às ações de educação patrimonial, ou seja, dando tons de imposição. Todavia, não cabe dizer aqui que esse pensamento correspondia a algo errado, mas sim que foi produto das interpretações e das discussões que existiam acerca da educação patrimonial relacionadas ao patrimônio naquele momento. Posteriormente, essas discussões foram aprofundadas e colocaram a concepção de educação patrimonial em questionamento. Isto é, “se ela fazia algum sentido diante das condições históricas de seu momento de formulação, na atualidade, reproduzi-la pode significar despolitizar o debate sobre o papel que as ações educativas têm para a preservação do patrimônio” (SCIFONI, 2019, p. 17). Para tanto, é essencial ter em mente o movimento conceitual pelo qual o termo passou.

Na publicação técnica relativa ao projeto da mesma edição também podem ser identificados o empenho e os vários métodos utilizados para divulgar a iniciativa de educação patrimonial. Foram enviados mais de 200 convites para, por exemplo, a comunidade e as autoridades. Também houve a participação da coordenação do projeto no programa “Projeto Cidadão” da rádio da cidade, além de apresentações do projeto em matérias na *TV Anhanguera* e nos jornais *O vilaboense* e *O Popular*. Outra ação, nesse sentido, visando sensibilizar para a

questão da preservação do patrimônio, foi a confecção de “um folder explicativo sobre o projeto, amplamente distribuído nas instituições de ensino da cidade, em algumas entidades comerciais e bancárias” (IPHAN, 1995). Ademais, foram organizados, para a divulgação do projeto daquele ano, três instrumentos aqui já mencionados: uma exposição, um vídeo e também a própria publicação que trata sobre o mesmo e acerca das questões de divulgação pontuadas. A publicação foi editada pelo setor de promoção da 14ª Coordenação Regional do Iphan.

Observa-se, assim, que houve um esforço grande em realizar a divulgação do *Conhecer para preservar, preservar para conhecer* naquele ano. Tratava-se de um momento em que o Iphan retomava a proposta. Ademais, foi o período em que as discussões sob a égide do termo Educação Patrimonial, introduzido no Brasil naquele contexto, provocavam novos debates sobre as práticas preservacionistas e de valorização do patrimônio cultural no país. Nesse contexto, considerando as especificidades do período em relação ao patrimônio cultural e à educação patrimonial, o projeto trabalhou necessariamente com o patrimônio material, especialmente o edificado.

Por outro lado, o projeto caracterizou também a introdução de iniciativas de educação patrimonial no Estado de Goiás pelos órgãos de preservação, que se somou a algumas parcerias com diferentes setores da sociedade, representados por bancos e museus do município, por exemplo. Além disso, contou com o envolvimento da comunidade escolar e local da cidade. Portanto, não se pode negar sua relevância e contribuição. Aliás, dentre os projetos desenvolvidos pela Superintendência, foi o que apresentou maior durabilidade, em relação à continuidade, com quinze anos de execução.

Lisita (2008), a partir de entrevista com a professora Maria Cristina Portugal<sup>37</sup> e mediante análise documental com acesso aos projetos e relatórios das edições de 1984 e de 1994 a 2000, ressalta que foram 15 anos de execução do projeto *Conhecer para preservar, preservar para conhecer*. Desde o início, em 1984, houve dois intervalos no período de 1986 a 1987 e outro de 1989 a 1993, sendo relançado em 1994, contabilizando 9 edições do referido projeto. Ele foi finalizado quando a secretaria de Estado da Educação iniciou o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, em 1999, quando o Iphan optou, portanto, por incorporar-se a essa nova iniciativa. Segundo Lisita (2008), essa foi uma situação desejada, senão cômoda para o Iphan,

---

<sup>37</sup> A professora Maria Cristina Portugal foi coordenadora do Colégio particular Magali Centro de Estudos, localizado na Cidade de Goiás, entre os anos de 1981 a 1984 e chefe do escritório técnico do Iphan na década de 1990.

em que transferia em parte sua responsabilidade para a secretaria no que se referia ao papel educativo para os profissionais da educação.

Portanto, houve algumas descontinuidades ao longo dos 15 anos de projeto. Nas edições posteriores, o projeto continuou a priorizar o público da educação formal, adquiriu novos parceiros e, como o próprio documento referente à edição de 1994 apresentou, a sua execução abarcou outros núcleos urbano – Pirenópolis e Pilar de Goiás. Em 1994, ano de seu relançamento, contou com Maria Elisa Leonel como coordenadora. Já no ano de 2000, vivenciou a sua descontinuidade. Com o ingresso de Salma Saddi como superintendente do Iphan em Goiás e a estabilidade que o cargo trazia, o projeto poderia ter sido alçado a uma durabilidade e estrutura maiores. No entanto, o encerramento das atividades do *Conhecer para preservar, preservar para conhecer* abriu espaço para outra proposta de ação educativa na cidade de Goiás, isto é, o *Viva e Reviva*.

Em relação à avaliação dos resultados do projeto em questão, no que diz respeito à edição de 1994, o Iphan apresenta que no geral essa foi positiva. A título de exemplo, pontuam o interesse e o envolvimento dos alunos pela ação educativa, em que seria reflexo deste aspecto, a presença maciça dos estudantes durante a exposição e a festividade de encerramento da atividade. Nesta esteira, elencam o engajamento das famílias dos alunos, corpo docente, instituições públicas e privadas e da comunidade em geral como significativo.

Aliás, consideram que foi bem assimilado o valor do patrimônio cultural e ambiental da cidade, assim como a demanda de preservar estes. Assim, destacam “Passaram a ver Goiás com outros olhos” (IPHAN, 1994). Na procura por fortalecer esse aspecto de como os estudantes passaram a entender essas categorias e sua importância para a cidade, fazem uso de um fragmento de texto escrito por uma estudante da Escola Estadual Mestre Nhola - durante um dos programas, como epigrafe das avaliações e considerações que a coordenação do projeto fez em relação aos resultados do mesmo. A estudante diz no trecho: “Como todos sabem, precisamos conhecer para preservar e preservar para conhecer. É muito legal aprender, conhecer e preservar, porque nossa cidade é cheia de conhecimento” (IPHAN, 1994).

Isto é, sugerem que a aluna conseguiu assimilar o que o projeto se propunha e sua ideia central, ao mesmo passo em que reforçam tal noção, de que é necessário conhecer para preservar e o inverso. Logo, nota-se que essa concepção estava inserida em suas compreensões de como deveria se dar uma ação educativa com foco na preservação do patrimônio cultural.

Enquanto isso, apresentam como aspecto que deve ser melhor desenvolvido o trabalho com os professores e monitores envolvidos na ação. Nesse sentido, pontuam que “evidenciou-

se a necessidade de um trabalho preliminar de preparação do corpo docente e monitores envolvidas, tendo em vista as especificidades das ações programadas” (IPHAN, 1994). Assim, atribuem um ponto de fragilidade da ação a falta de capacitação destes no tocante a temática trabalhada.

Para a avaliação dos resultados do projeto fizeram uso dos trabalhos realizados durante os programas da ação educativa, sendo eles produções artísticas, textos, depoimentos e aplicação de questionário com alunos e professores. Assim, a avaliação foi conduzida com base em um amplo material, visto que segundo a equipe somente referente à produção textual foram contabilizados aproximadamente 1.500 produzidos textos pelos estudantes. Ainda sobre a avaliação do projeto Conhecer para preservar – preservar para conhecer pelo órgão, mas levando em conta várias de suas edições, Salma Saddi em entrevista revela que:

Passados uns anos do Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer nós chegamos a uma conclusão que nós deveríamos alterar a metodologia. Nós estávamos equivocados. Nós não tínhamos que trabalhar com os alunos. Nós precisávamos trabalhar com os professores porque eles não tinham esse acesso a história de Goiás como eles tem hoje com mais facilidade. Então, nós voltamos nosso projeto de educação patrimonial todo para os professores porque eles são os agentes multiplicadores, eles passariam para os alunos, os alunos para seus pais, os avôs que ajudariam contanto histórias que enriqueceria nosso projeto de educação patrimonial (Salma Saddi Wares de Paiva, entrevista concedida em 26 de novembro de 2021).

É uma mudança que pode ser identificada e passa a ser uma constante nas ações de educação patrimonial desenvolvidas pela superintendência após o supracitado projeto. Notadamente, as ações educativas passam a ser voltadas e pensadas para ter os professores como o público, em que a ideia destes como agentes multiplicadores sempre é reafirmada. Assim, a escolha de trabalhar majoritariamente com os docentes e fazer essa mudança foi uma decisão tomada tendo por base o que não tinha sido tão acertado no projeto de acordo com avaliações, e o que se espera observar em todo projeto de educação patrimonial.

### **2.1.2 Viva e Reviva Goiás**

O *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi concebido em 1999 e, no ano seguinte, em 2000, foi implantado oficialmente pela Superintendência de Ensino a Distância e Continuada da Secretaria Estadual de Educação (SUED/SEDUC/GO). Sua elaboração se deu no contexto do movimento em prol da obtenção do título de Patrimônio Mundial junto à UNESCO para a Cidade de Goiás. Esse título foi homologado em 2001.

Com efeito, o projeto tinha por objetivo a ressignificação da história goiana, visando colaborar para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos sujeitos da Cidade de Goiás. A partir da execução e experiência do pré-projeto *Viva e Reviva*, foi estruturada a proposta do *Programa Viva e Reviva*, que passou a ser executado em várias cidades do estado. O referido programa continuou até 2010, quando foi encerrado pelo Governo do Estado de Goiás. Os projetos finalizados e que apresentam dados no site da SEDUC/GO são os seguintes: *Projeto Viva e Reviva Goiás*; *Projeto Viva e Reviva Pirenópolis*; *Projeto Viva e Reviva Pilar*; *Projeto Viva e Reviva Catalão*; *Projeto Viva e Reviva Jaraguá*; *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia* e *Projeto Viva e Reviva Jataí* (QUEIROZ, 2021).

O programa, bem como o projeto, foi idealizado e direcionado aos estudantes das redes de ensino estadual e municipal e da rede de ensino particular. De acordo com informações do site da SEDUC/GO, tendo em vista o contexto da tentativa de receber o título de Patrimônio Mundial, para o qual a Cidade de Goiás se empenhava, surgiu a consciência da necessidade de trabalhar com as noções de patrimônio e preservação e, por esse motivo:

Imbuídos desse compromisso com a formação integral de crianças e adolescentes e atendendo à sugestão da Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, Profa. Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás concentrou todos os seus esforços na implantação e implementação do Projeto Viva e Reviva Goiás, na expectativa de que este constitua um marco de revitalização do patrimônio que a história guardou e que permanece pulsando nos morros verdejantes que circundam Vila Boa, na poesia dos becos e casarios, na memória de sua gente (SEDUC/GO).

Na passagem acima, percebe-se que a SEDUC/GO tinha uma grande expectativa em relação ao projeto, a ponto de ser enfática a respeito dos esforços que estavam sendo concentrados para sua realização e da esperança de colocá-lo como um marco de revitalização do patrimônio que a história resguardou. Sobre essa ideia apresentada na passagem, deve-se atentar para uma questão problemática. Ela se encontra na noção “do patrimônio que a história resguardou”, a história não teria o poder de ação sobre a preservação destes, mas sim os sujeitos e suas memórias, a comunidade sua detentora que lhe atribuiriam sentido e valor e, portanto, sua manutenção com o passar do tempo. Outro aspecto que necessita ser refletido é a noção que a ação educativa pudesse revitalizar o patrimônio. A ideia de revitalizar supõe dar vida ou vigor mais uma vez, no entanto, a ação educativa ou qualquer outra ação no campo das práticas preservacionista partem do princípio de contribuir com a preservação e valorização dos bens, no qual o máximo que pode ser feito em relação a esse é retardar seu processo de desaparecimento a partir de políticas públicas que envolva a comunidade. Nessa perspectiva, a noção empregada também exclui a comunidade como protagonista e detentora desse patrimônio

Com isso, foi estabelecida uma série de parcerias para a realização do projeto, sem que houvesse a necessidade de celebração de nenhum contrato formal entre as partes, uma vez que as parcerias eram feitas com o intuito de contribuir para que elas resultassem em projetos satisfatórios. Nesse sentido, a proposta realizada pela Superintendência de Ensino a Distância e Continuada da Secretaria Estadual de Educação de Goiás contou com apoio de órgãos governamentais e não governamentais: Iphan, Museu de Arte Sacra, Museu das Bandeiras, Movimento Pró-Cidade de Goiás, Palácio Conde dos Arcos, Casa de Cora Coralina, Núcleo Regional de Educação a Distância, Superintendência de Educação a Distância (SEADec), Núcleo de Tecnologia da Educação (NTE), organização Vilaboense de artes e tradições (OVAT), Comitê de Leitura PROLER (atualmente descontinuado), Prefeitura Municipal, Unidade Universitária Cora Coralina/UEG e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (LISITA, 2008, p. 188).

O Iphan não esteve à frente da iniciativa, mas foi um dos parceiros na sua realização. Sobre a parceria do órgão no projeto, a então superintendente do Iphan em Goiás, Salma Saddi Wares Paiva afirmou, em entrevista concedida a Lisita, que:

Essa educação para o patrimônio, ela tem se dado de diversas maneiras. Na cidade de Goiás, por exemplo, ela inicia em 84 e até o ano de 2000, ela esteve com apoio total do IPHAN junto ao ensino formal. Depois disso, o Estado assumiu essa competência através do “Viva e Reviva Goiás” e que o IPHAN pretende estar apoiando, ainda não está completamente integrado no programa como deveria, estamos aguardando um estreitamento maior. O IPHAN cedeu ao governo do Estado de Goiás o Quartel do Vinte, para ser o CEP (Centro de Educação Profissionalizante), com esse espírito também de forma a mão de obra local e ao mesmo tempo passar todos esses conceitos e essa discussão entorno do patrimônio. O que é necessário nesse sentido é que nós estejamos sempre atentos para que em todas nossas ações desta questão esteja sendo inserida, a discussão em torno do patrimônio [...]. (LISITA, 2008, p. 199-200).

No relato acima, identifica-se na fala de Salma o reconhecimento do Iphan como parceiro para a condução do *Projeto Viva Reviva*. No entanto, para Salma, essa parceria ainda não acontecia da forma desejada, pois o instituto não se encontrava totalmente integrado ao projeto, embora se ansiasse por isso. Além disso, ela pontua como estava sendo sua contribuição para a realização do projeto.

Ainda em relação à decisão do Iphan em fazer parte do Viva e Reviva, em entrevista concedida em 26 de novembro de 2021, Salma Saddi revela que com o Projeto Viva e Reviva, “[...] nós entendemos que não teria necessidade de termos dois projetos de educação patrimonial. Com o Viva e Reviva nós pensamos, vamos nos oferecer para participar dele”. Assim, indicando que o Iphan não se incomodava com a situação e que a ideia do órgão era realmente celebrar uma parceria nessa empreitada da secretaria de educação (Salma Saddi

Wares de Paiva, 2021). No quadro a seguir, são apresentadas as escolas que elaboraram e executaram subprojetos dentro do plano-piloto do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, isto é, a experiência da proposta na Cidade de Goiás:

**Quadro 5:** Escolas participantes do *Projeto Viva e Reviva Goiás*

Escola	Subprojeto	Ações desenvolvidas	Número de alunos	Série
Magali Centro de Estudos	Projeto memorial: Cidade de Goiás	Entrevistas com moradores, comerciantes da cidade e personalidades femininas. Pesquisas junto às bibliotecas, produção literária.	62	1ª a 4ª série do Ensino Fundamental
Lyceu de Goyaz	Goiás, prazer em conhecer...	Pesquisa de campo, entrevistas, excursões, produção de filmes, visitas programadas a museus e instituições, criação de literatura referente aos temas estudados, noite lírica.	1.295	5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio
Escola Letras de Alfenim	Um olhar sobre a cidade	Produção de textos literários, livros artesanais, livros com produção gráfica, produção teatral apresentada no Teatro Cine São Joaquim, participação no FICA, realização de exposições artísticas.	142	1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e Educação Infantil
Colégio Estadual Prof. João Augusto Perillo	Resgate histórico do bairro João Francisco	Pesquisa de campo e bibliográficas, proposta de criação de um parque e arborização da área do entorno do colégio, registros, exposições de trabalho, palestra, produção literária.	988	5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio
Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo	Coronel Petrônio: patrimônio da nossa cidade	Visita à família do coronel e propriedades, encontro com uma escritora, produção de textos, poemas, cartazes, produção de um filme.	195	5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e EJA
Escola Estadual Walter Engel	Um começo de vida difícil	Pesquisa <i>in loco</i> com descendentes alemães, exposição fotográfica, apresentação de dança típica alemã, palestra e degustação da gastronomia alemã.	227	1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.
Escola Estadual Cora Coralina	Conheci, agora amo, por isso vou preservar	Pesquisa documental no cartório, Documentário a partir de fotos, vídeos, relatos, formação de grupos para pesquisa por séries, estudo sobre a história da escola.	373	1ª a 4ª série do Ensino Fundamental Escola Inclusiva.
Escola Família Agrícola	Arraial do ferreiro, uma história de ontem e de hoje	Visitas ao arraial, reuniões com a comunidade, mutirão para produção de mudas e reflorestamento.	103	5ª a 8ª séries Ensino Fundamental e Ensino Médio

Colégio Estadual Prof. Alcides Jubé	Goiás canta seus cantos e seus encantos	Pesquisa documental, bibliográfica e de campo, excursões, documentário, entrevistas, produção de poemas, músicas, maquetes, textos informativos, trabalhos artísticos, feira de artes, cultura e ciências, produção de filmes, produção literária, evento.	1.187	5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio
Escola Estadual Dom Abel	Nas trilhas da memória	Pesquisas, entrevistas, estudo sobre o bairro João Francisco, visitas a moradores, poetas, reportagens e investigação, produção literária.	432	1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental Escola Inclusiva
Escola Estadual Mestre Nhola	Redescobrimo do Goiás	Visita ao Cotovelo <sup>38</sup> , Asilo São Vicente de Paula, Rio Vermelho, rua 15 de Novembro, produção de poemas, dramatização, transcrição das entrevistas, trabalhos manuais, músicas, histórias, feira de criatividade, murais, organização de livros, produção literária.	372	1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental
Escola Estadual Prof. Manuel Caiado	Re Cri Ação: Recriar – Criar – Agir	Levantamento de dados, entrevistas, pesquisa em acervo fotográfico, estudo com análise de dados.	572	1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental
Escola Estadual Dr. Albion de Castro Curado	Bacalhau – terceira margem sem barreira	Levantamento de dados históricos de Davinópolis (Bacalhau), estudo da obra e vida de Dr. Albion de Castro Curado, excursão com os alunos, palestras para docentes e discentes, produção de poemas e hinos, visita à biblioteca Elder Filho, produção literária, roteiro de encenação sobre o Bacalhau.	230	1ª a 8ª série do Ensino Fundamental
Escola Estadual São Pedro	Descobrimo as origens calcilandeses	Pesquisa <i>in loco</i> , comparações fotográficas, conscientização das autoridades, solicitação da criação de uma praça.	85	1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental
Colégio alternativo – COOPECIGO	Alto Moreira, nossa história	Pesquisa e coleta de dados, elaboração de folder, camisetas e cartazes, produção de um filme.	156	5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental
Colégio Sant' Ana	Re...conhecendo Goiás	Estudo de campo, excursão à Serra Dourada, visitas às artistas e doceiras, produção de um filme.	482	1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental
Colégio de Aplicação	A escola vai à vila	–	–	–

<sup>38</sup> Beco do Cotovelo, localizado na Cidade de Goiás.

Jardim de Infância Profa. Terezinha Viggiane Mendes	Brincadeiras e cantigas de roda	Levantamento de atividades lúdicas junto a comunidade, participação de vovó ensinando brincadeiras, produção literária e produção de um livreto.	363	Educação Infantil
Escola Estadual Constância Gomes	Amo, por isso cuido.	Passeio às margens do córrego Manoel Gomes, conscientização dos moradores e ribeirinhos, estudo sobre o Quartel 6 <sup>a</sup> BMP, entrevistas, visita ao quartel, participação dos alunos em dois desfiles, reivindicações às autoridades para a restauração do prédio.	420	1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental

Fonte: SEDUC/GO. Quadro elaborado pela autora, 2021.

Observa-se um número relativamente expressivo de escolas da Cidade de Goiás que aderiram à proposta do projeto *Viva e Reviva Goiás*. Outro número significativo é o de alunos que cada escola ou colégio conseguiu mobilizar. Algumas escolas/instituições de ensino, como o Lyceu de Goyaz e o Colégio Estadual Professor Alcides Jubé, entraram na ação educativa com mais de mil estudantes.

O *Viva e Reviva* foi um projeto que trabalhou com o patrimônio a partir da parceria com as escolas já em um sentido mais amplo do que o do *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*. E, a partir dessa execução na Cidade de Goiás, foi criado o programa que, por sua vez, foi realizado em várias cidades do estado e abordou, nos subprojetos apresentados pelas escolas de cada cidade que aderiu à proposta, a presença de abordagens voltadas ao patrimônio imaterial e natural, além do material.

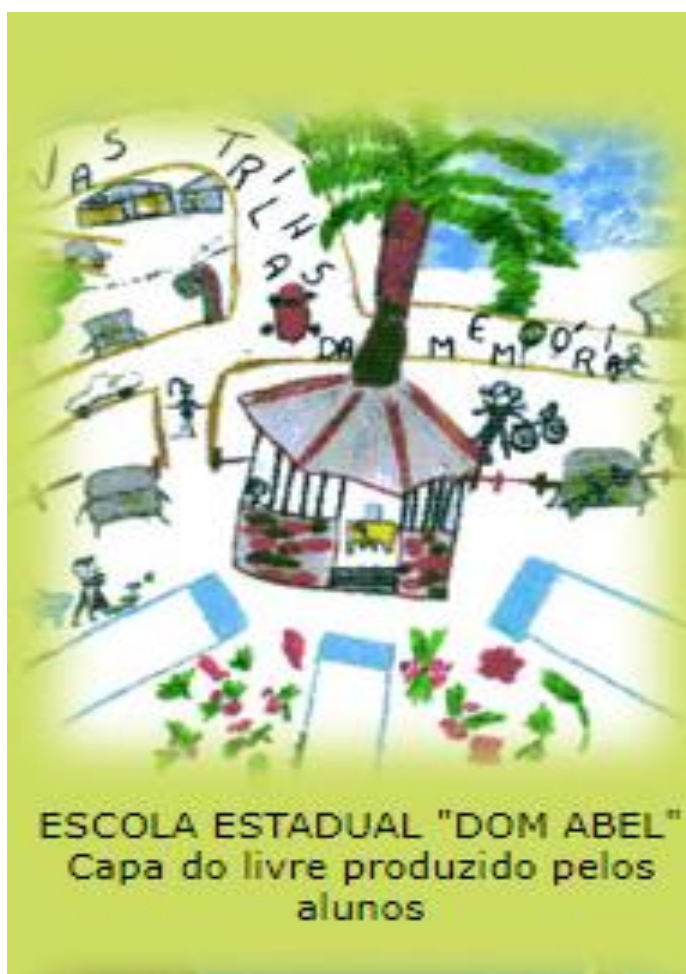
Alguns subprojetos demonstram, já em seus títulos, uma influência do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999). Outros foram inspirados pela essência do projeto anterior, *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, que foi implementado no âmbito do Iphan Goiás, por exemplo: o título selecionado pela Escola Cora Coralina, “Conheci, agora amo, por isso vou preservar”, e o da Escola Estadual Constância Gomes, com o subprojeto denominado “Amo, por isso cuido”. Ambos seguiam uma ideia semelhante à do *Conhecer para Preservar, Preservar para conhecer*, que pressupõe que, ao conhecer um patrimônio, já se estaria predisposto a preservá-lo. No entanto, a questão não desmerece a importância e o impacto do projeto para a Cidade de Goiás e para o Estado de Goiás.

Quanto às atividades realizadas dentro desses subprojetos, verifica-se pela análise do quadro 4, sobretudo a produção literária, com a presença também de entrevista e vídeos documentários na maior parte delas. Isso demonstra que foram formas de fazer com que os

estudantes refletissem sobre o patrimônio cultural trabalhado e de se sentissem instigados a saber mais sobre o que estava sendo colocado em pauta.

Como exemplo, destaca-se a atividade realizada pelos alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental da Escola Inclusiva do Colégio Dom Abel, que retrataram o coreto<sup>39</sup> com abundâncias de cores para que fosse capa do livro resultante do subprojeto “Nas trilhas da memória”, como se pode observar na imagem a seguir:

**Figura 8:** Capa de livro produzida por alunos do Colégio Dom Abel



Fonte: SEDUC/GO.

Durantes a pesquisa não obteve acesso à avaliação dos resultados dessa proposta que deveriam neste caso serem feitas pela SEDUC/GO. Verificou se, no entanto, que o Projeto *Viva e Reviva Goiás* foi submetido a um componente de teor avaliativo no âmbito do Iphan. O projeto

---

<sup>39</sup> O coreto, ou praça Dr. Tasso de Camargo, fica no centro histórico da Cidade de Goiás. O local foi construído para a confraternizações de governantes e outras autoridades.

piloto realizado na Cidade de Goiás ganhou em 2001 o *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade*<sup>40</sup>. Para tanto, teve que ser submetido a uma seleção, na qual se candidataram e foram analisadas 96 ações pelas Superintendências, em que apenas 34 foram pré-selecionados e analisadas pela Comissão Nacional de Avaliação. Portanto, demonstra que a SEDUC/GO avaliava positivamente os resultados da ação educativa. A proposta foi vencedora na categoria Educação Patrimonial. Naquela edição do prêmio, a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás foi contemplada pela iniciativa. Para Salma Saddi, o fim do Viva e Reviva foi traumatizante:

aí de repente passado um tempo o Viva e Reviva parou e isso foi para nós muito ruim e muito traumatizante. Essa mudança, essa parada foi em função de mudança de governo, secretário. Aí o que aconteceu? Havia um programa em Goiás muito bacana que ajudou muito nossa ação educativa, nosso projeto de educação patrimonial, que era o PROLER [...] Eu procurei a Selma e falei para ela: Selma, nós precisamos dar continuidade nesse projeto. E eu consegui com que o Governo do Estado de Goiás colocasse a Selma para desenvolver o projeto de educação patrimonial conosco (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021).

Assim, o término do Viva e Reviva para o Iphan em Goiás representou tanto um momento traumatizante, bem como também o início de uma nova fase com uma leva de projetos pensados pela instituição. Dentre eles, as oficinas do *Portas e Janelas vão se abrir*.

### **2.1.3. Tocando a obra**

De acordo com as informações levantadas no site do Iphan, o *Tocando a Obra* é um projeto de educação patrimonial, considerado prioritário pela superintendência do Iphan em Goiás ao lado do projeto “Portas e Janelas vão se abrir”. A proposta em questão teria sido elaborada com o intuito de capacitar os operários das empresas contratadas para a execução das obras de preservação. Para tanto, isso ocorria mediante à sensibilização acerca da relevância do trabalho que os operários desenvolviam. O escopo deste, é o resgate do respeito apropriado aos artesãos e construtores que edificaram esses bens em que hoje vão trabalhar, bem como a importância da preservação. As atividades relacionadas ao projeto aconteciam nos próprios canteiros de obras, com apresentações culturais abertas à comunidade (IPHAN, 2015).

Assim, segundo tais informações, a princípio o que leva a entender é que a iniciativa era destinada aos operários das empresas contratadas e/ou que tinham ganhado a licitação para

---

<sup>40</sup> O Prêmio teve sua primeira edição em 1987, no ano em que o Iphan completava de 50 anos de criação e assim, foi denominado em homenagem ao primeiro diretor do órgão Rodrigo Melo Franco de Andrade. A premiação visa contemplar empresas, instituições e pessoas que contribuíram com ações preservacionistas e de educação patrimonial.

execução de obras aonde o Iphan em Goiás deveria intervir com restauros, construções, requalificações. No entanto, se valendo das situações que a ideia de canteiro aberto proporcionava, o projeto acabou por voltar-se e invocar como público das ações a comunidade local e estudantes. Uma das primeiras obras ou a mais lembrada contemplada com a ação educativa foi a executada na Igreja Matriz de Pirenópolis. Quando se fala dessa experiência de educação patrimonial na igreja Matriz são identificadas certas confusões. Isso ocorre, visto que, existe um segundo projeto que por vezes é confundido com esse primeiro, pois ambos receberam notoriedade a partir de restauros na referida matriz, em um curto espaço de tempo motivados por um incêndio. Esse segundo é o projeto *Canteiro Aberto*.

Conforme Cavalcante (2019, p. 17) afirma, ambos os projetos, isto é, *Tocando a Obra e Canteiro Aberto* produziram condições que permitiram que a comunidade acompanhasse de forma segura as obras na Igreja matriz. Para tanto, essas foram realizações que significaram a introdução de uma prática de educação patrimonial nos canteiros de obra, e que em função do sucesso deveriam, ou melhor mereceriam ser aplicadas a outras obras de restauro executadas no país. Na igreja Matriz, essas experiências ocorreram durante a obra de restauro entre 1996 e 1999 e na posterior obra de restauro motivado pelo incêndio de 2002.

De forma mais específica, após quase três séculos de existência, entre 1996 e 1999 a catedral de terra, um exemplar da arte barroca recebeu o que pode ser caracterizado como uma obra de restauro clássica, em razão de envolver somente obras de conservação e manutenção. No núcleo desse processo, com a intenção de convocar a população de Pirenópolis, da qual as histórias familiares e cotidiano social sempre foram particularmente conectadas à Matriz, foi criado o projeto *Tocando a Obra* concebido como uma programação de concertos musicais a serem realizados no interior do edifício durante os 18 meses de restauração da maior igreja do Brasil Central. Contudo, antes destes concertos musicais serem realizados mensalmente no canteiro de obra, era ofertada à população e aos visitantes uma palestra explicativa acerca do andamento das obras. Nesse sentido, cada edição do projeto era desenvolvida em conformidade com a finalização de uma parte da obra, um altar, um anjo e etc. A direção musical foi confiada ao maestro Emilio Terraza, e a com participação de músicos de algumas localidades do Estado, Goiânia e Pirenópolis e também de Brasília. Além dessa, outras ações desenvolvidas no contexto do projeto foram a produção de cartazes e programas dos espetáculos, assim como também a compra de equipamentos de som e dois pianos, posteriormente doados à cidade. (CAVALCANTE; CAVALCANTE, 2019, p. 59- 64).

O projeto *Tocando a Obra*, por sua vez, também ganhou uma edição na Cidade de Goiás, mas nessa ocasião sem tanta visibilidade como a conquistada durante a obra da Igreja matriz de Pirenópolis. Na Cidade de Goiás, o projeto foi executado durante as obras de restauro do Convento do Rosário que foram finalizadas no ano de 2009. Nesse contexto específico, houve a participação de estudantes de escolas da rede municipal, estadual e particular. Esses eram alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I. Em relação às atividades pensadas para essa ação, elas foram estruturadas em três fases. Na primeira, foi realizada uma apresentação artística contando a história do Convento Dominicano. Em seguida, teve uma visita orientada aos painéis colocados no interior da igreja, onde se deparavam com fotos do andamento da obra e do próprio projeto Tocando a Obra. Na terceira fase e, por último, desenvolveu-se um exercício de registro e fixação executados nos tapumes da obra, no qual foi oferecido aos alunos um espaço para aborda a temática (IPHAN, 2009).

Outra cidade contemplada com o projeto foi Corumbá de Goiás. Essa edição do *Tocando a Obra* aconteceu em 2013, vinculada ao restauro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França. Nesse sentido, foi realizado no interior da matriz um Recital de Trompete. A iniciativa contou com a parceria da prefeitura Municipal de Corumbá de Goiás e Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás. Para tanto, justificando as ações nos canteiros de obra, Salma Saddi, ressalta “o que adianta você restaurar um bem se você não preparar a comunidade, os alunos, professores para receberem esse restauro. Então, nós passamos a desenvolver os projetos de educação patrimonial dentro das obras” (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021).

Já o projeto *Canteiro Aberto*, de acordo com Salma Saddi, “é um projeto que nasceu em Pirenópolis com os colegas Silvio Cavalcante, o Tadeu Gonçalves e a empresa<sup>41</sup>. A construtora topou e entrou na história, tanto é que essa empresa desenvolve hoje no Brasil inteiro projetos de educação patrimonial” (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021). A ação surgiu no contexto do incêndio da Matriz de Pirenópolis em 2002, apenas três anos depois dessa primeira obra de restauro mencionada, pela qual a igreja passou. O incêndio consumiu o edifício e deixou toda sua estrutura exposta. Dessa maneira, o projeto foi elaborado como proposta de comunicação social e um meio de certificar a participação da comunidade. A ação educativa era composta por um conjunto estratégias, entre elas a adoção de tapumes transparentes e a criação de uma exposição. A ideia foi bem aceita, ao ponto de em visitas guiadas a obra chegar

---

<sup>41</sup> Construtora Biapó.

a receber em função da exposição até 3 mil pessoas por mês (CAVALCANTE; CAVALCANTE, 2019, p.74-77).

Mas essa não foi a única vez que se trabalhou com o conceito de Canteiro Aberto e suas exposições. A construtora Biapó, continua aplicando esse em várias obras. Aliás, não somente no Estado de Goiás, e sim, por todo o país. A título de exemplo, tem-se a Fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras (RJ) tombada em nível federal e contemplada com a exposição Canteiro Aberto, realizada pela construtora Biapó (IPHAN, 2018). A Igreja Matriz de São Luiz do Paraitinga (SP), datada de 1840, também recebeu o projeto Canteiro Aberto após forte enchente e a necessidade de realizar obras emergenciais (IPHAN, 2010). Assim, a ideia de Canteiro Aberto ficou e está significativamente ligada a essa construtora em questão. Aliás, a empresa além desse, dispõe de outros projetos na área da educação patrimonial. De acordo com Beatriz Otto Santana essas foram obras beneficiadas pela Lei de Incentivo Fiscal:

As intervenções por lei de incentivo fiscal possibilitavam ações de socialização e fomento. Então, ações educativas maiores, porque até então era feita meio que no improviso, sem orçamento, era o técnico segurando no gongo, era parceria da prefeitura que dava o espaço, era colegas de outras unidades do Iphan que vinham muitas vezes até sem diária para dar uma palestra e passar seu conhecimento (Beatriz Otto Santana, entrevista concedida em 05 de janeiro de 2022).

Para tanto, o canteiro Aberto, durante o restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis, foi mais uma das obras em que empresas como a Biapó realizaram ações de educação patrimonial com respaldo da Lei de Incentivo Fiscal.

À vista disso, percebe-se a existência de dois projetos que muitas vezes são entendidos como apenas um, mas que, ao contrário, representam duas propostas distintas. Todavia, com objetivos semelhantes e se utilizando do mesmo espaço para sua implantação, ou seja, os canteiros abertos. Diante disso, apresentam ações educativas voltadas ao patrimônio material, mais especificamente o edificado. E, neste contexto, embora, sejam vinculados a uma categoria patrimonial tradicionalmente privilegiada, trazem um diferencial em relação à concepção tradicional que se fundamenta, sobretudo na assimilação de conhecimento sobre o bem, pois apresenta uma dinâmica sensível, preocupa e interessada em envolver a comunidade local ao longo de todo processo da obra, mesmo que estejam dentro do contexto de influência daquela. Entretanto, o “Canteiro Aberto, é um conceito a partir do qual são desenvolvidas várias ações vinculadas as obras de restauro realizadas pela Biapó por todo país, sem dúvidas que não deixam de estar associadas e terem respaldo do Iphan, especialmente por serem obras orientadas e executadas a pedido do mesmo. Ao passo, que o “Tocando a Obra é entendido pelo Iphan-

GO como um projeto de educação patrimonial do órgão para se pensar a educação patrimonial nos canteiros de obra e sua demanda.

#### **2.1.4 Concurso de redação na Cidade de Goiás**

O *concurso de redação* é mais uma das ações educativas promovidas pelo Iphan em Goiás e levantadas durante essa pesquisa. A proposta teve início em 2006 e, para que fosse desenvolvida, o Iphan contou com a parceria das prefeituras por meio das Secretarias Municipais de Educação, Desporto e Lazer. O concurso começou na Cidade de Goiás e contou com oito edições. Posteriormente, a proposta foi ampliada para as cidades de Pirenópolis e Corumbá de Goiás. A ação era direcionada aos estudantes do Ensino Fundamental de 8º ou 9º ano, das redes pública (estadual e municipal) e particular. As atividades em Pirenópolis, por sua vez, foram realizadas com alunos do 5º ano.

O objetivo da iniciativa era de, a partir da escrita e da leitura, promover a experiência de conhecer e salvaguardar o patrimônio cultural, tanto o de natureza material quanto o de natureza imaterial (IPHAN, 2010). Em Pirenópolis, em 2011, o concurso teve a seguinte temática “Sou Pirenópolis de coração. Estou no coração do Brasil”. Já em Corumbá de Goiás, foi realizado, no ano de 2012, com o tema “Minha terra de encantos, em cada canto um conto”. No quadro abaixo, apresenta-se a relação de edições do concurso, realizadas nas cidades de Goiás no período de 2006 a 2014:

**Quadro 6:** Relação de cidades e temas do Concurso de Redação

<b>Temas do Concurso de Redação</b>	<b>Ano</b>
“Herança cultural e modernidade”	2006
“Memória popular”	2007
“Minha Cidade, meu patrimônio”	2008
“Minha cidade tem segredos que meu olhar vai desvendar”	2009
“Desafios de uma cidade histórica”	2010
“Goiás, um jeito afro de contar a história”	2011
“Arte popular: linguagens e leituras que reinventam nosso patrimônio”	2013
“Cora Coralina: patrimônio cultural e poético da Cidade de Goiás”	2014

Fonte: IPHAN, 2013-2014. Quadro elaborado pela autora, 2021.

A partir das informações expostas no quadro, nota-se que, embora a proposta não tenha conseguido ter uma durabilidade significativa nas cidades de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, na Cidade de Goiás, onde a iniciativa foi implementada pela primeira vez, ela adquiriu uma satisfatória longevidade, configurada por oito edições. Iniciou-se em 2006 e terminou em 2014.

Nesse período, o concurso foi realizado todos os anos, exceto em 2012. Percebe-se também que a extensão da iniciativa para outras localidades do estado ocorreu após uma certa consolidação da ação em Goiás. A ex – chefe do Escritório Técnico do Iphan, Edinéa Angelo, revela que o mesmo na cidade de Goiás ganhou uma visibilidade tão grande, ao ponto de gerar uma competição entre as escolas participantes. “É, quem ganhava mais [...], o Concurso começou bem humilde, uma coisa bem simples, porque essa era a proposta. Depois a gente tomou um susto, porque vimos que a proporção estava muito grande saindo do propósito, que não era a premiação” (Edinéa de Oliveira Angelo, 2021). Isto é um exemplo de proposta de educação patrimonial que conseguiu movimentar e marcar a comunidade escolar por vários anos consecutivos, apesar de que muitas vezes em função da premiação. Aliás, assim também uma iniciativa que não incorreu a tradicional pontualidade das ações educativas.

Os temas selecionados ao longo das oito edições do concurso na Cidade de Goiás, como pode se observar na tabela acima, são variados, permitindo abordagens de diferentes desdobramentos do patrimônio cultural. Apesar de ter sido iniciada em 2006, a iniciativa abrange também uma fase em que houve a introdução de novas discussões acerca da educação patrimonial.

A respeito desse conceito, compreende-se que “[...] o importante é o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos” (TOLENTINO, 2016, p. 40). Nessa perspectiva, ao analisar todas as temáticas do concurso, ressalta-se o tema proposto em 2011, momento em que esses debates já haviam emplacado na política patrimonial promovida pelo Iphan: uma temática voltada à cultura afro-brasileira, sendo que, em momentos anteriores, basicamente não se considerava tal abordagem, pelo fato de que o foco era o patrimônio edificado de origens europeias.

Quanto à parte prática do concurso, antes de iniciarem a escrita das redações, professores e alunos participavam de mesas redondas e oficinas que abordavam o patrimônio cultural sob o enfoque do tema proposto para a edição daquele ano. Essas ações eram concebidas como uma forma de refletir e aguçar a curiosidade dos estudantes em relação ao tema que seria abordado nas redações. O concurso acontecia no segundo semestre do ano, mais especificamente entre os meses de outubro e dezembro, com uma duração aproximada de dois meses, e envolvia também o encerramento das atividades com a premiação dos melhores alunos

e redações e com a certificação dos docentes. A título de exemplo, um dos momentos anteriores a produção das redações pode-se observado na fotográfica abaixo:

**Figura 9:** Oficina da 4ª edição do Concurso de Redação na Cidade de Goiás



**Fonte:** Acervo pessoal de Edinéia Angelo, 2009.

Na imagem, vê-se alunos da Escola municipal Terezinha de Jesus Rocha. O registro é referente a uma oficina realizada pelo antropólogo Robson Max de Oliveira Souza do Espaço Cultural Vila Esperança em decorrência da 4ª edição do Concurso de Redação na Cidade de Goiás, em 2009, tendo como temática norteadora “Minha cidade tem segredos que meu olhar vai desvendar”. Nota-se que sentados ou em pé em círculos os estudantes desenvolvem alguns trabalhos manuais com argila, participam de dinâmicas, e tem momentos de discussão mediados por Robson Max, algo característico do trabalho feito pelo Espaço Cultural Vila Esperança.

Em outubro de 2013, satisfazendo também os planejamentos relativos ao concurso de redação na Cidade de Goiás daquele ano, que tinha a temática “*Arte popular: linguagens e leituras que reinventam nosso patrimônio*”, o Espaço Cultural Vila Esperança foi convidado para realizar um evento cultural que foi intitulado “*Vivências da cultura brasileira*”. Essa experiência no Espaço Cultural Vila Esperança, contou com a participação de estudantes de escolas das redes pública, estadual e municipal, e particular de ensino: Escola Municipal Holanda, Escola Municipal Vale do Amanhecer, Escola Municipal Olimpya Angélica, Escola Municipal Terezinha de Jesus, Escola Estadual Walter Engel, Coopécigo, Colégio Estadual Albion, Colégio Estadual Lyceu de Goyaz, Colégio Estadual Prof. João Augusto Perillo, Colégio Estadual de Aplicação Prof. Manoel Caiado.

A vivência, a partir da palestra introdutória, apresentou a diversidade inerente à cultura brasileira e a ideia de identidade que perfaz cada elemento dela. A fala foi proferida também nessa ocasião por Robson Max, mestre em Antropologia e membro do espaço cultural. Em seguida, foram ministradas algumas oficinas direcionadas à temática central da edição, ou seja, à arte popular. Para tanto, os participantes entraram em contato com elas por meio de saberes e fazeres, como a produção das panelas de barro e demais utensílios em cerâmica, brinquedos, bordados, a confecção de bonecas de pano e a tecelagem (IPHAN/VILA ESPERANÇA, 2013). A seguir, temos um registro de uma oficina realizada na ocasião:

**Figura 10:** Registro de oficina de modelagem com barro



**Fonte:** IPHAN/VILA ESPERANÇA, 2013.

No registro, a artesã Dona Isabel, da Vila Esperança, demonstra, durante a oficina para os estudantes, seu conhecimento da confecção das panelas de barro e outros utensílios em cerâmica. Assim, em relação aos saberes e fazeres ligados à produção artesanal de cerâmica, destaca-se na fotografia a técnica na qual faz uso d'água para auxiliá-la na modelagem da peça.

Com efeito, o momento possibilitou, além da experiência em si, uma interação e a troca de várias outras vivências, ao reunir crianças e adolescentes da região rural do município e do perímetro urbano da cidade e de classes socioeconômicas distintas, que traziam consigo experiências culturais e de vida diversas. Havia aquelas que já tinham algum tipo de contato com as artes populares exemplificadas, como foi citado por alunos durante o vídeo documentário da ação. Já para outros discentes, esse contato era algo totalmente novo. Essa ação, portanto, agenciou partilhas, sensibilização, interesse e reflexão. Nesse sentido, compreende-se que o concurso não se resumia tão somente à escrita da redação.

Em relação aos exemplos da premiação referentes à primeira edição do concurso na cidade de Pirenópolis, no site do Iphan consta que, de acordo com o conteúdo, os alunos selecionados para o primeiro, segundo e terceiro lugares seriam premiados com um notebook, uma máquina fotográfica e um celular, respectivamente.

Assim, considerando que a terminologia adotada para classificar a ação era de um concurso, compreende-se que ao final houvesse uma premiação das redações que fossem consideradas as melhores. Quando refletimos a respeito da proposta, compreendemos que se tratava de uma ação de educação patrimonial que abria espaço para a criatividade e a criticidade. Os alunos podiam fazer uso de suas reflexões para redigir a redação, apesar de serem tolhidos em certo ponto pelo fato de que os temas de cada edição eram previamente determinados. Todavia, isso não reduz a importância que o concurso tinha por permitir aos sujeitos refletirem sobre seus patrimônios e suas referências culturais. Aliás, Salma Saddi pontua o que achava interessante nesse concurso, mas especificamente nos premiados por este que:

Sempre alunos dos distritos foram premiados e a gente premiava, prêmios assim que para nós eram magníficos, um computador, uma máquina fotográfica boa. A gente conseguia todos esses bens através do Iphan. Aí houve uma época em que cortaram os recursos para esses encontros (Salma Saddi Wress de Paiva, 2021).

Por sua vez, sobre os frutos produzidos por esse projeto, a arqueóloga do Iphan em Goiás, Hellen Batista Carvalho em entrevista concedida em 05 de janeiro de 2022 diz:

Eu não sei se a gente já colheu frutos [...] se já tem frutos do “Concurso de Redação” porque é aquela coisa você tem os proprietários do imóvel que não entendem do patrimônio, não entendem quando você fala sobre a necessidade de fazer o restauro da forma correta, mas eu imagino que essas crianças que participaram desse concurso de redação que é anualmente já tem mais de dez anos esse concurso de redação.... [...] é não teve esses últimos anos ... que eles têm essa vivência de todo esse processo de educação patrimonial e todo ano as atividades do Concurso de Redação, as falas, os prêmios. Eles já têm isso na cabeça quando eles forem os proprietários dessa casa, eu espero que não vá ser essa reação dele quando falar olha você não pode pintar dessa cor porque a gente que preserva uma unidade. Eu acho que já tá quase chegando nos resultados (Hellen Batista Carvalho, entrevista concedida em 05 de janeiro de 2022).

Hellen Carvalho lembra de um ponto importante que é como essa ação impactou seu público. É um aspecto como também sugerido que demanda tempo para ser observado e por essa razão na maioria das vezes esquecido, mas relevante na hora de uma avaliação.

Por fim, a ação educativa, apesar de estar dentro de um recorte que abarcava um período anterior ao da concepção da educação patrimonial, que começava a se centrar em uma perspectiva dialógica e transversal, conseguiu abordar o patrimônio a partir da diversidade cultural brasileira. Assim, não ficou restrita ao trato do patrimônio de natureza material. Nesse

sentido, pode-se afirmar que os organizadores estavam atentos às novas discursões e conseguiram, dessa forma, acompanhar abordagens mais atuais por meio da temática selecionada para cada edição. Por último, não se pode deixar de pontuar que a ação educativa comemorou uma longevidade significativa e parcerias. No entanto, não se teve acesso à avaliação dos resultados dessa proposta que deveria ter sido feita pelo Iphan com objetivo de identificar quais foram os impactos que a mesma produziu sobre o grupo participante da ação, com finalidade de corrigir ação e assim assegurar sua continuidade como já pontuados anteriormente.

## **2.2 Projetos no contexto das *Casas do Patrimônio***

Nesse tópico, serão analisados quatro projetos realizados pelo Iphan em Goiás: “Educação patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio para que te quero!”; Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás; “Tocando a obra”; “Porta e janelas vão se abrir”. Essas ações educativas foram iniciadas dentro do contexto de implantação do *Projeto Casas do Patrimônio*, de 2009, que estabelece um parâmetro para as práticas com a introdução de novas discursões acerca da educação patrimonial no âmbito do Iphan, que inclusive deram origem ao projeto.

### **2.2.1 *Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás Patrimônio pra que te quero!***

Outro projeto desenvolvido e executado pelo Iphan em Goiás foi *Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás Patrimônio pra que te quero*. Este, por sua vez, iniciou-se quando se inaugurava o período em que o *Projeto Casa do Patrimônio* começou a ser implantado por diferentes estados brasileiros. A iniciativa ocorreu em 2009, teve como coordenadora a professora Selma de Oliveira Bastos Pires e contou com assessoria pedagógica constituída por pedagogos e ativistas da Cidade de Goiás.

O projeto foi executado em três etapas: na primeira, foi realizada a apresentação da proposta e a sensibilização do público participante, bem como alguns debates que ocorreram durante um seminário que contou com oficinas, conferências e mesas-redondas. No evento, foram abordados os temas centrais para a ação educativa em curso: identidade, memória, educação, cultura e arte. Na segunda fase, após a etapa de sensibilização e adesão dos

professores à proposta, teve início a elaboração dos subprojetos pelas escolas participantes. Esse momento foi marcado pela visita da equipe de educadores do Iphan às escolas para a orientação técnica dos docentes no que tange ao desenvolvimento dos subprojetos. Por fim, na terceira etapa, como produto final do projeto de educação patrimonial, foram realizadas uma exposição e a publicação de um livro.

Conforme o título do projeto indica, as ações foram realizadas na Cidade de Goiás. O objetivo do referido projeto consistiu em envolver as escolas que geograficamente estão localizadas no município a partir das suas comunidades escolares, sobretudo professores e estudantes, para abordar o patrimônio da cidade. Assim, abordava-se o espaço escolar como um ambiente de mobilização em torno do bem coletivo. Nesse sentido, a proposta surgiu com base no entendimento de “[...] ser papel da escola contribuir para a formação de uma consciência patrimonial em seus professores e alunos, concorrendo, assim, para a criação de um caráter identitário, base fundamental para a valorização e reconhecimento de um povo” (IPHAN, 2010, p. 9). A partir dessa premissa, foi formulado o objetivo do projeto, que visava fazer do ambiente escolar um espaço para despertar e construir a consciência patrimonial da comunidade escolar.

Portanto, o projeto contemplou o setor da educação formal e teve como público participante 150 professores do Ensino Fundamental e, no decorrer da proposta, estendeu-se aos alunos. Nesse sentido, é digno de ressaltar que o projeto conseguiu envolver um número significativo de escolas da Cidade de Goiás para o desenvolvimento da proposta de educação patrimonial:

**Quadro 7:** Comunidades escolares participantes do projeto

<b>Escola/Colégio participante</b>	<b>Subprojeto</b>	<b>Atividades</b>
Colégio Estadual de Aplicação Prof. Manuel Caiado	Na cozinha da vovó Pinheiro (A memória que se guarda na boca), 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental.	Confeção e exposição de livro de receitas; entrevistas; palestra com nutricionista; oficina de empadinha.
Colégio Sant’Ana	Patrimônio, uma Leitura que fica na Memória.	Leituras de textos e poemas; música; visita a artistas; atividade de pintura; exposição do projeto.
Escola Estadual Walter Engel	Cadê a história que estava aqui?	Confeção de livro com as pesquisas realizadas; contação de causos pelos moradores da Colônia <sup>42</sup> ; registro das histórias; trabalho em sala de aula com algumas brincadeiras; aula sobre a chegada dos imigrantes alemães em Goiás.

<sup>42</sup> Colônia de Uva é um distrito do município de Goiás, fundado por alemães refugiados após a Segunda Guerra Mundial, que lá receberam terras para agricultura e pecuária para recomeçarem a suas vidas.

Escola Estadual de Águas de São João	Dona Maria Santana: Patrimônio Cultural do Povoado de Águas de São João-GO.	Entrevistas; gravações; transcrição das narrativas pelos alunos.
Escola Asas de Liberdade	Cidadania 2009: as três raízes do povo brasileiro na culinária	Diagnose do conhecimento prévio; confecção de receitas; estudo geográfico do Brasil em relação aos continentes; passeio exploratório a trilha Imperial <sup>43</sup> ; leitura de fábula (“A formiga e o grão de trigo”); passeio pela cidade e pelo Museu das Bandeiras para identificar características europeias; exposição de conto africano (“A galinha d’angola”).
Escola Estadual Cora Coralina	Identidade e Memória no Ponteio da Viola	Entrevistas com cantores e alguns moradores; vivência de brincadeira de roda; escuta modas de viola; produção de desenho; trabalhos manuais a partir do livro <i>O que teria na trouxa de Maria?</i>
Escola Estadual Dom Abel	Cultura Indígena	Promoveu reflexões históricas com os alunos; pesquisas sobre os povos indígenas; confecção do maracá e de colar com motivos indígenas e receitas; palestras; estudo sobre lendas; aulas práticas com dança.
Escola Estadual Mestre Nhola	Goiás: de passo em passo conheço seu espaço	Estudo de monumentos históricos da cidade; produção de painéis fotográficos; produção de livros e pinturas; leitura de textos de Cora Coralina; entrevistas; leitura de mapas; dramatização; declamação de poemas; palestras.
Escola Letras de Alfenim	Patrimônio e Humanidades: Da Minha Casa ao Mundo Histórico	Edição do jornal da escola com o tema do subprojeto; entrevistas; inserção do tema do subprojeto na produção da agenda da Escola Letra de Alfenim pelos alunos.
Escola Municipal Olímpya Angélica de Lima	Que belas lembranças... Brincadeiras de roda”	Produção de livro de brincadeiras de roda; entrevistas com familiares e vizinhos; realização de brincadeiras no pátio da escola; ilustração de brincadeira.
Escola Municipal Teresinha de Jesus Rocha	A Cidade de Goiás começa aqui: Buenolândia, patrimônio de Goiás	Pesquisa sobre o passado do distrito; passeio pelo distrito; produção de texto; produção de desenho e de peça teatral.
Escola Municipal Vale do Amanhecer	As Riquezas do Campo em Calcilândia	Confecção de poesias e desenhos com o tema frutos do cerrado; produção de dicionário acerca dos frutos e livro de receitas; representação em argila e produção de doces, tortas e sucos a partir das frutas típicas; exposição na Cidade de Goiás dos trabalhos.
Espaço Cultural Vila Esperança Escola Pluricultural Odé Kayodê	Sentindo Goiás	Oficina relacionada ao tato com a construção de brinquedos tradicionais, como os de origem indígena; contação de história sobre Maria Grampinho <sup>44</sup> ; produção de boneca com fuxico de tecido; percepção de Goiás por meio do olfato;

<sup>43</sup> Trata-se de uma das antigas estradas reais do Brasil, ou o caminho oficial utilizado para ligar as capitânias. A trilha citada começa no Largo do Chafariz da Carioca, que fica na Cidade de Goiás, dentro do Parque Natural Municipal da Estrada Imperial. Atualmente, a trilha é utilizada por turistas que visitam a cidade.

<sup>44</sup> Maria da Purificação, mais conhecida como Maria Grampinho, foi uma mulher negra, andarilha da Cidade de Goiás, que ficou conhecida e adquiriu seu apelido, Maria Grampinho, em razão dos grampos que tinha em seu cabelo.

		visitação pela cidade; exposição de imagens antigas da cidade para os alunos; ouvir trovas; entrevistas; oficina de bala-puxa.
Escola Santa	Geração Minha Cidade, Meu Patrimônio	Estudo sobre a origem da Escola de Belas Artes Veiga Valle; oficinas de modelagem e pintura em tela; visita aos espaços ligados à gastronomia e oficina de culinária; estudo sobre poetas vilaboenses; estudo sobre Maria Grampinho.
Lar São José	Bordando a Vida	Confecção de bordado; momentos de leitura; palestras; reuniões com pais e bordadeiras da comunidade.
Escola Municipal Santa Bárbara	Igreja Santa Bárbara: Patrimônio da Fé	Construção de maquete; pintura com tinta guache; pesquisa; entrevistas com moradores do bairro Santa Bárbara; visita às igrejas; registros fotográficos; mosaico e textura; colagem; modelagem em argila.
Escola Estadual Dom Abel	Costumes Indígenas, Nosso Patrimônio	Estudo sobre a cultura indígena (práticas medicinais, língua, culinária); passeio no Largo Carioca e contação da lenda da carioca; oficina de maracá e chocalho; visita ao Museu das Bandeiras.
Escola Municipal Sonho Infantil	Resgate e valorização do patrimônio de Goiás	Estudo sobre histórias e lendas locais; leitura, memorização e recitação de parlendas, ditos populares e trava-línguas; desenhos dos jogos e brincadeiras vivenciados; tarde de folclore; escuta de músicas sobre Goiás; leitura de poemas; passeio pelos monumentos históricos.
Escola Municipal Serra Dourada	Projeto Literatura Infantil: Conta nosso Patrimônio	Leitura de literatura infantil para compreender o processo econômico, político e social da cidade de Goiás e como patrimônio mundial.

**Fonte:** PIRES, 2010. Quadro elaborado pela autora, 2021.

A partir das 16 escolas e das 3 extensões da Escola Santa Bárbara – Escola Estadual Dom Abel, Escola Municipal Sonho Infantil e Escola Municipal Serra Dourada–, participantes do projeto, observa-se que as atividades não ficaram centradas apenas nas escolas que estavam no perímetro urbano ou no centro histórico da Cidade de Goiás. O projeto também abrangeu as redes de ensino situadas nos distritos e assentamentos do município, ou seja, ele otimizou as experiências que esses estudantes pudessem ter em razão da localidade e da ausência de recursos destinados às atividades extracurriculares. Partindo dessas parcerias estabelecidas, a iniciativa de educação patrimonial conseguiu garantir um engajamento expressivo ao contar com a comunidade escolar do município e a participação de aproximadamente 2.470 estudantes para a execução do projeto.

Ainda em relação às escolas e os subprojetos por elas elaborados e executados, a maior parte delas optou por tratar em suas propostas do patrimônio imaterial e/ou sujeitos invisibilizados dentro do processo de constituição da sociedade brasileira. Entretanto, até mesmo em uma referência material identifica-se a eminência do imaterial. Conforme Chuva (2015, p.1)

diz, “[...] todo patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível”. Essa divisão dicotômica existiria, portanto, com o objetivo de auxiliar os órgãos que lidam com o patrimônio cultural, como, por exemplo, o Iphan, a estruturar seus trabalhos, como foi citado anteriormente.

Por essa perspectiva, vale lembrar que, no Brasil, a trajetória das políticas de patrimônio nos põe de frente a um conjunto patrimonial que quer se dizer coerente e homogêneo. Assim, os bens de caráter mais popular das atualmente chamadas minorias ficam quase totalmente fora desse conjunto. Logo, são apresentados como herança coletiva: capelas e igrejas, que salientam a função do catolicismo no processo de construção da nação; fortalezas militares, que asseguraram aos portugueses a detenção de território na colonização; palacetes, sedes de fazendas e engenhos, que garantiram a riqueza econômica do país; casas de câmara e cadeias, que traduzem o poder de uma elite política sobre a sociedade. Essa coerência é projetada pelos grupos ali representados, ou seja, todos aqueles vinculados às elites políticas, econômicas, militares e religiosas. Pode-se identificar essa situação no Brasil em razão de uma escolha histórica que levou o país a seguir o modelo francês de proteção do patrimônio. Consequentemente, tornou-se prisioneiro de uma representação da memória ligada ao que é monumental e excepcional, de modo a anular os conflitos e as desigualdades inerentes aos processos. E, desse modo, aparenta ser uma sociedade na qual os símbolos são a tradução de imponência e notoriedade (SCIFONI, 2015, p. 200).

O projeto “*Sentindo Goiás*”, da Escola Pluricultural Odé Kayodê do Espaço Cultural Vila Esperança, fez uso dos cinco sentidos humanos como meio para discutir a memória e a identidade na Cidade de Goiás. Dessa maneira, os professores apresentaram uma forma instigante de trabalhar com os estudantes nas reflexões acerca das referências culturais, ao passo que estimulavam algum dos sentidos para se conectarem às manifestações dessas referências. A proposta propunha que, por meio da visão, do paladar, da audição, do olfato e do tato, as crianças poderiam ser sensibilizadas para um gama de elementos ligados à memória e à identidade local, bem como para a formulação de seus patrimônios e referências culturais.

Além disso, abriram espaço para que os próprios estudantes indicassem o que consideravam como referências culturais importantes. Foi indicado, por exemplo, o rio Vermelho. Vale lembrar que, para os vilaboenses, esse rio “[...] constitui em um valor cultural que é passado de geração em geração, tornando-se um tríplice lugar de memória: material, simbólico e funcional” (BRITTO, 2014, p. 992). Elencaram também: as serenatas, por meio da audição; o bolo de arroz, os doces e o pequi, a partir do olfato ou paladar. Portanto, a execução

do subprojeto possibilitou aos discentes desenvolver discussões que tivessem peso sobre suas realidades, sobre o que está relacionado aos seus cotidianos. A sensibilização para essas e outras referências nos quesitos da valorização e da preservação seriam consequências desse exercício (IPHAN, 2010, p. 103-111). Tendo isso em vista, foram realizadas algumas atividades para aguçar estes sentidos.

**Figura 11:** Oficina de confecção de brinquedos na escola Pluricultural Odé Kayodê.



**Fonte:** PIRES, 2010, p.111.

A fotografia acima é o registro das oficinas no âmbito do projeto *Sentindo Goiás* da Escola Pluricultural Odé Kayodê do Espaço Cultural Vila Esperança. O objetivo da oficina em destaque era de estimular a percepção das crianças e as sensibilizarem para as referências culturais ao seu redor a partir do sentido do tato. Assim, recorreram à produção de alguns brinquedos ligados à cultura indígena. Pode-se observar que cada criança estabelece uma experiência tátil individual por meio desses brinquedos e da confecção da peça e desse modo, pode-se também compreender a relação dos indivíduos com os diferentes patrimônios culturais que uma sociedade possui, que os leva a se identificarem ou não com eles. Esse contato manual colabora para ativar a memória, seja no sentido de registrar o momento, relacionar-se com ele

e/ou recordá-lo. O tato é um recurso de ligação sensível para fazer essa dinâmica, especialmente com os saberes e fazeres de uma comunidade.

No entanto, é preciso destacar que cada sentido foi trabalhado com uma única turma. Logo, consistiria em uma hipótese plausível tratar de todos os sentidos em uma única classe, mas, para tal situação se desdobrar, seria primeiro necessário um tempo maior. Por outro lado, nem sempre ocorre essa abertura para ampliar essas propostas, levando-se em consideração os conteúdos obrigatórios das grades curriculares e o fato de que, na maioria das vezes, considera-se que a ação educativa não satisfaz uma parcela desses conteúdos. Já no tocante à totalidade do subprojeto, conseguiu-se apresentar uma configuração dinâmica e sensível de como abordar a educação patrimonial.

Com isso, o projeto *Educação patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás – patrimônio pra que te quero* atuou no sentido de incentivar que as escolas do município de Goiás participassem do projeto com a elaboração e a execução de subprojetos que atendessem à ideia de educação patrimonial. Dessa parceria entre a comunidade escolar local e o Iphan, derivou um volume significativo de ações educativas desenvolvidas simultaneamente em distintos ambientes escolares. Assim, o projeto teve um alcance que teria sido impensável se a adesão dos colégios não tivesse acontecido, pois uma única equipe do Iphan não teria como construir e implantar vários subprojetos para atender ao mesmo tempo todas as escolas. Para assegurar a estrutura do projeto, os professores passaram por uma rápida orientação através de oficinas e conferências, quando entraram em contato com os conceitos centrais da proposta. Nessa primeira etapa, o Iphan trabalhou na capacitação docente e participação similar foi mantida até a finalização do programa, com a presença registrada nas outras duas fases para orientações, encerramento e divulgação da iniciativa.

Nesse sentido, ainda sobre a elaboração dos subprojetos e a capacitação docente realizada, cada educador que participou do seminário recebeu um kit com material de apoio, destinado a auxiliá-lo no desenvolvimento de seus subprojetos em suas respectivas escolas de atuação. O kit foi distribuído na segunda fase do projeto e contava com publicações do Iphan, um livro sobre a trajetória histórica de formação do município e do processo de obtenção do título de Patrimônio da Humanidade, concedido à cidade em 2001, um CD com músicas da região, livros de literatura infanto-juvenil e de poemas de Cora Coralina.

Com efeito, o material servia o seu propósito, isto é, de ser uma base de orientação, um norte para os professores. Todavia, nesse contexto, encontra-se uma problemática para que se consiga obter resultados efetivos quando se trata de executar uma ação com docentes. É

incontestável que a formação docente é marcada por lacunas. Apresentar um material ou metodologia, portanto, não garantiria que este seria usado com os alunos, ou que seria aplicado de forma adequada, em virtude da demanda pela capacitação docente.

Comumente, as ações desenvolvidas com o objetivo de capacitar docentes são oficinas que ficam abreviadas a poucos dias de duração. Para que tenham resultados satisfatórios dentro da sala de aula, não basta que seja realizado tão somente o ensino de uma metodologia. O processo deve ser calcado em uma mudança de mentalidade. No que tange ao projeto aqui abordado, como foi mencionado anteriormente, houve a capacitação docente, vale ressaltar, em um curto período de duração, com base em oficinas e conferências, à época que foi distribuído o material para colaborar com a formulação de seus subprojetos. Diante disso, o que deve ser observado é de que modo o processo impactou a mentalidade desse público (OLIVEIRA, 2019, p. 44-45).

Ao fazer a leitura de tais subprojetos, encontra-se, na maioria deles, uma abordagem que se desagrega das que são usualmente observadas nessa vertente temática. À guisa de exemplo, pode ser elencado o subprojeto da Escola Asas de Liberdade, que fugiu do habitual e trouxe um tema transversal centrado na pluralidade da sociedade brasileira, tendo em vista a culinária como um desses elementos. A proposta foi intitulada “Projeto cidadania 2009: as três raízes do povo brasileiro na culinária”.

Foi solicitado aos alunos que realizassem um exercício para retomarem suas memórias, e, assim, identificarem receitas das quais tinham lembranças por terem sido produzidas por suas mães, avós, tias, ou seja, pessoas próximas. Em um segundo momento, os estudantes tiveram ajuda das professoras para reproduzirem algumas receitas com alimentos oriundos de cada cultura que estava sendo trabalhada. A mandioca foi associada à cultura indígena, o trigo à europeia e, por fim, a galinha e o camarão, relacionados ao xinxim de galinha (prato de origem africana) à cultura africana, de modo que a vivência possibilitou aos alunos refletirem e vivenciarem um pouco de cada uma dessas referências.

Ademais, teria sido proveitoso se as reflexões tivessem sobressaído a ideia de conhecer e tivessem conseguido alcançar outros pormenores que envolvem essas três culturas na formação da sociedade brasileira, bem como da comunidade vilaboense. No entanto, em relação a esse ponto, deve-se levar em consideração o período de execução do projeto, que remonta a 2009. Logo, é preciso ponderar que, no transcorrer dessa temporalidade, outras discussões foram introduzidas, chegando à concepção de que para que ocorra o desenvolvimento de uma

ação educativa de forma satisfatória de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, seria/teria sido necessário primeiro atingir o nível da reflexão crítica.

Atualmente, após o alargamento das discussões relativas à educação patrimonial, tem-se a compreensão de que a ideia de simplesmente conhecer um patrimônio cultural passou a ser uma das problemáticas identificadas com certa frequência nas ações indicadas como sendo de educação patrimonial. É uma prática repousada na usual expressão “conhecer para preservar”. Essa máxima é utilizada até mesmo para intitular ações anteriores aos debates instaurados para otimizar as práticas e entendimentos relacionados ao tema. Nessa referência, está estruturada uma das causas que levam as ações a não atingirem um nível adequado de execução no que tange à preservação dos bens patrimoniais e uma relação mais intimista da sociedade com seu patrimônio cultural. A problemática ganha corpo no momento em que o público participante é levado a conhecer ou visitar o bem patrimonial em questão e em que é organizada toda uma metodologia repousada na simples transmissão e recepção de informação. Por fim, como uma tendência para finalizar essas experiências, havia a distribuição de um panfleto ou cartilha, sem que se tivesse estabelecido a reflexão crítica durante o processo. Assim, “[...] a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica” (TOLENTINO, 2016, p. 46).

A partir do momento em que esse processo não se concretiza e a concepção de “conhecer para então preservar” é adotada como basilar, o que é testemunhado, não vai além do que “[...] ações de difusão ou até mesmo promoção dos órgãos que executam os projetos, haja vista que visam, tão somente, levar o conhecimento (como via de mão única) ao outro, mas que não é suficiente como condição para garantir a preservação dos bens culturais” (TOLENTINO, 2016, p. 46). Dessa forma, ocorre a divulgação e a promoção, entretanto, a proposta apresenta a ausência de um ponto crucial que é o da reflexão crítica, cuja falta aborta a ideia de sensibilizar para a preservação e valorização daquelas e de outras referências culturais.

Ainda no tocante ao projeto, na devolutiva para a comunidade, ou seja, a terceira e última etapa, conseguia-se desenvolver materiais de fácil acesso. O acesso às atividades desenvolvidas, por um lado, permite um momento de nostalgia para os participantes, por outro, pode inspirar aqueles que as procuram para iniciarem a realização de outros projetos em educação patrimonial. Na etapa final, eram apresentados: um documentário da trajetória das atividades executadas; uma exposição e o lançamento da publicação com os subprojetos e relatos de experiências dos professores que atuaram nessas ações.

Nesse sentido, o projeto, por parte do Iphan, desenvolveu uma atividade assimilada como uma capacitação docente a respeito do patrimônio cultural, mais especificamente acerca das práticas de educação patrimonial. A qualificação pode ser observada com base nos procedimentos realizados e adotados em relação aos professores e ao seguimento que foi dado à ação. Os docentes e suas escolas de atuação, por sua vez, conseguiram elaborar ações educativas que, em sua maioria, ficaram concentradas em discussões que trivialmente não são colocadas ao se refletir acerca da trajetória das políticas preservacionistas no Brasil. Dessa maneira, lidaram com temas transversais que são avaliados como sendo de urgência para a sociedade contemporânea.

Com isso, o projeto trabalhou com o patrimônio não apenas material, mas também abordou a perspectiva de sua imaterialidade, trazendo saberes, fazeres e o patrimônio natural, entre outros. Ademais, conseguiu-se, por meio da proposta, um volume expressivo de ações educativas e um engajamento também significativo. Por fim, apresentou-se, apesar de ainda sem tanta intencionalidade, indicativos que apontam para uma educação patrimonial que, no período em questão, ganhava fôlego: uma concepção pautada na diversidade cultural.

A ação educativa em questão configura-se como uma das iniciativas institucionais executadas em conformidade com a implementação da primeiras Casas do Patrimônio pelo país oficialmente, avolumando o número de ações realizadas naquele ano de 2009 pelo Iphan em Goiás. Verifica-se, que na ocasião de seu encerramento e publicação de livro resultante, em março de 2010, aconteceu a primeira reunião com a então diretora do DAF/Iphan, Márcia Rollemberg, no sentido da implantação da Rede das Casa do Patrimônio em Goiás, contando com a presença dessa equipe que estava na cidade por ocasião da reunião. Apesar desse episódio específico e o contexto de sua implantação ser o mesmo do Projeto Casas do patrimônio, nacionalmente não foram encontradas outras informações que indique uma ligação direta com a atuação da Casas do Estado de Goiás.

Por outro lado, como já assinalado, houve nesta ação educativa a incorporação de concepção de educação patrimonial que se aproxima da conceituação apresentada pelo Iphan atualmente e inserida ao Projeto Casas do Patrimônio. Nessa esteira, existem dois pontos apresentados que indicam que a superintendência no Estado estava acompanhando o processo interno do Iphan nacionalmente em torno da educação patrimonial, mas não necessariamente que esses sejam em função das Casas do Patrimônio em Goiás: a noção de educação patrimonial mais aproximada da proposta pela sede do órgão e sua execução no ano que esses tidos espaços estratégicos e/ou projeto foi implantado oficialmente.

No que concerne à avaliação dos resultados da ação educativa não se obteve acesso a ela. Embora, o Iphan tenha realizado elaboração e publicação de material final constando, as conferências, todos os subprojetos executados pelas escolas em seu contexto; relatos de experiência dos professores, fotografias das atividades realizadas e descrição do projeto feita pela coordenação, nesse sentido, ressentindo da avaliação dos resultados. Pensando, que é realizada com objetivo de corrigir a ação e conseqüentemente assegurar sua continuidade, pontua-se que essa apresentou apenas uma edição, o que pode indicar que tenha sido feita, mas optado pela sua não publicitação, bem como não venha sendo prática do órgão desenvolver a avaliação de seus projetos.

### **2.2.2 Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás**

O *Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás* é uma das ações educativas promovidas pela Superintendência Estadual do Iphan em Goiás, em parceria com a Secretaria de Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Goiás. Por sua vez, foi outra ação que aconteceu no contexto do Projeto Casas do Patrimônio. Sua primeira edição data do ano de 2009. Após o período, foram identificadas mais três ocasiões em que o evento/ação foi realizado/a. A Cidade de Goiás foi selecionada para abrigar o evento e todas as suas edições foram realizadas na antiga capital do Estado. No ano de 2014, o *Seminário de Educação Patrimonial* foi realizado em conformidade com o *VIII concurso de redação na Cidade Goiás*. O objetivo foi tecer uma homenagem a Cora Coralina de modo a integrar a festividade em comemoração aos 125 anos da poetisa.

O seminário tinha como público destinatário professores da rede pública de ensino. Nesse sentido, o intuito do evento era capacitar estes docentes, assim como sensibilizá-los no sentido de habilitar agentes multiplicadores da educação patrimonial junto aos estudantes e à comunidade local em que exercem suas atividades (IPHAN, 2013). Abaixo segue um quadro com a relação das edições, títulos, atividades e locais de realização do *Seminário de Educação Patrimonial*:

**Quadro 8:** Edições do *Seminário de Educação Patrimônio na Cidade de Goiás*

<b>Edição/Ano</b>	<b>Título da edição do evento/ação</b>	<b>Atividades</b>	<b>Local de realização das atividades</b>
2009	-	-	-
	Memória e Diversidade dos	Apresentação cultural: Fina Flor de Goyaz; Palestra inicial com Salma Saddi e Selma Pires; conferência de	Hotel Vila Boa; escadaria da igreja do Rosário e Sala do Frei

2013	Bens Culturais da Cidade de Goiás	abertura; mesas redondas sobre memória, identidade, diversidade, escola e formação do professor leitor-mediador; Apresentação de Folias de Reis, oficinas; conferências.	Nazareno; UEG; Colégio Estadual João Augusto Perillo, Secretaria Municipal de Goiás.
2014	Cora Coralina: patrimônio cultural e poético da Cidade de Goiás	–	–
2018	Práticas Tradicionais e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Conferência de abertura acerca da educação patrimonial; palestras sobre patrimônio imaterial, saberes e fazeres; estudo de casos; oficinas sobre culinária tradicional, memórias e tradições de Vila Boa, brincadeiras.	Cine Teatro São Joaquim; UFG- Unidade Sant' Ana.

**Fonte:** IPHAN. Quadro elaborado pela autora, 2021.

Percebe-se que o seminário não teve, durante os anos de sua realização, uma predefinição de tempo para que outra edição acontecesse, embora se note uma predisposição para ser realizado de 4 em 4 anos. Em 2014, houve uma quebra na cronologia em função da homenagem feita aos 125 anos da poetisa Cora Coralina, aqui já mencionada. Por isso, o evento ocorreu apenas um ano após a segunda edição. Outra questão a se observar refere-se ao fato de atividades serem realizadas em várias espacialidades da cidade, de modo que tal configuração permitisse uma interação maior com a comunidade. Portanto, no seminário realizado em 2013, o evento englobou espaços públicos e privados, respectivamente a escadaria da igreja do Rosário e o Hotel Vila Boa, e, ademais, as instituições de ensino superior e fundamental. Mostrou-se igualmente um número significativo de atividades e de variedade entre elas.

Nesse sentido, pode-se observar também que a ação educativa em questão integra um conjunto de iniciativas no campo da educação patrimonial que foram promovidas pela Superintendência Estadual do Iphan em Goiás em 2009. Vale lembrar que esse ano não foi contemplado com tal volume de projetos involuntariamente, pois foi um período atrelado a uma série de discussões internas que vigoravam naquele momento no âmbito do Iphan nacional acerca da educação patrimonial institucionalmente.

Em 2009, foi implantado o projeto Casa do Patrimônio. Ademais, foram realizados dois dos marcos programáticos na política de educação patrimonial: o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio (2009), em Nova Olinda-CE, com intuito de avaliar as primeiras Casas do Patrimônio implementadas (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009); e o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009), em Ouro Preto-MG, que teve como eixo temático o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC)-Desafios, estratégias e

experiências para uma nova gestão. No Fórum, a temática em questão foi assegurada a partir de duas mesas-redondas que abordaram a educação patrimonial. (IPHAN, 2009). Assim, o número de propostas de ação educativa acompanhava a evidente movimentação das discussões internas acerca da prática.

A primeira edição do evento, isto é, do Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás, justamente aconteceu naquele ano de 2009<sup>45</sup>. Por sua vez, o *II Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás*, realizado em 2013, teve como tema: *Memória e Diversidade dos Bens Culturais da Cidade de Goiás*. Na imagem a seguir mostra-se o convite para a referida edição:

**Figura 12:** Convite para o *II Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás*



Fonte: IPHAN, 2013.

Apesar de essa edição ter por tema a diversidade e a memória sobre os bens culturais da Cidade de Goiás, a noção de diversidade não é apresentada na produção visual do convite,

<sup>45</sup> Não constam informações no site do Iphan e até o momento não há dados do arquivo do Iphan.

de modo a constar apenas um esboço do patrimônio edificado. Além disso, identificam-se também as informações básicas relativas ao evento, tais como dia, mês e ano; a sua temática; conferência de abertura, onde ela seria realizada e os promotores da ação.

Ainda acerca do evento, nessa edição de 2013, quando se analisa a adesão do público, observa-se que foi significativa. A cena abaixo, retirada do vídeo de produção institucional feito pelo Iphan, apresenta a conferência de abertura daquele ano. A partir dela, pode-se ter uma dimensão do público que esse seminário conseguiu alcançar:

**Figura 13:** *II Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás*



**Fonte:** IPHAN. Cidade de Goiás, 2013. 1 Vídeo da atividade.

Percebe-se na imagem que um número relativamente substancial de pessoas compareceu à cerimônia de abertura do *II Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás*. Além disso, demonstra também um público significativo de indivíduos interessados pela pauta ali posta.

A imagem igualmente expõe a presença de alguns sujeitos que doravante estão envolvidos com o tema, por exemplo, Selma de Oliveira Bastos Pires que, em 2009, foi organizadora do projeto *Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás - Patrimônio pra te quero*. Conta também com a presença das professoras Hebe Maria, que também fez parte do projeto citado, e Goiandira Ortiz. Na cerimônia, a Superintendente Estadual do Iphan em Goiás na época, Salma Saddi Wares Paiva, fez uma fala de abertura para o seminário. A seguir, imagem de Selma e Salma durante uma das edições do seminário:

**Figura 14:** Selma e Salma no *Seminário de Educação Patrimonial*



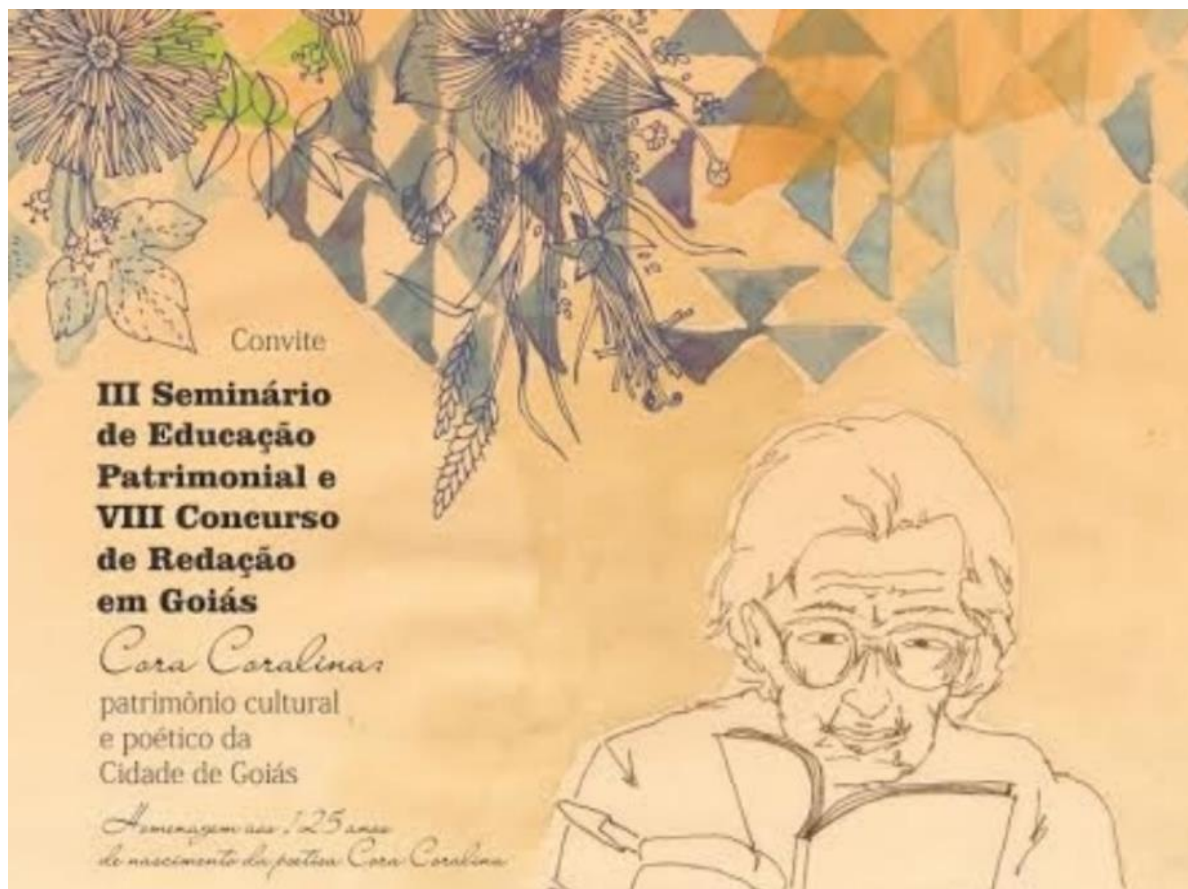
Fonte: Site Prefeitura, 2018.

Assim, identificam-se outros aspectos: a parceria entre o órgão e a prefeitura na realização da iniciativa; e a presença de alguns indivíduos que permaneceram atrelados à temática. No tocante aos temas das edições do seminário, nota-se que foram apreciadas temáticas transversais, visto que nestas a diversidade do patrimônio cultural foi colocada em ênfase.

Com efeito, com a mesma perspectiva do patrimônio cultural a partir da concepção de diversidade, o III seminário, ou edição do evento/ação direcionada à educação patrimonial, trabalhou, em forma de homenagem, com tema ligado a Cora Coralina. A escolha dessa temática relaciona-se aos 125 anos da poetisa que seriam comemorados por ela naquele ano: 2014.

O próprio título do seminário do ano de 2014, “*Cora Coralina: patrimônio cultural e poético da Cidade de Goiás*”, já nos informa sobre o motivo para o uso da imagem de Cora para intitular mais uma edição do referido evento (Ver figura 14). Para tanto, o foco é a pessoa da poetisa enquanto patrimônio, não no sentido de culto a sua imagem, mas no tocante ao reconhecimento a suas contribuições como poetisa e escritora que abordou, a partir de suas palavras, as particularidades da Cidade de Goiás, onde morou por muitos anos. A imagem escolhida para retratá-la a demonstra em seus tempos de senilidade, da forma como é mais recordada e representada. Abaixo, observa-se o convite para o evento, feito em formato de uma colagem:

**Figura 15:** Convite para o *III Seminário de Educação Patrimonial*



Fonte: IPHAN, 2014.

Na continuidade da ação educativa, em 2018 – também a última identificada em relação à proposta –, o ponto de partida para os trabalhos se baseou em *Práticas Tradicionais e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro*, ou seja, proporcionando um momento para discutir o patrimônio cultural endossado pelo saber/fazer que em sua maioria está associado a negros e índios, ao que Mario de Andrade (1938) definiu como “cultura popular”.

Nesse sentido, como observado no quadro (7), a programação da edição de 2018 foi marcada por palestras, oficinas e estudos de caso que abordavam o patrimônio imaterial, relativos aos saberes/fazer populares e às práticas tradicionais, trazendo a partir destas discussões: o artesanato, os usos de plantas medicinais do cerrado, a alimentação, as brincadeiras e os brinquedos tradicionais e o saber e fazer cestaria, empadão goiano, cerâmica (IPHAN, 2018, p. 1-2). Logo, as ações deram o tom da diversidade do patrimônio cultural brasileiro amplificando, assim, o olhar para além de pedra e cal. Este aspecto pode ser observado na própria elaboração do convite para uma das edições do seminário.

**Figura 16:** Convite do IV Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás



**Fonte:** IPHAN, 2018.

O convite apresenta o patrimônio cultural em sua perspectiva da diversidade, ao realizar uma sobreposição de imagens para a elaboração da frente do convite. Nele é projetada a dinâmica do patrimônio cultural na Cidade de Goiás. Visualiza-se o patrimônio arquitetônico e urbanístico que a princípio foi o que trouxe o Iphan para a cidade: o Museu Casa de Cora Coralina que remete às memórias da poetisa, uma das mulheres mais lembradas quando se fala de Goiás; a ponte que sugere o Rio Vermelho que corta a cidade e estabelece toda uma dinâmica social, econômica e política, particular para a cidade; a cerâmica vilaboense, um saber e fazer que, com ampliação da concepção de patrimônio cultural, começa a atingir níveis maiores de reconhecimento e ações de salvaguarda. Essa cerâmica foi objeto de estudo após as escavações de adequação da cidade para a obtenção do título de Patrimônio Cultural Mundial junto a UNESCO. A origem da técnica por parte da comunidade local está associada aos índios “Go-yases”, mas existem também pesquisas que apresentam dados que apontam outra possibilidade

para sua origem, isto é, a africana<sup>46</sup>. Abaixo têm-se alguns registros fotográficos das oficinas realizadas durante o encerramento da edição em questão: *IV Seminário de Educação Patrimonial*.

**Figura 17:** Registro da Oficina Matulas<sup>47</sup> nos sertões de Goiás e suas memórias



**Fonte:** Site da Prefeitura da Cidade de Goiás, 2018.

Nota-se que a oficina realizada no *IV Seminário de Educação Patrimonial* é direcionada à culinária típica do sertão goiano. Na imagem acima, é possível identificar a matula, ou feijoada do cerrado, que está em uma cesta coberta com folhas de bananeiras e é servida dentro de cascas de bananas. Igualmente, a imagem apresenta o prato servido na palha de milho, em

<sup>46</sup> A historiadora e arqueóloga Dra. Gislaine Valério Lima Tedesco possui alguns textos nos quais apresenta pesquisas arqueológicas feitas por ela que trazem evidências de uma possível origem africana para a cerâmica produzida em Goiás. Outros pesquisadores também tratam dessa hipótese.

<sup>47</sup> Conhecido também como feijoada do cerrado, é um prato muito presente nas mesas dos goianos. Surgiu como um dos principais alimentos para os tropeiros no século passado, devido à boa durabilidade para os dias de viagem. O prato leva uma série de alimentos, sendo o feijão o principal deles. Os demais ingredientes são: carne de sol, lombinho, linguiça, farinha de mandioca. O prato é servido embrulhado em folhas de bananeira e acompanhado por arroz.

uma cuia e alguns outros recipientes. A mesa é adornada e composta ainda por grãos de café espalhados, um litro de cachaça, tomates cereja e torresmo à pururuca. Alimentos que, em sua maioria, costumeiramente são encontrados nas residências dos vilaboenses ou nos restaurantes da cidade que atendem especialmente aos turistas. Na imagem abaixo, encontramos registro de outra oficina que também dá conta de outro saber/fazer:

**Figura 18:** Registro da oficina Patrimônio Edificado dos vilaboenses



**Fonte:** Site da Prefeitura da Cidade de Goiás, 2018.

Na imagem observa-se a representação do patrimônio edificado da Cidade de Goiás, igrejas, museus e outros, em aproximadamente trinta telas, reproduzidas a partir de um saber fazer: o da pintura com areia colorida da Serra Dourada. É uma técnica que ficou conhecida na cidade e internacionalmente, sobretudo através dos quadros da falecida artista plástica Goianira Ayres do Couto<sup>48</sup>. A partir do registro durante a oficina, visualiza-se a variedade de cores da areia e o interesse dos que observam as pinturas produzidas.

Identifica-se, portanto, que ao longo da existência da proposta se abordou um patrimônio diverso, desde os tradicionalmente tratados, como os edificados, até inúmeros saberes e fazeres e o patrimônio representado em uma pessoa, no caso de Cora Coralina. Nesse sentido, nota-se que o seminário vem abrindo espaço para abordar a educação patrimonial a partir de

<sup>48</sup> Goiandira Ayres do Couto nasceu em 12 de setembro de 1915 na cidade de Catalão- GO e faleceu aos 95 anos. Ela começou a pintar ainda jovem com 16 anos. Trilhou um caminho como artista plástica e já na cidade de Goiás dividiu sua trajetória na pintura em duas fases. A primeira marcada por pinturas a óleo e a segunda com areia colorida da Serra Dourada. Essa técnica levou sua arte a reconhecimento local, nacional e internacional.

uma perspectiva que está ganhando corpo, que é a decolonial. No âmbito da educação patrimonial, com base em uma percepção educativa crítica e libertadora freiriana, as discussões agenciadas pela Ceduc nos fóruns e encontros já mencionados aqui têm regulado as atuais diretrizes políticas e ações no campo, levando a uma aproximação das aspirações e dos pensamentos dos defensores da concepção decolonial (TOLENTINO, 2018).

Como pontuado anteriormente, essa ação educativa é mais uma no âmbito da superintendência do Iphan em Goiás que teve início no contexto das primeiras Casas implantadas oficialmente. Com efeito, traz a ideia de articulação de parcerias - a partir da instituída com a prefeitura municipal, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás. Segundo indicado pela publicação do Iphan (2010), praticamente as mesmas que pretendiam ser estabelecidas com as ações da Rede das Casas do Patrimônio. Todavia, mesmo que essas tenham rendido algumas edições ao seminário, essa fica quase que limitada no caso das universidades a suporte de infraestrutura, permanecendo mais em evidência a estabelecida com a prefeitura. No entanto, não foi identificadas informações que vincule diretamente a ação com uma possível atuação de uma das Casas do patrimônio em Goiás. Em 2018, participaram dessas oficinas, isto é, do evento em sua totalidade naquele ano aproximadamente 250 educadores, escolhidos em momento anterior em decorrência de sua área de formação para participarem do seminário, assim como com intuito de aprimorar os conhecimentos destes sujeitos em relação ao patrimônio (IPHAN, 2018).

Por fim, no que compreende a avaliação do seminário por parte do órgão promotor, ela não foi identificada. Entretanto, durante falas de Salma Saddi à época ainda como superintendente do Iphan em Goiás, é enfatizado por vezes e, sobretudo o engajamento da prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação como parceiros para a realização da iniciativa e a longevidade da ação. Contudo, como se sabe não configurando como uma avaliação oficial, essa apenas manifesta em discurso, portanto, sem formalização e parecer por escrito. No entanto, é identificado no site da prefeitura da Cidade de Goiás uma consideração sobre a edição de 2018 do seminário, isto é, a última observada. Nesse dizem “com a presença da Prefeita Prof<sup>a</sup>. Selma Bastos e da Sec. Mun. de Educação, Prof<sup>a</sup>. Ângela Fonseca, Alunos (educadores) e oficinairos, tivemos um momento de avaliação do seminário, que foi tido como o melhor dos últimos anos”. Uma informação que indica simultaneamente a parceria entre Iphan e prefeitura municipal, bem como a avaliação positiva do seminário, especialmente daquele ano em questão. Diante disso,

também reflete que a continuidade de uma ação não é garantida apenas por meio de uma avaliação favorável, mas quando se fala de políticas públicas no geral de vários outros fatores, um deles o fomento.

### ***2.2.3 Portas e Janelas Vão se Abrir***

Ainda em 2009, outra ação educativa que teve início e foi promovida pelo Iphan em Goiás foi o projeto *Portas e Janelas Vão se Abrir* mediante a realização de oficinas. De acordo com a idealizadora da proposta, Genilda Alexandria (2011), neste ano, a partir de solicitação e demanda da Superintendência Estadual do Iphan em Goiás, por ela foram realizadas nove oficinas em nove cidades selecionadas pelo órgão: Aparecida de Goiânia, Pires do Rio, Santa Helena de Goiás, Corumbáiba, Santa Cruz de Goiás, Jaraguá e Silvânia e no Estado de Tocantins nas cidades de Porto Nacional e Arraias. Conforme relatório de gestão do Iphan (2009), naquele ano foram um total de 17 municípios contemplados com o projeto. É uma informação também apresentada por Salma Saddi.

A seleção das cidades que receberiam o projeto estava ligada diretamente com o objetivo da proposta que, sob as orientações do Iphan-GO, visava promover nestes lugares ações educativas, visto que até o momento pouco havia sido feito naqueles locais quanto a este aspecto. Nesse sentido, Genilda Alexandria, em entrevista concedida no final de 2021, revela que o projeto “se chama Portas e Janelas Vão se Abrir porque a ideia é que ele fosse trabalhado em cidades que não tivesse patrimônio instituído, patrimônio tombado” (Genilda da Silva Alexandria Sousa, entrevista concedida em 26 de novembro de 2021). Entretanto, em um dado momento do projeto já não se tratava de uma escolha do órgão, mas sim uma solicitação das próprias cidades que desejavam receber as oficinas. A ação repousava-se no trabalho com o patrimônio cultural na educação formal. Proposta encarada como um desafio, mas também como uma expectativa de que a atividade com estes bens se constituísse em pontes, janelas e portas poéticas que anunciam, possibilitam, sensibilizam e descrevem histórias que ultrapassam limites temporais, territoriais e grupais.

Ao analisar a proposta, seu objetivo, é possível observar o anseio em ter nesse projeto um elo para a construção social. Aliás, verifica-se que o Iphan em Goiás considerava importante atender toda a jurisdição com as ações educativas e ampliar o volume de iniciativas nesse sentido. Embora, segundo Genilda Alexandria, houve ocasiões em que ocorreu a necessidade de recusar algumas solicitações de oficinas a pedido das cidades, pois não existia recursos

suficientes para atender todas que tinham manifestado interesse. Ademais, é mais um aspecto que denota que a superintendência em questão, de alguma forma, estava atenta às novas discussões internas do órgão em torno da educação patrimonial que algum tempo já vinham surgindo e se somando à trajetória institucional da prática.

O público participante das oficinas do projeto *Portas e Janelas Vão se Abrir*, era em um primeiro momento, professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino, visto a parceria estabelecida com as prefeituras das cidades. Contudo, à época da realização da ação, profissionais da rede estadual e outros vinculados também à educação, como diretores, coordenadores pedagógicos, dinamizadores, apresentaram interesse. Assim, o Iphan decidiu também atendê-los e inseri-los como público da ação (ALEXANDRIA, 2011). Portanto, a proposta apresentou, nesse sentido, uma adesão significativa do público para qual foi planejada. No quadro abaixo, visualizamos as cidades que receberam as oficinas do projeto de acordo com o respectivo ano, e outras informações sobre o mesmo:

**Quadro 9:** Cidades contempladas com o *Projeto Portas e Janelas Vão se Abrir*

Ano	Cidades	Materiais utilizados	Assuntos abordados
2009	Aparecida de Goiânia, Pires do Rio, Santa Helena de Goiás, Corumbá, Santa Cruz de Goiás, Jaraguá e Silvânia e no Estado de Tocantins nas cidades de Porto Nacional e Arraias.	Material didático elaborado para a oficina, filmes, animações, slides, fichas de atividades.	Patrimônio, educação, pesquisa e conhecimento histórico; objeto como fonte de conhecimento; função do Iphan; políticas preservacionistas para o patrimônio cultural; práticas culturais na escola e em espaços de educação informal com seus desdobramentos abordando: conceito, significado, metodologia.
2010	Goiandira Corumbá de Goiás, Goiás, Luziânia e Pilar de Goiás.	Material de didático elaborado.	Noções e conceitos de Patrimônio; Cultura local; políticas de preservação cultural; o Papel do Iphan.
2011	Luziânia, Cristalina, Pirenópolis e Goiás.	-	-
2012	Cristalina, Corumbá de Goiás, Goiás e Pirenópolis	-	-

**Fonte:** ALEXANDRIA, 2011; MPGO; RELATÓRIOS DE GESTÃO-IPHAN. Quadro elaborado pela autora, 2021.

Conforme pode ser visualizado no quadro acima e de acordo com relatórios de Gestão do Iphan, o projeto *Portas e Janelas Vão se Abrir* apresentou continuidade nos anos posteriores à primeira edição no ano de 2009, com novas edições nos anos de 2010, 2011 e 2012. Por vezes as oficinas acontecendo mais de uma vez em uma única cidade. Uma das cidades contempladas com as oficinas da proposta no ano seguinte a primeira edição, isto é, no ano de 2010, foi

Goiandira. As ações se realizaram em função das obras de execução da Estação de Goiandira<sup>49</sup>. Para mais, segundo publicação do Ministério Público do Estado de Goiás, a partir de relatório das ações da rede ferroviária em Goiás – Iphan, as demais obras no âmbito da superintendência do Iphan em Goiás naquele ano igualmente receberam a ação educativa. Entretanto, essas obras não foram identificadas até o momento.

De acordo com Genilda Alexandria (2011), antes das oficinas do projeto *Portas e Janelas Vão se abrir* serem realizadas, era estabelecido um contato oficial feito entre o Iphan e as cidades escolhidas e, portanto, com as Secretarias Municipais de Educação. Somente após esse momento os docentes eram convocados a participar de uma oficina em que se abordavam os conteúdos ou assuntos elencados no quadro acima. Logo, o formato adotado nas oficinas foi o de aulas expositivas com o uso de várias mídias, como pode ser observado na relação de materiais utilizados no ano de 2009. No decorrer dessas exposições, também eram realizadas algumas propostas de atividades interativas entre os participantes. O filme brasileiro *Narradores de Javé*<sup>50</sup> foi um dos materiais que ajudaram a construir a proposta de ação educativa com os professores. Além do filme, também foram utilizados os curta-metragem: *O toque do tempo*, gravado na cidade de Pirenópolis e a animação *La maison en petits cubes*. O uso dessas mídias auxiliou na dinamicidade de uma oficina com dois dias de durabilidade, divididos cada um deles em duas sessões.

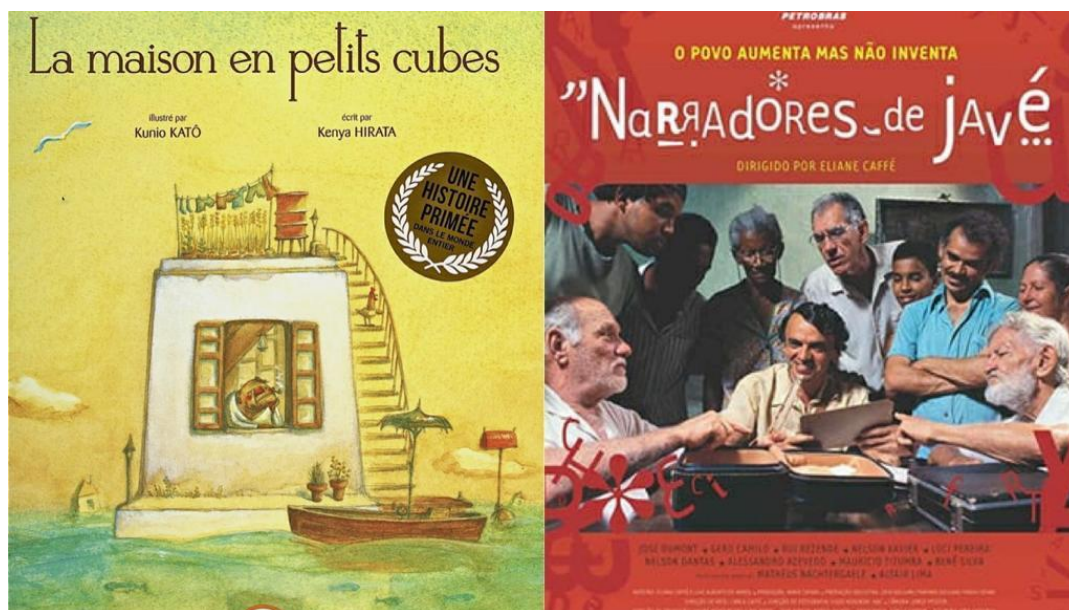
Nesse primeiro momento representado pela execução da oficina, vale ressaltar que os professores passaram por uma capacitação docente para o trabalho com o patrimônio cultural, com o uso de vários recursos para proporcionar a atividade, sobretudo algum tipo de mídia. Mas, especialmente, observa-se que houve uma tentativa de sensibilizar os docentes para a realidade cultural de suas cidades. A partir do filme *Narradores de Javé*, discutiu-se que o vilarejo, mesmo sendo pequeno e distante, tinha uma história, memórias, referências culturais e, sobretudo pessoas que atribuem valor e significado a tudo isso.

---

<sup>49</sup> Obra de execução da Estação Ferroviária de Goiandira foi iniciada em junho de 2010 e finalizada em abril de 2011. Os serviços realizados foram imunização de todas as peças madeira, limpeza total da estação e do entorno, escoramento e recuperação das peças da cobertura. A obra foi realizada por uma empresa selecionada a partir de processo licitatório.

<sup>50</sup> O longa-metragem conta a história de um pequeno e distante vilarejo, denominado Javé, que teve sua rotina alterada em função da construção de uma Usina Hidrelétrica que poderia destruí-lo. Para impedir que isso acontecesse, a população se reuniu para narrar sua história para que todos ficassem sabendo da sua grande importância argumentando, portanto, que não se deveria continuar com a empreitada. A partir dessa ação, conseguiram deter a construção.

**Figura 19:** Cartazes das produções audiovisuais exibidas durante as oficinas



Fonte: Compilação da autora<sup>51</sup>

Ainda nessa direção, em entrevista, Genilda revela que com o objetivo de deixar a oficina mais próxima da realidade dos moradores das cidades, ela registrava alguns elementos em dia anterior a realização da referida e levava para a oficina de modo que os docentes ficavam surpresos quando se deparavam com as fotografias. Mas, ela também pontua que essa ação não era suficiente para garantir esse ajuste a cada realidade. Por sua vez, reforçando a necessidade de adaptação a realidade de cada comunidade, Salma Saddi ressalta que “cada cidade tem seu perfil, seu jeito de ser. Então, essas conспirações localizadas são uma forma de você trabalhar na linguagem e nos valores locais sem trazer nada de fora porque senão você vai está fazendo o caminho inverso da educação” (Salma Saddi Wares de Paiva, 2021). Contudo, de acordo ainda com Genilda Alexandria (2011), em sua dissertação e em entrevista em 2021, o formato adotado para as oficinas do *Portas e Janelas* foi e permaneceu o mesmo durante as demais edições subsequentes a de 2009.

Quanto ao momento posterior à oficina, esse era estabelecido a partir de uma dinâmica com envelopes contendo fichas de atividade, entregues aos professores no final das exposições. Os docentes eram orientados a usar as fichas com suas turmas e, a partir de cada uma delas, realizar uma atividade com base nos conteúdos vistos durante a oficina e que, metodologicamente, pudessem ser desenvolvidos em sala de aula. Neste ponto, nota-se que a ação foi pensada não para ser algo pontual, findado com a capacitação docente, mas para se

<sup>51</sup> Montagem a partir de imagens coletadas no site da Filmow.

estender a proposta ao contexto de sala de aula e assim, contemplar um número maior de sujeitos que poderiam contribuir no processo de preservação e valorização do patrimônio cultural.

A confecção de cartões postais compunha uma das atividades que os professores realizaram em sala de aula a partir da proposta. Nas imagens, a seguir, são apresentados três exemplos dos cartões postais produzidos por alunos da cidade de Santa Cruz:

**Figura 20:** Cartões postais produzidos por alunos de Santa Cruz



**Fonte:** ALEXANDRIA, 2011, p.100.

O primeiro cartão postal traz um homem montado em um cavalo, todo ornamentado, com o qual se pensou provavelmente em representar a tradição das Cavalhadas<sup>52</sup>. De acordo ainda com Genilda Alexandria (2011), esse foi selecionado para ser reproduzido em larga escala. Já o segundo cartão apresenta uma construção que pelos detalhes, como o calçamento de pedra a sua frente, as janelas grandes, a cor marrom em sua volta dando ideia de madeiras, é uma representação de prédio de um centro histórico. Por último, o terceiro cartão retrata uma

<sup>52</sup> A Cavalhada é uma celebração de origem portuguesa realizada no interior de Goiás, como de outros Estados, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul.

ponte sobre um rio denominado como Rio do Peixe. Nota-se que os estudantes demonstraram percepções distintas do que entendiam como suas referências culturais, assim, elencaram o patrimônio material, imaterial e natural.

Em Goiandira, foram beneficiados por esse projeto cinquenta professores e oitocentos e sessenta e um alunos do 5º ano do ensino fundamental. A estrutura foi semelhante à observada nas cidades selecionadas para a edição de 2009, com o diferencial de o público ter participado de uma visita guiada por técnicos do órgão e arquitetos às obras em execução (MPGO, 2011).

Refletindo sobre o projeto, assim como é identificada algumas diferenças entre a realização das oficinas entre as edições, distinções também são observadas, no quesito receptibilidade da atividade. Com efeito, como a própria idealizadora e coordenadora do projeto afirma, nem sempre todas as cidades e todos os participantes recebiam o projeto de igual modo: “diferentes recepções da oficina eram demonstradas em cada cidade, por vezes percebidas ainda na realização, na assiduidade dos participantes; outras vezes, pelos contatos posteriores” (ALEXANDRIA, 2011, p.102). Portanto, a cada cidade atendida era um novo desafio, e adequações tinham que ser feitas e, mesmo assim, poderiam não atingir o resultado desejado.

Nessa perspectiva, a idealizadora do projeto apresenta outra angústia, sobre a qual a educação patrimonial, em suas novas discussões, vem tentando agir e romper com as problemáticas oriundas da herança francesa sobre as práticas preservacionistas no Brasil e no trato com o patrimônio. Assim, para ela, “o grande desafio da oficina era conseguir que os participantes se desprendessem da intensa difusão de conhecimentos com base em concepções tradicionais tão arraigadas ao campo do patrimônio” (ALEXANDRIA, 2011, p. 102). Logo, essa visão demonstra que se procurou realizar uma ação educativa traçada sobre as bases das novas concepções, ou mesmo, trabalhar o patrimônio cultural sobre uma perspectiva mais ampla, cujo conceito adquiriu até mesmo bases legais.

Todavia, isso “não significa negar a existência ou jogar fora tudo que se fez ao longo dos anos nos órgãos de preservação, ou então descartar estes bens como documentos de uma história, mas, fundamentalmente, sinaliza para a necessidade de outro olhar sobre estes mesmos objetos do passado” (SCIFONI, 2015, p. 202). Nesse sentido, existe uma tentativa atual de aproximar o pensamento decolonial do campo do patrimônio, no que tange as suas práticas e discussões, dentre elas a educação patrimonial. Tolentino (2018) e Chuva (2020) são alguns dos autores, pesquisadores, profissionais da área que vêm refletindo sobre esse novo olhar. Aliás, atualmente é mais que uma nova concepção no trato com o patrimônio, é uma demanda

social, uma retratação histórica que relegou a cultura de alguns povos, assim como a eles próprios a um lugar de exclusão ou subalternidade.

No que toca ao projeto aqui abordado, portanto, conseguiu-se de forma sensível não apenas tratar o patrimônio material ou edificado, com esses professores em suas cidades. A dinâmica da oficina visava sensibilizá-los para a diversidade, sobretudo ao apresentar a ideia de o que tem sentido e gera sentimentos é o que constitui para uma sociedade seu patrimônio cultural, percepção que os levou a sentir afeição e vontade de preservá-lo. Logo, a noção de educação patrimonial aqui empregada, apesar do uso da oficina no sentido de capacitar os profissionais, mostra-se com pretensão de ser dialógica pois permite aos sujeitos pensar e refletir sobre seus patrimônios ou referências culturais. A proposta já sugeria essa concepção e premissa a partir das angústias apresentadas pela idealizadora do projeto, e aqui pontuadas anteriormente, de não incorrer a uma perspectiva tradicional da qual aos poucos o campo vem tentando se desvencilhar. Em entrevista concedida em 05 de janeiro de 2022, Hellen Batista Carvalho relembra que:

eu me lembro o trabalho que o pessoal teve de entrar em contato com as prefeituras [...] E a garra, o que me traz a memória, é a garra do pessoal em insistir, a Salma, a Selma, a Genilda de insistir com essas pessoas e de mandar de novo. Ah não tem secretaria de cultura? Com quem a gente fala para poder conseguir chegar no município, para poder mandar o material, para poder ir lá? E elas faziam isso no final de semana gente!! No final de semana, saía essas três para ir, porque tinha lugar que não podia durante a semana, ou a vezes tinha coisas que a Salma não podia durante a semana e a Salma tinha uma paixão por esse projeto que era impressionante (Hellen Batista Carvalho, 2022).

Hellen indica o empenho para a realização desse projeto, bem como o próprio apreço da ex superintendente para com esse. Por último, acerca da avaliação dos resultados das oficinas propostas no contexto do mesmo, essa não foi identificada ao longo das pesquisas. Apenas foram obtidas considerações algumas citadas por Genilda Alexandria, idealizadora do projeto contempladas em sua dissertação de mestrado em Artes e Cultura Visual pela faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nesse material acadêmico, problematizam-se as relações entre patrimônio e sociedade com subsídios nos estudos da cultura visual.

### **2.3. Educação patrimonial no Iphan - Goiás - Projetos mais recentes**

Nesse tópico, serão analisados outros quatro projetos promovidos pelo Iphan em Goiás: *Roteiro Cultural Praça Cívica*; *Cine Cult no almoço*; *Quintal do Patrimônio*, *Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios e material de apoio que compreende a histórias HQ e vídeo animação*. Eles compreendem o grupo de projetos mais recentes identificados durante o

levantamento para pesquisa. Tais projetos compõem um programa de educação patrimonial proposto pela Analista de Gestão do Patrimônio Cultural do Iphan em Goiás, Ana Paula Carvalho.

### **2.3.1. Roteiro Cultural Praça Cívica**

O *Roteiro Cultural Praça Cívica* é um projeto ligado a uma exposição que aborda a trajetória do Iphan em Goiás. Essa proposta foi pensada e destinada à comunidade, especialmente aos adultos, que em grupos de passeio turístico, de universidades, escolas, agendam previamente o roteiro cultural. Ele consiste em um itinerário junto ao um técnico do Iphan, com visitas guiadas aos monumentos e edifícios da Praça Cívica, bem como à superintendência, onde é encontrada a referida exposição espalhada por todo o edifício. Durante esse roteiro cultural, podem conhecer os espaços, perguntar, saber sobre a história e as características arquitetônicas dos prédios. Entretanto, o projeto ainda não foi realizado, em razão da pandemia. Está prevista a sua efetivação nesse ano de 2022 (Ana Paula Carvalho, entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021).

### **2.3.2. Cine Cult no almoço**

O *Cine Cult no almoço* é um projeto idealizado para ser realizado no auditório da superintendência do Iphan em Goiás. Ele acontece, “na última sexta-feira do mês na hora do almoço, meio dia e vinte e dois. São exibidos filmes e documentários que a gente reúne e não trata só de filmes e documentários produzidos pelo Iphan, mas por pessoas que fazem produções audiovisuais vinculadas ao patrimônio cultural” (Ana Paula Carvalho, entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021). No relato, Ana Paula conta que o primeiro convidado para o *Cine Cult no almoço* seria o cineasta Lázaro Ribeiro. Esse foi um dos programas de educação patrimonial que conseguiu ser realizado em 2021, embora, com algumas adaptações, portanto, oferecido somente para os servidores do Iphan.

### **2.3.3. Quintal do Patrimônio**

Outro projeto que compõe o programa de educação patrimonial é o *Quintal do Patrimônio*. É uma ação pensada para ocorrer de forma permanente durante todo o ano letivo, voltado para estudantes do ensino fundamental, e compreendendo uma parceria, uma rede de patrimônios entre Iphan, as prefeituras de Goiânia, Pirenópolis e Goiás, e a Secretaria de estado

de educação, que por sua vez dispõe do grupo Ciranda da Arte que são contadores de história. Ana Paula conta que o projeto foi elaborado para ser executado toda quinta-feira do mês juntamente com uma unidade escolar diferente. Nesse sentido, a proposta prevê receber grupos de crianças para visitar a Casa. Nessa ocasião, a Casa se abre e vão contar histórias, conversar. No primeiro momento com uma contação de história no quintal e depois um piquenique, quando são incentivados a falar sobre suas referências culturais. O objetivo desse projeto, “é fazer as referências culturais da comunidade serem ouvidas pelo Iphan, pela prefeitura, pelo Estado para que ao ouvir a comunidade amplie sua noção de construção de política pública de educação patrimonial” (Ana Paula Carvalho, entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021). Todavia, esse projeto ainda não foi executado. Está previsto para ocorrer em 2022, assim que a pandemia der condições para sua implantação de modo mais seguro.

#### **2.3.4. Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios**

*O Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios* é um projeto que foi lançado em parceria com o governo do Estado de Goiás, em uma data simbólica e especial para área, o 17 de agosto de 2021 dia do Patrimônio Cultural. É uma das ações educativas do programa que conseguiram ser implantadas. A proposta é distribuir aos municípios do supracitado estado, caixas com 30 a 40 publicações do Iphan já disponíveis, não tão somente sobre o patrimônio cultural de Goiás, mas acerca das mais diversas temáticas relacionadas ao patrimônio, desde renda irlandesa, a paneleiras de Goiabeira. Todavia, essa distribuição só acontecia em conformidade com o atendimento de uma solicitação. Essa consistia em disponibilizar os livros a comunidade devendo ficar nas bibliotecas municipais para que todos que tivessem interesse pudessem acessar, fazer suas pesquisas, não deveriam ser distribuídos ao prefeito, ou equipe da prefeitura. Assim, era exigido dos municípios participantes que as publicações chegassem até a população (Ana Paula Carvalho, entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021).

#### **2.3.5. Histórias HQ e o Vídeo animação**

*As Histórias HQ e o Vídeo animação* não seriam bem uma ação educativa, mas sim um material de apoio pensado juntamente com os projetos do programa de educação patrimonial. O material narra a história do patrimônio cultural de Goiás, os bens tombados, registrados, inventariados. Na história em questão, um grupo de crianças vai descobrindo o patrimônio do Estado, passando pela Romaria de Carro de Bois, Cidade de Goiás, Aruanã, os Povos Karajá, a

ponte Afonso Pena. A *Histórias HQ e o Vídeo animação* poderia ser utilizado pelos próprios técnicos do Iphan para melhor trabalhar com o público infanto-juvenil. No entanto, esse não chegou a ser publicado e seu lançamento foi adiado para 2022, em virtude de um problema com a empresa que ganhou a licitação. A mesma não conseguiu entregar o material pelo valor que tinha ganhado o procedimento administrativo (Ana Paula Carvalho, entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021).

Em relação às *Histórias HQ e o Vídeo animação* e demais projetos relacionados neste tópico é necessário salientar que, de acordo com Ana Paula Carvalho, são propostas pensadas para serem iniciadas no ano 2020, mas como citado, em função da pandemia da Covid-19, tiveram que ser adiadas para 2021. Conseguiu ser implantado no referido ano apenas o, *Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios e Cine Cult no almoço*. Este último, por sua vez, adaptado somente para os servidores do Iphan. Os outros, por outro lado, aguardam para serem efetivados neste ano de 2022. Em entrevista concedida em 14 de dezembro de 2021, Ana Paula afirma que “todos são baseados na abertura das Casas de Patrimônio para a comunidade” (Ana Paula, 2021). Nesse sentido, os projetos são vinculados diretamente com a noção de Casas do Patrimônio, ou seja, diferentemente dos demais que foram iniciados no contexto da implantação das primeiras Casas do Patrimônio oficialmente, mas não se tem demonstrativos expressos de tal ligação.

Contudo, como observado os projetos atuais do Iphan em Goiás, apesar de terem uma evidente intenção de acompanhar as discussões atuais acerca da educação patrimonial, e até mesmo contemplar o Projeto Casas do Patrimônio foram enfraquecidos, mas dessa vez por motivos externos, isto é, pela pandemia da Covid-19. Atualmente, tentam encontrar meios para que de fato consigam alçar seus objetivos e vencer os desafios de um campo que já são muitos e que fizeram só ampliar durante a pandemia.

### 3. LIVRO DIGITAL - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS: REFLEXÕES, PRÁTICAS E SUGESTÕES

*Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo.*

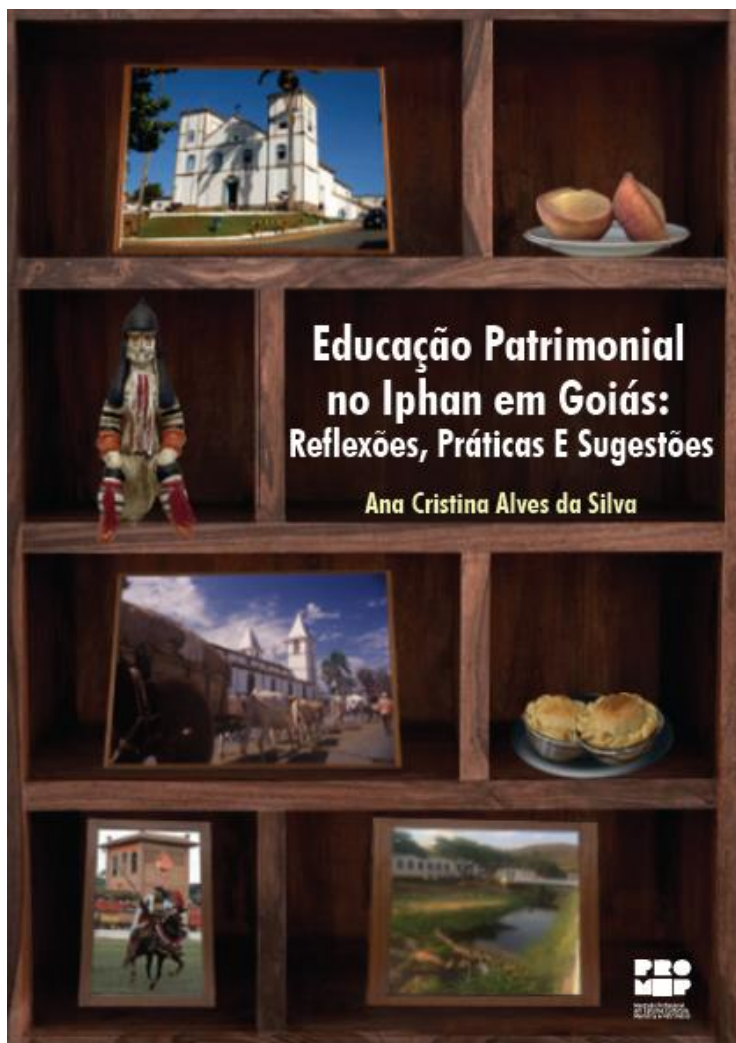
*Sonia Rampim Florêncio*

Nesse item, é tratado o produto final, um livro em formato digital, a ser elaborado mediante a pesquisa realizada. Diante disso, primeiramente, é abordado o formato definido para o referido produto e, posteriormente, indica-se o público-alvo a qual esse está destinado. E, por último, a discussão centra-se em qual repercussão se espera que o material tenha sobre o público-alvo.

#### 3.1 Apresentação e formato do produto

Considerando a modalidade do Programa em questão ser um mestrado de natureza profissional, o trabalho final envolve, além do relatório técnico, a elaboração de um produto. Nesta perspectiva, assim como no Mestrado Acadêmico, no Mestrado Profissional, também deve acontecer “a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social” (RIBEIRO, 2005, p. 15). Portanto, é nessa direção que o produto final, um livro em formato digital intitulado *Educação Patrimonial no Iphan Em Goiás: reflexões, práticas e sugestões*, foi pensado e materializado.

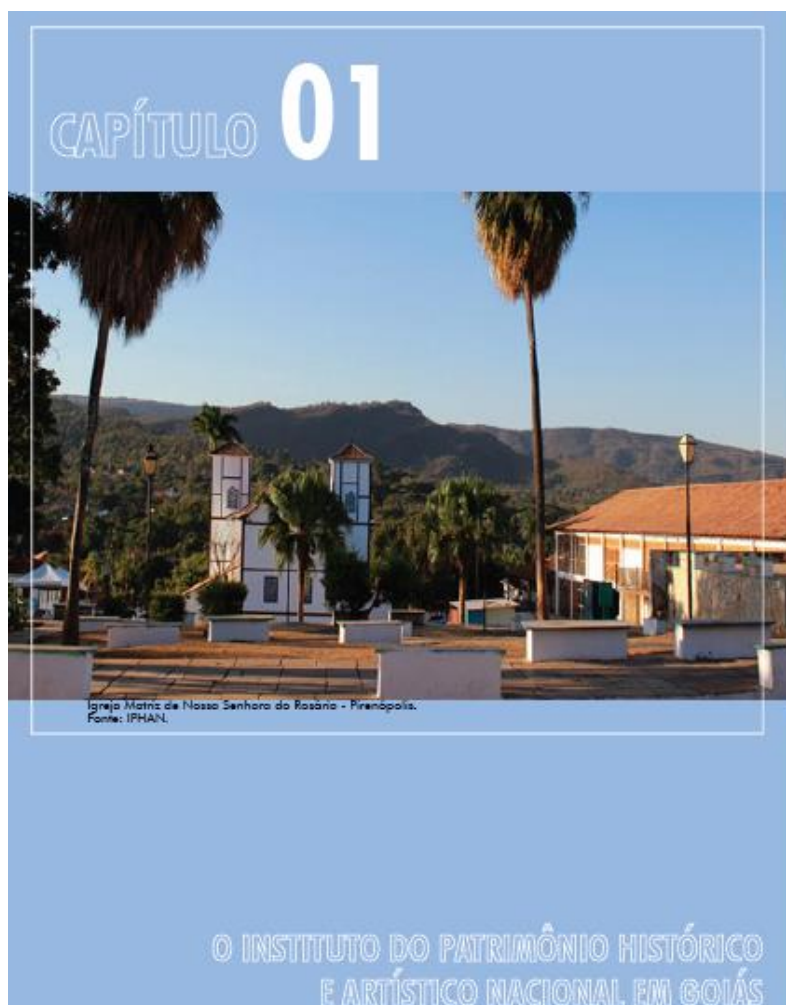
Nesse sentido, as informações selecionadas para compor o produto final foram obtidas a partir da realização da pesquisa no Iphan-GO. O objetivo do material é apresentar a concepção de termos centrais da pesquisa, tais como: Patrimônio cultural, Educação patrimonial, Casas do patrimônio. Além disso, objetiva-se sistematizar os resultados do estudo, apresentar as referências culturais goianas abordados nos projetos e ações de educação patrimonial desenvolvidos pelo Iphan-GO e ter no livro um material no sentido de apoio pedagógico para a formulação da prática nos ambientes de educação formal, bem como informal

**Figura 21:** Capa do livro digital

**Fonte:** Livro (produto), 2022.

O acesso ao arquivo do material poderá se dar a partir de diferentes dispositivos tais como um computador, tablet, celular e estará disponível no site do Programa de pós-graduação em *stricto sensu* Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). Outro ponto de flexibilidade observada, além da forma de acesso, é a do referido formato garantir que o texto se adapte ao leitor, ao permitir mudanças no tamanho da fonte e no seu formato. Este também possibilita que o leitor faça marcações que o auxiliaram durante a leitura e no destaque de pontos que considera de maior relevância e/ou que pretende retomar em outro momento.

Logo, o livro dispõe de algumas flexibilidades que podem contribuir para uma maior adesão a leitura do material e gerar o compartilhamento do mesmo. Ademais, tem a vantagem da praticidade ao permitir ser acessado rapidamente pela tela do celular ou de outro dispositivo que tenha disponível. Somado a esse conjunto de fatores, apresenta arquivos considerados leves.

**Figura 22:** Projeto gráfico do capítulo do livro

**Fonte:** Livro (produto), 2022, p. 7.

Por fim, o livro no que diz respeito a sua estrutura organizacional conta com uma divisão de conteúdo em três capítulos ou tópicos. No primeiro, é abordada a trajetória do Iphan em Goiás, localizando geograficamente sua sede e Escritórios Técnicos. A segunda parte é dedicada à trajetória institucional da educação patrimonial no Iphan, principalmente em Goiás. Destaca-se, nesse tópico, o Projeto Casas do Patrimônio como marco institucional da educação patrimonial no Iphan, sobretudo o desdobramento da proposta na jurisdição do Iphan em Goiás, a partir das Casas do Patrimônio de Pirenópolis, Cidade de Goiás e Goiânia. Do mesmo modo, aborda-se a sistematização dos dados obtidos com o levantamento e a análise das ações em educação patrimonial promovidas pela superintendência em questão. Por último, na terceira parte do livro, são elencadas discussões para realização de uma educação patrimonial que prime e pretenda ser dialógica, democrática e transversal.

### 3.2. Público-alvo

O produto proposto, o livro em formato digital ou e-book, tem como público-alvo o Iphan-GO, a comunidade escolar e o público em geral. O Iphan – GO, em função da sua missão institucional que gira entorno da preservação, valorização e usufruto do patrimônio cultural, no caso específico pela sociedade goiana, portanto, demanda frequentemente que realize reflexões e auto avaliações sobre suas práticas. Essa necessidade está centrada no peso e na influência das decisões tomadas pela instituição sobre o que deve e acontece com o patrimônio cultural nessas distintas comunidades.

Ainda em relação ao público ao qual o livro será destinado, tem-se a comunidade escolar, não somente relativa às instituições de ensino do município de Goiás, Pirenópolis e Goiânia, locais em que o Iphan-GO se faz mais presente a partir dos Escritórios Técnicos e a Sede do Iphan em Goiás, bem como mediante as Casas do Patrimônio. Assim, o material também é direcionado aos docentes e diretores, a comunidade escolar em geral de outras unidades de ensino que estão localizadas fora dessa delimitação geográfica.

A seleção deste público acontece, visto que a escola é compreendida como um espaço de formação e mobilização social. Aliás, a escolha relaciona-se também à necessidade de ampliar o volume quantitativo e qualitativo das ações educativas de educação patrimonial no ensino formal, sobretudo sobre os pilares das novas discussões introduzidas acerca do conceito e da prática desde sua projeção na década de 80. Além disso, atribui-se aos professores o papel de mediadores e também multiplicadores das ações de educação patrimonial nas escolas e comunidades. Logo, possam trabalhar com seus alunos de forma crítica para que esses identifiquem e preservem o que consideram como suas referências.

Outro ponto que justifica a escolha de tal público é o entendimento de que essas ações não precisam necessariamente partir de uma iniciativa de algum órgão de preservação, como o Iphan, mas que as propostas podem e também devem ser promovidas pelos docentes em suas escolas de atuação. Para mais, o professor pode contar e aproveitar dessa característica transversal e interdisciplinar que a educação patrimonial tem e, portanto, da possibilidade da inserção do tema junto aos conteúdos apresentados na grade curricular. Por último, mas não menos importante é a necessidade de as escolas apreciarem as experiências cotidianas que os estudantes dessas e outras cidades têm em relação a uma diversidade de referências culturais. Essas que são elencadas a partir da percepção ou do que estes estudantes e professores consideram ou/e têm como seus patrimônios culturais.

Ainda em relação ao público selecionado, destacam-se os pesquisadores e demais interessados sobre a educação patrimonial. Para eles, o material pode ser interpretado e utilizado como um suporte para ter acesso de modo sistematizado às discussões atualizadas sobre a temática. Nesse sentido, almeja sensibilizá-los para a necessidade de reafirmação de uma educação patrimonial dialógica e transversal, que considera a diversidade das referências culturais goianas e brasileiras. Assim, espera-se que as discussões e abordagens presentes no livro colaborem para que os estudos e os projetos continuem avançando nessa direção.

### **3.3 o impacto esperado na comunidade**

O impacto esperado com a elaboração e a circulação do produto é que em relação ao Iphan em Goiás ele se apresente como um material que contribua para a auto avaliação do órgão no que tange à prática e às discussões da educação patrimonial na instituição. Assim, espera-se que não a coloque como um apêndice nas ações de gestão do patrimônio, mas fortaleça e enfatize a educação patrimonial como processo a partir dos projetos elaborados, que, portanto, devem ser construídos junto à comunidade desde os primórdios da totalidade das ações voltadas ao patrimônio cultural.

Por sua vez, que o material atue frente à comunidade escolar da rede de ensino local no sentido de sensibilizar e como inspiração, sobretudo para os docentes. Anseia que estes se sintam estimulados para o desenvolvimento e execução de ações de educação patrimonial. Espera-se que assim, os professores façam uso do livro para promover propostas visando primeiro identificar junto com os alunos o que eles consideram como o seu patrimônio cultural e, posteriormente, trabalhar com eles a preservação, a valorização e a sensibilização para com o patrimônio cultural. Ademais, que essas ações consigam introduzir as novas discussões pautadas acerca da educação patrimonial que pretende o diálogo e a transversalidade, em uma perspectiva que permita assim visualizar a diversidade cultural e tenha um viés democrático abrindo espaço para os debates.

Espera-se que o livro, portanto, seja lido e sensibilize esses indivíduos e passe a ter nestes uma rede multiplicadora da educação patrimonial ao dar continuidade no processo em seus espaços de atuação. Dessa maneira, colaborando para que as ações educativas comecem a ser mais volumosas e satisfatórias na rede de ensino local, pública e privada. Para mais, que não se sintam obrigadas a desenvolver uma proposta, mas que primeiramente consigam ter um

pouco da dimensão da relevância da prática no que tange a educação formal para só então propor algo que impacte também na vida de seus alunos.

Com efeito, para o público que eventualmente tenha contato com o material, dentre eles pesquisadores e demais interessados pelo tema, espera-se que o impacto do produto se configure como estímulo para o aprofundamento das pesquisas acerca da temática. Nesta perspectiva, almeja que o livro seja um suporte de informações sobre a educação patrimonial em âmbito institucional e de sensibilização para ações entorno do patrimônio cultural.

Quanto ao impacto e potencialidade do produto no quesito preservação do patrimônio esse atua de forma indireta e em etapas nesse sentido. Primeiramente aguarda-se que ele consiga tanto sensibilizar, como inspirar os docentes que por ventura tenha acesso ao livro. Em um segundo momento que ao realizar esse processo com os educadores, os mesmos levem uma proposta de educação patrimonial para sua escola de atuação ou trabalhem em conjunto com colegas se valendo da interdisciplinaridade do tema e proponham juntos um projeto para aplicar com suas turmas. Logo, que os estudantes e os envolvidos saiam do processo com reflexões críticas e tocados pela necessidade de preservar e valorizar o que entendem como suas referências culturais. Quando essa operação ocorre mesmo de maneiras singelas o indivíduo passa a zelar deste seja pela memória e/ou identidade que evocam para eles próprios ou para suas famílias.

A potencialidade do material para a preservação do patrimônio cultural também está posta no que concerne a auto avaliação que o Iphan-GO pode fazer a partir do contato com o livro. Assim no tocante a essa movimentação feita pelo órgão, pode surgir na promoção das ações educativas e projetos desenvolvidos por este um alcance maior em níveis de impacto e efetividade sobre a preservação, valorização, usufruto do patrimônio cultural pela sociedade, em função do material abordar concepções atualizadas da educação patrimonial. Por fim, espera-se que a circulação do produto ocorra em primeiro momento entre o público-alvo a partir de meios digitais de acesso e que esses se interessem em compartilhar tal material para que outros venham a acessá-lo.

## 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

*Fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.*

*Paulo Freire*

Neste item, é abordada a proposta de aplicação do produto, isto é, o livro digital - Educação patrimonial no Iphan em Goiás: reflexões, práticas e sugestões. Nesse sentido, primeiramente é apresentado o Manual de uso do referido produto. Em seguida, a proposta de aplicação na comunidade participante e, por último, como se dará a devolutiva para a comunidade.

### 4.1 Manual de uso do Produto

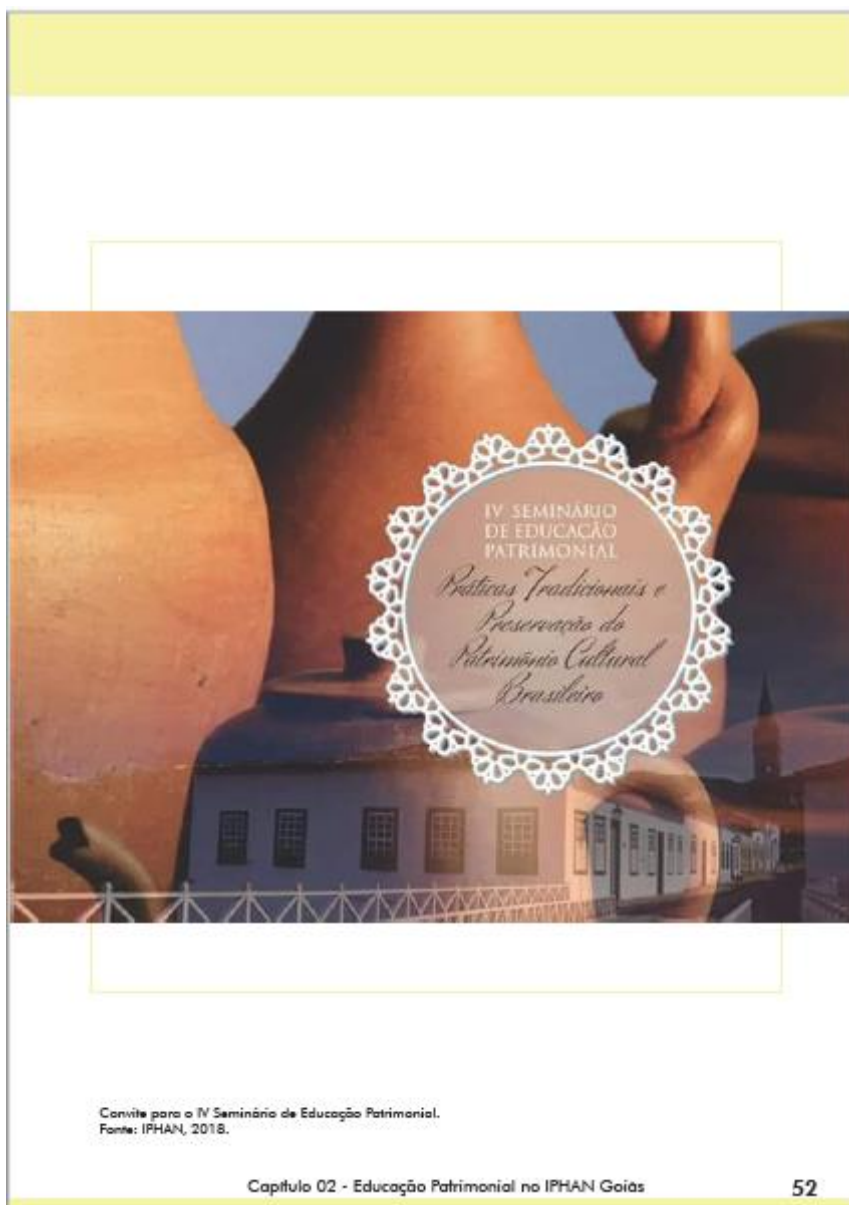
O livro foi idealizado com intuito de apresentar a comunidade os resultados da pesquisa que consistiu no levantamento e análise das ações de educação patrimonial promovidas pelo Iphan em Goiás. Assim, o material traz a sistematização das informações coletadas e analisadas, bem como são relacionadas discussões para realização de uma educação patrimonial que prime e pretenda ser dialógica, democrática e transversal. Para tanto, o conteúdo do livro foi organizado de modo a trazer ao leitor a trajetória da educação patrimonial no Brasil, evidenciando as mudanças que o campo e a conceituação experimentaram.

Com efeito esse material foi organizado para auxiliar na elaboração de experiências mais satisfatórias de educação patrimonial. Assim, procura ser um produto com uma linguagem objetiva e de fácil compressão para que chegue de forma homogênea a todos que foi destinado, os técnicos do Iphan, a comunidade escolar, em especial aos professores, pesquisadores e demais pessoas que possam se interessar em aprofundar seus conhecimentos. Aliás, o produto visa promover e estimular, sobretudo a reflexão de pontos atualmente considerados importantes para uma ação educativa suficiente e libertadora e aqui defendida.

Nesse sentido, o livro pode ser definido e entendido como um suporte para os professores desenvolverem ações de educação patrimonial nas escolas em que atuam, atentas ao seu caráter transversal, no diálogo e na sua função democrática. Enquanto que para o Iphan, torna-se um apoio no sentido de ser um material com um conteúdo que permite que o órgão reavalie e reflita sobre como tem sido conduzida a educação patrimonial institucionalmente. Já

para os pesquisadores, é uma forma de sensibilizar esses sobre a necessidade de aprofundar e continuar a falar sobre uma educação patrimonial dialógica, democrática e transversal.

**Figura 23:** Página do livro com imagem de convite analisado



**Fonte:** Livro (produto), 2022, p 52.

Todavia, para um uso satisfatório desse material, é necessária uma leitura cuidadosa e reflexiva. Mas, especialmente estar disposto a rever a partir da mesma o tratamento dado e a forma que é aplicada a educação patrimonial, e principalmente considerando os sujeitos como protagonistas dentro desse processo. Para tanto, ele foi pensado para que facilmente fosse acessado e estivesse próximo da realidade atual. Logo, optou-se pelo formato digital, assim produzindo condições para que sua leitura seja realizada no notebook ou mesmo do celular.

## 4.2 Proposta de aplicação na comunidade participante

O livro digital, *Educação patrimonial no Iphan em Goiás: reflexões, práticas e sugestões*, desenvolvido a partir da referida pesquisa, foi idealizado para ser aplicado, especialmente junto à comunidade escolar da cidade de Goiás e ao Iphan. O material permite que ambos realizem reflexões sobre a prática e possam propor experiências mais satisfatórias para os sujeitos envolvidos nestes processos. Assim, não se propõe ser um manual para elaboração de ações de educação patrimonial, mas sim um suporte ou melhor um material que venha estimular a pensar a educação patrimonial tendo em vista a diversidade, e pretendendo construir uma ação transversal, democrática e dialógica. Embora, também possa ser explorado por pesquisadores da área em pauta e já anunciada no título da obra.

**Figura 24:** Página do livro de ações realizadas no projeto Conhecer para Preservar



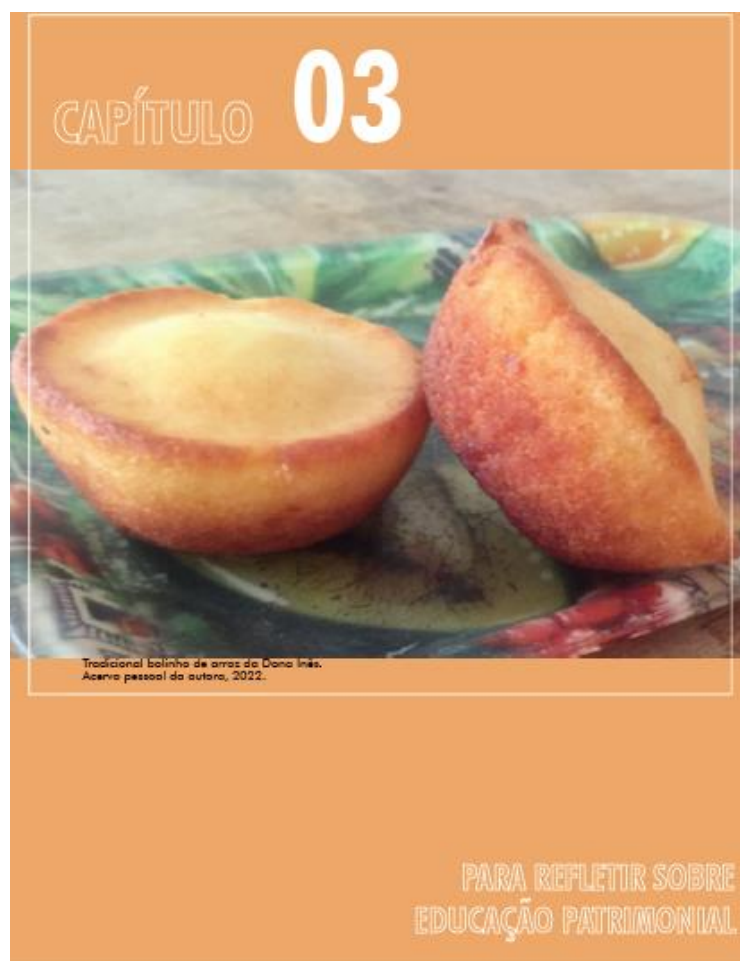
Fonte: Livro (produto), 2022, p. 34.

Para tanto, o livro foi organizado em três capítulos levando em conta estes aspectos aqui considerados primordiais para a elaboração e execução de uma ação educativa no campo do patrimônio que seja significativa para os sujeitos envolvidos nas propostas.

No primeiro item, *O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás* são abordados como indicado, questões particulares do órgão de proteção patrimonial em nível federal no tocante a sua atuação no Estado de Goiás. Assim, o conteúdo desse tópico dá destaque a trajetória do Iphan na jurisdição, e apresenta a sede da superintendência, bem como suas ramificações, que são os Escritórios Técnicos.

O segundo item, por sua vez, intitulado *Educação patrimonial no Iphan Goiás*, primeiramente discorre sobre a trajetória institucional da educação patrimonial e acerca do Projeto Casas do Patrimônio. Após, são apresentados alguns dados e análises referentes às Casas do Patrimônio em Goiás e das ações de educação patrimonial promovidas pelo Iphan em Goiás que foram levantadas durante as pesquisas.

**Figura 25:** Capítulo 3- para refletir sobre educação patrimonial



**Fonte:** Livro (produto), 2022, p. 61.

O último item, *Para refletir sobre educação patrimonial*, traz esse seu conteúdo algumas discussões que atualmente são pensadas no campo da educação patrimonial e que aqui são defendidas: o reconhecimento da diversidade cultural, a necessidade de uma escuta acurada, tendo o sujeito como protagonista dentro do processo e, por fim, a construção de ações com caráter transversal, democrático, dialógico e porque também não decolonial.

O último item, *Para refletir sobre educação patrimonial*, traz esse seu conteúdo algumas discussões que atualmente são pensadas no campo da educação patrimonial e que aqui são defendidas: o reconhecimento da diversidade cultural, a necessidade de uma escuta acurada, tendo o sujeito como protagonista dentro do processo e, por fim, a construção de ações com caráter transversal, democrático, dialógico e porque também não decolonial.

As informações contidas no livro serão disponibilizadas, sobretudo aos professores e técnicos do Iphan e poderão ser utilizadas como um material que facilitará a reflexão acerca da prática. Uma característica que se encontra favorecida neste por ser apresentada de forma sistematizada, com análises, exemplos de ações já aplicadas e facilmente acessado até mesmo de um smarhpone.

#### **4.3 Devolutiva para a comunidade**

Ao realizar um trabalho com o patrimônio cultural é importante levar em conta a necessidade de apresentar uma devolutiva. Assim, foi produzido um livro digital que oferece uma sistematização do mapeamento e análise das ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan em Goiás, assim como discussões para refletir sobre a educação patrimonial.

Pensando na contribuição dos servidores e ex servidores do Iphan em Goiás para a construção da pesquisa, propõe-se uma devolutiva envolvendo o órgão. Essa consiste em um momento, para ser mais preciso, uma reunião na qual almeja reunir todos os entrevistados para a divulgação do livro digital, quando será possível discutir sobre o tema e a pesquisa a partir de diferentes olhares. O momento acontecerá virtualmente, visando facilitar o encontro e a participação desses indivíduos.

Posteriormente, essa devolutiva será voltada a comunidade escolar da Cidade de Goiás, especialmente aos alunos e professores. Primeiramente, será organizado um momento/evento, convidando a comunidade escolar para participar. Na ocasião será apresentado o material e discutida as possibilidades da educação patrimonial no ensino formal. No segundo, momento o livro será enviado ao maior número de escolas e pessoas possíveis para que possam realizar a leitura cuidadosa do material.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se a partir deste trabalho discutir a educação patrimonial atentando-se às mudanças conceituais, a sua institucionalização, aos marcos legais, referenciais e institucionais pelos quais a prática passou e/ou construiu, no sentido de compreender como essa foi praticada na jurisdição do Iphan em Goiás, sobretudo desde a implantação do Projeto Casas do Patrimônio até os dias atuais. Do mesmo modo, levou-se em consideração as mais recentes discussões apresentadas no campo do Patrimônio Cultural e propriamente dito da educação patrimonial, que repousa sobre a ideia de um processo, cujo os participantes dentro desde são considerados protagonistas.

Objetivava-se de igual modo, mediante à pesquisa, ao levantamento e às análises propostas para esse trabalho desenvolver uma ação de educação patrimonial na Cidade de Goiás com os estudantes do Colégio Lyceu de Goyaz. No entanto, não foi possível realizar essa, em função do longo período marcado pela pandemia do Covid-19 que exigiu distanciamento social, e cumprimento de alguns protocolos de segurança. Logo, inviabilizou a execução da proposta. Os esforços se concentrando nas entrevistas, no mapeamento e na análise da documentação.

Outra dificuldade enfrentada também em decorrência da pandemia do Covid-19 que exigiu entre outras providencias, o distanciamento social, foi a realização da pesquisa nos arquivos e biblioteca do Iphan. Foi necessário recorrer a abertura de um protocolo junto ao Iphan-GO para que eles disponibilizassem alguns destes documentos que tivessem digitalizados. Consequentemente, não realizar a pesquisar nos arquivos dificultou o acesso a algumas informações sobre os projetos executados, a exemplo da avaliação destas ações. Outra dificuldade também encontrada foi conseguir agenda com os entrevistados. Assim, uma série de problemáticas impossibilitando a coleta de um número maior de informações.

Apesar dessas dificuldades, a partir da identificação, levantamento e análise dos projetos e ações de educação patrimonial promovidas pelo Iphan em Goiás, desde as primeiras desenvolvidas pela superintendência, foram identificadas ações com significativa longevidade, a exemplo disso tem-se o projeto *Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer*, o mais longo e também a primeira proposta executada pelo Iphan em Goiás. Uma ação voltada para o patrimônio material, em especial edificado em conformidade com a ideia que se tinha sobre o patrimônio cultural no momento e trazendo em sua essência muito do que será visto e compreendido como educação patrimonial posteriormente com a influência do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999).

Outras ações educativas como indicado também se mostraram duradouras, o que indica a noção de processo, mas isso por si só, como visto não garante um projeto satisfatório, no sentido de impactar e promover reflexão crítica nos sujeitos envolvidos. Isto é, necessita estar em consonância com noções da educação patrimonial que priorizem e permitam entender os indivíduos como protagonistas e suas diferentes compreensões do que seja patrimônio cultural. Cabe dizer, que as ações levantadas e analisadas foram aquelas que se constituíram em projeto e/ou tiveram um maior nível de estruturação, mas também havendo a ocorrência de oficinas, palestras, exposições e outros que trabalharam com a ideia de educação patrimonial.

Aliás, observou-se um aumento expressivo de propostas no ano de 2009 em conformidade com a implantação oficial das primeiras Casas do Patrimônio no país. Mas, não indicando de forma significativa uma ligação direta com o funcionamento das Casas no Estado de Goiás, inclusive existindo poucas menções sobre as atividades das Casas em Goiás. Deve-se lembrar neste ponto, que a proposta em nível nacional por vezes foi enfraquecida, em função da ausência de aparatos legais e mudanças políticas que impactavam o funcionamento institucional do Iphan. Além do mais, de forma unânime, os entrevistados, servidores e ex servidores da superintendência que atuaram no órgão antes do projeto, ressaltaram que em Goiás já se trabalhava com uma concepção próxima da que o Projeto Casas do Patrimônio trazia.

Assim, pode-se dizer que para o Iphan em Goiás ao adotar o supracitado projeto estava-se validando o que já vinha sendo feito, no entanto, pouco alterava a dinâmica desse, pois se tinha a concepção que já se estava trabalhando nessa direção. Apresentando assim, como uma hipótese também para as modestas referências as atividades das Casas do Patrimônio no Estado. Vale salientar, que algumas superintendências do órgão do mesmo modo não se debruçaram de forma tão nítida sobre esse. Em relação à noção de rede do patrimônio que se desejava criar, não tinha uma estrutura mínima para ser desenvolvida. Dentre outros elementos fulcrais, destacam-se a desmobilização frente aos eventos promovidos com esse fim e o compartilhamento insuficiente de informações entre as casas. Nesse sentido, cabe dizer, será o quanto o Iphan está preparado para atuar em redes?

Em meio a essas situações, a Portaria nº 13, de abril de 2016 que estabelece as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio representou uma grande conquista para o referido projeto e um folego a mais para assegurar a existência do mesmo institucionalmente. Mas, ainda hoje é uma proposta que necessita de uma adesão geral ou maior para que seja aproveitado em sua total potencialidade e assim, consiga produzir resultados satisfatórios.

Por outro lado, especialmente após esse momento, ou seja, da implantação das Casas do Patrimônio, oficialmente as ações do Iphan em Goiás apresentaram uma abordagem do patrimônio cultural mais preocupada com as diferentes dimensões patrimoniais, ou a diversidade. Nesse sentido, deve-se levar em conta que em 2000 ocorreu a publicação do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 que entre outras providências instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial, logo, incorrendo em um olhar mais atento agora para essa categoria do patrimônio cultural. Assim, compreende-se que a diversidade tratada nestas ações educativas esteja muito mais ligada às discussões internas do Iphan que introduzem a partir de então de modo mais afincado o patrimônio imaterial em suas distintas práticas, do que propriamente dito as novas concepções de educação patrimonial que englobam tantas outras questões, para além do compromisso com a diversidade.

No que se refere ao aumento no número de ações compreende-se que a temática acerca da educação patrimonial passou a receber maior atenção institucional, visto que após a reestruturação do Iphan em 2009, o órgão perdeu sua principal interface com a sociedade, no caso, os museus com a criação do Ibram. Diante dessa demanda que crescia com a saída dos museus, o órgão se voltou a educação patrimonial com mais afincado para fechar essa lacuna e assim acabou por ampliar o número de projetos executados naquele período com o endosso do patrimônio imaterial que na ocasião já vivenciava um marco legal. Logo, produzindo nessas propostas uma contemplação maior da diversidade.

Outro ponto que chama atenção nestes projetos de educação patrimonial desenvolvidos neste período de estudo, é a predominância da execução destes em determinadas cidades sobre a jurisdição do Iphan em Goiás. Em sua maioria, as propostas foram implantadas nas cidades históricas, especialmente na Cidade de Goiás, só então, após uma consolidação e nem sempre como uma regra, o projeto era realizado em outra localidade. Municípios sem patrimônio instituído poucas vezes foram atendidos com esse tipo de ação educativa, algumas das ocasiões que isso aconteceu foi mediante o *Projeto Portas e Janelas Vão se Abrir* que inclusive foi elaborado e realizado com objetivo de responder essa problemática. Esse direcionamento para os conjuntos urbanos tombados acaba por favorecer em conformidade com o espaço geográfico ações voltadas ao patrimônio edificado, enquanto que o imaterial que majoritariamente é observado fora destes espaços fica em um segundo plano. Todavia, aqui não se pretende dizer que elas não devem considerar o patrimônio material em detrimento do imaterial, mas que os próprios sujeitos possam dizer o que para eles é patrimônio cultural.

Para tanto, continua-se favorecendo a educação formal nestes processos, poucas são as que atendem a educação informal e, do mesmo modo, o processo de escuta permanece um fator que merece mais cuidado. A educação patrimonial demanda essa escuta, uma construção que junto à sociedade a leve a refletir e pensar criticamente sobre suas referências culturais e os conflitos que permeiam esse campo e as estruturas sociais brasileiras. Questões sem as quais dificilmente desenvolverá uma ação educativa democrática e dialógica, e por que não decolonial. Ademais, as ações que evidentemente tinham a pretensão de se repousar sobre essas discussões atuais acerca da educação patrimonial com mais afinco, infelizmente não conseguiram ter sucesso, em razão da pandemia do covid -19, que ainda hoje, é uma realidade cotidiana.

Nesse sentido, acredito que a educação patrimonial deve partir do protagonismo dos detentores das referências culturais e de um processo de escuta acurado dos gestores culturais, evitando assim, cair na velha armadilha de um processo de cima para baixo, onde os gestores se consideram os detentores do conhecimento válido sobre os bens culturais.

Por fim, vale lembrar que os resultados dessa pesquisa em questão foram sistematizados e deram origem a um livro digital, que além dessas informações traz um capítulo totalmente dedicado às atuais discussões acerca da educação patrimonial, com o objetivo de promover a reflexão acerca da prática. Assim, é uma devolutiva e um material destinado, especialmente a comunidade escolar e ao Iphan. Ademais, é necessário pontuar que nem todas as problemáticas levantadas foram respondidas ao final desta pesquisa, portanto, é preciso ainda se debruçar sobre o tema pretendendo responder essas e outras questões e trazer novas considerações sobre o que foi discutido nesse referido estudo.

## REFERÊNCIAS

### 1. Listagem dos acervos e fontes

#### Documentos do Iphan-GO

IPHAN. **Símbolo do art déco de Goiânia (GO)**, Estação Ferroviária tem restauração concluída. 2019. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5070> > Acesso em: 01 de setembro de 2021.

IPHAN. **Goiás (GO) sedia seminário sobre Práticas Tradicionais e Preservação do Patrimônio Cultural**. 2018. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4791>> Acesso em 25 de agosto de 2021.

IPHAN. **O Iphan em Goiás**. 2015. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1077> > Acesso em: 23 de junho de 2021.

IPHAN. **Superintendência do Iphan em Goiás**. 2015. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/go> > Acesso em: 19 de junho de 2021.

IPHAN. **Casas do Patrimônio**. Portal Iphan-Go, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em: 30 set. 2019.

IPHAN. **Carta de Serviço ao Cidadão**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCidadadaweb.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

VII CONCURSO de Redação - **Arte Popular: linguagens e leituras que reinventam nosso patrimônio** – Cidade de Goiás: IPHAN/VILA ESPERANÇA, 2013. 1 Vídeo documentário.

IPHAN. **Cidade de Goiás realiza II Seminário de educação patrimonial**. 2013. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/422>> Acesso em: 26 de agosto de 2021.

IPHAN. **Relatórios de Gestão**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/942> > acesso em: 10 de janeiro de 2021.

IPHAN. Região centro oeste. In: GALVÃO, Marcos Antônio Pereira (Org.). **Casas do Patrimônio**, Brasília, 2010, p. 34-38.

IPHAN. In. PIRES, Selma Oliveira Bastos. **Educação Patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra te quero!**. IPHAN, Goiânia, 2010.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_CartaDeNovaOlinda\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_CartaDeNovaOlinda_m.pdf). Acesso em: 10 abril 2021.

IPHAN/COPEDOC. Programa de gestão documental do Iphan. In: LIMA, Francisca Helena Barbosa; POPE, Zulmira Canário (Orgs.). **5 Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN**. IPHAN, Rio de Janeiro, 2008

IPHAN. In. LEONEL, Maria Elisa de Moraes; VASQUES, Claudia Marina de Macedo; FERREIRA, Maria Cristina Portugal. **Conhecer para Preservar- Preservar Para Conhecer**: um projeto de educação patrimonial. IPHAN, Brasília, 1995.

IPHAN. **Iphan inaugura nova sede em Goiânia (GO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5569>. Acesso em: 23 mar. 2021.

IPHAN. **Superintendências em Goiás**. Portal Iphan-Go. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/go>. Acesso em: 30 set. 2019.

### Outros acervos e fontes

A' margem do progresso. Jornal da Cidade de Goiás (GO), Cidade de Goiás, p. 1, 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 28 maio 2021.

MPGO. **Projeto Estrada de Ferro – Goiandira**. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/goiandira>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SEDUC/GO. **Viva e Reviva Goiás**. Cidade de Goiás. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/educacao/especiais/vivaereviva/goias/escola.asp>. Acesso em: 08 set. 2021.

### Legislação

BRASIL. Decreto n.º 6.844, de 7 de maio de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Brasília. 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/busca?search\\_query=Decreto+n.%C2%BA+6.844%2C+de+7+de+maio+de+2009&do\\_search=y&buscar=buscar](http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=Decreto+n.%C2%BA+6.844%2C+de+7+de+maio+de+2009&do_search=y&buscar=buscar) Acesso em: 15 de jul de 2021.

BRASIL. Decreto n.º 5.040, de 7 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Brasília. 2004. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/busca?search\\_query=Decreto+n.%C2%BA+5.040%2C+de+7+de+abr+de+2004&do\\_search=y&buscar=buscar](http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=Decreto+n.%C2%BA+5.040%2C+de+7+de+abr+de+2004&do_search=y&buscar=buscar) Acesso em: 23 de ago de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília. 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/busca?search\\_query=Decreto-Lei+n.+25%2C+de+30+de+novembro+de+1937&do\\_search=y&buscar=buscar](http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=Decreto-Lei+n.+25%2C+de+30+de+novembro+de+1937&do_search=y&buscar=buscar) Acesso em: 22 de fev de 2021.

IPHAN. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Eleva a educação patrimonial a processo institucional na Política de Patrimônio Cultural Material. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao?pagina=2> Acesso em: 29 de outubro de 2021.

IPHAN. Portaria nº. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_137\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf) Acesso em: 14 de julho de 2021.

IPHAN. Portaria nº 29, de 16 de janeiro de 2014. Dispõe sobre os acordos de cooperação técnica. Brasília, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_N\\_29\\_de\\_16\\_de\\_janeiro\\_de\\_2014.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_N_29_de_16_de_janeiro_de_2014.pdf) Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

IPHAN. Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao?pagina=7> Acesso em: 18 de novembro de 2021.

IPHAN. Portaria nº. 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases do licenciamento ambientais com os estudos arqueológicos. Brasília, 2002. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_230\\_de\\_17\\_de\\_dezembro\\_de\\_2002.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf) Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

### **Acervo fotográfico**

Acervo fotográfico da pesquisadora

Acervo fotográfico de Edinéa de Oliveira Angelo

### **Outros acervos fotográficos**

IPHAN. **IV Seminário de educação patrimonial**. 2018. 1 Convite. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4791> > Acesso em: 05 de setembro de 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DE GOIÁS. **Encerramento do IV Seminário de Educação Patrimonial**. Cidade de Goiás, 2018. Disponível em: <http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/2018/09/06/encerramento-do-iv-seminario-de-educacao-patrimonial/>. Acesso em: 09 set. 2021.

IPHAN. **Casa do Patrimônio em Pirenópolis**. 2015. 1Fot. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/441> > Acesso em: 13 de out. 2021.

IPHAN. **Casa do Patrimônio em Goiânia**. 2015. 1Fot. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5569>. Acesso em: 23 mar. 2021.

IPHAN. **Seminário de Educação patrimonial homenageia Cora Coralina**. 2014. 1 Convite. Disponível em < <https://www.aredacao.com.br/cultura/46776/seminario-de-educacao-patrimonial-homenageia-cora-coralina> > Acesso em: 07 de setembro de 2021.

IPHAN. **II Seminário de educação Patrimonial**. 2013. 1 Convite. Disponível em < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/8\\_2%20Cidade%20de%20Goi%C3%A1s%20realiza%20II%20Seminar%C3%A1rio%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial-AQUI.jpg](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/8_2%20Cidade%20de%20Goi%C3%A1s%20realiza%20II%20Seminar%C3%A1rio%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial-AQUI.jpg) > Acesso em: 08 de setembro de 2021.

VII CONCURSO de Redação - **Arte Popular: linguagens e leituras que reinventam nosso patrimônio** – Cidade de Goiás: IPHAN/VILA ESPERANÇA, 2013. 1 Vídeo documentário.

IPHAN. In. PIRES, Selma Oliveira Bastos. **Educação Patrimonial: memória e identidade da Cidade de Goiás – Patrimônio pra te quero!**. IPHAN, Goiânia, 2010.

IPHAN. In. LEONEL, Maria Elisa de Moraes; VASQUES, Claudia Marina de Macedo; FERREIRA, Maria Cristina Portugal. **Conhecer para Preservar- Preservar Para Conhecer: um projeto de educação patrimonial**. IPHAN, Brasília, 1995.

### Listagem de pessoas entrevistadas

Ana Paula Carvalho;

Beatriz Otto de Santana;

Edinéa de Oliveira Angelo;

Genilda da Silva Alexandria Sousa;

Héllen Batista Carvalho;

Salma Saddi Warres de Paiva;

## 2. Bibliográfica

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Márcio. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 34-48.

ALEXANDRIA, Genilda da Silva. **Narrativas de patrimônio e percepções culturais sob a ótica da cultura visual**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Mestrado – da Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás, 2011.

ALVES, Heliana de Moraes; FIGUEIREDO, Lauro César. A prática da Educação Patrimonial: uma experiência no município de Restinga Sêca/RS. In: TOLENTINO, Atila Bezerra [et al] (Org.). **Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade**. João Pessoa: Iphan, 2014, p. 18-24.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: O uso e o mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-73.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. Em: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, pp. 89-117, 2013.

BAIMA, Carlúcio de Brito. **A Educação patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato**: reflexões e contribuições. 2016. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.

BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez./2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

CASCO, Ana C. A. J. Sociedade e Educação Patrimonial. 2005. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.Do?id=526>> Acesso em: 15 de novembro de 2021.

CAVALCANTE, Silvio; CAVALCANTE, Neusa. **Barro, Madeira e Pedra**: Patrimônios de Pirenópolis, Brasília, IPHAN, 2019.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial**, nº 3, Iphan, jan./fev. 2006.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museus, memória, educação e patrimônio. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia/IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, Rio de Janeiro: Iphan, vol. 1, nº 1, 2004

CHUVA, Márcia (2020). **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial**: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35.  
<https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In REIS, Alcenir Soares dos & FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Patrimônio Imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p.25-49.

CHUVA, Márcia Regina R. A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política. In: REZENDE, Maria Beatriz. Et al. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1º ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CHUVA, Marcia. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012, p. 147-166.

DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: A invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade"**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 11, n. 23, jan./jun. 2005, p. 113-143.

DEMARCHI, João Lorandi. **Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial**. 2020. Dissertação (mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – São Paulo, 2020.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio material, patrimônio imaterial: Dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto. (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2012, p. 181-189.

FLORÊNCIO, S.R. Política de Educação Patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. São Paulo: **Revista CPV**, n. 27, edição especial, 2019, p. 55-89.

FLORÊNCIO, S.R.. **Educação Patrimonial: Inventários participativos**. IPHAN, Brasília, 2016.

FLORÊNCIO, S.R.. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. IPHAN, Brasília, 2015, p. 21-30.

FLORÊNCIO, S.R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOT, R. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)> Acesso em: 30 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Márcio. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. n. 02, p. 111-120, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan: Museu Imperial, 1999.

LISITA, Nilda Lopes de Oliveira. **Educação patrimonial na cidade de Goiás: vinte anos de experiência na escola de ensino fundamental da rede pública estadual**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto, 2009. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 01, 2012.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: A problemática dos lugares**. Tradução de Yara Khoury. In: Revista Proj. História, PUC/São Paulo, v. 10, dez. de 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Educação Patrimonial no Iphan: análise de uma trajetória**. **Rev. CPC**, São Paulo, n.27, edição especial, 2019, p. 32-54.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **A Cidade de Goiás como Patrimônio Cultural Mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2016.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. **História Oral**, v. 8, n.1, 2005, p. 91-106.

OLIVEIRA, Cléo A. P. de. Educação Patrimonial no Iphan. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Diretoria de Formação Profissional, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília: 2011, p. 01-131.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Cassia Maria de. **O Projeto Viva e Reviva Goiás e suas contribuições para a Educação Patrimonial em Goiás (1999-2010)**. Relatório Técnico (Mestrado Profissional). Cidade de Goiás, PROMEP/UEG, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009a, p. 23-72.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 11, 2005, p. 8-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Denise S.; FRANÇA, Maria P. S. G. S. A. A pesquisa documental sócio-histórica. In: MARCONDES, Maria Inês; TEXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde A (Orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010, p. 55-74.

RUBINO, Silvana. Mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional**, v. 24, p.97-105, 1996.

RUBINO, S. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1992. 206 f. (Dissertação) Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009a, p. 23-72.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: Vozes, Narrativas e Textos. In: **Cadernos de História da Educação**, n. 6, 2007, p. 191-201.

SILVEIRA, Flávio Leonal Abreu da; BEZERRA, Marcia. **Educação patrimonial**: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra, 2007. P. 81-97. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/442>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. **Um mapa para outros fazeres**: Territórios educativos e patrimônio cultural. Rio de Janeiro: 2014. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto Histórico e Artístico Nacional.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. São Paulo: **Revista CPV**, n. 27, edição especial, 2019, p. 14 - 31.

SCIFONI, Simone. **Inventários Participativos como direito à memória e ao Patrimônio cultural**. In: V Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa Políticas de acervo – coleta, preservação, descarte. São Paulo: Universidade de São Paulo/museu de Arte Contemporânea, v. 1. p. 25-41, 2018.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural**: Educação Patrimonial. IPHAN, Brasília, 2015, p. 21-30.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ (org) Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TAMASO, Isabela. **Em Nome do Patrimônio**: Representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás. 2007. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2007.

THOMPSON, PAUL. A entrevista. In: **A voz do passado**: História oral. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 254-279.

THOMPSON. Analucia; SOUZA, Igor Alexandre Nascimento de. A educação patrimonial no âmbito da política nacional de patrimônio cultural. In: BRAGA, Emanuel Oliveira; TOLENTINO, Atila Bezerra. (Org.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 12-24. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf). Acesso em: 18 de nov 2021.

TOLENTINO, Atila. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Revista Sillogés**, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 41-61, 2018.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, Emanuel Oliveira; TOLENTINO, Atila Bezerra. (Org.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 39-48. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf). Acesso em: 27 set. 2020.

WICHERS, Camila Moraes. Museus, ações educativas e prática arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. *Museologia e interdisciplinaridade*, vol. 2, nº 6, março/abril 2015.

**ANEXOS**

## **ANEXOS**

Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Eleva a educação patrimonial a processo institucional na Política de Patrimônio Cultural Material.

Portaria nº. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

Portaria nº. 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases do licenciamento ambientais com os estudos arqueológicos.

Roteiro de Entrevistas

## INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

*Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.*

**A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017 e,

Considerando o disposto no art. 20, Inciso I, anexo I, do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, e que diz respeito à necessidade de formulação da Política Setorial de Preservação do Patrimônio Cultural Material no âmbito do Iphan;

Considerando o disposto nos artigos 5º, LXXIII; 20, X; 23, I, III e IV; 24, VII e VIII; 30, IX; e 182, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o disposto na Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado; na [Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais](#); na [Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural](#); na [Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial](#); e na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;

Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; no Decreto-Lei no 3.866, de 29 de novembro de 1941; na Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961; na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965; na Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000; na Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986; na Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998; no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000; na [Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015](#) e na Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015;

Considerando o disposto no Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010;

Considerando o disposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007;

Considerando, especialmente, a [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#); a [Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural](#); e a [Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras](#), resolve:

**Art. 1º** Fica instituída a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do Iphan, a ser implementada de acordo com os princípios, premissas, objetivos, marcos referenciais e diretrizes previstos nesta Portaria.

Parágrafo único. Por patrimônio cultural material entende-se o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

## TÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS DA PPCM

#### CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS DA PPCM

**Art. 2º** As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da PPCM devem ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I. Princípio da Humanização. A preservação do patrimônio cultural material deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana;

II. Princípio da Indissociabilidade. Não deve haver separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e as comunidades que os tem como referência;

III. Princípio da Ressignificação. Constantemente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado;

IV. Princípio da Responsabilidade Compartilhada. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o patrimônio cultural material;

V. Princípio da Colaboração. A preservação do patrimônio cultural material exige a colaboração e cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade;

VI. Princípio da Participação Ativa. Deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material;

VII. Princípio da Atuação em Rede. A gestão do patrimônio cultural material ganha escala e qualidade quando estabelece redes entre instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação;

VIII. Princípio do Desenvolvimento Sustentável. A geração atual deve ser capaz de suprir suas necessidades, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações;

IX. Princípio da Integração. O meio ambiente é fruto da interação do conjunto de elementos naturais e culturais, que propiciam o desenvolvimento da vida em todas as suas formas;

X. Princípio do Direito à Cidade. Todos têm direito a um ambiente urbano que garanta o usufruto da estrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva;

XI. Princípio do Acesso Equitativo. Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente;

XII. Princípio da Precaução. Não se pode intervir em um bem cultural material patrimonializado antes de demonstrar que a ação não será adversa ao bem;

XIII. Princípio da Prevenção. Deve ser garantindo o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar os bens culturais materiais patrimonializados;

XIV. Princípio da Reparação. Todo dano sofrido por um bem cultural material patrimonializado, sempre que possível, deverá ser reparado;

XV. Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais. O reconhecimento e a consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural são a base de uma Política justa e equânime;

XVI. Princípio da Transversalidade. Há necessidade de articulação e de envolvimento harmonizado de todas as políticas setoriais que influenciam ou dizem respeito ao patrimônio cultural

material;

XVII. Princípio do Direito à Informação. O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural material deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade; e

XVIII. Princípio do Direito ao Controle Social. O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM.

## **CAPÍTULO II – DAS PREMISSAS DA PPCM**

**Art. 3º** São premissas da PPCM:

I. As ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material devem compreender e considerar o Presente;

II. As ações e atividades devem considerar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural;

III. As ações e atividades devem partir da leitura do território e da compreensão das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais ali existentes;

IV. As ações e atividades devem buscar promover a articulação institucional com diferentes níveis de governo e sociedade;

V. As ações e atividades devem buscar estimular o fortalecimento de grupos sociais para preservação do seu próprio patrimônio cultural material; e

VI. As ações e atividades devem buscar articular com os entes federados e demais órgãos e entidades componentes do Estado Brasileiro, na construção de instrumentos de compartilhamento e de delimitação de atribuições relativas à preservação dos bens protegidos.

## **CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS DA PPCM**

**Art. 4º** A PPCM tem caráter orientador, estratégico e operacional, e busca promover de forma coerente e concertada a preservação do patrimônio cultural material.

**Art. 5º** São objetivos específicos do PPCM:

I. Qualificar, ampliar e integrar as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural material;

II. Estabelecer práticas para a elaboração participativa dos instrumentos de preservação, de forma a ampliar a legitimidade perante os grupos sociais locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada do patrimônio cultural material;

III. Considerar as práticas e instrumentos da preservação desenvolvidos ou sugeridos pelo Comitê do Patrimônio Mundial e pela Comissão Cultural do Mercosul;

IV. Precisar os entendimentos institucionais visando a definição de conceitos específicos aplicáveis à preservação do patrimônio cultural material; e

V. Fortalecer a preservação do patrimônio cultural material de povos e comunidades tradicionais, enquanto grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória do país.

## **TÍTULO II**

### **DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS**

**Art. 6º** As ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material estão organizadas a partir dos seguintes processos institucionais:

- I. Educação Patrimonial
- II. Identificação
- III. Reconhecimento
- IV. Proteção
- V. Normatização
- VI. Autorização
- VII. Avaliação de Impacto
- VIII. Fiscalização
- IX. Conservação
- X. Interpretação, Promoção e Difusão

§ 1º. A Educação Patrimonial, em função de seu caráter transversal, deve contribuir para a construção participativa dos demais processos de preservação do patrimônio cultural material;

§ 2º. Os processos de Identificação, Reconhecimento e Proteção correspondem a formas da Patrimonialização de um bem cultural material;

§ 3º. Os processos de Normatização, Autorização, Avaliação de Impacto, Fiscalização, Monitoramento e Conservação correspondem a formas de Vigilância do patrimônio cultural material; e

§ 4º. Os processos de Interpretação, Promoção e Difusão correspondem a formas de Interação com o patrimônio cultural material.

## **CAPÍTULO I – DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

**Art. 7º** Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades.

**Art. 8º** A Educação Patrimonial, em função de seu caráter transversal, deve acompanhar todas as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural material.

**Art. 9º** A Educação Patrimonial, contemplando os processos educativos formais e não formais, colabora com:

- I. A construção participativa e democrática do conhecimento;
- II. A criação de canais de interlocução com a sociedade;
- III. A participação efetiva da sociedade nos processos de preservação;
- IV. O respeito à diversidade cultural;
- V. A articulação institucional, e
- VI. A compreensão do papel do Estado e da PPCM.

**Art. 10.** São instrumentos de Educação Patrimonial associados aos processos do patrimônio cultural material:

- I. O Inventário Participativo;
- II. As Redes do Patrimônio; e
- III. O Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

Parágrafo único. A existência de instrumentos específicos associados ao processo de Educação Patrimonial não impede que sejam utilizados, para cumprimento de seus objetivos, outros instrumentos, ferramentas, procedimentos e metodologias quando estes se apresentarem mais adequados ao objeto ou natureza da ação de preservação a ser executada.

## **CAPÍTULO II – DA PATRIMONIALIZAÇÃO DE UM BEM CULTURAL MATERIAL**

### **Seção I - Da Identificação**

**Art. 11.** O objetivo da Identificação é localizar, conhecer e caracterizar os bens culturais materiais.

**Art. 12.** São instrumentos de Identificação dos bens culturais materiais:

- I. Os Inventários de Conhecimento;
- II. Os Estudos Temáticos ou Técnicos;
- III. Os Dossiês de Candidatura;
- IV. As Pesquisas Arqueológicas; e
- V. O Cadastro de Bens Arqueológicos.

§ 1º A existência de instrumentos específicos associados ao processo de Identificação não impede que sejam utilizados, para cumprimento de seus objetivos, outros instrumentos, ferramentas, procedimentos e metodologias quando estes se apresentarem mais adequados ao objeto ou natureza da ação de preservação a ser executada.

§ 2º Os Inventários de Conhecimento não se configuram, de per se, como instrumentos de Proteção, mas integram iniciativas voltadas à produção de conhecimento que podem ou não redundar em medidas de proteção;

§ 3º Os Inventários de Conhecimento serão considerados como instrumentos de Proteção apenas quando expressamente definido em norma própria, que deverá estabelecer os efeitos sobre os bens arrolados ou inventariados;

**Art. 13.** O Iphan realizará ações e atividades de Identificação com as seguintes finalidades:

- I. Identificar a presença de bens culturais materiais significativos para grupos formadores da sociedade brasileira e que reflitam a diversidade cultural no território;
- II. Produzir informação, documentação e conhecimento sobre os ambientes socioculturais relacionados aos bens culturais materiais;
- III. Subsidiar a gestão do patrimônio cultural material e a definição de outras políticas públicas de preservação;
- IV. Produzir conteúdo como subsídio às ações e atividades de Patrimonialização, Vigilância e Interação do patrimônio cultural material;
- V. Produzir conteúdo como subsídio à instrução de processos de reconhecimento do patrimônio cultural material em âmbito nacional e de reconhecimento de bens nacionais em âmbito

internacional;

VI. Subsidiar a articulação institucional com diferentes níveis de governo e sociedade civil para a implantação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural material; e

VII. Subsidiar a mobilização de grupos sociais para o conhecimento, documentação, valorização do seu patrimônio cultural material.

**Art. 14.** As ações e atividades de Identificação dos bens culturais, a serem realizadas, geridas ou contratadas pelo Iphan, devem utilizar o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Parágrafo único: A critério do Iphan, as informações resultantes de outras ações e atividades de identificação de bens culturais, realizadas a partir de outras metodologias, podem compor o banco de dados do SICG.

**Art. 15.** As ações e atividades de Identificação devem contar com a participação social e serem construídos ou executados em diálogo com as demais instituições dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Art. 16.** As ações e atividades de Identificação de bens imóveis devem considerar os bens móveis e integrados quando existentes, bem como a documentação pertinente.

**Art. 17.** As ações e atividades de Identificação devem privilegiar recortes temáticos, cronológicos ou territoriais e refletir sobre a representatividade local, regional e nacional, evidenciando os atributos e características do bem material, podendo, ou não, resultar em medidas de proteção ou em instrumentos de gestão territorial.

**Art. 18.** Os bens culturais imóveis, do ponto de vista territorial e relacional, podem assumir as seguintes configurações:

I. Bem isolado, quando a sua materialidade compreende um componente em uma unidade territorial;

II. Bem integrado, quando a sua materialidade compreende um componente coeso ou interligado a outro bem;

III. Bem em conjunto, quando a sua materialidade compreende a associação de vários componentes em uma unidade territorial;

IV. Bem seriado, quando a sua materialidade compreende a associação de vários componentes distribuídos em diferentes unidades territoriais;

V. Bem transfronteiriço, quando a sua materialidade ultrapassa os limites do território nacional; e

VI. Bem seriado transnacional, quando a sua materialidade ultrapassa os limites de mais de um território nacional.

## Seção II – Do Reconhecimento

**Art. 19.** O objetivo do Reconhecimento é explicitar os valores e a significação cultural atribuídos aos bens materiais.

**Art. 20.** O tombamento é instrumento de Reconhecimento aplicável a quaisquer bens culturais de natureza material, móveis e imóveis.

**Art. 21.** São instrumentos de Reconhecimento para categorias específicas de bens culturais materiais:

I. O Cadastro, a ser aplicado aos bens arqueológicos;

II. A Valoração, a ser atribuída aos bens ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.;

III. A Chancela, a ser aplicada às Paisagens Culturais; e

IV. A Declaração, a ser aplicada aos Lugares de Memória;

§ 1º. A escolha do instrumento de Reconhecimento a ser adotado deve considerar os valores identificados.

§ 2º. Os procedimentos para o Reconhecimento dos Lugares de Memória serão normatizados por portaria específica.

**Art. 22.** As ações e atividades de Reconhecimento decorrem das ações de Identificação e devem orientar-se à compreensão de bens culturais referenciais às comunidades locais, mas com representatividade, significação ou importância:

I. Nacional, quando envolver o País;

II. Regional, quando envolver mais de uma Unidade da Federação;

III. Estadual, quando envolver uma Unidade da Federação ou Mesorregião; e;

IV. Municipal; quando envolver um ou mais municípios de uma mesma Unidade da Federação ou Microrregião.

**Art. 23.** Quando finalizadas, as ações e atividades de Reconhecimento devem indicar a representatividade, significação ou importância dos bens culturais identificados.

**Art. 24.** As ações e atividades de Reconhecimento devem considerar a participação social, bem como, especialmente, os bens portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

**Art. 25.** Para a priorização dos bens a reconhecer e proteger, e o consequente planejamento das ações e atividades subseqüentes, o Iphan adotará as Listas Indicativas.

Parágrafo único. Os procedimentos para a elaboração das Listas Indicativas serão normatizados por portaria específica.

### Seção III - Da Proteção

**Art. 26.** O objetivo da Proteção é tutelar o patrimônio cultural material.

**Art. 27.** São instrumentos de Proteção do patrimônio cultural material:

I. O Tombamento, aplicável aos bens materiais em geral;

II. O Cadastro, aplicável aos bens arqueológicos;

III. A Valoração, aplicável aos bens ferroviários da extinta RFFSA; e

IV. A Proibição de exportação, aplicável às obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico.

**Art. 28.** O Iphan realizará a Proteção de bens culturais materiais com as seguintes finalidades:

I. Evitar a descaracterização, deterioração ou destruição de bens culturais materiais;

II. Impedir a evasão de bens culturais materiais móveis; e

III. Garantir à sociedade o direito de conhecer, interpretar e interagir com os bens culturais materiais.

**Art. 29.** O Iphan protegerá pelo instrumento do tombamento os bens previstos no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, desde que possuidores de representatividade, significação ou importância nacional; e resultantes de processos culturais.

**Art. 30.** O Iphan deve evitar proteger, pelo instrumento do tombamento:

- I. Os bens materiais que não sejam passíveis de fruição cultural;
- II. Os conjuntos dito completos de obras de artistas ou arquitetos; e
- III. Bens ligados à memória ou vida de personalidades que não estejam relacionados a processos sociais de interesse coletivo.

Parágrafo único: Por passíveis de fruição cultural entende-se aqueles bens fisicamente acessíveis e capazes de permitir que algum grupo social os usufrua.

**Art. 31.** As ações e atividades de Proteção de bens culturais materiais devem atender a, pelo menos um, dos seguintes critérios de seleção:

1. Critério I: Representar a capacidade criativa dos grupos formadores da sociedade brasileira, com expressivo nível simbólico ou expressivo grau de habilidade artística, técnica ou científica;

2. Critério II: Representar um evidente intercâmbio de ideias e valores dos grupos formadores da sociedade brasileira;

3. Critério III: Representar uma tradição cultural viva ou desaparecida que exemplifica grupos formadores da sociedade brasileira;

4. Critério IV: Representar ou ilustrar um estágio significativo de grupos formadores da sociedade brasileira;

5. Critério V: Representar a interação humana com o meio ambiente, com expressivo nível simbólico ou expressivo grau de habilidade artística, técnica ou científica;

6. Critério VI: Representar modalidades da produção artística oriunda de um saber advindo da tradição popular e da vivência do indivíduo em seu grupo social;

7. Critério VII: Representar modalidades da produção artística que se orientam para o registro ou representação de eventos, com expressivo valor simbólico, da história nacional;

8. Critério VIII: Representar modalidades da produção artística ou científica que se orientam para a criação de objetos, de peças e/ou construções úteis ao brasileiro em sua vida cotidiana.

**Art. 32.** Ao longo dos processos de Reconhecimento e de Proteção, deve se buscar a construção de Pacto de Preservação.

Parágrafo único: O Pacto de Preservação consagra os entendimentos gerados sobre o propósito e efeitos do instrumento adotado e sobre os problemas e desafios a serem enfrentados, a partir da participação ou compromisso com as instituições e agentes políticos, econômicos, sociais e culturais interessados e impactados pela proteção.

**Art. 33.** Do Pacto de Preservação deve decorrer a configuração de diretrizes para a elaboração ou atualização de instrumentos de atuação, bem como os papéis a serem desempenhados pelos diversos órgãos públicos, instituições e agentes, no âmbito da gestão compartilhada.

**Art. 34.** Do Pacto de Preservação deve decorrer, ainda, os princípios e diretrizes que subsidiem os processos e ações de Normatização e Conservação.

### CAPÍTULO III – DA VIGILÂNCIA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

**Art. 35.** Entende-se por Vigilância, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, a obrigação disposta ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, de exercer atenção permanente em relação ao patrimônio cultural material protegido.

### **Seção I - Da Normatização**

**Art. 36.** O objetivo da Normatização é regular os procedimentos, definir parâmetros e estabelecer sistemas de gestão que garantam a preservação do patrimônio cultural material.

Parágrafo único. No caso de bens imóveis tombados, a normatização buscará definir práticas e procedimentos que orientem a compreensão dos bens tombados em seus territórios de inserção para estabelecer diretrizes com vistas a subsidiar as atividades de autorização, fiscalização, conservação e gestão dos bens protegidos.

**Art. 37.** São instrumentos de Normatização e Gestão do patrimônio cultural material:

- I. As Diretrizes de Preservação;
- II. As Normas de Preservação; e
- III. Os Planos de Gestão.

Parágrafo único. As Diretrizes de Preservação serão consideradas como instrumentos de gestão da preservação quando aprovadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no âmbito dos processos de tombamento

**Art. 38.** O Iphan realizará ações e atividades de Normatização com as seguintes finalidades:

- I. Regulamentar práticas e procedimentos que objetivem a preservação do patrimônio cultural material protegido;
- II. Estabelecer atitudes reflexivas sobre o bem cultural material e o contexto onde está inserido;
- III. Definir, de forma clara e objetiva, os critérios de preservação, buscando construir com os órgãos públicos, instituições e agentes locais uma leitura integrada e atualizada do território onde se localizam os bens materiais protegidos;
- IV. Estabelecer práticas para a construção participativa das normas de preservação, de forma a garantir sua legitimidade, apropriação perante as comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada dos bens materiais protegidos, dando efetividade ao Pacto de Preservação; e
- V. Integrar as práticas de elaboração das normas de preservação aos instrumentos e processos de proteção e contribuir com as atividades de rotina da fiscalização, autorização e conservação.

**Art. 39.** O processo de construção das normativas deve buscar integrar os valores patrimoniais a um marco mais abrangente de desenvolvimento que respeite e dialogue com contexto local, partir da realidade do território onde está inserido o bem material protegido e estruturar-se de acordo com o seguinte conteúdo:

- I. Marcos legais vigentes;
- II. Valores, atributos e características a serem preservados;
- III. Objetivos da norma;
- IV. Áreas e/ou setores de preservação, quando aplicável;

- V. Diretrizes gerais de preservação;
- VI. Critérios específicos de preservação; e
- VII. Condições de aplicabilidade, operacionalização e monitoramento da norma.

## Seção II - Da Autorização

**Art. 40.** O objetivo da Autorização é estabelecer um conjunto de princípios, práticas e procedimentos que regulem a atividade administrativa vinculada à permissão ou autorização de exploração, circulação, manipulação ou intervenção em bens protegidos.

**Art. 41.** São instrumentos de Autorização e Gestão do patrimônio cultural material protegido em âmbito federal:

- I. A aprovação de intervenções em bens tombados e nas respectivas áreas de entorno, quando couber;
- II. A aprovação de intervenções em bens ferroviários valorados;
- III. A autorização de exportação temporária de obras de arte e ofícios tradicionais, produzidos no Brasil até o fim do período monárquico;
- IV. A autorização de exportação temporária de bens culturais móveis tombados;
- V. A autorização de exportação temporária de bens arqueológicos;
- VI. A autorização para a movimentação de bens arqueológicos em território nacional;
- VII. A autorização para remessa de material arqueológico para análise no exterior;
- VIII. A permissão e autorização de pesquisa arqueológica; e
- IX. A manifestação sobre pesquisa em áreas que contenham bens submersos.
- X. A autorização de exportação temporária de obras de arte e ofícios tradicionais, oriundas de Portugal e incorporadas ao meio nacional durante os regimes colonial e imperial.
- XI. A autorização de exportação temporária de obras de arte e ofícios tradicionais (pintura, escultura e artes gráficas) que, embora produzidas no estrangeiro até o fim do período monárquico, representem personalidades brasileiras ou relacionadas com a História do Brasil, bem como paisagens e costumes do País.

**Art. 42.** O Iphan realizará ações e atividades de Autorização com as seguintes finalidades:

- 1. Efetivar os princípios da Precaução e da Prevenção;
- 2. Controlar a circulação de bens culturais protegidos;
- 3. Participar do combate ao tráfico ilícito de bens culturais; e
- 4. Disciplinar a pesquisa em bens arqueológicos.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento, monitoramento e avaliação das atividades de Autorização, o Iphan manterá o Sistema de Fiscalização e Autorização, *fiscalis*.

## Seção III – Da Avaliação de Impacto

**Art. 43.** O objetivo da Avaliação de Impacto ao patrimônio material, no âmbito do Licenciamento Ambiental, é garantir a preservação do patrimônio cultural, por meio do

estabelecimento de um conjunto de princípios, práticas e procedimentos.

Parágrafo único. Devem se submeter ao processo de avaliação, as atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais acautelados em âmbito federal, nos termos da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015 e da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

**Art. 44.** São instrumentos de avaliação de impacto ao patrimônio material, no âmbito do Licenciamento Ambiental:

- I. Ficha de Caracterização de Atividade (FCA);
- II. O Termo de Referência Específico (TRE);
- III. O Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE);
- IV. O Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador (TCAC);
- V. A Avaliação de Impacto aos Bens Acautelados em Âmbito Federal;
- VI. A Avaliação de Potencial de Impacto aos Bens Arqueológicos;
- VII. A Avaliação de Impacto aos Bens Arqueológicos;
- VIII. Acompanhamento Arqueológico;
- IX. Programa de Salvamento Arqueológico;
- X. Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados;
- XI. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico; e
- XII. Programa Integrado de Educação Patrimonial.

**Art. 45.** O Iphan deve realizar ações e atividades de avaliação de impacto no patrimônio material no âmbito do Licenciamento Ambiental com as seguintes finalidades:

1. Preservar os bens materiais acautelados, passíveis de impactos causados por atividades ou empreendimentos em processos de Licenciamento Ambiental;
2. Compatibilizar procedimentos de preservação do patrimônio cultural material ao desenvolvimento socioeconômico; e
3. Efetivar os princípios da Prevenção, da Prevenção e da Reparação de danos em processos de Licenciamento Ambiental.

§ 1º. Nos processos de Licenciamento Ambiental, o Iphan só irá se manifestar conclusivamente sobre o impacto, positivo ou negativo, nos bens acautelados em âmbito federal.

§ 2º. Nos processos de Licenciamento Ambiental, quando observada a necessidade de intervenção ou possibilidade de impacto em bem tombado ou na sua respectiva área de entorno, o Iphan deve aplicar, conjuntamente com a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015, a Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

#### **Seção IV - Da Fiscalização**

**Art. 46.** O objetivo da Fiscalização é estabelecer um conjunto de princípios, práticas e procedimentos que regulem e subsidiem o poder de polícia institucional e o acompanhamento das ações de Vigilância.

**Art. 47.** São instrumentos de Fiscalização e Gestão do patrimônio cultural material, aqueles destinados a controlar, vigiar e acompanhar os bens protegidos em âmbito federal, a saber:

- I. Os Planos de Fiscalização;

II. Os Procedimentos de Fiscalização; e

III. As Diretrizes de Fiscalização.

**Art. 48.** A regulamentação dos instrumentos de Fiscalização deverá ser objeto de Portaria específica.

**Art. 49.** O Iphan realizará ações e atividades de Fiscalização com as seguintes finalidades:

1. Prevenir irregularidades face à preservação do patrimônio cultural material, buscando a perspectiva do diálogo com a sociedade;

2. Evitar a ocorrência de condutas lesivas ao patrimônio cultural material protegido;

3. Evitar a ocorrência de condutas lesivas e irregularidades no comércio de obras de arte e antiguidades;

4. Acompanhar a execução de pesquisas em bens arqueológicos;

5. Controlar a gestão dos sítios arqueológicos;

6. Controlar a gestão dos acervos arqueológicos presentes nas Instituições de Guarda e pesquisa;

7. Controlar a circulação de bens culturais protegidos;

8. Acompanhar e subsidiar as ações de combate ao tráfico ilícito de bens culturais; e

9. Promover a reparação dos danos cometidos ao patrimônio cultural material protegido.

Parágrafo único. Para desenvolvimento e avaliação das atividades de Fiscalização, o Iphan manterá o Sistema de Fiscalização e Autorização, *fiscalis*, e o Cadastro de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades, CNART.

**Art. 50.** As ações e atividades de Fiscalização devem buscar o envolvimento social, mediante ações de divulgação e de sensibilização.

## Seção V - Da Conservação

**Art. 51.** O objetivo da Conservação é preservar os valores e a significação cultural do patrimônio cultural material protegido.

**Art. 52.** São instrumentos de Conservação e Gestão do patrimônio cultural material:

I. As Diretrizes de Conservação;

II. Os Planos de Conservação; e

III. Os Diagnósticos e projetos específicos.

**Art. 53.** O Iphan realizará ações e atividades de Conservação com as seguintes finalidades:

I. Preservar os valores que determinaram a tutela do bem;

II. Estimular a adoção sistemática de hábitos e práticas preventivas voltados à manutenção e a conservação do patrimônio cultural material;

III. Otimizar os investimentos públicos, fomentando ações articuladas e colaborativas com entes públicos e privados; e

IV. Instituir parâmetros, estratégias e procedimentos para avaliação e redução de riscos

ao patrimônio cultural material.

**Art. 54.** Quando da realização de ações de Conservação o Iphan deve buscar:

I. Qualificar as intervenções, considerando a necessidade de adequação do patrimônio cultural material às necessidades contemporâneas, visando garantir seu uso e sua apropriação social;

II. Valorizar os sistemas e técnicas tradicionais e os detentores dos saberes relacionados a essas práticas, fomentando o conhecimento, aperfeiçoamento tecnológico e a qualificação de profissionais;

III. Registrar e disseminar o conhecimento gerado a partir das ações de conservação; e

IV. Fomentar a atuação em rede entre instituições públicas e privadas e profissionais da área de conservação, com vistas à ampliação do campo de conhecimento e atuação e ao desenvolvimento de pesquisas de tecnologia e inovação.

**Art. 55.** As ações e atividades de Conservação, buscando contribuir para a sustentabilidade dos bens protegidos, devem:

I. Garantir a participação social;

II. Considerar sua contribuição para possibilidades de geração de renda para as comunidades locais, a preservação das diversas formas de manifestações culturais e práticas sociais relacionadas aos bens protegidos;

III. Fomentar os usos tradicionais, o uso habitacional e demais usos que apoiem e incentivem a permanência, nas imediações do bem, da população em suas rotinas diárias; e

IV. Agregar soluções que visem à eficiência energética, à diminuição da geração de resíduos e ao uso de materiais e técnicas que minimizem o impacto ao meio ambiente.

#### **CAPÍTULO IV – DA INTERAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL**

**Art. 56.** Entende-se por Interação a obrigação imposta ao Poder Público de coletivizar as informações e conteúdos relacionados aos bens culturais sob sua tutela.

**Art. 57.** O objetivo da Interpretação, Promoção e Difusão do patrimônio cultural de natureza material protegidos é:

I. Possibilitar acesso e fruição ao patrimônio cultural material;

II. Articular as diversas formas de decodificação de informações relativas ao patrimônio cultural material;

III. Propiciar a compreensão dos bens culturais materiais, especialmente, in situ;

IV. Facilitar a interface entre os saberes técnicos e científicos e os grupos sociais; e

V. Destacar e colocar em evidência os bens culturais materiais.

**Art. 58.** São espaços passíveis de ações de Interpretação, Promoção e Difusão do patrimônio cultural material:

I. Os Bens Culturais protegidos;

II. Os Canteiros de Obras de bens culturais protegidos;

III. Os Canteiros de Pesquisa Arqueológica;

IV. As Instituições de Guarda e Pesquisa de bens arqueológicos;

V. Os Lugares de Memória;

- VI. Os Museus;
- VII. As Redes do Patrimônio;
- VIII. Os Centros de Interpretação; e
- IX. Os Itinerários Culturais.

**Art. 59.** O Iphan deve realizar ações e atividades de Interpretação, Promoção e Difusão com as seguintes finalidades:

- I. Contribuir para a apropriação e a fruição do patrimônio cultural material;
- II. Ampliar as possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural material;
- III. Disseminar informações qualificadas sobre o patrimônio cultural material;
- IV. Fomentar a integração das dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural;
- V. Conectar as informações de diversos bens de um mesmo contexto;
- VI. Estimular a participação das comunidades e das populações locais; e
- VII. Apoiar o Turismo Cultural com bases sustentáveis.

**Art. 60.** As ações e atividades de Interpretação, Promoção e Difusão devem buscar a participação social, ser direcionados a todos os tipos de públicos e adequadas ao ambiente em que o patrimônio está inserido.

### TÍTULO III

#### DO TRATAMENTO DE TEMAS ESPECÍFICOS

#### CAPÍTULO I - DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DOS POVOS INDÍGENAS

**Art. 61.** Nos termos da Declaração das Nações Unidas, de 13 de setembro de 2007, os povos indígenas têm direito a praticar e revitalizar as suas tradições e costumes culturais. Nele inclui o direito em manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, como lugares arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas.

**Art. 62.** Os povos e pessoas auto identificados como indígenas têm o direito de definir suas próprias prioridades em processos que envolvam a preservação do seu patrimônio cultural material, o que implica no consentimento livre, prévio e informado das comunidades diretamente interessadas.

Parágrafo único. O Iphan, conjuntamente com os povos e pessoas auto identificados como indígenas, definirá programa específico para preservação e gestão do patrimônio cultural material indígena.

**Art. 63.** Em relação ao patrimônio cultural material dos povos e pessoas auto identificados como indígenas cabe ao Iphan, observado o disposto no art. 67:

- I. Preservar as práticas culturais materiais próprias dos povos indígenas;
- II. Adotar medidas de valorização da cultura, da história e da tradição dos povos indígenas no Brasil; e
- III. Consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que alguma ação ou medida possa afetá-los diretamente.

## CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

**Art. 64.** Nos termos do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, entende-se como Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana os grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.

Parágrafo único. Esta conceituação deve se estender aos grupos culturais que tenham em sua tradição matrizes africanas ou afro-ameríndias.

**Art. 65.** Os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana têm direito de definir suas próprias prioridades em processos que envolvam a preservação do seu patrimônio cultural material, o que implica no consentimento livre, prévio e informado das comunidades diretamente interessadas.

Parágrafo único. O Iphan, conjuntamente com os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, definirá programa específico para preservação e gestão do patrimônio cultural material de matriz africana.

**Art. 66.** Em relação ao patrimônio cultural material dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana cabe ao Iphan, observado o disposto no art. 70:

I. Adotar medidas de valorização e interação da cultura, da história e da tradição de matriz africana no Brasil.

II. Participar da identificação dos territórios tradicionais, compreendidos como a base da organização social e da identidade cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

III. Preservar bens que materializem a importância da presença africana para formação do país.

## CAPÍTULO III - DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL QUILOMBOLA

**Art. 67.** Nos termos do art. 216 da Constituição Federal, ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

**Art. 68.** Nos termos do art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º. A identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, compete, nos termos dos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto nº 4.887, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra.

§ 2º. Ao Iphan, quando provocado por órgão competente, cabe opinar sobre o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), produzido pelo Incra.

**Art. 69.** Nos termos do art. 18º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e após a expedição do título de reconhecimento de domínio, caberá à Fundação Cultural Palmares instruir o processo para fins de tombamento dos documentos e os sítios detentores de reminiscências

históricas dos antigos quilombos.

Parágrafo único. O Iphan consultará a Fundação Cultural Palmares quanto à existência do processo mencionados no caput.

**Art. 70.** As ações preservação dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, ainda nos termos do art. 18º do Decreto nº 4.887, serão desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares.

#### **CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

**Art. 71.** Nos termos do art. 20 da Constituição Federal, os sítios arqueológicos e pré-históricos são considerados bens da União.

**Art. 72.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger os bens arqueológicos móveis e imóveis.

**Art. 73.** A preservação dos bens arqueológicos está regulamentada pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que estabelece a guarda e proteção do Poder Público e define que ao Iphan cabe autorizar e fiscalizar a execução de projetos de pesquisa arqueológica em todo o País, bem como monitorar a circulação de bens arqueológicos.

Parágrafo único. Para cumprir com sua missão, o Iphan deve contar com a parceria de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos.

**Art. 74.** As pesquisas arqueológicas devem resultar na produção de conhecimento por meio de documentação detalhada, assim como na identificação e caracterização de sítios e seus elementos.

§ 1º O Iphan deve priorizar a preservação in situ.

§ 2º As pesquisas realizadas em acervos ou coleções devem resultar na produção de documentação técnico-científica, que será, igualmente, preservada.

**Art. 75.** O reconhecimento de sítios arqueológicos ocorre por meio da homologação de seu cadastro no SICG.

§ 1º. Cabe ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do Iphan a responsabilidade de homologar os dados referentes ao patrimônio arqueológico no SICG.

§ 2º. O cadastro de sítios arqueológicos no SICG equipara-se ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos ou ao Cadastro dos Monumentos Arqueológicos do Brasil, previsto no Art. 27 da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

§ 3º. Os critérios e procedimentos para a homologação de sítios arqueológicos serão objeto de Portaria específica, a ser aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

**Art. 76.** Cabe ao Iphan cadastrar e fiscalizar as Instituições de Guarda e Pesquisa que possuam acervos arqueológicos.

**Art. 77.** O CNA deverá encaminhar Relatório anual ao Conselho Consultivo, com o objetivo de informar as atividades realizadas e o número de bens arqueológicos cadastrados como bens da união.

**Art. 78.** Considerando o caráter destrutivo de algumas pesquisas arqueológicas, bem como a vigência da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, apenas em casos excepcionais o instrumento do tombamento será aplicado para a proteção de sítios arqueológicos.

#### **CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO**

**Art. 79.** Nos termos do art. 20 da Constituição Federal, os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.

**Art. 80.** Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei n 4.146, de 4 de março de 1942, os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação e a extração de espécimes fósseis depende da autorização prévia e fiscalização da Agência Nacional de Mineração.

**Art. 81.** Ao Iphan, quando provocado por órgão competente, caberá manifestação sobre a relevância cultural, portanto apropriação humana, de depósitos fossilíferos, sítios ou fósseis paleontológicos existentes no território nacional.

**Art. 82.** Apenas quando constata a existência de valores referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, caberá ao Iphan, utilizando os instrumentos de Reconhecimento e Proteção disponíveis, preservar bens paleontológicos.

## **CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO**

**Art. 83.** Nos termos do art. 20 da Constituição Federal, as cavidades naturais subterrâneas são bens da União.

**Art. 84.** Nos termos do art. 5-B do Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, cabe à União, por intermédio do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, preservar, conservar, fiscalizar e controlar o uso do patrimônio espeleológico brasileiro.

**Art. 85.** Ao Iphan, quando provocado por órgão competente, caberá manifestação sobre a relevância histórico-cultural ou religiosa, portanto apropriação humana, das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

**Art. 86.** Apenas quando constatada a existência de valores referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, caberá ao Iphan, utilizando os instrumentos de Reconhecimento e Proteção disponíveis, preservar bens espeleológicos.

## **CAPÍTULO VII – DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.**

**Art. 87.** Nos termos do art. 9º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, cabe ao Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

**Art. 88.** Os bens reconhecidos como detentores de Valor Artístico, Histórico e Cultural, são considerados Valorados quando inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário.

§ 1º. Cabe à Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário (CAPCF) decidir acerca do Valor Artístico, Histórico e Cultural de bens móveis e imóveis.

§ 2º. Cabe ao Presidente do Iphan homologar a decisão da CAPCF.

**Art. 89.** Os bens inseridos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário gozam de proteção específica, com vistas a promover a preservação e difusão da memória ferroviária.

Parágrafo único. A proteção decorrente da inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário não se equipara a da inscrição em um dos Livros do Tombo definidos pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

**Art. 90.** Por meio de instrumentos de compromisso e cessão, firmados com outros órgãos ou instituições, o Iphan deve estabelecer condições de uso, guarda e conservação dos bens valorados.

**Art. 91.** Os bens inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário poderão ter sua valoração reavaliada a qualquer tempo, pela CAPCF, desde que devidamente motivada.

## **CAPÍTULO VIII – DO PATRIMÔNIO MATERIAL RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE**

**Art. 92.** Considera-se como Patrimônio Material Reconhecido Internacionalmente:

I. Os bens materiais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, nos termos da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco; e

II. Os bens materiais inscritos na Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul, nos termos da Protocolo de Integração Cultural do Mercosul.

**Art. 93.** Os processos relacionados às Candidaturas, ao Reconhecimento e à Preservação do Patrimônio Material Reconhecido Internacionalmente seguem procedimentos e orientações específicos, elaborados, respectivamente, pelo Centro do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; e pela Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul.

**Art. 94.** Os instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil e elaborados para a gestão do Patrimônio Material Reconhecido Internacionalmente, quando alinhados à PPCM, devem ser incorporados à prática cotidiana institucional.

## **TÍTULO IV**

### **DOS SISTEMAS DE GESTÃO DA PPCM**

#### **CAPÍTULO I - DO SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO, SICG**

**Art. 95.** O SICG tem como objetivo colaborar com a gestão dos bens culturais assegurando que os tomadores de decisão, técnicos e sociedade em geral, tenham acesso a informação de qualidade e atualizada, em base informatizada única, acessível via internet, sobre o patrimônio cultural do Brasil.

**Art. 96.** O SICG tem como finalidade atuar como base de cadastro dos bens culturais, constituindo-se como plataforma para uma cartografia do patrimônio cultural nacional.

**Art. 97.** Para a plena execução do PPCM, o Iphan manterá atualizado o SICG, considerado como instrumento estratégico, em termos de interoperabilidade com os demais sistemas de informação do Iphan.

**Art. 98.** O SICG está organizado em três módulos:

1. O de Cadastro, que reúne as informações específicas de cada bem;
2. O de Conhecimento, que contempla as informações que contextualizam os bens;
3. O de Gestão, que relaciona o conjunto de informações sobre os bens culturais sob a ótica da gestão.

**Art. 99.** O SICG, quando se tratar de bens materiais, responderá pelos dados das seguintes categorias:

- I. Dos bens identificados por meio de Inventários de Conhecimento;
- II. Dos bens inscritos nos quatro Livros do Tombo;
- III. Dos bens ferroviários incluídos na lista do Patrimônio Ferroviário;
- IV. Dos bens cancelados como Paisagem Cultural Brasileira;
- V. Dos bens arqueológicos;
- VI. Dos bens materiais incluídos na Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul;
- VII. Dos bens materiais incluídos na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco); e
- VIII. De informações, quando o caso, da situação de desaparecimento, furto ou roubo de bens culturais de natureza material protegidos.

## **CAPÍTULO II - DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO, *fiscalis***

**Art. 100.** O *fiscalis* tem como objetivo automatizar os procedimentos de Autorização e Fiscalização realizados pelo Iphan, assegurando o cumprimento e acompanhamento dos ritos processuais estabelecidos nos atos normativos específicos.

**Art. 101.** O *fiscalis* tem como finalidade propiciar o monitoramento da eficiência e da eficácia do exercício das atividades de autorização e fiscalização, bem como dos procedimentos em si.

**Art. 102.** O *fiscalis* está organizado em quatro módulos:

- I. Planejamento;
- II. Autorização;
- III. Fiscalização; e
- IV. Julgamento.

## **CAPÍTULO III – DO CADASTRO DE NEGOCIANTES DE OBRA E ANTIGUIDADES, CNART**

**Art. 103.** O CNART tem como objetivo receber dados e informações obrigatórias de cadastramento, comunicação e atualização pelos comerciantes e leiloeiros de obras de arte e antiguidades atuantes no país.

**Art. 104.** O CNART tem como finalidade sistematizar base de dados sobre a circulação de bens culturais no comércio e nos leilões do país, complementando as ações do Estado face ao combate ao tráfico ilícito destes bens e à prevenção da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo por meio de obras de arte e antiguidades.

## **TÍTULO V**

### **GLOSSÁRIO**

**Art. 105.** Para fins operacionais da PPCM, entende-se por:

**Acervo** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** Bens culturais móveis isolados, em conjunto ou em coleções, patrimonialmente incorporados por uma pessoa física ou jurídica. **(3)** Pode ser composto por várias coleções e/ou por vários itens.

**Acompanhamento Arqueológico** - **(1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao

patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Implica na presença em campo de Arqueólogo, autorizado pelo Iphan, responsável pelo acompanhamento das ações passíveis de causar impacto no solo, de modo a fazer a gestão do patrimônio arqueológico eventualmente identificado.

**Área de Entorno do bem tombado – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** Poligonal definida pelo Iphan para garantir a visibilidade e ambiência do bem tombado. **(3)** Dispositivo ordenador do Estado na propriedade privada e nos bens pertencentes à União, aos Estados-Membros e aos Municípios, impondo condicionantes que devem guardar relação com a visibilidade e ambiência do bem tombado.

**Área tombada – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** Poligonal definida pelo Iphan para delimitação da proteção do bem cultural imóvel tombado. **(3)** Dispositivo ordenador do Estado na propriedade privada e nos bens pertencentes à União, aos Estados-Membros e aos Municípios, impondo obrigações de preservar e conservar. **(4)** Deve estar perfeitamente definida em função dos valores atribuídos (históricos, artísticos, paisagísticos, arqueológicos e etnográficos) e das características físicas (morfológicas e seu perímetro).

**Avaliação de Impacto aos Bens Acautelados em Âmbito Federal - (1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Consiste em avaliar os impactos positivos ou negativos causados por atividades ou empreendimentos em Bens Culturais Acautelados em Âmbito Federal.

**Avaliação de Impacto aos Bens Arqueológicos - (1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Implica na presença em campo de Arqueólogo, autorizado pelo Iphan, responsável por fazer a avaliação dos impactos diretos e indiretos de atividade ou empreendimento no patrimônio arqueológico. **(3)** Resulta em recomendação das ações necessárias à proteção, à preservação in situ, ao resgate ou à mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico.

**Avaliação de Potencial de Impacto aos Bens Arqueológicos – (1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Implica em avaliar o potencial arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento. **(3)** Resulta em recomendações para a elaboração do projeto executivo de atividade ou empreendimento, inclusive recomendação de preservação in situ, quando couber, minimizando possíveis impactos ao patrimônio arqueológico.

**Bem cultural – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Contempla as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**Bens Culturais Acautelados em Âmbito Federal. (1)** Entendimento aplicável ao Licenciamento Ambiental. **(2)** Contempla os bens culturais protegidos pela Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961; os bens tombados nos termos do Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937; os bens registrados nos termos do Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000; e os bens valorados nos termos da Lei no 11.483, de 31 de maio de 2007.

**Cadastro de bens arqueológicos – (1)** Instrumento de Identificação, Reconhecimento e Proteção do patrimônio cultural material aplicável aos bens arqueológicos móveis (coleção) e imóveis (sítios). **(2)** Implica no ato de registro dos sítios arqueológicos em banco de dados do Iphan e no preenchimento e entrega ao Iphan das Fichas de Cadastro de Bens Arqueológicos Móveis, cujo conjunto compõe o inventário da coleção arqueológica gerada.

**Canteiros de Obras – (1)** Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural material. **(2)** Área de trabalho fixa ou temporária, onde estiver sendo desenvolvidas operações de apoio e execução de atividades ou empreendimentos relativos à construção civil.

**Canteiros de Pesquisa Arqueológica** – (1) Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio arqueológico. (2) Área de trabalho fixa ou temporária, onde estiver sendo desenvolvida a pesquisa arqueológica de campo.

**Centros de Interpretação** – (1) Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural material. (2) Caracteriza-se como um espaço voltado à recepção visitantes, que resulta de um tipo de planejamento interpretativo do bem patrimonial que lhe dá origem. (3) Oferece informações específicas sobre o local interpretado, ou seja, utiliza-se de informações que são transmitidas de maneira criativa por meio de linguagem acessível ao público a que se destina.

**Chancela** – (1) Instrumento de Reconhecimento do patrimônio cultural a ser aplicada às Paisagens Culturais. (2) Implica na gestão compartilhada do bem cultural entre os entes envolvidos em sua preservação.

**Coleção** – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. (2) Agrupamento de bens com a mesma motivação, seja ela temática, tipológica, locacional etc. (3) Pode ser institucionalizada ou pertencer a um colecionador privado. (4) Pode estar distribuída em diferentes acervos.

**Consentimento livre, prévio e informado** – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. (2) Implica em processo participativo de tomada de decisão dos povos interessados, cujo momento culminante é a obtenção do consentimento propriamente dito, de forma livre, prévia e informada.

**Conservação Preventiva** – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. (2) Conjunto de estratégias e medidas de ordem técnica, administrativa e política que, Considerando o manejo do bem e as circunstâncias ambientais em que o mesmo se encontram deve contribuir para retardar ou prevenir a deterioração deste.

**Controle Social** – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. (2) Implica na participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e verificação ou monitoramento das ações de gestão pública relacionadas à preservação do patrimônio cultural.

**Declaração** – (1) Instrumento de Reconhecimento do patrimônio cultural material a ser aplicado aos Lugares de Memória.

**Diagnóstico** – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. (2) Instrumento de Conservação do patrimônio cultural material. (3) Implica em estabelecer um quadro minucioso e detalhado do estado de conservação do bem cultural, Considerando seus aspectos físicos e estéticos.

**Diretrizes de Conservação** – (1) Instrumento de Conservação do patrimônio cultural material. (2) Conjunto de princípios, recomendações, regras e procedimentos voltados à Conservação dos bens culturais materiais.

**Diretrizes de Preservação** – (1) Instrumento de Preservação do patrimônio cultural material. (2) Conjunto de princípios, recomendações, regras e procedimentos voltados à Preservação dos bens culturais materiais.

**Dossiê de Candidatura** – (1) Instrumento de Identificação e apresentação do patrimônio cultural material para a candidatura de bens nacionais em âmbito internacional.

**Entorno do bem tombado** (ver **Área Entorno do bem tombado**)

**Estudos Temáticos ou Técnicos** – (1) Instrumento de Identificação do patrimônio cultural material. (2) Pesquisas e análises de temas específicos realizadas, em geral, com o objetivo de facilitar a identificação do bem cultural, os valores a ele associados ou atribuídos pela sociedade.

**Ficha de Caracterização da Atividade (FCA)** – (1) Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural. (2). Documento apresentado pelo empreendedor, em conformidade com o modelo indicado por órgão de Licenciamento Ambiental, em que são descritos: a) os principais

elementos que caracterizam a atividade ou o empreendimento; b) a área de localização da atividade ou empreendimento, com as coordenadas geográficas e o shapefile; c) a existência de intervenção em terra indígena ou terra quilombola, observados os limites definidos pela legislação; d) a intervenção em bem cultural acautelado, considerada a área de influência direta da atividade ou do empreendimento; e) a intervenção em unidade de conservação, compreendendo sua respectiva zona de amortecimento; f) as informações acerca da justificativa da implantação do projeto, de seu porte, da tecnologia empregada, dos principais aspectos ambientais envolvidos e da existência ou não de estudos, dentre outras informações; e g) a existência de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária.

**Gestão Compartilhada** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Quando a Gestão que é realizada em conjunto por diferentes atores, órgãos e instituições com vistas à metas e objetivos comuns. **(3)** Implica na adoção de estratégias de cooperação e no engajamento dos diversos entes nos processos de planejamento, tomada de decisão, análise e avaliação de resultados e solução de problemas.

**Gestão** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Planejamento e implementação de estratégias e práticas que garantam a preservação dos valores que subsidiam o reconhecimento do bem como patrimônio cultural. **(3)** Inclui, necessariamente, aspectos relacionados à viabilidade econômica, sustentabilidade cultural, responsabilidades diretas e indiretas, agentes interessados, etc. **(4)** Deve considerar todos os processos relativos à preservação e à administração (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação).

**Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos** – **(1)** Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural arqueológico. **(2)** Espaços, autorizados pelo Iphan, capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização.

**Inventário de Conhecimento** – **(1)** Instrumento de Identificação do patrimônio cultural material, previsto na Constituição Federal. **(2)** A Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016, dispõe sobre os inventários no âmbito do Iphan. **(3)** Instrumento de documentação, produção de conhecimento e informação sobre os bens culturais, com vistas a propiciar ao Estado e à sociedade o conhecimento e a visibilidade da diversidade cultural brasileira. **(4)** No que diz respeito ao patrimônio arqueológico, o termo equivale à relação definitiva do material arqueológico citada no Art. 12 da Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988, e prevista nos artigos, 20, 34, 40 e 53 da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

**Inventário Participativo** – **(1)** Instrumento de Educação Patrimonial. **(2)** Considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural.

**Itinerários Culturais** – **(1)** Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural material. **(2)**. Vias de comunicação terrestre ou aquática que reúna as seguintes condições: a) ser resultado e reflexo de movimentos interativos de pessoas, assim como de intercâmbios multidimensionais, contínuos e recíprocos de bens, ideias, conhecimentos e valores entre cidades, países, regiões ou continentes, ao longo de consideráveis períodos de tempo; b) ter gerado marcas, no espaço e no tempo, das culturas afetadas que se manifestam tanto em seu patrimônio tangível como intangível; c) ter integrado, em um sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados a sua existência.

**Licença Ambiental** – **(1)** Ato administrativo pelo qual o Órgão Ambiental estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. **(2)** Procedimento administrativo pelo qual o Órgão Ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação de

atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, consideradas as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

**Lista Indicativa** – **(1)** Instrumento de planejamento e de priorização das ações de Identificação, Reconhecimento e Proteção dos bens culturais materiais. **(2)** Resulta da sistematização e da hierarquização do conjunto de solicitações de proteção recebidos pelo Iphan. **(3)** Permite uma leitura ampliada e estratégica do conjunto de bens passíveis de ações de preservação, principalmente quando confrontada com a listagem dos bens já protegidos pelo Iphan.

**Lugares de Memória** – **(1)** Instrumento de Reconhecimento do patrimônio cultural.

**Manutenção** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** Conjunto de operações destinadas a manter o bem cultural em bom funcionamento, Considerando-o como um todo e cada uma das suas partes constituintes.

**Mesorregião** – **(1)** Unidade da estrutura territorial brasileira. **(2)** Área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. **(3)** Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou.

**Microrregiões** – **(1)** Unidade da estrutura territorial brasileira. **(2)** Parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. **(3)** Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. **(4)** Essas especificidades se referem à estrutura de produção: agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca.

**Museu** – **(1)** Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural material. **(2)** Entendimento aplicável ao campo do patrimônio cultural, nos termos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **(3)** Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

**Norma de Preservação** – **(1)** Instrumento de caráter normativo destinado à regulamentação das intervenções nos bens protegidos por tombamento, consubstanciado em comandos e parâmetros que dão efetividade às Diretrizes de Preservação.

**Paisagem Cultural** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** É uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

**Pesquisa Arqueológica** - **(1)** Instrumento de identificação do patrimônio arqueológico. **(2)** Investigação realizada por meio de técnicas próprias do campo da arqueologia que tem por finalidade a descoberta de novos conhecimentos.

**Plano de Conservação** – **(1)** Instrumento de conservação do patrimônio cultural material. **(2)** Implica em estabelecer políticas, regulações e ações apropriadas para garantir a permanência dos valores que justificaram o reconhecimento de determinado bem como patrimônio cultural. **(3)** Dialoga com as necessidades de gestão e controle de mudanças com vistas ao seu uso sustentável.

**Plano de Fiscalização** – **(1)** Instrumento de planejamento das atividades de Fiscalização. **(2)** Implica no estabelecimento formal, mediante ato normativo de caráter interno, de

diretrizes e estratégias para a elaboração do planejamento anual das atividades de fiscalização pelas superintendências e respectivas metas.

**Planos de Gestão – (1)** Instrumento de caráter operacional e estratégico, destinado ao desenvolvimento das ações pactuadas entre os diversos representantes do Poder Público e os envolvidos na gestão do território da área protegida e seu entorno. **(2)** Os Planos de gestão devem resultar de processos de gestão compartilhada do território constituindo-se em um instrumento que permita o equilíbrio e a garantia entre os direitos à cidade e à cultura.

**Preservação – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** Ação que designa o conceito mais genérico do conteúdo do trabalho do Iphan em relação ao patrimônio cultural material. **(3)** Implica nos processos de identificar, reconhecer, proteger, normatizar, autorizar, avaliar, fiscalizar, conservar, interpretar, promover e difundir os bens culturais materiais.

**Procedimentos de Fiscalização – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Implica no conjunto de atos administrativos constituidores das etapas de um processo de fiscalização, de seus documentos, prazos, fluxos, atores envolvidos e respectivas atribuições.

**Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – (1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Compreende as ações e programas que devem ser realizados pelo responsável legal de atividade ou empreendimento com vistas a mitigar e/ou compensar os impactos negativos do empreendimento. **(3)** Deve conter a descrição circunstanciada das ações a serem realizadas com vistas a garantir a preservação e salvaguarda dos bens arqueológicos impactados, abrangendo os seguintes estudos: Programa de Salvamento Arqueológico; Programa de Monitoramento e Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

**Programa de Monitoramento - (1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Consiste na presença em campo de Arqueólogo, autorizado pelo Iphan, que será responsável pelo monitoramento das ações a serem realizadas.

**Programa de Salvamento Arqueológico - (1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Consiste no salvamento a ser realizado nos sítios arqueológicos, que serão impactados diretamente pelo empreendimento, com base nos resultados apresentados na fase de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

**Projeto Básico Ambiental (PBA) – (1)** Instrumento de Licenciamento Ambiental. **(2)** Abrange o conjunto de planos e programas identificados a partir da elaboração dos estudos ambientais, com cronograma executivo, plano de trabalho operacional e definição das ações a serem desenvolvidas nas etapas de implantação e operação da atividade ou empreendimento e ainda monitoramento de indicadores ambientais.

**Projeto Integrado de Educação Patrimonial - (1)** Instrumento de Educação Patrimonial. **(2)** Implica em Projeto que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados.

**Redes do Patrimônio – (1)** Instrumentos de educação patrimonial e espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural material. **(2)** São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro.

**Referências Culturais – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** São os sentidos e valores, de importância diferenciada, atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social e que, por isso mesmo, se constituem em marcos de identidade e memória para determinado grupo social.

**Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – (1)** Instrumento de

Licenciamento Ambiental. **(2)** Documento que identifica e delimita o território quilombola a partir de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, conforme disposto em Instrução Normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

**Reparação** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Implica no conjunto de operações destinadas a corrigir danos, de forma a manter o bem cultural no estado em que se encontrava antes da ocorrência do dano.

**Sítio** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** É uma porção do território nacional, onde foram identificados bens culturais, tomados individualmente ou em conjunto, realizados por indivíduos ou grupos formadores da sociedade brasileira, e que, em função do valor a ele atribuído, deve ser delimitado para a pesquisa ou preservação.

**Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador (TCAC)** – **(1)** Instrumento de Licenciamento aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Documento assinado pelo Arqueólogo, por meio do qual são apresentadas informações relativas a projeto de pesquisa arqueológica.

**Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE)** – **(1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural material arqueológico. **(2)** Documento assinado pelo responsável legal de atividade ou empreendimento, por meio do qual assume a responsabilidade, na hipótese de ocorrência de achados arqueológicos na área do referido empreendimento, pela conservação provisória do(s) bem(s) descoberto(s), suspendendo imediatamente as obras ou atividades realizadas para a construção do empreendimento e comunicando ao IPHAN sobre o mesmo.

**Termo de Referência Específico (TRE)** - **(1)** Instrumento de avaliação de impacto aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Documento elaborado pelo Iphan que indica o conteúdo mínimo para a realização dos estudos com vistas à avaliação do impacto do empreendimento sobre os bens culturais acautelados em âmbito federal.

**Terra Indígena** – **(1)** Entendimento aplicável ao Licenciamento Ambiental. **(2)** Contempla as áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por ato da Funai, publicado no Diário Oficial da União; as áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela Funai em razão da localização de índios isolados, publicada no Diário Oficial da União; e demais modalidades previstas no art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

**Terra Quilombola** – **(1)** Entendimento aplicável ao Licenciamento Ambiental. **(2)** Contempla a área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, que tenha sido reconhecida por Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) devidamente publicado.

**Tombamento** – **(1)** Instrumento de Reconhecimento e de Proteção do patrimônio cultural material. **(2)** Ato administrativo pelo qual o poder público institucionaliza o bem como patrimônio cultural material, inscrevendo no respectivo livro do tomo.

**Tombamento** (ver **Área tombada**)

**Unidades da Federação** – **(1)** Unidade da estrutura territorial brasileira. **(2)** São entidades autônomas, com governo e constituição próprias, que em seu conjunto constituem a República Federativa do Brasil.

**Valor** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Significação atribuída, pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, aos bens culturais tomados individualmente ou em conjunto, e que são representativos de suas práticas sociais, memórias e identidades.

**Valoração** – **(1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. **(2)** Processo discursivo

de formulação e constituição do patrimônio cultural a partir das relações entre elementos físicos, práticas sociais e conteúdos simbólicos, que resulta na classificação dos valores atribuídos ao patrimônio em categorias de pensamento institucionalizado por meio de conceitos da política pública, tais como valor histórico, valor artístico, valor arqueológico, valor etnográfico e valor paisagístico. **(3)** A valoração reconfigura-se segundo dinâmicas culturais, selecionando valores, em diálogo com os grupos sociais.

**Valoração – (1)** Instrumento de Reconhecimento do patrimônio cultural material aplicável aos bens ferroviários da extinta Rede Ferroviária Nacional, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. **(2)** Implica em reconhecer Valor Artístico, Histórico e Cultural a bens culturais materiais da extinta Rede Ferroviária Nacional.

**Vigilância – (1)** Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. **(2)** Implica na totalidade de instrumentos, processos, ações e práticas voltados à preservação dos bens culturais materiais, **(3)** Orientada para a garantia da permanência dos valores e atributos a eles inerentes e para sua fruição, Considerando o valor social daqueles bens enquanto patrimônio cultural.

## TÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 106.** O Iphan poderá, a qualquer momento, firmar cooperações com instituições públicas para cumprir com o que definido na PPCM, preservando-se a competência de cada órgão ou entidade.

**Art. 107.** Fica estabelecido o prazo de três meses, a contar da data da publicação da presente norma, para:

I. Publicação de portaria específica, estabelecendo os critérios e procedimentos para a elaboração das Listas Indicativas;

II. Publicação de portaria específica, estabelecendo os critérios e procedimentos para a homologação de sítios arqueológicos;

III. Publicação de portaria específica, estabelecendo os critérios e procedimentos para o reconhecimento dos Lugares de Memória;

IV. Publicação da revisão da Portaria Iphan nº 11, de 11 de setembro de 1986, que estabelece os procedimentos a serem observados nos processos de tombamento;

V. Publicação da revisão da Portaria Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira;

VI. Publicação da revisão da Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno;

**Art. 108.** Revoga-se a Portaria Iphan nº 299, de 6 de julho de 2004, que cria do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano.

**Art. 109.** Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Iphan.

**Art. 110.** Esta norma entra em vigor na data de sua publicação.

**KÁTIA SANTOS BOGÉA**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Katia Santos Bogea, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, em 20/09/2018, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0732090** e o código CRC **32E594C1**.

---

---

Referência: Processo nº 01450.003499/2018-17

SEI nº 0732090

**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

PORTARIA Nº 63, DE 27 DE ABRIL DE 2016

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso III do art. 18 - Anexo I do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 6.853, de 15 de maio de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2009, considerando o disposto no item 6 do Edital de Chamada Pública nº 01/2015 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura - Cultura Afro Brasileira, publicado no D.O.U. de 20/08/2015, seção 3 pág. 15, resolve:

Art. 1º Divulgar, conforme relação anexa a esta Portaria, o resultado final da Comissão de Avaliação e Seleção do Edital de Chamada Pública nº 01/2015 - SNC/Fundação Cultural Palmares, e em conformidade com a PORTARIA Nº 18, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016; tendo em vista o cumprimento das exigências previstas no referido edital.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA DA SILVA ABREU

## ANEXO I

Na fase de habilitação, foram habilitados 44 (Quarenta e quatro) projetos nas categorias A, B e C, sendo desclassificados 23 (Vinte e três) projetos, e classificados com pontuação 21 (Vinte e um) projetos.

O resultado preliminar foi divulgado no Site da Fundação Cultural Palmares e no Site do Ministério da Cultura em 20/04/2016, com as informações para interposição de recursos conforme Edital 01/2015- SNC/ Fundação Cultural Palmares.

Na categoria A foram selecionados com pontuação 04 (Quatro) projetos, sendo todos contemplados, ficando os demais desclassificados conforme Resultado Preliminar divulgado no Site da Fundação Cultural Palmares em 20/04/2016;

Na categoria B foram selecionados com pontuação 10 (Dez) projetos, sendo contemplados os 06 (Seis) primeiros classificados, ficando os demais na composição da lista de reserva, os quais poderão ser contemplados de acordo com a disponibilidade de recursos e/ou o não conveniamento dentre aqueles que foram contemplados entre os primeiros classificados.

Na categoria C foram selecionados com pontuação 07 (Sete) projetos, sendo contemplados os 04 (Quatro) primeiros classificados, ficando os demais na composição da lista de reserva, os quais poderão ser contemplados de acordo com a disponibilidade de recursos e/ou o não conveniamento dentre aqueles que foram contemplados entre os primeiros classificados.

As decisões e respostas dos recursos interpostos foram encaminhados para o e.mail das prefeitas que entraram com os recursos.

Edital 01/2015 - De Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura Fundação Cultural Palmares - RESULTADO FINAL.						
	Ordem de Classificação	Número de Inscrição	Município	Estado	Valor Total Pontuação	Categoria
1	1	228825	Major Sales	RN	52	A
2	2	228986	Madre de Deus	BA	40	A
3	3	223098	Conceição da Feira	BA	39	A
4	4	223016	Lagoa da Canoa	AL	20	A
5	1	223243	Angra dos Reis	RJ	46	B
6	2	223395	Parnaíba	PI	44	B
7	3	223526	Serra Talhada	PE	43	B
8	4	229203	Pará de Minas	MG	42	B
9	5	229334	Bragança Paulista	SP	42	B
10	6	223773	Horizonte	CE	37	B
11	7	222182	Varzea Paulista	SP	36	B
12	8	229339	Crato	CE	32	B
13	9	223816	Santo Amaro	BA	23	B
14	10	213732	São Gonçalo do Amarante	RN	14	B
15	1	221567	Contagem	MG	52	C
16	2	220433	Salvador	BA	46	C
17	3	229290	Brasília	DF	44	C
18	4	221544	Porto Alegre	RS	40	C
19	5	229349	Joinville	SC	38	C
20	6	228846	Guarulhos	SP	38	C
21	7	222251	Canoas	RS	36	C

PORTARIA Nº 64, DE 28 DE ABRIL DE 2016

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no A Presidenta da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1º Registrar no Livro de Cadastro Geral nº 17 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

COMUNIDADE CHAPADA GRANDE, localizada no município de São João Batista/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.276, fl.096 - Processo nº 01420.012431/2014-44.

COMUNIDADE PREGUIÇA VELHA, localizada no município de Matinha/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.277, fl.097 - Processo nº 01420.001594/2014-00.

COMUNIDADE SALTO DO BORRACHUDO, localizada no município de Bonito de Minas/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.278, fl.098 - Processo nº 01420.015810/2013-13.

COMUNIDADE CABECEIRA DO SALTO, localizada no município de Bonito de Minas/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.279 fl.099 - Processo nº 01420.015807/2013-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA DA SILVA ABREU

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

PORTARIA Nº 137, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009 e,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer marcos normativos de Educação Patrimonial - EP no âmbito do Iphan;

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000;

CONSIDERANDO o disposto no Plano Nacional de Cultura instituído pela lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO a Carta de Nova Olinda, resultante do 1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado em Nova Olinda - CE, no período de 27 de novembro a 01 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º. Instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial - EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

Art. 3º São diretrizes da Educação Patrimonial:

I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;

II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;

III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;

IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;

VI - Considerar a intersectorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;

VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;

VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

Art. 4º São documentos referenciais para a prática de Educação Patrimonial pelo Iphan as publicações Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos, IPHAN, 2014, e a publicação Educação Patrimonial: inventários participativos, IPHAN, 2016.

Art. 5º São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan as Casas do Patrimônio, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento das Casas do Patrimônio dar-se-ão por meio de parceria, a ser instituída por Acordo de Cooperação Técnica- ACT, com critérios definidos pela CEDUC/COGEDIP/DAF.

Art. 6º São objetivos das Casas do Patrimônio:

I - Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial;

II - Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural;

III - estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;

IV - Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas;

V - Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;

VI - Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais.

Art7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

**SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA**

PORTARIA Nº 241, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

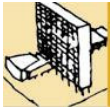
Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

## ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )  
1510185 - ?Hamlet ou Morte - Uma Trágica Comédia?  
C W Marketing Promoções e Eventos LTDA ME  
CNPJ/CPF: 14.278.271/0001-18  
Processo: 01400070759201502  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 651.020,00  
Prazo de Captação: 29/04/2016 à 31/12/2016



## Portaria nº 230, de 17 de Dezembro de 2002

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o que dispõe os artigos 20, 23, 215 e 216 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacional;

Considerando o disposto na Portaria SPHAN nº 07, de 1º de dezembro de 1988, que trata do ato (Portaria) de outorga (autorização/permissão) para executar determinado projeto que afete direto ou indiretamente sítio arqueológico;

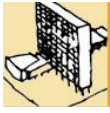
Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais em urgência com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, e

Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, faz saber que são necessários os procedimentos abaixo para obtenção das licenças ambientais em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país, resolve:

### **Fase de obtenção de licença prévia (EIA/RIMA)**

**Artº 1** - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

**Artº 2** - No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Este levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície.



I - O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico.

**Artº 3** - A avaliação dos impactos do empreendimento do patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras.

**Artº 4** - A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

### **Fase de obtenção de licença de instalação (LI)**

**Artº 5** - Nesta fase, dever-se-á implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, o qual deverão prever prospecções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infra-estrutura.

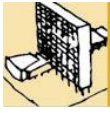
§ 1º - Os objetivos, nesta fase, são estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA, o qual deverá ser implantado na próxima fase.

§ 2º - O resultado final esperado é um Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e a metodologia ser empregada nos estudos.

### **Fase de obtenção da licença de operação**

**Artº 6** - Nesta fase, que corresponde ao período de implantação do empreendimento, quando ocorrem as obras de engenharia, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.

§ 1º - É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada



sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

§ 2º - O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

§ 7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

§ 8º - No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CÉZAR DE HOLLANDA CAVALCANTI

(Publicado no D.O.U. Nº 244 de 18 de dezembro de 2002)

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Tema da pesquisa:** Educação Patrimonial no Iphan em Goiás

**Pesquisadora:** Ana Cristina Alves da Silva

**Nome do entrevistado:** Ana Paula Carvalho

**Data da Entrevista:** 14/12/2021

### **Questões pessoais:**

- A quanto tempo atua como servidor (a) do Iphan-GO?
- Atualmente, qual é sua função no órgão? Exerceu outra (s)?

### **Questões sobre a pauta:**

- Em que momento do processo o Iphan-GO coloca em prática as ações de Educação Patrimonial?
- Qual é a atual orientação do Iphan em Goiás em relação as comunidades locais aonde serão desenvolvidas as ações educativas?
- Em qual momento durante sua trajetória no Iphan-GO você vivenciou ou sentiu maior tensão entre a instituição e as comunidades locais?
- Quais ações educativas você se recorda que foram realizadas durante sua atuação no Iphan?
- Em qual (is) projeto de educação patrimonial o Iphan em Goiás está trabalhando no momento?
- O Iphan estabelece um número de ações educativas que devem ser realizadas durante o ano ou as propostas são estabelecidas a partir de outros critérios?
- Como vê a atuação do Iphan-GO na promoção de ações de Educação Patrimonial?
- A partir de sua experiência no setor de promoção de educação patrimonial, qual fase de um projeto de educação patrimonial você considera mais relevante para a uma consolidação de uma ação satisfatória?
- O projeto Casas do Patrimônio interferiu de alguma forma na promoção de ações de educação patrimonial? Se sim, como?
- Participou de algum momento referente à criação e à implementação do Projeto Casas do patrimônio?

- Quais ações educativas podem ser pontuadas como sendo de desenvolvimento das Casas do Patrimônio de Goiás?
- As Casas do Patrimônio em Goiás se autodeclaram assim pelas atividades que desempenham nesses espaços físicos ou de fato integram a Rede das Casas do Patrimônio?
- Em 2014, a publicação pelo Iphan da obra “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” apresentou uma mudança na concepção de educação patrimonial que passou a primar pela participação da comunidade em todo o processo. A partir deste contexto, os projetos desenvolvidos pelo Iphan-GO passaram a adotar na prática essa nova compreensão de ações educativas com foco no sujeito?
- Qual é o impacto da Portaria n. 137/2016 que estabelece as diretrizes para Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e Casas do Patrimônio?
- Segundo o discurso oficial da Carta de Nova Olinda, as CPs teriam como missão propor uma nova postura institucional de articulação com a sociedade civil. Em sua percepção, qual é a postura antiga que se quer mudar? O que não estava funcionando que a CP poderia “solucionar”?



## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Tema da pesquisa:** Educação Patrimonial no Iphan em Goiás

**Pesquisadora:** Ana Cristina Alves da Silva

**Nome do entrevistado:** Beatriz Otto de Santana e Héllen Batista Carvalho

**Data da entrevista:** 05/01/2022

### **Questões pessoais:**

- Qual é a sua formação acadêmica?
- Em qual função ou funções você atua/atuou no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan)?

### **Questões sobre a pauta:**

- Qual a sua relação com o patrimônio cultural? Quando e como começou a trabalhar com o patrimônio cultural?
- Em qual momento durante sua trajetória como coordenadora técnica/arqueóloga no Iphan-GO vivenciou ou sentiu maior tensão entre a instituição e as comunidades locais?
- Pensando em sua experiência com o patrimônio cultural e sua trajetória no Iphan-GO, qual elemento você considera crucial para realizar uma gestão satisfatória do patrimônio cultural?
- Como você definiria a importância da educação patrimonial para a preservação e valorização do patrimônio cultural?
- Em que momento do processo de gestão do patrimônio cultural o Iphan-GO coloca em prática as ações de Educação Patrimonial?
- Quais ações educativas você se lembra como as mais significativas e impactantes na sociedade durante sua atuação no Iphan?
- Você desenvolveu ou participou de alguma ação em Educação Patrimonial no Iphan em Goiás antes de 2009?
- Existe alguma relação entre o projeto “Tocando a obra” e o “Canteiro aberto”? Qual foi a primeira edição desses projetos?

- Você tem conhecimento de quantas edições teve as oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir”?
- Qual é o papel dos escritórios técnicos? Quais são as atividades realizadas neste espaço enquanto escritório?
- Os escritórios técnicos do Iphan em Goiás, da Cidade de Goiás e Pirenópolis têm conseguido se apresentar como uma interface da instituição com a sociedade?
- Participou de algum momento referente à criação e à implantação do Projeto Casas do patrimônio?
- Quais ações são realizadas pelos escritórios técnicos e a sede do Iphan em Goiás enquanto Casas do Patrimônio?
- O que mudou em relação as atividades desenvolvidas nos escritórios técnicos quando passaram a ser também Casas do Patrimônio?
- De acordo com a Carta de Nova Olinda, as Casas do Patrimônio teriam a incumbência de estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade civil. Em sua concepção, após a implantação das Casas do Patrimônio houve mudanças nas relações do Iphan com as comunidades locais?
- Quando a pauta é educação patrimonial, qual é a ação educativa ou momento que automaticamente lhe trazem lembranças marcantes, positivas sobre essa prática em Goiás?
- Em relação ao seu trabalho no Iphan, o que mais foi significativo para você durante a atuação na gestão do patrimônio cultural?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Tema da pesquisa:** Educação Patrimonial no Iphan em Goiás

**Pesquisadora:** Ana Cristina Alves da Silva

**Nome do entrevistado:** Edinéa de Oliveira Angelo

**Qual é sua formação acadêmica:**

**Data da entrevista:** 29/11/2021

### Questões pessoais:

- Por quanto tempo você atuou ou atua como servidor do Iphan-GO e qual foi o período corresponde as suas atividades no instituto enquanto servidora?
- Qual foi sua função no instituto? Exerceu outra (s)?

### Questões sobre a pauta:

- Qual o papel do Iphan na preservação do patrimônio cultural em Goiás?
- Em qual momento durante sua trajetória a frente do Escritório Técnico do Iphan-GO você vivenciou ou sentiu maior tensão entre a instituição e as comunidades locais?
- Pensando em sua experiência com o patrimônio cultural e sua trajetória no Iphan-GO, qual elemento você considera crucial para realizar uma gestão satisfatória do patrimônio cultural ou dos bens tombados?
- Enquanto chefe do Escritório Técnico do Iphan na Cidade Goiás quais eram as atividades que eram realizadas neste espaço?
- Na sua percepção como é tratada a educação patrimonial no Iphan em Goiás?
- Em que momento do processo, o Iphan-GO coloca em prática as ações de Educação Patrimonial?
- Quais ações educativas você se recorda que foram realizadas durante sua trajetória como servidora do órgão no Estado?
- Você desenvolveu ou participou de alguma ação em Educação Patrimonial no Iphan em Goiás antes de 2009?

- Participou de algum momento referente a criação e a implementação do Projeto Casas do patrimônio?
- O projeto Casas do Patrimônio interferiu de alguma forma na promoção de ações de educação patrimonial? Se sim, como?
- Quais ações educativas podem ser pontuadas como sendo de desenvolvimento das Casas do Patrimônio de Goiás?
- As Casas do Patrimônio em Goiás se autodeclaram assim pelas atividades que desempenham nesses espaços físicos ou de fato integram a Rede das Casas do Patrimônio?
- Em 2014, a publicação pelo Iphan da obra “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” apresentou uma mudança na concepção de educação patrimonial que passou a primar pela participação da comunidade em todo o processo. A partir deste contexto, os projetos desenvolvidos pelo Iphan-GO passaram a adotar na prática essa nova compreensão de ações educativas com foco no sujeito?
- Qual é o impacto da Portaria n. 137/2016 que estabelece as diretrizes para Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e Casas do Patrimônio?
- Segundo o discurso oficial da Carta de Nova Olinda, as CPs teriam como missão propor uma nova postura institucional de articulação com a sociedade civil. Em sua percepção, qual é a postura antiga que se quer mudar? O que não estava funcionando que a CP poderia “solucionar”?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Tema da pesquisa:** Educação Patrimonial no Iphan em Goiás

**Pesquisadora:** Ana Cristina Alves da Silva

**Nome do entrevistado:** Genilda da Silva Alexandria Sousa

**Data da entrevista:** 26/11/2021

### **Questões pessoais:**

- Qual é a sua formação acadêmica?
- Quando e qual foi seu vínculo com Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan)?

### **Questões sobre a pauta:**

- Você desenvolveu ou participou de alguma ação em Educação Patrimonial no Iphan em Goiás antes de 2009?
- Como vê a atuação do Iphan-GO na promoção de ações de Educação Patrimonial?
- Qual foi sua função ou participação nas oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir”? Você participou de todas as edições do projeto?
- Em sua concepção, as atividades das oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir” foram desenvolvidas a partir das concepções de educação patrimonial proposta no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) ou seguiram as discussões que estavam sendo colocadas no momento para a prática?
- As oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir” foram realizadas durante quantas edições/anos? Quais foram as cidades contempladas com as oficinas?
- De que forma eram realizadas a escolha das cidades que seriam atendidas pelas oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir”? Existia um critério e/ou critérios específicos para a seleção?
- Em sua percepção como pode ser interpretada a participação dos professores e alunos nas oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir”? O engajamento do público foi satisfatório?
- Qual era o diferencial das oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir” em relação a outros projetos deste cunho que já tinham sido executados pelo Iphan?
- Qual foi o papel do Iphan em Goiás na promoção das oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir”?



- Qual foi a avaliação do Iphan em relação às Oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir”?
- Qual aspecto você considera que poderia ter sido acrescentado às oficinas do Projeto “Portas e Janelas vão se abrir” para um resultado ainda mais satisfatório?
- Qual experiência durante as oficinas do “Portas e Janelas vão se abrir” mais te emocionou/tocou ou sensibilizou?
- Qual foi seu sentimento ou reação quando soube da descontinuação das oficinas do projeto “Portas e Janelas vão se abrir”?
- Você considera que as oficinas do “Portas e Janelas vão se abrir” poderia produzir resultados promissores no contexto atual?
- Quais outras ações educativas você tem conhecimento que foram realizadas pelo Iphan-GO?
- Participou de algum momento referente à criação e à implantação do Projeto Casas do Patrimônio?
- Se sim, acredita que o Projeto “Casas do Patrimônio” interferiu de alguma forma na promoção destas ações educativas no âmbito do Iphan em Goiás?
- De acordo com a Carta de Nova Olinda, as Casas do Patrimônio teriam a incumbência de estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade civil. Em sua concepção, antes do projeto como se dava essa relação? Porque sentiram necessidade de mudar?



## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Tema da pesquisa:** Educação Patrimonial no Iphan em Goiás

**Pesquisadora:** Ana Cristina Alves da Silva

**Nome do entrevistado (a):** Salma Saddi Waress de Paiva

**Data da entrevista:** 26/11/2021

### **Questões pessoais:**

- Qual sua formação acadêmica?
- Qual a sua relação com o patrimônio cultural? Quando e como começou a trabalhar com o patrimônio cultural?

### **Questões sobre a pauta:**

- Qual a importância do Iphan na preservação do patrimônio cultural em Goiás?
- Quais os maiores percalços enfrentados na gestão do patrimônio em Goiás?
- Os escritórios técnicos do Iphan em Goiás, da Cidade de Goiás e Pirenópolis têm conseguido se apresentar como uma interface da instituição com a sociedade?
- Em qual momento durante sua trajetória à frente do Iphan-GO você vivenciou ou sentiu maior tensão entre a instituição e as comunidades locais? Como as prefeituras se apresentaram para estabelecimento de diálogo e parcerias? E dentre as prefeituras qual se mostrou mais parceira?
- Pensando em sua experiência com o patrimônio cultural e sua trajetória no Iphan-GO, qual elemento você considera crucial para realizar uma gestão satisfatória do patrimônio cultural ou dos bens tombados?
- Em que momento do processo de gestão do patrimônio cultural o Iphan-GO coloca em prática as ações de Educação Patrimonial?
- Quais ações educativas você se lembra como as mais significativas e impactantes na sociedade durante sua atuação no Iphan?
- Como você definiria a importância da educação patrimonial para a preservação e valorização do patrimônio cultural?
- Quando a pauta é educação patrimonial, qual é a ação educativa ou momento que automaticamente lhe trazem lembranças marcantes, positivas sobre essa prática em Goiás?
- Como você definiria o impacto do Projeto “Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer” para a Educação Patrimonial no Estado de Goiás? O projeto “Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer” foi contínuo ou sofreu



algumas discontinuidades como alguns pesquisadores sugerem? Se sim, qual teria sido os motivos dos intervalos em sua execução?

- Quando e aonde aconteceu a primeira edição do projeto “Tocando a obra”? Quem foi responsável pela criação desse projeto?
- O projeto “Tocando a obra” foi destinado principalmente a qual público?
- Tem alguma história que te marcou, que você possa citar do projeto “Tocando a obra”?
- Existe alguma relação entre o projeto “Tocando a obra” e o “Canteiro aberto”?
- Sabe-se que o Seminário de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás foi contemplado com algumas edições. Nesse sentido, o que você destacaria como um aspecto importante apresentado pelo seminário? Na Cidade de Goiás, o Iphan consegue uma adesão das escolas na execução de projetos e ações de educação patrimonial?
- Participou de algum momento referente à criação e a implantação do Projeto Casas do Patrimônio?
- O projeto Casas do Patrimônio interferiu de alguma forma na promoção de ações de educação patrimonial? Se sim, como?
- Quais ações educativas podem ser pontuadas como sendo de desenvolvimento das Casas do Patrimônio de Goiás?
- As Casas do Patrimônio em Goiás se autodeclaram assim pelas atividades que desempenham nesses espaços físicos ou de fato integram a Rede das Casas do Patrimônio?
- Em 2014, a publicação pelo Iphan da obra “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” apresentou uma mudança na concepção de educação patrimonial que passou a primar pela participação da comunidade em todo o processo. A partir deste contexto, os projetos desenvolvidos pelo Iphan-GO passaram a adotar na prática essa nova compreensão de ações educativas com foco no sujeito?

Salma, em relação ao seu trabalho no Iphan, o que mais foi significativo para você durante a atuação na gestão do patrimônio cultural?